



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FRANCIELE MIRANDA FERREIRA DIAS

**PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA DE
OURINHOS-SP:
AGRONEGÓCIO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA**

Londrina
2019

FRANCIELE MIRANDA FERREIRA DIAS

**PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA DE
OURINHOS-SP:
AGRONEGÓCIO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica Socioespacial

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Maria Fresca

Londrina
2019

FRANCIELE MIRANDA FERREIRA DIAS

**PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA DE OURINHOS-SP:
AGRONEGÓCIO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Maria Fresca
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Márcia da Silva
Universidade Estadual do Centro Oeste -
UNICENTRO

Profa. Dra. Deise Fabiana Ely
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 17 de abril de 2019.

Ao meu pai Ataliba Ferreira Dias (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A construção da tese “Pequenas Cidades na Rede Urbana de Ourinhos-SP: Agronegócio e Especialização Produtiva” mostrou-se desde o início um grande desafio, enfrentado com a ajuda de diversas pessoas, as quais expresso meus agradecimentos:

À minha orientadora do mestrado e doutorado, Profa. Dra. Tânia Maria Fresca, pela paciência, orientação e dedicação inabalável na construção desse trabalho e pela inestimável contribuição na minha formação acadêmica;

À minha mãe, Tereza Miranda, cujos esforços infindáveis sempre objetivaram a continuação dos meus estudos e a busca incessante pela realização dos meus sonhos;

Ao meu esposo Rafael Dantas, presente ao longo de toda a minha trajetória acadêmica;

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Leila Veiga e Prof. Dr. Cláudio Roberto Bragueto pelas importantes contribuições apresentadas a essa tese de doutorado;

À Profa. Dra. Marcia da Silva, Prof. Dr. Nilson César Fraga; Profa. Dra. Deise Fabiana Ely e Prof. Dr. Cláudio Roberto Bragueto, que fizeram parte da banca examinadora final, contribuindo com importantes apontamentos acerca dessa tese;

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa de estudos concedida;

Aos colegas e amigos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL em especial: Cris Buratto, Anderson Vietro, Fábio Oliveira, Arthur Boscarior e Kevo Gonçalves pelas conversas, companhias nos eventos acadêmicos e contribuições nas pesquisas;

Aos amigos (as) que ao longo desses 4 anos estiveram presentes nos momentos bons e ruins. Há dois amigos que me ajudaram diretamente na construção dessa tese e, portanto, desejo expor meus sinceros agradecimentos e manifestar meu apreço: ao Júlio Demarchi e ao Valdir Minucci por contribuir com as informações e contatos iniciais acerca das arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo e das agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar.

Aos agentes sociais entrevistados e aos representantes dos órgãos públicos consultados.

Obrigada!

DIAS, Franciele Miranda Ferreira. **Pequenas cidades na rede urbana de Ourinhos-SP: Agronegócio e Especialização Produtiva**. 2019. 300 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

O objetivo do trabalho foi analisar as diferentes inserções das pequenas cidades de Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo na rede urbana de Ourinhos-SP e em outras redes. Buscou-se: 1) Compreender as funcionalidades dessas cidades em diferentes recortes temporais, compreendendo a gênese das pequenas cidades da rede urbana de Ourinhos até 1950; as transformações que as cidades e a rede urbana passaram entre 1950 e 2016, quanto às mudanças econômicas que as pequenas cidades apresentaram em decorrência da intensificação da divisão territorial do trabalho; 2) Analisar as singularidades das pequenas cidades, sendo Canitar cuja economia é pautada no cultivo da cana-de-açúcar e Santa Cruz do Rio Pardo, cidade caracterizada pela especialização funcional na indústria do beneficiamento do arroz; 3) Analisar como municípios cuja captação de recursos econômicos é pequena podem manter as atividades urbanas quanto à infraestrutura e serviços básicos. O caminho metodológico utilizado consistiu no conceito e método da formação socioespacial, rede urbana e pequenas cidades os quais foram correlacionados com os dados e informações obtidas nos levantamentos de campo. Compreendeu-se que as modificações que as pequenas cidades passaram em decorrência da modernização agrícola de meados da década de 1970 resultaram em diferentes inserções na rede urbana de Ourinhos e em outras redes, completando que apesar das pequenas cidades serem parte do menor escalão urbano, não é possível generalizá-las quanto ao papel na atual divisão territorial do trabalho. Canitar caracteriza-se por ser uma pequena cidade cuja centralidade é reduzida, tem a função de reservatório de mão-de-obra e o espaço rural é ocupado amplamente pelo cultivo da cana-de-açúcar, sendo a única atividade econômica relevante. Em decorrência disso, Canitar não possui importância nos setores secundário e terciário apoiando a economia municipal na cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Santa Cruz do Rio Pardo desenvolveu a especialização na indústria de beneficiamento de arroz, o que lhe confere uma dinâmica econômica distinta de Canitar. A especialização produtiva acerca da indústria de beneficiamento de arroz refere-se à quantidade beneficiada, transformando Santa Cruz do Rio Pardo no maior polo brasileiro de beneficiamento desse grão, com exceção do estado do Rio Grande do Sul, líder no setor. Também, em função da especialização produtiva desenvolvida, a cidade apresenta relações econômicas que ultrapassam o âmbito da rede urbana de Ourinhos.

Palavras-chave: Rede urbana. Pequena cidade. Agronegócio. Especialização produtiva. Formação socioespacial.

DIAS, Franciele Miranda Ferreira. **Small cities in the urban network of Ourinhos-SP: Agribusiness and Productive Specialization**. 2019. 300 p. Thesis (Doctorate in Geography) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze the different insertions of the small cities of Canitar and Santa Cruz do Rio Pardo in the urban network of Ourinhos-SP and in other networks. It was sought: 1) To understand the functionalities of these cities in different temporal, including the genesis of the small cities of the urban network of Ourinhos until 1950; the transformations that the cities and the urban network passed between 1950 and 2016, as well as the economic changes that small cities presented as a result of the intensification of the territorial division of labor; 2) Analyze the singularities of small cities, being Canitar whose economy is based on the cultivation of sugarcane and Santa Cruz do Rio Pardo, a city characterized by functional specialization in the rice processing industry; 3) Analyze how municipalities whose economic resources are small can maintain urban activities regarding infrastructure and basic services. The methodological path used consisted of the concept and method of socio-spatial formation, urban network and small cities which were correlated with the data and information obtained in the field surveys. It was understood that the changes that the small towns passed as a result of the agricultural modernization of the mid-1970 resulted in different insertions in the urban network of Ourinhos and in other networks, completing that although the small cities are part of the smaller urban step, it is not possible to generalize them regarding the role of the current territorial division of labor. Canitar is characterized for being a small city whose centrality is reduced, has the function of reservoir of labor and the rural space is occupied largely by the cultivation of sugar cane, being the only relevant economic activity. As a result, Canitar has no importance in the secondary and tertiary sectors supporting the municipal economy in the sugarcane production chain. Santa Cruz do Rio Pardo has developed specialization in the rice processing industry, which gives it a different economic dynamic from Canitar. The productive specialization of the rice processing industry refers to the quantity benefited, turning Santa Cruz do Rio Pardo into the largest Brazilian pole of processing of this grain, except for the state of Rio Grande do Sul, leader in the sector. Also, due to the productive specialization developed, the city presents economic relations that surpass the scope of the urban network of Ourinhos.

Keywords: Urban network. Small town. Agribusiness. Productive specialization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Evolução de núcleos urbanos no estado de São Paulo.....	67
FIGURA 2:	Cultivo de cana-de-açúcar próximo à sede urbana do município de Canitar-SP: 2018.....	203
FIGURA 3:	Indústria de Fertilizantes Fertipar, a direita, plantação de cana-de-açúcar em Canitar, 2018.....	207
FIGURA 4:	Estabelecimentos prestadores de serviços em Canitar, 2018.....	209
FIGURA 5:	Vista parcial da entrada de Canitar, 2018.....	209
FIGURA 6:	Vista Parcial da Agência do banco Bradesco em Canitar, 2018	210
FIGURA 7:	Vista Parcial de estabelecimento comercial anexo a uma residência em Canitar, 2018	211
FIGURA 8:	Vista Parcial de um estabelecimento comercial anexos a uma residência em Canitar, 2018.....	211
FIGURA 9:	Vista Parcial de uma arrozeira em Santa Cruz do Rio Pardo, 2018	253

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1:	Efetivo de Bovinos em Santa Cruz do Rio Pardo: 1960 – 2016	148
GRÁFICO 2:	Licenciamento de veículos comerciais no Brasil quanto ao tipo de combustível: 1984 – 2002	172
GRÁFICO 3:	Licenciamento de veículos comerciais e leves no Brasil quanto ao tipo de combustível entre 2003 e 2017	173
GRÁFICO 4:	Evolução da produção de cana-de-açúcar (t) no Brasil: 1980 – 2016.....	175
GRÁFICO 5:	Produção de etanol (mil m ³) no Brasil: 1980 – 2017	176
GRÁFICO 6:	Produção de açúcar (t) no Brasil: 1980 – 2017	177
GRÁFICO 7:	Exportações brasileiras de etanol no ano de 2017	178
GRÁFICO 8:	Exportações brasileiras de açúcar no ano de 2017	179
GRÁFICO 9:	Participação da cana-de-açúcar na economia agrícola municipal de Santa Cruz do Rio Pardo: 1999-2010.....	199
GRÁFICO 10:	Percentual da área territorial total com cana-de-açúcar em Santa Cruz do Rio Pardo: 1999-2010	199
GRÁFICO 11:	Percentual da área territorial total com cana-de-açúcar em Canitar: 1999 – 2010.....	201
GRÁFICO 12:	Participação da cana-de-açúcar na economia agrícola municipal de Canitar	202

LISTA DE MAPAS

MAPA 1:	Rede Urbana de Ourinhos, 2008.....	22
MAPA 2:	Mapa Pedológico do estado de São Paulo	65
MAPA 3:	Evolução da criação das estações da E.F. Sorocabana	70
MAPA 4:	Cidades da rede urbana de Ourinhos, 1967	74
MAPA 5:	Cidades da rede urbana de Ourinhos, 1978	118
MAPA 6:	Cidades da rede urbana de Ourinhos, 1993	121
MAPA 7:	Cidades da rede urbana de Ourinhos, 2007	123
MAPA 8:	População das cidades da rede urbana de Ourinhos, 2000	125
MAPA 9:	Fluxos de produção da cana-de-açúcar nos municípios da rede urbana de Ourinhos-SP-2018.....	196
MAPA 10:	Fluxos de escoamento da produção de etanol nos municípios da rede urbana de Ourinhos-SP – 2018	197
MAPA 11:	Principais Estados Produtores de arroz.....	239

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	Levantamentos de Campo realizados entre 2015 e 2018	32
QUADRO 2:	Características de redes urbanas em formação socioespacial da pequena e grande propriedade e de fronteiras	43
QUADRO 3:	Distritos de Santa Cruz do Rio Pardo	81
QUADRO 4:	Agroindústrias de bens de capital	163
QUADRO 5:	Agroindústrias de Processamento	164
QUADRO 6:	Tipos de agrosserviços.....	165
QUADRO 7:	Sistemas de plantio e colheita da cana-de-açúcar	168
QUADRO 8:	Escoamento de açúcar e etanol	187
QUADRO 9:	Síntese da dinâmica rural-urbana relativa ao cultivo e processamento de cana-de-açúcar	190
QUADRO 10:	Agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar da rede urbana de Ourinhos – 2018.....	193
QUADRO 11:	Características do arroz comercializado no Brasil	241
QUADRO 12:	Tipos de arroz/marcas das beneficiadoras de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo.....	255

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	Total da população urbana brasileira, por tamanho de cidade	55
TABELA 2:	População da rede urbana de Ourinhos,1960	77
TABELA 3:	Profissões em Santa Cruz do Rio Pardo, 1872.....	89
TABELA 4:	Estabelecimentos rurais com máquinas de beneficiamento de gêneros alimentícios em Santa Cruz do Rio Pardo em 1920	90
TABELA 5:	Imigrantes em Santa Cruz do Rio Pardo,1920	91
TABELA 6:	Evolução populacional de Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1872-1950	93
TABELA 7:	Condição do produtor e área total dos estabelecimentos rurais de Santa Cruz do Rio Pardo: 1940 – 1950.....	95
TABELA 8:	Total dos estabelecimentos rurais por condição do produtor em Santa Cruz do Rio Pardo em 1950	95
TABELA 9:	Estrutura Dimensional dos Estabelecimentos Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo: 1940 – 1950.....	96
TABELA 10:	Área dos estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional em Santa Cruz do Rio Pardo: 1920-1950.....	97
TABELA 11:	Utilização das terras em Santa Cruz do Rio Pardo:1940 – 1950	98
TABELA 12:	Área e quantidade produzida dos principais cultivos agrícolas de Santa Cruz do Rio Pardo: 1920 – 1950.....	100
TABELA 13:	Condição do Produtor e área total dos estabelecimentos rurais de Chavantes: 1940 – 1950	100
TABELA 14:	Total dos estabelecimentos por condição do produtor rural em Chavantes, 1950	101
TABELA 15:	Estrutura Dimensional Estabelecimentos Rurais em Chavantes:1920-1950.....	102
TABELA 16:	Quantidade de Estabelecimentos Rurais de Chavantes quanto à estrutura Dimensional: 1940-1950.....	102
TABELA 17:	Utilização das terras em Chavantes:1940 – 1950	103
TABELA 18:	Área e quantidade produzida dos principais cultivos agrícolas de Chavantes: 1940 – 1950	104
TABELA 19:	Estabelecimentos e pessoal empregado nas indústrias de Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1940-1950.....	106

TABELA 20:	Comércio varejista em Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1940 – 1950.....	107
TABELA 21:	Comércio atacadista em Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1940 – 1950.....	107
TABELA 22:	População da rede urbana de Ourinhos, 1970.....	116
TABELA 23:	População na rede urbana de Ourinhos, 1990.....	119
TABELA 24:	População da rede urbana de Ourinhos, 2000.....	124
TABELA 25:	Evolução populacional de Chavantes, Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo: 1960 – 2010	132
TABELA 26:	Comércio varejista em Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1960 – 1980.....	133
TABELA 27:	Comércio atacadista em Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1960 – 1980.....	134
TABELA 28:	Comércio Varejista em Santa Cruz do Rio Pardo, 2015.....	135
TABELA 29:	Comércio Atacadista em Santa Cruz do Rio Pardo, 2015	136
TABELA 30:	Estabelecimentos e pessoal empregado nas indústrias de Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1960-2010.....	138
TABELA 31:	Estabelecimentos Industriais em Santa Cruz do Rio Pardo, 2015	139
TABELA 32:	Condição do Produtor Rural e área total dos estabelecimentos rurais de Santa Cruz do Rio Pardo: 1960 – 2006	141
TABELA 33:	Estrutura Dimensional dos Estabelecimentos Rurais em Santa Cruz do Rio Pardo: 1960-2006	142
TABELA 34:	Área dos estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional, em Santa Cruz do Rio Pardo: 1960-2006.....	143
TABELA 35:	Utilização das terras em Santa Cruz do Rio Pardo: 1960 – 2006	145
TABELA 36:	Área e quantidade produzida dos principais cultivos agrícolas em Santa Cruz do Rio Pardo: 1960 – 2006.....	147
TABELA 37:	Condição do Produtor Rural e área total dos estabelecimentos rurais de Chavantes: 1960 -1980.....	149
TABELA 38:	Quantidade de estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional, em Chavantes: 1960 – 1980.....	150
TABELA 39:	Área dos estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional, em Chavantes: 1960 – 1980	150
TABELA 40:	Utilização das terras em Chavantes:1960 -1980	151

TABELA 41:	Área e quantidade produzida dos principais cultivos agrícolas em Chavantes: 1960 – 1980	152
TABELA 42:	Condição do Produtor Rural e área total dos estabelecimentos rurais de Canitar: 1996 – 2006	152
TABELA 43:	Quantidade de estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional, em Canitar em 1996 e 2006	153
TABELA 44:	Área dos estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional, em Canitar: 1996 e 2006	153
TABELA 45:	Utilização da terra em Canitar: 1996 e 2006.....	154
TABELA 46:	Área plantada de cana-de-açúcar no Brasil: 1980 – 2017.....	174
TABELA 47:	Distribuição das agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar em 2017	184
TABELA 48:	Produção de cana-de-açúcar nos municípios da rede urbana de Ourinhos – 2017	194
TABELA 49:	Resumo das Despesas de Canitar no ano de 2015	222
TABELA 50:	Receitas Geradas por Canitar no ano de 2015	222
TABELA 51:	Resumo das Despesas de Canitar no ano de 2017	223
TABELA 52:	Receitas Geradas por de Canitar no ano de 2017.....	224
TABELA 53:	Oferta de transporte rodoviário em Santa Cruz do Rio Pardo	266
TABELA 54:	Setor Hoteleiro de Santa Cruz do Rio Pardo.....	266
TABELA 55:	Quantidade de Empregos Formais por setor em Santa Cruz do Rio Pardo	267
TABELA 56:	Outras empresas do setor alimentício de Santa Cruz do Rio Pardo	269

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIARROZ	Associação Brasileira da Indústria de Arroz
ABICALÇADOS	Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACE	Associação Comercial e Empresarial
ALL	América Latina Logística
ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
APL	Arranjo Produtivo Local
BASF	Badische Anilin & Soda Fabrik
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexo Agroindustrial
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da ESALQ
CETESB	Companhia Estadual do Estado de São Paulo
CIAGRO	Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas
CIDAL	Comércio e Indústria de Derivados de Arroz Ltda
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPERSUCAR	Cooperativa de Açúcar e Álcool
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CTC	Centro de Tecnologia Canavieira
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DTT	Divisão Territorial do Trabalho
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Ensino Infantil
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ETEC	Escola Técnica Estadual
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FEPASA	Ferrovias Paulista/SA

FERROBAN	Ferrovia Bandeirantes/SA
FES	Formação Econômica e Social
FESE	Formação Socioespacial
FIO	Faculdades Integradas de Ourinhos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORMEN	Formações Econômicas Pré-Capitalistas
FPM	Fundo de Participação Municipal
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GPS	Global Positioning System
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
IAC	Instituto Agrônômico
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Veículos Automotores
ISS	Imposto sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério da Indústria Comércio e Emprego
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OAPEC	Organização Aparecido Pimentel de Educação e Cultura
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEA	População Economicamente Ativa
PEB I	Professor de Educação Básica I

PEB II	Professor de Educação Básica II
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PROCANA	Programa de Expansão da Canavicultura para a produção de combustível do estado de São Paulo
PROESTE	Plano de Desenvolvimento do Estado de São Paulo
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
REGIC	Região de Influência das Cidades
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIMPURB	Simpósio Nacional de Geografia Urbana
SUS	Sistema Único de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICA	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UNIMAR	Universidade de Marília
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 - FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, REDE URBANA E PEQUENAS CIDADES	33
1.1 - Formação Socioespacial: teoria e método	33
1.2 - Rede Urbana: uma questão teórica	45
1.3 - O Conceito de Pequena Cidade	53
2 - GÊNESE E DINÂMICA DA REDE URBANA DE OURINHOS – SP	64
2.1 - Gênese da rede urbana de Ourinhos – SP	64
2.2 - Gênese Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar	80
2.3 - Dinâmica rural e urbana das pequenas cidades de Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar até a década de 1950	85
3 - TRANSFORMAÇÕES GERAIS NA REDE URBANA DE OURINHOS-SP	110
3.1 - Transformações gerais na rede urbana: 1950 – 2016	110
3.2 - As pequenas cidades da rede urbana de Ourinhos: 1950 – 2016	127
4 - O AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR E AS PEQUENAS CIDADES	157
4.1 - O agronegócio da cana-de-açúcar: diferentes perspectivas	158
4.2 - A Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar	166
4.3 - Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar e as relações com o setor sucroalcooleiro	188
4.4 - O orçamento público municipal em Canitar	218

5 -	ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA EM BENEFICIAMENTO DE ARROZ E A PEQUENA CIDADE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO.....	231
5.1 -	Especialização produtiva em pequenas cidades: apontamentos teórico-metodológicos	233
5.2 -	Santa Cruz do Rio Pardo: pequena cidade beneficiadora de arroz	237
5.3 -	Santa Cruz do Rio Pardo na rede urbana de Ourinhos	263
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	272
	REFERÊNCIAS	278

INTRODUÇÃO

A discussão sobre pequenas cidades de uma rede urbana regional é o foco central da presente tese. Estudar pequenas cidades e a rede urbana permeia motivações pessoais e acadêmicas. As motivações pessoais referem-se ao fato de a autora ter nascido em uma pequena cidade, Santa Cruz do Rio Pardo, e residido na mesma por 20 anos. Nessa condição, a autora muitas vezes questionou diversas situações recorrentes em pequenas cidades: a necessidade de deslocamento para cidades de maior tamanho populacional em busca de serviços médicos específicos, a pouca variedade do comércio local, ausência de ensino superior demandando deslocamentos diários para cidades como Ourinhos (SP), Marília (SP) e Bauru (SP), ou mesmo a mudança por parte de parcela da população por demandas educacionais para cidades como Londrina (PR), Maringá (PR), São Paulo (SP), dentre outras.

A pequena cidade de Canitar, também estudada nessa tese, tem sua escolha vinculada ao fato de estar localizada muito próxima de Santa Cruz do Rio Pardo (28 km) e também ser conhecida pela autora como lugar de passagem em direção à cidade de Ourinhos: seja pelo fato de estar localizada às margens da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, como ser local de parada de uma das linhas de ônibus intermunicipal que liga Santa Cruz do Rio Pardo a Ourinhos. Os deslocamentos em direção à Ourinhos estavam ligados ao acesso a alguns serviços médicos que não se faziam presentes em Santa Cruz do Rio Pardo e ao curso superior que a autora realizava, geografia, na Unesp de Ourinhos.

Nesse percurso empiricamente se observava que, Canitar era muito vinculada a produção de cana-de-açúcar: a presença diária de boias-frias¹ deslocando-se pela cidade em direção a suas casas ou ao ponto do ônibus rural, a fim de ir trabalhar nos canaviais, a paisagem da área rural ocupada por esse cultivo, a aparência das ruas principais da cidade com problemas de infraestrutura, dentre outros, são alguns elementos que há tempos geraram indagações, na perspectiva de entender qual a relação entre a cana-de-açúcar e a aparente pobreza² de Canitar.

O interesse pelo tema pequenas cidades também refere-se às discussões desenvolvidas na disciplina “Pequenas cidades, municípios e escala local”, ministrada

¹ Há cerca de 10 anos foi iniciado processo de mecanização do plantio e colheita da cana-de-açúcar e os boias-frias foram gradativamente sendo substituídos por máquinas. Porém, no período que a autora residia na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo e passava por Canitar em direção a Ourinhos, a produção da cana-de-açúcar ainda era baseada no trabalho do boia-fria.

² O trabalho refere-se a dimensão do conceito de pobreza quanto à privação de bens materiais e de elementos que dificultem o bem-estar pessoal, podendo citar a falta de moradias, alimentos, lazer, empregos entre outros; isto é, a pobreza relativa; conceito que se aproxima da desigualdade social (ROMÃO, 1982).

pela Profa. Dra. Ângela Maria Endlich e cursada pela presente autora no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Tornou-se igualmente motivador do presente estudo, a disciplina “Redes Geográficas”, ministrada pela profa. Dra. Tânia Maria Fresca e cursada pela autora durante o curso de Mestrado em Geografia pela UEM.

As disciplinas citadas suscitaram questionamentos e reflexões sobre o tema pequenas cidades e rede urbana. Esse último, no caso a rede urbana, apresenta-se como um recorte geográfico e categoria necessária à compreensão do objeto de estudo. A partir do contato com a bibliografia e discussões acadêmicas, se estabeleceu parte das motivações acadêmicas para estudar esse escalão urbano, atrelando-se ao recorte da rede urbana.

No ideário popular as pequenas cidades são percebidas como espaços urbanos pouco complexos, pautados pela tranquilidade e aparente imutabilidade social e econômica. Entretanto, assim como outros escalões urbanos, as pequenas cidades podem ser inseridas em outra divisão territorial do trabalho que resulta em diferentes funções, manifestas no contexto da rede urbana.

Considerando que as pequenas cidades são as mais numerosas de qualquer rede urbana, deixar de estudá-las implica na compreensão relativamente incompleta da mesma. Têm-se ainda poucos estudos que contemplem núcleos urbanos não inseridos em áreas metropolitanas, podendo gerar reflexões distintas e importantes para a geografia, pois as relações produtivas e as relações campo-cidade são diferentes daquelas que ocorrem em áreas metropolitanas. A reestruturação produtiva e a desconcentração industrial ocorrida a partir da década de 1970, criou novas centralidades e papéis para as pequenas cidades, atendendo diferentes lógicas do capitalismo e para muitas pequenas cidades, ocorreram alterações em sua dinâmica econômica e social, com outras participações na rede urbana.

A opção pela rede urbana de Ourinhos, refere-se inicialmente à inexistência de trabalhos sobre a mesma, buscando assim contribuir com a compreensão de sua dinâmica. Acrescenta-se o fato de ser uma rede urbana formada majoritariamente por pequenas cidades, com populações de até 50 mil habitantes.

A rede urbana de Ourinhos atualmente é composta pelas cidades de Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Piraju, Ibirarema, Ribeirão do Sul, São Pedro do Turvo, Espírito Santo do Turvo, Salto Grande, Ipaussu, Chavantes, Bernardino de Campos,

Óleo, Timburi, Sarutaiá, Fartura, Tejupá e Canitar, localizando-se no Centro-Oeste Paulista³ (SEADE, 2011).

O atual estudo Região de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2008) define que a rede urbana estudada é formada pelo Centro Sub-Regional Ourinhos, nível mais elevado dessa rede urbana, sendo uma cidade de porte médio. As demais cidades da rede urbana podem ser consideradas pequenas, devido ao tamanho populacional e a fraca centralidade que exercem na rede urbana de Ourinhos. As cidades de Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju desempenham o papel de Centro de Zona B, o segundo patamar hierárquico da rede urbana analisada e as demais cidades configuram-se como centro local, nível mais elementar de uma rede urbana.

De maneira geral, as pequenas cidades da rede urbana de Ourinhos pautam sua economia no cultivo e processamento agroindustrial da cana-de-açúcar, e, em menor proporção, na pecuária e café, principalmente no caso de Piraju. Essas pequenas cidades apresentam comércio e serviços elementares bem como algumas indústrias mecânicas e alimentícias, exercendo fraca centralidade no contexto da rede urbana estudada.

A principal cidade dessa rede urbana, Ourinhos, coloca-se como um importante centro urbano prestador de serviços, comércio diversificado, especialidades médicas e ensino superior, seja público ou privado. Há ainda um relevante setor industrial, sobressaindo as indústrias alimentícias (café Jaguari, Marvi), Colchões Castor e a indústria Metalmecânica Tecnal. Esses elementos denotam não apenas a centralidade de Ourinhos em sua rede urbana, mas a oferta de empregos ocupados em parte, por habitantes das demais cidades da rede urbana, que realizam deslocamentos diários.

O mapa 1 apresenta a rede urbana de Ourinhos, destacando as cidades estudadas nessa tese, Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo.

³ Embora existam diferentes divisões regionais no estado de São Paulo, por parte do IBGE e do governo estadual, optou-se por considerar a regionalização apontada do SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, em seus estudos econômicos acerca do estado. Essa regionalização divide o estado de São Paulo em: Nordeste, Noroeste, Vale do Ribeira, Vale do Paraíba do Sul, Predominantemente Metropolitana, e Centro-Oeste Paulista, sendo que a rede urbana de Ourinhos está localizada na Região Centro-Oeste Paulista.

Por conseguinte, a geração de receitas municipais é pequena significando também uma evidente dependência de fontes orçamentária externas⁴. Também, parte da população sobrevive através de recursos oriundos de assistencialismo público, na medida que o município apresenta os piores indicadores sociais, dentre aqueles que compõem a rede urbana de Ourinhos (IBGE, 2010).

A escolha de Canitar vincula-se à aparente pobreza verificada previamente, quanto à falta de asfalto, má conservação das vias públicas, espaços públicos degradados, falta de empregos, atividades de lazer, ensino profissionalizante, ensino superior, presença de órgãos públicos, inexistência do setor de saúde privado, estabelecimentos comerciais varejistas não vinculados ao capital local, existência apenas de serviços pouco complexos.

A falta dos elementos citados reflete a fraca centralidade de Canitar e alguns problemas que a população local enfrenta para o acesso a serviços e infraestruturas urbanas. Porém, o aspecto principal da opção pelo estudo de Canitar é o questionamento sobre como uma cidade que pauta sua economia na participação na cadeia produtiva da cana-de-açúcar insere-se na rede urbana atualmente.

A partir desse quadro, procurou-se compreender como uma pequena cidade inserida na cadeia produtiva da cana-de-açúcar pode sustentar suas funções elementares quanto à manutenção dos serviços e infraestruturas necessários à população, considerando a debilidade da economia local. Desse modo, partiu-se da hipótese que o cultivo de cana-de-açúcar na quase totalidade da área municipal de Canitar não é capaz de gerar renda e empregos para a população local, o que se reflete na debilidade do comércio varejista e serviços. Como consequência não seriam geradas receitas suficientes para a manutenção da cidade de Canitar, resultando na dependência de recursos econômicos externos.

A atividade monocultora da cana-de-açúcar e o processamento agroindustrial, têm contribuído para a diminuição da quantidade de empregos em decorrência da modernização das técnicas e processos produtivos. Este fator aliado a falta de diversificação econômica e baixa renda da população revela que Canitar não pode ser estudada apenas como uma cidade de “boias-frias”, em parte devido à gradativa

⁴ Os recursos federais referem-se aos repasses de receitas oriundas do Governo Estadual, caso do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços; Governo Federal através do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FPM - Fundo de Participação dos municípios etc. No tocante ao assistencialismo oriundo da esfera pública, parte da população depende dos recursos do programa federal Bolsa Família.

substituição dos mesmos pelas máquinas e, por outro lado, em consequência dos deslocamentos diários de trabalhadores a Ourinhos, configurando-se uma cidade-dormitório⁵.

Nessa perspectiva Corrêa (2011) aponta que, as potencialidades já existentes foram intensificadas por agentes sociais locais ou externos ou ocorreram perdas de atividades, criando assim distintos tipos de pequenas cidades. Essas pequenas cidades podem assumir o papel de reservatório de força de trabalho, cidade-dormitório, cidades sem atividades econômicas expressivas e dependentes de recursos externos, e as cidades que desenvolveram algum tipo de especialização, seja funcional ou produtiva. No contexto da presente pesquisa, não se trata de uma classificação das cidades da rede urbana de Ourinhos, mas da busca pela compreensão dos processos gerais e dos elementos econômicos e sociais que resultaram na forma como essas pequenas cidades reinseriram-se na rede urbana de modo singular.

Quanto à Santa Cruz do Rio Pardo, pequena cidade do ponto de vista populacional, pois apresenta 47.395 habitantes (IBGE, 2018) e também em relação ao papel na rede urbana, sendo um centro de zona que exerce fraca centralidade na rede urbana de Ourinhos; a discussão permeia a hipótese da especialização funcional vinculada à indústria do beneficiamento de arroz, desempenhando relações econômicas tanto no patamar da rede urbana de Ourinhos bem como outras redes urbanas.

A especialização funcional das pequenas cidades ainda é um tema pouco discutido, presente nos trabalhos de Fresca (2005)⁶, Veiga (2007), Fresca (2009), Fresca e Veiga (2011) e referem-se à pequenas cidades localizadas na rede urbana do Norte do Paraná. Fresca & Veiga (2011) identificaram que os elementos que originam as especializações funcionais são: 1) municípios que passaram por intensas mudanças decorrentes do processo de modernização agrícola após a década de 1970; 2) existência de capital adquirido previamente com as atividades agrícolas outrora exercidas ou em atividades ligadas ao comércio; 3) o contato próximo; 4) desconcentração industrial ocorrida a partir do fim do século XX.

⁵ De acordo com Corrêa (2011), o termo cidade-dormitório, no caso das pequenas cidades, refere-se àquelas cidades cuja oferta de empregos é insuficiente, demandando deslocamentos às cidades de maior porte, possibilitado quando há pequenas distâncias entre essas cidades.

⁶ Fresca & Veiga (2011) identificaram a especialização de Santa Fé (PR) na prestação de serviços fotográficos; Fresca (2009) apontou a especialização industrial de metais sanitários em Loanda; Veiga (2007) analisou especialização industrial em mesas de bilhar em Jaguapitã (PR) e Fresca (2005) discutiu a especialização industrial de Cianorte (PR) em confecções, Arapongas (PR) na produção de bonés e Apucarana (PR) com produção de móveis.

O contato próximo, conforme Fresca (2000) diz respeito à expansão numérica de empresas de um mesmo segmento em uma pequena cidade, mediante a ação de ex-empregados, sócios, dentre outros, que ao observar o sucesso de um empresário, inserem-se na mesma atividade, criando novas empresas. Nesse caso não há nenhuma ação governamental que administre a expansão do segmento produtivo.

A especialização refere-se conforme Fresca e Veiga (2011) ao fato da atividade ter forte importância na economia local, mediante a geração de empregos e impostos; a atividade produtiva pode ter destaque na escala regional ou nacional; a especialização produtiva não implica necessariamente na inexistência de outras atividades produtivas, que podem estar ou não relacionadas àquela que gera a especialização.

No caso de Santa Cruz do Rio Pardo, adiciona-se ainda o importante papel desempenhado pela indústria Máquinas Suzuki, empresa de capital local cuja gênese é anterior a criação das arrozeiras e que, através da invenção dos roletes de borracha, permitiu maior rentabilidade ao processo de descascamento do grão de arroz. A empresa desenvolveu também os equipamentos destinados ao beneficiamento de arroz, contribuindo assim para a efetivação dessa atividade produtiva.

Os elementos citados deram origem às especializações funcionais: na prestação de um determinado serviço; industrial vinculada a um produto de destaque; o caso discutido nesse trabalho, a possibilidade da especialização produtiva de Santa Cruz do Rio Pardo no beneficiamento do arroz.

A partir dos elementos colocados, alguns questionamentos surgiram: 1- Quais serviços e atividades comerciais são realizados nas pequenas cidades de Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo, partindo do pressuposto que a primeira vincula-se à cadeia produtiva da cana-de-açúcar e a outra, desenvolve a especialização produtiva na indústria de beneficiamento de arroz? 2- Quais as relações dessas cidades com outras cidades da rede urbana, considerando que exercerem papéis diferentes? 3) Quais interações espaciais ocorrem em uma rede urbana sem a presença de todos os níveis de centralidade e que, concentra em sua principal cidade, forte centralidade do ponto de vista comercial e de prestação de serviços?

Por fim, qual é o papel das pequenas cidades na rede urbana de Ourinhos a partir da hipótese da refuncionalização e especialização funcional das pequenas cidades, considerando Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo? A hipótese dessa pesquisa é que a rede urbana, a partir das transformações gerais ocorridas nos anos de 1960/1970, passou a apresentar dinâmicas econômicas e sociais distintas das verificadas anteriormente,

implicando em mudanças nas dinâmicas das pequenas cidades e sua inserção na rede urbana.

Essas transformações gerais teriam ocorrido de maneira diferente nas cidades estudadas nessa tese. Canitar apresentou crescente concentração de terras e de renda atrelada à expansão do cultivo de cana-de-açúcar resultando em uma economia municipal pautada praticamente apenas nessa atividade econômica. Santa Cruz do Rio Pardo teria passado por profundas mudanças na área agrícola, porém não permaneceu atrelada apenas um cultivo e, por outro lado havia agentes sociais com capital oriundo das atividades agrícolas outrora desenvolvidas no município investindo em atividades econômicas urbanas, no caso, a indústria de beneficiamento de arroz.

Desse modo, defende-se a tese de que as pequenas cidades da rede urbana de Ourinhos, particularmente Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar, mesmo inseridas na mesma formação socioespacial, apresentariam diferentes papéis na divisão territorial do trabalho, mediante lógicas atribuídas pelo capitalismo e pelas especificidades locais.

O objetivo geral da tese foi discutir as diferentes inserções das pequenas cidades Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo na rede urbana de Ourinhos - SP. Em relação aos objetivos específicos, buscou-se:

- 1- Entender a gênese das pequenas cidades da rede urbana de Ourinhos, de modo a compreender as funções que essas cidades apresentaram nos diferentes recortes temporais estabelecidos nesse trabalho;
- 2- Analisar o papel das pequenas cidades vinculadas às transformações da rede urbana em dois recortes temporais: década de 1960 e o segundo decênio do século XXI, associando às mudanças econômicas que as pequenas cidades de Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo apresentaram em decorrência da intensificação da divisão territorial do trabalho;
- 3- Apreender as singularidades que as pequenas cidades estudadas apresentam, em decorrência da especialização funcional na indústria do beneficiamento do arroz (Santa Cruz do Rio Pardo) e da economia pautada no agronegócio da cana-de-açúcar, (caso de Canitar);
- 4- Analisar como uma municipalidade pouco dinâmica do ponto de vista econômico, obtém os recursos necessários para administrar um município.

Temporalmente o estudo sobre Santa Cruz do Rio Pardo refere-se a década de até 1960 até o período atual. O mesmo não acontece quanto a Canitar, em decorrência de tratar-se de um município emancipado no ano de 1991, apesar de sua origem ser

datada do início do século XX. De tal maneira, os dados e análises apresentadas nesse trabalho no período anterior a sua elevação municipal, estão vinculados a Chavantes, do qual era distrito.

Considerando que os homens produzem historicamente o espaço, sendo o mesmo, reflexo e condição para as ações humanas, tem-se o espaço desigual e produzido historicamente. Por essa razão fez-se necessário também a análise da gênese dos núcleos urbanos da rede urbana de Ourinhos, associado ao conceito e método da formação socioespacial (SANTOS, 1977).

Dessa forma, a tese foi construída e apresentada em 5 capítulos. O primeiro capítulo intitulado Formação Socioespacial, Rede Urbana e Pequenas Cidades, teve como objetivo realizar a discussão teórica e metodológica que permeou a construção da tese, abordando a formação socioespacial como teoria e método; a compreensão conceitual sobre rede urbana e pequenas cidades.

O capítulo 2 apresenta a estruturação da rede urbana de Ourinhos e a gênese das cidades de Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar, associada à formação socioespacial. Esse capítulo situa-se temporalmente entre a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX. Analisa ainda a dinâmica rural e urbana das pequenas cidades de Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo até 1950, de modo a entender quais papéis exerciam na rede urbana de Ourinhos.

O capítulo 3 analisa as transformações gerais na rede urbana de Ourinhos entre 1960 a 2016, considerando as mudanças pelas quais as cidades em estudo e a rede urbana passaram do ponto de vista da dinâmica rural-urbana. Analisa-se também as alterações na própria rede urbana a partir dos estudos de Regiões de Influência das cidades (IBGE) e as alterações nas centralidades das cidades.

O capítulo 4 analisou a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e as relações com pequenas cidades e o orçamento municipal em Canitar. Essa última discussão foi realizada unicamente para Canitar, tendo em vista o fato de a mesma ter grande dificuldade para obtenção de recursos para manutenção de atividades básicas à sua população.

As duas cidades estudadas nessa tese estão inseridas na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, porém de formas distintas, denotando que não se pode generalizar uma dada situação para todas aquelas vinculadas economicamente a tal cadeia produtiva.

Por outro lado, o orçamento municipal, no caso das pequenas cidades ainda não foi amplamente discutido na geografia, sendo que esse seria um dos caminhos para melhor compreensão de sua realidade social.

O orçamento público de Canitar foi analisado em dois momentos: em 2015 (Governo Dilma Rousseff) e 2017 (Governo Michel Temer). O objetivo foi entender como são obtidos os recursos municipais (próprios e externos) e sua aplicação para a manutenção das atividades públicas, bem como a geração de empregos públicos municipais.

No capítulo 5 analisou-se a indústria do arroz e a pequena cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, discutindo-se inicialmente o sentido da especialização industrial e produtiva que caracteriza essa atividade.

Para a realização da pesquisa, os procedimentos operacionais basearam-se em fontes primárias e secundárias. Os levantamentos de dados secundários referem-se às fontes bibliográficas (teses, dissertações, livros, artigos científicos e jornais). Também foram levantados dados junto ao IBGE, SEADE, MTE/RAIS, associações comerciais, prefeituras municipais, sindicatos, associações de produtores diversos, dentre outros.

As fontes primárias consistiram na coleta de dados e informações mediante entrevistas semiestruturadas, diálogos informais com diferentes agentes sociais a fim de obter os caminhos para a realização de entrevistas, coleta de dados em prefeituras municipais, dentre outros. Tratou-se da etapa de obtenção de dados e informações de modo qualitativo, procurando desvendar e interpretar acontecimentos, processos e atividades que se realizam em Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo. O quadro 1 (p.32) traz as etapas percorridas, quanto aos levantamentos de campo, entre 2015 e 2018.

A primeira coleta de dados ocorreu em abril de 2015, na agência regional do IBGE, onde foram coletados dados gerais sobre Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo. Nos dias 23 e 24 de junho de 2015 coletou-se dados iniciais e registro fotográfico de Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo. Em ambas cidades as entrevistas foram informais e realizadas com moradores locais e funcionários das prefeituras, a fim de obter informações sobre a economia local, nomes e contatos de empresas. Em Santa Cruz do Rio Pardo, a coleta de dados também ocorreu com os agentes sociais da Associação Comercial e Empresarial - ACE, a fim de saber quais outras empresas haviam na cidade em tela, identificando naquela ocasião um forte setor alimentício, que além da indústria de beneficiamento de arroz, era composto por indústria de doces, pão de alho, sorvetes e chocolate.

No ano de 2016 foram pesquisadas as gêneses de Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo através de entrevistas com agentes sociais das prefeituras⁷ municipais das respectivas cidades e diálogos informais com alguns moradores locais. Em 2018 foram realizadas as entrevistas/coleta de dados referentes à cadeia produtiva da cana-de-açúcar no contexto da rede urbana de Ourinhos e quanto às indústrias alimentícias de Santa Cruz do Rio Pardo. No dia 28 de maio de 2018 foi realizada uma entrevista semiestruturada com um dos proprietários da indústria mecânica Camachinho, Sr. Marcos Camacho, empresa que presta serviços de manutenção da parte industrial das agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar existentes nos municípios da rede urbana de Ourinhos.

Em 29 de maio de 2018 entrevistou-se um agente social que atua no setor administrativo da empresa Usina São Luiz, agroindústria processadora de cana-de-açúcar localizada em Ourinhos, a fim de coletar informações sobre a produção da empresa, destino do açúcar e etanol, quantidade e procedência dos trabalhadores e relações com Canitar. No dia 30 de maio de 2018 entrevistou-se informalmente, via telefone, agentes sociais que atuam nas empresas Ipiranga e Petrobras, distribuidoras de combustíveis com unidades localizadas em Ourinhos, a fim de confirmar informações sobre o destino do etanol produzido localmente.

Em Canitar foram realizadas novas coletas de dados por meio de entrevistas e consulta à prefeitura municipal. No dia 12 de abril de 2018, entrevistou-se trabalhadores do setor sucroalcooleiro, que atuam em serviços desenvolvidos na área rural, a fim de compreender qual é o papel dos trabalhadores rurais de Canitar no conjunto atual da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, na medida que o boia-fria é praticamente inexistente nos municípios que compõem a rede urbana de Ourinhos. Por sua vez, os trabalhadores da Frente de Trabalho⁸ exercem funções urbanas, principalmente de limpeza de vias públicas, remuneradas com meio salário mínimo, pagos pela prefeitura municipal.

No dia 10 de junho de 2018 realizou entrevista com um agente social da agroindústria processadora de cana-de-açúcar Comanche, a fim de obter dados acerca da

⁷ Os entrevistados solicitaram não serem identificados. Os diálogos com moradores ocorreram com parentes da autora, no caso de Santa Cruz do Rio Pardo e com funcionários da escola E.E. Aparecido Gimenez, no caso de Canitar. Os diálogos realizados nas prefeituras ocorreram com agentes sociais das mesmas.

⁸ Trata-se de um programa governamental que atende pessoas desempregadas, oferecendo uma remuneração inferior ao salário mínimo, para jornadas inferiores a 40 horas semanais. Os trabalhadores exercem funções relacionadas aos serviços gerais.

empresa, no tocante a produção, destino, mão-de-obra empregada e relações estabelecidas com o município de Canitar. Por fim, no dia 15 de setembro de 2018, realizou-se entrevista com um agente público da Câmara Municipal de Canitar a fim de obter alguns esclarecimentos sobre os dados oriundos do orçamento público da cidade. No mesmo dia foram realizados diálogos informais com comerciantes da cidade, observou-se e realizou-se o registro fotográfico dos estabelecimentos comerciais encontrados na cidade.

É importante esclarecer que os entrevistados referentes ao setor sucroalcooleiro, com exceção da mecânica Camachinho, não autorizaram a divulgação de suas identidades, apontando motivos diversos.

Entre os dias 4 e 8 de junho de 2018 foram realizadas entrevistas⁹ nas empresas de Santa Cruz do Rio Pardo. Foram entrevistados os agentes sociais das indústrias de beneficiamento de arroz: 1) Solito - gerente administrativo Sr. Luiz Cláudio; 2) Piciningerente administrativo Sr. Camilo; 3) Valle Branco - gerente administrativo Sr. Valdemar; 4) São João Alimentos - gerente administrativo Sr. Eduardo Pegorer; 5) Guacira - gerente administrativo Sr. Mario Pegorer; 6) Rosalito - gerente administrativo Sr. José Roberto Pegorer. O objetivo foi coletar informações sobre a criação das empresas, a área de atuação, origem da matéria-prima, o setor arroseiro, as relações com a cidade de Santa Cruz do Rio Pardo e a geração de empregos.

Foram realizadas entrevistas com empresas diretamente ligadas ao setor arroseiro: 1) Cidal, empresa responsável pela destinação da casca do arroz, entrevista realizada com o gerente administrativo Sr. Juliano Toledo; 2) indústria de alimentos para gatos e cães Special Dog, pois a mesma compra o farelo de arroz produzido pelas arroseiras para a produção da ração, entrevista realizada com a gerente de marketing Sra. Priscila Manfrim; 3) Sr. Munehiro Uchida, ex-funcionário da Máquinas Suzuki, perscrutora na fabricação de máquinas de beneficiamento de arroz, localizada em Santa Cruz do Rio Pardo. A empresa Máquinas Suzuki encerrou as atividades em 2017, porém em razão da importância no estabelecimento e consolidação da atividade do beneficiamento do arroz, mostrou-se necessário buscar a compreensão de como a empresa atuou no setor.

⁹ Os agentes sociais referentes ao setor arroseiro de Santa Cruz do Rio Pardo autorizaram a divulgação de suas identidades. Devido ao fato de serem empresas de capital local e de caráter familiar o acesso às informações foi menos dificultoso que o setor sucroalcooleiro.

No decorrer da pesquisa empírica, notou-se que Santa Cruz do Rio Pardo reunia outras indústrias com importância regional e até mesmo nacional. No caso da Special Dog, destaca-se o fato de ser a maior geradora de empregos da cidade, cerca de 1.200 empregos diretos e por ser a terceira maior empresa brasileira do setor de alimentos para gatos e cães, sendo a primeira colocada com capital 100% nacional. Porém, o setor apresenta o domínio de algumas empresas estrangeiras, com destaque para Royal Canin e Purina.

O setor das indústrias alimentícias apresenta outras empresas importantes para a economia de Santa Cruz do Rio Pardo, destacando-se a Santa Massa Pão de Alho, Sorvetes Beguetto, Doces Irlofil, Chocolates Gobeche, Frigorífico Itajara e Iogurte Botelho sendo realizadas entrevistas¹⁰ com agentes sociais das mesmas a fim de obter informações sobre a quantidade de empregos gerada, mercado consumidor e origem das matérias-primas. Também foram realizadas entrevistas com agentes sociais das Cerealistas Solimã e Sefert, Srs. Antônio Roberto Pegorer e Valdir Prado, respectivamente, a fim de compreender a origem dos grãos e o destino.

No dia 11 de junho de 2018 foram realizados diálogos informais no comércio local e em alguns estabelecimentos prestadores de serviços. Em 12 de junho de 2018 foram coletados dados acerca do setor hoteleiro¹¹ de Santa Cruz do Rio Pardo, obtendo informações sobre a origem dos hóspedes, a estrutura dos estabelecimentos, preço e as relações com o setor industrial da cidade. No mesmo dia foram realizadas entrevistas com agentes sociais da faculdade OAPEC e Escola Técnica Orlando Quagliato com o intuito de obter dados sobre a origem dos alunos. Essas informações, associadas às outras obtidas nos setores comerciais e de serviços foram importantes para a análise da centralidade de Santa Cruz do Rio Pardo. No dia 20 de dezembro de 2018 foram encerrados os levantamentos de campo, sendo o último realizado no distrito de Sodrélia a fim de coletar informações sobre a dinâmica rural urbana atual.

Mediante aos dados e informações coletados nos levantamentos de campo relatados, associou-se essas informações quanto aos conceitos e a metodologia trabalhados na pesquisa, criando assim o presente trabalho.

¹⁰ Os entrevistados das empresas Irlofil, Itajara e Beguetto solicitaram que não fossem identificados. Na empresa Iogurte Botelho entrevistou-se o gerente Lourival Botelho, na Santa Massa entrevistou-se o gerente de marketing Sr. Nicanor Guerreiro e na Gobeche Alimentos; Sra. Cristina.

¹¹ No hotel Thalle, as informações foram prestadas pela gerente Sra. Denise e na pousada Galeguinhos, pelo Sr. Carlos. No Hotel San Juan, a funcionária entrevistada solicitou que sua identificação não fosse divulgada.

QUADRO 1: Levantamentos de Campo realizados entre 2015 e 2018

Município	Data de realização	Atividades desenvolvidas	Fontes/entrevistas
Canitar	23/06/2015	Coleta de dados iniciais. Registro fotográfico.	Entrevistas informais com moradores locais e funcionários da prefeitura municipal.
	24/05/2016	Coleta de informações sobre a gênese da cidade.	Entrevista na prefeitura municipal.
	12/04/2018	Coleta de dados e informações com os trabalhadores do setor sucroalcooleiro e frente de trabalho.	Entrevista semiestruturada com os alunos do EJA da Escola Estadual Aparecido Gonçalves Lemos trabalhadores da frente de trabalho, do setor sucroalcooleiro e outros trabalhadores. Diálogos informais no comércio.
	10/06/2018	Coleta de dados e informações na Agroindústria Comanche.	Entrevista semiestruturada com o representante da Comanche.
	15/06/2018	Registro fotográfico.	-----
	15/09/2018	Coleta de dados sobre o orçamento público municipal local.	Prefeitura e Câmara Municipal de Canitar.
Santa Cruz do Rio Pardo	24/06/2015	Coleta de dados iniciais. Registro fotográfico.	Diálogos informais com moradores locais. Entrevista semiestruturada com funcionários da prefeitura municipal e ACE (Associação Empresarial e Comercial).
	28 e 29/06/2016	Coleta de informações sobre a gênese da cidade.	Entrevista informal na prefeitura municipal e moradores locais.
	4 a 8 de junho de 2018	Coleta de dados e informações.	Entrevistas semiestruturadas nas empresas Solito, Guacira, São João, Valle Branco, Rosalito, Picinin, Special Dog, Sefert, Solimã, Cidal, Sorvetes Beguetto, Iogurte Botelho, Pão de Alho Santa Massa, Chocolates Gobeche, Frigorífico Itajara e Sr. Munehiro Uchida (Máquinas Suzuki).
	11/06/2018	Coleta de dados e informações.	Diálogos informais no comércio e prestadores de serviços (supermercados, lojas de roupas, padarias e restaurantes).
	12/06/2018	Coleta de dados e informações.	Entrevista semiestruturada nos hotéis de Santa Cruz do Rio Pardo e nos estabelecimentos de ensino públicos e privados; Faculdade OAPEC e Escola Técnica Orlando Quagliato.
Sodrélia (distrito de Santa Cruz do Rio Pardo)	20/12/2018	Coleta de dados, informações efetuação de registro fotográfico.	Entrevistas informais com moradores locais, subprefeitura e na cafeeira Zílio.
Ourinhos	1/04/2016	Coleta de dados e informações.	Escritório do IBGE de Ourinhos.
	28/05/2018	Coleta de dados e informações.	Entrevista semiestruturada na indústria Mecânica Camachinho.
	29/05/2018	Coleta de dados e informações.	Entrevista semiestruturada com o representante da Usina São Luiz.
	30/05/2018	Coleta de dados e informações.	Entrevista informal via telefone com a Unidade Ipiranga e Petrobras de Ourinhos.

Fonte: a autora.

1- FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, REDE URBANA E PEQUENAS CIDADES

O objetivo desse capítulo é realizar uma discussão teórico-metodológica necessária à construção da tese, explicitando os conceitos fundamentais da formação socioespacial de Santos (1977), a rede urbana e, o objeto de estudo da tese; as pequenas cidades.

1.1- Formação socioespacial: teoria e método

A formação socioespacial é uma proposta teórica e metodológica discutida por Santos (1977) durante a década de 1970, a partir do artigo intitulado “Sociedade e espaço: a formação espacial como teoria e como método”, publicado originalmente em 1977 nas revistas *Antipode* e *Boletim Paulista de Geografia*.

O autor construiu sua proposta teórica e metodológica mediante embasamentos da economia política e materialismo dialético de Karl Marx. A fim de compreender o que é a formação socioespacial de Santos (1977) e como essa teoria e método foi construída, analisou-se os princípios fundantes da mesma, através da Formação Econômica e Social (FES)¹² por estabelecer o emprego da formação econômica e social de maneira sistematizada.

Porém a construção da formação socioespacial de Santos (1977) inserindo a possibilidade de análise do espaço geográfico apresentou também outras contribuições conceituais. Apesar do arcabouço teórico fundante da formação socioespacial de Santos (1977), é notável a influência do geógrafo francês Jean Tricart quanto à produção acadêmica de Milton Santos, em especial em relação aos primeiros trabalhos. Jean Tricart, ao relacionar a paisagem física com a atuação humana, evidenciou a relevância do aspecto social quanto aos mais diversos recortes geográficos, confirmando assim a importância que o aspecto físico assumiria no conceito e método da formação socioespacial de Santos (1977), conforme explicou Silva & Silva (2004).

Nessa perspectiva as combinações geográficas de Cholley (1964 a; 1964 b), teoria na qual o autor concebeu que toda a realidade é formada por uma combinação de elementos físicos, biológicos e humanos, foram importantes para o desenvolvimento do

¹² Estabelecida por Marx (1883), no prefácio do livro 1 da obra “O Capital”, publicada originalmente em 1867 e na obra “A ideologia Alemã” de Marx e Engels (1846), publicada inicialmente em 1846. Interessa ainda, a contribuição teórica de Lenin (1985), na obra “O desenvolvimento do capitalismo da Rússia”, publicado originalmente em 1933.

conceito e método da formação socioespacial de Santos (1977). Complementarmente, Santos (1977) considerou as múltiplas determinações de Marx (1983), a respeito da concretude, ou a totalidade de um dado momento histórico, necessária para a compreensão da formação socioespacial em um espaço social.

Para a presente pesquisa, além da formação socioespacial de Santos (1977), trabalha-se com a perspectiva teórica de Mamigonian (1996). Esse autor, reconheceu a formação socioespacial (SANTOS, 1977) como a maior contribuição teórica de Milton Santos concluindo que a teoria em tela não deveria restringir-se apenas à aplicação quanto à escala nacional, apresentando assim, novas perspectivas para as discussões relativas à formação socioespacial.

A formação econômica e social¹³ (MARX, 1983) apresentava-se como uma opção de método quanto às ciências humanas, no qual a pesquisa atrelar-se-ia ao concreto-dado, ou à síntese das múltiplas determinações, ou seja, aquela realidade existente independente de ser estudada ou percebida, mediante à análise do todo ou da totalidade (SANTOS, 1977).

De acordo com Santos (1977), os avanços metodológicos encontrados em Marx (1983) e Lenin (1985) referem-se à interpretação de que as sociedades devem estar atreladas ao conhecimento de sua história, sendo o desenvolvimento histórico, o ponto primordial para entender como se constitui uma dada sociedade, evitando-se a interpretação relativa ao materialismo abstrato, presente nas ciências naturais.

A formação econômica e social de Marx (1983) contemplou o aspecto social e econômico, sendo que a formação econômica é uma categoria teórica a qual relaciona-se ao modo de produção. Por sua vez, a formação social diz respeito à evolução diferencial das sociedades, relacionado à produção realizada pelo homem e também às forças externas. A formação social deve ser compreendida mediante o conhecimento do desenvolvimento histórico pelo qual passou a sociedade, pois apenas dessa maneira pode-se entender como a mesma se constituiu. Por outro lado, a formação econômica refere-se ao modo de produção desenvolvido por uma dada sociedade (SANTOS, 1977).

Desse modo, a formação econômica e social elaborada por Marx (1983) refere-se ao modo de produção historicamente determinado e pautado por relações sociais de produção, considerando que a sociedade está em constante transformação, ocorrendo, a substituição de determinadas formações sociais por outras.

¹³ Discutida no prefácio da obra “O Capital” (MARX, 1983).

As formações econômicas e sociais discutidas por Marx (1983) alteraram-se devido às mudanças nas forças produtivas, originando uma formação econômico e social mais complexa; embora as novas formas de produção não substituíssem necessariamente as antigas.

Apesar da formação econômica e social de Marx (1983) ter trazido importantes contribuições teóricas e metodológicas, as discussões e avanços quanto à aplicabilidade desse método e conceito permaneceram até o segundo quartel do século XX, poucos expressivos.

Hobsbawn (1985) ao analisar as Formen (formações econômicas pré-capitalistas), presentes no Grundrisse¹⁴, apontou que o método materialista de Marx (1983) expôs uma sucessão de modos de produção, não apresentando a possibilidade de existir modos de produção característicos, sendo o materialismo histórico, a teoria acerca das formas produtivas criadas pelo homem, evidenciadas pelas relações de produção. Assim, a formação econômica é vista com complexidade, uma vez que a história é considerada para identificar cada período, de maneira cronológica (asiático, feudal, burguês etc.).

Para Hobsbawn (1985), a Formen de Marx não apontou a formação social como etapa de um processo histórico relacionada à construção do espaço realizada pelo homem, logo não inseriu a categoria espaço no estudo da formação econômica e social. Posteriormente, Marx (1983) apresentou em O Capital, a base do estudo da formação econômica e social, mas a mesma não considerava a inserção da sociedade em um dado espaço bem como não apresentava a história e o modo de produção de forma cronológica.

Lenin (1985) resgatou a discussão da formação econômica e social ao aplicá-la para entender os desdobramentos do capitalismo na Rússia em 1899. Nesse estudo, a formação social era atrelada à sociedade do país citado e não à sociedade mundial, apresentando assim uma diferença quanto à formação econômica e social de Marx (1983). Assim sendo, a formação social e econômica só existe em uma sociedade historicamente determinada, não se tratando de uma sociedade em geral.

Após a década de 1970 ocorreu o avanço das discussões relativas à formação econômica e social de Marx. Essas discussões voltaram inicialmente com Sereni (1971),

¹⁴ Trata-se de manuscritos de Karl Marx, produzidos antes da obra O Capital, sendo o prefácio do livro “Para a Crítica da Economia Política” e o texto “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”. Sobre o último, escrito originalmente entre 1857 e 1858 e publicado em 1939, o autor analisou a evolução das economias pré-capitalistas.

que apontou a relevância dos aspectos políticos, culturais e sociais até então não observados enquanto influenciadores do desenvolvimento histórico, justificando a necessidade da reflexão quanto à formação econômica e social.

Santos (1977) ao retomar as discussões acerca da formação econômica e social de Marx (1983) propôs a utilização da categoria formação econômica e social a fim de compreender as formas produzidas pelo homem no espaço geográfico. O autor, ao observar as discontinuidades do desenvolvimento histórico das sociedades, concluiu que essas diferenciações necessitavam de um método de estudo concernente.

Ao atrelar a formação econômica e social ao elemento espaço, o autor concebeu a formação socioespacial, ou FESE. Desse modo, a formação econômica e social de Marx (1983) trouxe aspectos teóricos e metodológicos, desenvolvidos por Santos (1977), criando a formação socioespacial, categoria de análise relativa ao estudo das sociedades, considerando o processo histórico e os questionamentos concernentes ao espaço produzido pelo homem. Conseqüentemente, a FES-Formação Econômica e Social de Marx (1983) torna-se FESE-Formação Econômica Social e Espacial ou formação socioespacial a partir do momento em que Santos (1977) insere a categoria espaço na teoria e método da formação econômica e social.

Desse modo, Santos (1977) demonstrava interesse em criar uma teoria a qual pudesse ser válida para o estudo do espaço, sendo que a formação socioespacial indicava a análise da concreticidade de uma sociedade, o que envolve o período atual e pretérito, considerando a evolução histórica de cada sociedade.

Conforme Santos (1977), a partir da formação socioespacial, estuda-se uma parte a fim de compreender o todo, ou a totalidade que se refere ao arranjo econômico, social e político presentes em um dado período histórico. O todo deve ser entendido em sua fração, uma vez que abarca um tempo histórico singular, obtendo-se um conhecimento específico que é válido para um dado momento da evolução daquela sociedade. Conseqüentemente, na análise de uma sociedade e sua produção do espaço, deve-se buscar a compreensão do real, ou seja, a totalidade. Para Fresca (2000), embora exista uma realidade, a mesma está em constante processo de desenvolvimento e mudança e ao apreender uma dada totalidade, essa já não será a mesma pois ao passar pelo desenvolvimento, tem-se uma nova totalidade.

O materialismo dialético é capaz de relacionar o abstrato e o concreto, sendo que a formação socioespacial deve tratar da totalidade válida para um determinado momento histórico, demonstrando assim, a compreensão da realidade concreta. Desse modo, a

formação socioespacial existe porque seus aspectos concretos demonstram a especificidade de cada sociedade, que permanece sob uma determinada realidade histórica, em um dado espaço social.

A diferença quanto à formação econômica e social de Marx (1983), refere-se ao fato de que Santos (1977) considera que a produção ocorre de maneira espacialmente localizada. De acordo com o autor, não existe sociedade a-espacial, ou seja, não vinculada a um espaço, bem como o modo de produção apenas pode ser realizado no espaço, não sendo possível entender a formação econômica e social sem a inserção dessa categoria:

[...] aceitá-la sem levar em conta o espaço levaria a aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza (SANTOS, 1977, p. 82).

Para Santos (1977), quanto à ciência geográfica, a formação econômica e social não seria capaz de explicar a realidade, devido à relação entre sociedade e produção, que ocorre de forma espacialmente localizada. Igualmente, a formação econômica e a formação social efetivam-se em um dado espaço, concretizando o conceito e método da formação socioespacial:

[...] modo de produção, formação social, espaço - essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que juntos, formam o modo de produção (produção propriamente ditas, circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de formação social (SANTOS, 1977, p. 86).

Desse modo, a formação socioespacial de Santos (1977) engloba a formação econômica, social e o espaço. A formação econômica refere-se aos modos de produção realizados juntamente com suas contradições. Já a formação social é uma estrutura produtiva e técnica, expressa geograficamente por uma certa distribuição da atividade de produção. Então, a formação socioespacial acaba por analisar a concentricidade de uma sociedade, o que engloba sua gênese, evolução e situação atual, considerando para tal o processo histórico que levou à configuração de um dado momento a ser analisado, sendo a análise de uma realidade concreta, histórica e espacialmente determinada.

Também, o elemento tempo mostra-se importante para a compreensão da formação socioespacial de Santos (1977), que, ao pensar uma teoria válida para a ciência geográfica, através da formação socioespacial, entendeu que:

[...] se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se inscreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo é social (SANTOS, 1977, p. 81).

De acordo com Santos (1977, p. 84) “[...] Nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais”. Portanto, o estudo da formação socioespacial envolve a compreensão das mudanças que a sociedade imprime no espaço, através das transformações nos processos produtivos, nas relações sociais, dentre outros.

Tempo e espaço mostram-se elementos indissociáveis na teoria e método da formação socioespacial pois as relações entre espaço e formação social acontecem em um espaço particular e não em um espaço geral tal qual se dá os modos de produção. Desse modo “[...] Os modos de produção escrevem a história no tempo e as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1977, p. 88).

A formação socioespacial (SANTOS, 1977) demonstra a evolução diferencial das sociedades, sendo necessário considerar a influência das forças externas, pois elas denotam a maioria dos impulsos relativos à efetivação da evolução. Portanto, Santos (1977) ao contrário de Marx (1983) não se refere a uma Sociedade Geral, pois [...] uma sociedade existe sempre sob um involucro histórico determinado. Cada sociedade veste a roupa de seu tempo (SANTOS, 1977, p. 84).

Importante notar que a formação socioespacial proposta pelo autor, refere-se à escala macro, já que ao buscar a compreensão de uma dada sociedade ao longo do tempo e espaço, a totalidade histórica e o desenvolvimento da sociedade, considera-se a mesma enquanto uma totalidade em evolução e cujo recorte geográfico seria o Estado-Nação.

Para Santos (1977) a formação econômica e social de Marx (1983) deveria estar associada à história de uma dada sociedade, conforme compreendeu Lenin (1985), bem como localizada espacialmente. Assim, se o processo histórico só pode ocorrer de

maneira espacialmente localizada, então a formação social está relacionada à organização do espaço ao passo que a formação socioespacial se refere, nas palavras do autor, na “evolução diferencial das sociedades”.

A formação socioespacial apresentará distintas características, dependendo do modo de produção ao qual diz respeito ou que se encontra inserida, período histórico bem como a área onde se desenvolveu e desenvolve. Para Santos (1977, p. 84) [...] é preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras e, no interior da formação econômica e social, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido em suas frações.

A fundamentação do conceito e método da formação socioespacial elaborada por Santos (1977) permaneceram pouco recorrentes até meados da década de 1990, momento que Mamigonian (1996) demonstrou a importância de se voltar a debater a mesma como um método fundamental para a geografia humana.

Mamigonian (1996) compreendeu que, embora a formação socioespacial seja a mais importante contribuição teórica de Milton Santos, essa teoria e método poderia ser aplicada em outras escalas geográficas além da escala do Estado-Nação, originalmente proposta por Milton Santos.

Considerando que a formação socioespacial envolve também o componente espaço, conforme discutido por Santos (1977), Mamigonian (2003) ao retomar a discussão acerca da teoria e método em tela, considerou essencial associar a mesma com as combinações geográficas de Cholley (1964a; 1964b), uma vez que o espaço é dotado de elementos físicos, biológicos, humanos e a própria paisagem também remete a uma combinação específica.

Assim, a análise da formação socioespacial deve ser conexa às combinações geográficas, embora as mesmas sejam dinâmicas e de renovação constante, criando, por conseguinte, um meio onde há o particular, em constante integração. De acordo com a teoria e método discutido, as condições naturais ofertadas ao homem podem facilitar ou não o desenvolvimento econômico, embora locais menos favoráveis do ponto de vista físico e biológico não interfiram por completo o estabelecimento do homem, pois o mesmo também dispõe de técnicas e organização.

A formação socioespacial passa a ser entendida como a sociedade e o modo de produção realizado, associado aos resquícios do modo de produção anterior. Nesse sentido, os aspectos físicos são diretamente influenciáveis na constituição dessa teoria e método, pois clima, vegetação, hidrografia, solos dentre outros fatores físicos atuam na

inserção de uma dada sociedade em um espaço e na produção do mesmo, embora esse fator possa, em alguns casos, ser relativizado em razão dos avanços científicos quanto ao manejo do solo, práticas agrícolas, uso racional da água, etc.

Então, as combinações geográficas de Cholley (1964a, 1964b), relacionam-se diretamente à inserção e efetivação do modo de produção, influenciando na formação econômica e na formação socioespacial. Assim sendo, Santos (1977) considerou que a formação socioespacial não existe fora do espaço e Mamigonian (2003) destacou que os elementos naturais os quais atrelam-se às combinações geográficas de Cholley (1964 a, 1964 b) são indissociáveis do estudo da formação socioespacial.

Outra contribuição de Mamigonian (1996) refere-se à escala, em razão de uma realidade cada vez mais complexa, relativa aos desdobramentos dos processos sociais e históricos. Assim, surgem diferenças que ultrapassam a escala nacional, ou seja, diferentes formações socioespaciais podem ser encontradas em um mesmo país, estado ou região. Então, a formação socioespacial passa a ser empregada em distintas escalas geográficas, implicando que a formação socioespacial de Santos (2014), seria em realidade, a formação econômica social e espacial, a qual poderia ser utilizada como método nas diferentes escalas geográficas.

Esse posicionamento teórico-metodológico é partilhado pela autora, a qual considera para o estudo das pequenas cidades de uma rede urbana, não somente a formação socioespacial de Santos (1977), mas também as contribuições de Mamigonian (1996) que ratificam o emprego da teoria em tela em escala regional.

O elemento econômico insere-se na terminologia discutida aqui por Mamigonian (1996), pois infere a noção de que os aspectos econômicos diferem quanto às diferentes escalas de análise, ou seja, na escala local e regional.

Desse modo, poder-se-ia utilizar o conceito e método da formação socioespacial de Santos (1977) para o estudo da rede urbana, conforme demonstrou Corrêa (2000). O autor, com extensa pesquisa no tocante à rede urbana, relativo à conceituação da mesma e proposição metodológica para seu estudo, evidenciou a importância da formação socioespacial como uma categoria de análise aplicável a tais estudos. Para o autor a compreensão de como uma rede urbana foi estruturada deve estar atrelada à formação socioespacial pois:

[...] representa um esforço teórico visando explicitar as especificidades com que um dado modo de produção concretamente se manifesta [...] que ocorre através de [...] características principais, invariantes, gerais, um dado modo de produção concretiza-se em diversas formações econômico-sociais, suas variantes históricas e geográficas [...] (CORRÊA, 2000, p. 123).

De acordo com Corrêa (2000) a formação socioespacial permite que se considere processos, funções e formas em suas concretizações espaço-temporais, possibilitando assim entender os espaços, lugares ou regiões das mais diversas complexidades. Isso porque, as transformações não ocorrem de maneira homogênea, no tocante às áreas agrícolas e urbanas. As áreas agrícolas, devido a presença de menos fixidez das obras humanas, transformam-se facilmente, sendo bastante influenciadas por elementos externos, bastando observar as transformações quanto aos cultivos/áreas pastoris em determinadas partes do território brasileiro, considerando curtos períodos de tempo.

A cidade e a rede urbana são compostas por formas de maior fixidez, mas podem ser facilmente refuncionalizadas através de novas funções criadas pelo avanço do capitalismo, existindo formas e funções novas e velhas convivendo em um mesmo espaço. Dessa forma:

A cidade e a rede urbana, em razão da fixidez e da refuncionalização, tendem a exibir, muito mais que o mundo agrário, padrões de formas que contêm, ao menos parcialmente, fortes elementos gerados na formação espacial na qual surgiram. É por isso que as relações entre rede urbana e formação espacial são muito complexas: uma rede urbana pode exibir características associadas aos diversos momentos da formação em que está inscrita, ou das diversas formações espaciais a que esteve associada (CORRÊA, 2000, p. 125).

As diferenças quanto a produção, aspectos físicos e humanos, levam de acordo com Corrêa (2000), ao estabelecimento de distintos centros urbanos quanto às suas funções, e, conseqüentemente redes urbanas mais ou menos complexas do ponto de vista funcional:

Características técnicas das atividades de produção, envolvendo uma necessária relação com a natureza, a finalidade da produção, os meios de circulação, as relações de produção, a estrutura de poder, os valores, crenças, mitos e utopias - que aparecem integradamente, definindo um dado modo de produção e suas formações espaciais - são determinantes das densidades demográficas, da renda e sua distribuição, e dos padrões culturais dominantes e subordinados. Estas características modelam a densidade de centros, o tamanho deles, as funções urbanas e as relações espaciais derivadas [...] (CORRÊA, 2000, p. 125).

O autor identifica que os distintos tipos de rede urbana solar, dendrítico, christalleriano, axial, multi-circuitos e circular inserem-se em diferentes formações espaciais, a saber:

A rede solar, por exemplo, está associada às formações vinculadas ao modo de produção asiático, mas também aos pequenos países de origem colonial, dotados de uma metrópole primaz, como se exemplifica com o caso do Uruguai. A rede dendrítica, por sua vez, parece estar geneticamente vinculada a uma formação espacial periférica de base colonial, marcada por um específico padrão de circulação. Já as redes de múltiplos circuitos, ao que tudo indica, associam-se às formações espaciais dos países centrais, refletindo e condicionando a complexidade de suas organizações espaciais (CORRÊA, 2000, p. 125-126).

Para o autor a formação social brasileira é heterogênea, resultante de uma combinação desigual entre tempo e espaço, além de processos naturais e sociais. Desse modo, identificou três formações espaciais distintas, embora integradas entre si: “[...] uma formação espacial fundada na grande propriedade rural, outra na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus e, finalmente, uma terceira que é a formação espacial da fronteira” (CORRÊA, p. 126-127, 2000).

A formação espacial da fronteira mostra-se em geral, transitória, uma vez que em um dado momento, encontra-se em uma porção do espaço, em outro momento em outro, acompanhando a história brasileira. A formação espacial sob o ponto de vista da produção, circulação, consumo, estrutura política, relações sociais e padrões culturais, encontra-se ainda em desenvolvimento, pois não findou o processo de ocupação do Brasil. A estrutura fundiária e as relações sociais a ela associada, produção, circulação, consumo, estrutura política e padrões culturais acabam por definir diferentes formações espaciais.

Desse modo, tem-se “[...] a formação espacial associada à grande propriedade rural, herdeira ou não do período colonial, e a formação espacial associada à pequena propriedade rural, fruto do processo de colonização e imigração europeia iniciada na primeira metade do século XIX” (CORRÊA, p. 127, 2000). A partir da estrutura fundiária, ocorreram as diferenças quanto ao modo de vida e a produção e organização do espaço.

O quadro 2 apresenta, conforme Corrêa (2000), a relação entre a rede urbana e a formação socioespacial (SANTOS, 1977). A partir da leitura do quadro 2 torna-se possível entender que a formação socioespacial de fronteira, pequena propriedade e

grande propriedade geram redes urbanas distintas. A formação socioespacial baseada na pequena propriedade apresenta maior quantidade de centros urbanos, desconcentração do consumo; a formação socioespacial calcada na grande propriedade revela a polarização do consumo, serviços e atividades econômicas mais específicas em poucas cidades, denotando maior desigualdade econômica entre as mesmas. Por sua vez, a formação socioespacial de fronteira é representada pela transitoriedade das relações econômicas e sociais, enquanto a rede urbana encontra-se em construção.

QUADRO 2: Características das redes urbanas quanto à formação socioespacial

Rede Urbana e tipo de Formação Socioespacial		
Fronteira	Pequena Propriedade	Grande Propriedade
Transitoriedade, muda com o decorrer do tempo e do avanço da ocupação do território.	Nítida hierarquia entre centros urbanos, consumo não concentrado, apenas nas maiores cidades; pequenas cidades perdem migrantes devido à modernização agrícola, tornando-se centros de concentração da força de trabalho do mundo agrícola.	Menor densidade de centros urbanos; maiores distâncias entre os centros urbanos, embora em áreas pastoris as distâncias sejam menores e em áreas agrícolas as distâncias são maiores; relevante absenteísmo sobre as cidades apresentando lojas sofisticadas, clubes de luxo, restaurantes e serviços de alta qualidade, bairros suntuosos etc.

Fonte: Corrêa, (2000).

Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Para o autor, atualmente coexistem no Brasil as três formações socioespaciais citadas no quadro 2 e embora tenham origens distintas, são articuladas e se realizam na rede urbana brasileira. No entanto, Corrêa (2000) não considera que uma formação socioespacial seja necessariamente uma região¹⁵, pois a primeira pode abarcar duas ou até mais regiões, embora o contrário não seja possível. Uma formação socioespacial pode ser espacialmente descontínua, fato que não ocorre com a região. Por essa razão o autor reitera a validade do uso da formação socioespacial de Santos (1977) para o estudo da rede urbana, uma vez essas (quadro 2) refletem diretamente no tipo de rede urbana.

Embora a formação socioespacial (SANTOS, 1977) tenha sido estabelecida na escala nacional, essa teoria e método mostra-se aplicável ao estudo de redes urbanas regionais, outra escala de estudo, diferente da proposta por Santos (1977). Nessa perspectiva, a formação socioespacial tem sido cada vez mais aplicada quanto ao estudo

¹⁵ A tese não tem por objetivo discutir a categoria geográfica Região, sendo a mesma discutida apenas quanto a diferenciação entre formação social e região, apontada por Corrêa (2000).

das redes urbanas, podendo citar os trabalhos de Fresca (2000), Bessa (2007) Casaril (2014), Veiga (2007, 2014), Asalin (2015), entre outros¹⁶.

O trabalho de Fresca (2000) foi um dos pioneiros a abordar a rede urbana sob o ponto de vista da formação socioespacial de Santos (1977), analisando a rede urbana do Alta Paulista quanto à gênese dos núcleos urbanos e o papel das pequenas cidades, demonstrando a influência da formação socioespacial na configuração da rede urbana citada.

Casaril (2014) associou a rede urbana de Francisco Beltrão (PR) com a formação socioespacial do Sudoeste paranaense, considerando como a mesma influenciou o desenrolar das atividades econômicas locais e o papel das cidades dessa rede. Asalin (2015) analisou a gênese e dinâmica funcional de três pequenas cidades da rede urbana de Maringá (Paranavaí, Nova Aliança do Ivaí e Nova Esperança), utilizando o conceito e método da formação socioespacial de Santos (1977).

Veiga (2007) analisou a rede urbana no norte paranaense e a cidade de Jaguapitã, especializada na produção de mesas de bilhar, também utilizando a teoria e método da formação socioespacial (SANTOS, 1977). Do mesmo modo, Veiga (2014) prosseguiu a análise da dinâmica da produção das mesas de bilhar no Centro-Sul brasileiro, utilizando o conceito e método da formação socioespacial, a fim de compreender o desenvolvimento regional. Desse modo, a utilização do conceito e método da formação socioespacial (SANTOS, 1977) permitiu análises em diferentes escalas de rede urbana e cidades.

Para Veiga (2007) Jaguapitã (PR) é uma pequena cidade que apresenta a especialização industrial na produção de mesas de bilhar. A especialização refere-se ao controle de 30 % do mercado e por ser a cidade que concentra maior quantidade de empresas do setor.

Fresca (2009) analisou a especialização industrial da pequena cidade de Loanda (PR) cuja construção da hidrelétrica de Rosana (SP) na década de 1980 atraiu expressiva população migrante para a cidade paranaense.

¹⁶ Ribeiro (1998) pesquisou a rede de cidades do estado do Amazonas. O trabalho de Zorzo (2001) refere-se a rede urbana do Recôncavo e Sudeste da Bahia ao passo que Vieira (2001) trabalhou a rede bancária associada a rede de cidades. Matos (2001) analisou a rede de localidades centrais do estado de Minas Gerais. Outras pesquisas recentes sobre a temática da rede urbana referem-se a Souza (2008), Bez (2009), Trindade (2011), Costa (2011), Petisco (2011), Conte (2012), Rodrigues (2013), Miyazaki (2013), Santos (2015), Pereira (2015), Silva (2016), dentre outros. Porém, essas pesquisas não trataram a relação entre a pequena cidade e rede urbana.

Bessa (2007) compreendeu que a formação socioespacial apresenta uma relação intrínseca com a configuração da rede urbana, uma vez que a concretude da mesma está relacionada ao modo de produção dominante e à formação socioespacial, no plano particular, demonstrando assim a importância dessa categoria de análise quanto à estudo da rede urbana.

A formação socioespacial apresenta-se como um aporte teórico-metodológico importante na compreensão de como uma sociedade, através do modo de produção, pode imprimir marcas no espaço. Dessa forma, a teoria e método discutido, pode ser utilizada de maneira concernente ao estudo da rede urbana, considerando a gênese e as mudanças oriundas dos desdobramentos do avanço capitalista (CORRÊA, 2000).

A partir dessas considerações, essa tese se pauta no conceito e método da formação socioespacial de Santos (1977) como uma categoria de análise, que revela a concreticidade de uma sociedade, isto é, sua origem, evolução e situação atual. Também se considera a formação socioespacial da grande e pequena propriedade estabelecida por Corrêa (2000) e a possibilidade de utilização da formação socioespacial em diferentes escalas, segundo defendeu Mamigonian (1996).

1.2. Rede urbana: Uma questão teórica

O início das discussões teóricas sobre a rede urbana deve-se à expansão do capitalismo entre os séculos XIX e XX, evidenciando uma acentuada diferenciação entre lugares e centros urbanos, tornando cada vez mais proeminente uma hierarquização urbana. As cidades passaram a apresentar diferenças entre si, devido ao avanço do capitalismo, surgindo algumas especificidades quanto ao caráter econômico das mesmas. Corrobora-se cidades cada vez mais complexas, funcionalmente e economicamente, além da existência daquelas no limiar entre o urbano e o rural. Tem-se uma rede urbana por vezes complexa, na qual, cada cidade desempenha um papel, determinado pela divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 1994).

Para Bessa (2012), o interesse pela hierarquização dos centros urbanos remonta ao século XVII, através de Richard Cantillon, cujo trabalho foi direcionado à expansão dos mercados, resultante das mudanças econômicas ocasionadas pela I Revolução Industrial. Zipf interpretou em 1913, a distribuição das cidades de acordo com um sistema de ordem-tamanho, ao passo que Arrouseau, em 1921, classificou as cidades de acordo com o predomínio econômico das mesmas (CORRÊA, 1994).

De acordo com Corrêa (1994) a temática rede urbana surgiu efetivamente entre o último quartel do século XIX e primeiro quartel do século XX, especificamente no âmbito da Geografia Alemã, Geografia Francesa e Geografia Britânica. Também, a Geografia norte-americana passou a desenvolver posteriormente a temática, no tocante ao determinismo ambiental, outrora em voga.

A partir do trabalho de Christaller (1966), a Teoria das Localidades Centrais, datado de 1933, a discussão sobre a temática Rede Urbana se tornou recorrente. A Teoria das Localidades Centrais sistematizava as relações hierárquicas que as cidades apresentavam, do ponto de vista das trocas comerciais, evidenciando que a importância dessas cidades se atrelava à amplitude dos serviços e atividades comerciais exercidas. A Rede das Localidades Centrais era composta por diferentes níveis de localidades centrais sendo que, o tamanho populacional da localidade central não indicava necessariamente seu papel na hierarquia urbana, embora mostrasse ser um elemento importante.

Para ser considerada uma localidade central, dever-se-ia atender as necessidades imediatas e diárias da população assim como aqueles bens de consumo mais frequentes, cujo alcance seria mínimo. O alcance máximo das localidades centrais, decorre das necessidades que não são nem imediatas nem tão recorrentes, existindo em geral onde residem mais pessoas ou a renda mostrava-se maior (CHRISTALLER, 1966).

Conforme o autor, o alcance de um bem ou serviço é a distância máxima que as pessoas estariam dispostas a deslocar-se para adquiri-los, sendo que aqueles bens e serviços menos complexos localizar-se-iam em todas as localidades pois haveria demanda suficiente. Por exemplo, os supermercados existiriam em todas as localidades pois toda a população demanda esse tipo comércio, a fim de atender suas necessidades mínimas na medida que determinadas especialidades médicas seriam encontradas apenas nas localidades centrais mais importantes, pois nem toda população necessitaria desse tipo de serviço.

Portanto, a Teoria das Localidades Centrais apresenta a hierarquização urbana, sendo que, quanto maior o nível hierárquico, maior seria sua população e região de influência servida pela localidade central. Essa teoria expõe um controle da aglomeração urbana, uma vez que seria responsável pela prestação dos serviços, atividades comerciais, industriais em uma dada área de influência, completando uma hierarquia urbana.

Para Christaller (1966), todos os núcleos de povoamento apresentam funções centrais bem como uma região de influência, ou hinterlândia, cuja centralidade de cada núcleo relaciona-se à importância das suas funções centrais, comércio e serviços. O conceito de localidade central referia-se aos pontos no espaço onde de dava o atendimento das demandas da população, sejam aquelas imediatas, as específicas e as menos recorrentes. Por conseguinte, as localidades que ofereciam maior quantidade de especificidades e bens e serviços eram consideradas como localidades centrais.

As localidades que apresentavam maiores variedades e complexidades da oferta de bens e serviços eram denominados lugares centrais de primeira ordem. Existia uma hierarquização de núcleos urbanos, cuja dependência ocorria de forma vertical, pois cada núcleo teria uma posição e dependeria dos serviços e comércios mais complexos existentes no núcleo diretamente superior na hierarquia, definindo assim diferentes graus de centralidade.

A teoria de Christaller (1966) apresentava diferentes núcleos urbanos, concernentes com a área estudada pelo mesmo, ou seja, o sul da Alemanha. Naquele país, o autor identificou, no ano de 1933, a existência de vilas, pequenas cidades, cidades médias, grandes cidades e capitais, sendo que todos os elementos fariam parte da hierarquia urbana.

Os menores núcleos urbanos eram numerosos ao contrário dos maiores, representados por poucas cidades, uma vez que uma grande cidade necessitaria de uma grande população, cuja demanda suprisse a oferta de serviços e comércios sofisticados presentes nesse tipo de cidade. Essas cidades grandes ou lugares centrais de primeira ordem apresentariam uma área de influência extensa, que envolveria todos os núcleos urbanos de menor importância na hierarquia.

Para Corrêa (1982), a teoria das localidades centrais apontava que os núcleos urbanos deveriam ser compreendidos a partir de suas funções, reguladas por princípios gerais, que influenciariam o tamanho, função e distribuição dos mesmos. Entende-se que os princípios gerais não eram explicados por análises que considerassem o processo de acumulação capitalista e as mudanças na divisão territorial do trabalho, mas sim sistemas e análises de fluxos e números, que envolvessem as atividades econômicas das cidades, objetivando explicar a distribuição das cidades, seus tamanhos e importância respectivos.

A discussão acerca da rede de localidades centrais e os questionamentos relativos à mesma, prosseguiu com outros pesquisadores, conforme apontado por

Corrêa (1994). Até a década de 1950 alguns autores analisaram a rede urbana sob o ponto de vista das classificações funcionais tal como Chauncy Harris, em 1943.

Posteriormente, Ullman & Dacey criaram o conceito das necessidades mínimas da população urbana, a qual revelaria uma categorização funcional das cidades, porém o conceito citado não demonstrava fatores importantes como a drenagem fundiária, renda, gênero e escolaridade, criando uma teoria baseada na ordem tamanho-cidade a qual não foi capaz de ser plenamente aplicável. Na realidade, nem todos lugares apresentavam cidades primazes, bem como a divisão territorial do trabalho também não atribuí necessariamente, papéis semelhantes às cidades de mesmo tamanho populacional. O autor citado, mantendo o posicionamento teórico de Christaller (1966), considerava que apenas em países desenvolvidos seria possível existir uma hierarquia urbana de fato e, portanto, uma rede urbana (CORRÊA, 1994).

Os estudos realizados durante as décadas seguintes continuaram pautados em análises de cunho quantitativo, como Berry (1971), que entendia as cidades como sistemas inseridos em sistemas de cidades. Dessa maneira, a localização das cidades era atrelada ao sistema de transportes e seu tamanho era capaz de revelar o nível de desenvolvimento, sendo as metrópoles, os locais onde concentrava-se a renda e as pequenas cidades, locais de baixa renda.

Corrêa (1982) considera que as teorias elaboradas no período explicavam em parte, situações encontradas em países desenvolvidos, cuja disposição da rede urbana seguiam os apontamentos teóricos de Christaller (1966), mas a mesma não se mostrava aplicável para países em desenvolvimento como o Brasil.

Santos (1989) salientou que a rede urbana desses países não seguiria necessariamente o mesmo percurso, pois nem todos os lugares apresentavam cidades primazes e, da mesma forma, a divisão territorial do trabalho também atribuía papéis distintos às cidades de tamanho populacional semelhante. Destarte, a rede urbana deveria ser estudada também nos países em desenvolvimento, compreendendo de antemão que, haveria singularidades, podendo existir as mais diversas complexidades.

Atribui-se à Deffontaines (1944, 1945), o primeiro estudo relativo à rede urbana brasileira, através do artigo denominado “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”, analisando a rede urbana brasileira durante a década de 1940, de acordo com a teoria de Christaller (1966). O autor considerou a importância das cidades perante a rede urbana existente e concluiu que a rede urbana brasileira se encontrava sem um processo de formação em curso explicável. Em realidade o Brasil era até aquele momento,

predominantemente rural, ou seja, não havia passado por um processo de urbanização relevante, apresentando fraca diversificação funcional das cidades e uma rede urbana ainda pouco complexa.

Geiger (1963) ao analisar a evolução da rede urbana brasileira, demonstrou a existência de uma rede urbana em construção, com níveis de complexidade bastante diversos ao longo do território brasileiro, reflexo do processo de urbanização e industrialização, principalmente na década de 1960.

Santos (1959) também realizou, no mesmo período, um estudo da rede urbana do estado da Bahia. Evidencia-se assim que o tema, embora ainda pouco estudado até aquele momento, tornou-se paulatinamente recorrente, concomitante com a intensificação do processo de urbanização brasileiro e complexificação das atividades econômicas, em decorrência principalmente da intensificação da industrialização brasileira.

Durante a década de 1970, de acordo com Corrêa (1994), os trabalhos relativos à rede urbana eram marcadamente influenciados pela denominada geografia Teórico-Quantitativa¹⁷, atrelados à modelos de desenvolvimento regional e sistemas de planejamento. Nesse ponto de vista, pode-se citar o trabalho de Faissol (1975).

Os estudos realizados sob essa perspectiva metodológica, eram de acordo com Corrêa (1989), ‘geometrias estéreis’, pois a cidade e a rede urbana eram estudadas como um espaço sem vida social, não considerando-se o tempo como um fator relevante, uma vez que não havia a preocupação com a gênese nem a dinâmica das redes urbanas, sendo, portanto, uma análise calcada na descrição e na elaboração de modelos.

Conforme Corrêa (2006) as pesquisas que empregaram a teoria de Christaller representaram poucos avanços do ponto de vista metodológico, pois, enquanto relacionada à perspectiva quantitativa, prevalente entre as décadas de 1950 e 1970, não exibiam os elementos fundamentais relativos aos conflitos sociais e à produção do espaço, porquanto a cidade era analisada como um ambiente sem vida social, conflitos, portanto, um espaço neutro. De tal modo, as relações entre as cidades eram consideradas apenas através de análises estatísticas, não apresentando a realidade e a especificidade inerente às mesmas (CORRÊA, 1988).

¹⁷ A Nova Geografia ou Geografia Teórico-Quantitativa foi prevalente entre a década de 1950 e 1970, utilizando métodos matemáticos e estatísticos em suas análises. Também, procurava substituir o trabalho de campo por mensurações em laboratórios, não sendo proeminentes os aspectos econômicos e sociais (CHRISTOFOLETTI, 1985).

A partir da década de 1980, a rede urbana passou a ser compreendida como parte da divisão territorial do trabalho, ou seja, não apenas atrelada à construção de modelos estatísticos. Nessa perspectiva Frederich & Davinovich (1982), classificaram os centros urbanos em regiões centrais e periféricas, pois notaram que esses eram submetidos às necessidades da acumulação de capital.

Assim, após a década de 1980, buscando responder às questões referentes à hierarquia e rede urbana, desenvolveu-se uma ampla produção bibliográfica, destacando-se Corrêa (1982, 1988, 1994, 1998, 2006, 2012), Fresca (1990, 2000) e Bessa (2007). Essa produção bibliográfica trouxe novos elementos, demonstrando que a Teoria das Localidades Centrais passou a ser repensada devido às limitações quanto à aplicabilidade em um país em desenvolvimento como o Brasil.

Corrêa (1982) considera que a Teoria das Localidades Centrais é muito importante para o direcionamento dos estudos sobre hierarquia e rede urbana e o repensar da mesma deve estar ligado à mundialização do capital e aos desdobramentos quanto às mudanças na divisão territorial do trabalho, visto que a rede é uma organização espacial inserida no sistema capitalista de produção. Sendo a rede o resultado da ligação entre os pontos, não pode estar dissociada do contexto que supera até mesmo o nacional. Deve-se também considerar a gênese da rede urbana, a concentração da propriedade, a produção capitalista através dos fluxos e as relações entre o urbano e o rural, uma vez que se trata de elementos não homogêneos em países em desenvolvimento como o Brasil.

Santos (2013) considerava que a atual rede urbana não corresponde aos pressupostos da Teoria das Localidades Centrais, uma vez que as cidades estão cada vez mais complexas, adequando-se à nova divisão territorial do trabalho, reiterando que apenas a posição na hierarquia urbana já não é mais suficiente para explicar qual a importância de uma cidade. Não significa, no entanto, que não exista uma hierarquia urbana e algumas lógicas de produção relativas às melhores localizações para determinadas atividades produtivas, acesso diferenciado a meios de transporte, incentivos fiscais, dentre outros fatores que acarretam diferenças quanto à inserção das cidades na divisão territorial do trabalho e que melhor atendam à acumulação capitalista.

Para Corrêa (1982) a Teoria das Localidades Centrais apresentava uma superfície na qual a população distribuiu-se de forma homogênea, o nível de renda não apresentava diferenças, e por fim, a população deslocar-se-ia para a localidade central

imediatamente superior na hierarquia urbana, em busca dos bens e serviços desejados. No entanto, havia lacunas: 1) A população não se distribui de forma homogênea, existindo espaços vazios; 2) O nível de renda não é homogêneo em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais; 3) Os deslocamentos em busca de bens e serviços mais sofisticados não seguem padrões, especialmente após a modernização das vias de acesso e dos meios de transporte que, ao culminarem com uma maior mobilidade, trouxeram também maiores possibilidades quanto à escolha de onde se dará o consumo (CORRÊA, 1982).

Atualmente a hierarquia urbana também apresenta núcleos urbanos de maior e menor importância no âmbito da rede. No entanto, a possibilidade de interação entre as cidades é muito complexa, sendo possível a pequena cidade interagir diretamente com a metrópole ou outra cidade com nível de centralidade imediatamente superior. Tal situação se dá em decorrência da intensificação das relações capitalistas, da mundialização do capital, da criação das denominadas cidades especializadas, denotando uma complexidade econômica maior, sendo as dinâmicas entre os núcleos urbanos cada vez mais diferenciados.

Desse modo, Santos (2013) considerou que Teoria das Localidades Centrais não seria suficiente para explicar a rede urbana do período contemporâneo em razão da complexidade crescente apresentada pelos diversos patamares de núcleos urbanos. Além disso, a teoria discutida não considerava as contradições do sistema capitalista de produção, sendo um equívoco, uma vez que as cidades atuais são produtos do capital e não de fatos aleatórios.

A complexificação das atividades econômicas e as mudanças derivadas da divisão territorial do trabalho, alteraram essa relação em diversos níveis hierárquicos, através da criação de novas necessidades de consumo, incumbidas por um aumento da renda de alguns setores da população, ou pelas mudanças nos setores produtivos, alterando a outrora lógica produtiva. Santos (2014) completa esse raciocínio ao afirmar que a rede urbana é dinâmica e mutável alterando-se conforme a sociedade também muda.

Para Santos (2013) a análise da rede urbana deve considerar a realidade material, ou seja, acerca da infraestrutura que permite a interação entre os pontos da rede e a realidade social a qual refere-se às relações entre as pessoas. As redes seriam um conjunto de elementos fixos, que permitem a existência da própria rede, ou sua base técnica.

Para Corrêa (1994, p. 87) a rede urbana é o “[...] conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias, envolvendo uma complexa diferenciação entre cidades. [...]”. É onde a produção, consumo e circulação se realizam, possibilitando a articulação de uma economia mundial. A gênese da rede urbana e as transformações pelas quais passa é marcadamente social, econômica e historicamente contextualizada sendo que, através das interações sociais, valida-se a existência e reprodução da rede urbana.

Desse modo, as cidades não existem de forma isolada, pois são ligadas umas às outras devido as suas funções econômicas, sendo que Corrêa (1994) definiu que esses centros urbanos e suas articulações com sua hinterlândia correspondem ao conceito de Rede Urbana.

De acordo com Corrêa (1994), para que a rede urbana exista é necessário: mercado cuja produção é comercializada não apenas no âmbito local, configurando uma mínima divisão territorial do trabalho; existência de pontos fixos no território onde as negociações da produção local são realizadas, existindo uma certa periodicidade; existência de núcleos urbanos não dedicados apenas às atividades de produção agropecuária e extrativismo vegetal, mas que desenvolvam comércio, serviços e atividades de produção industrial; mínimo de articulação entre os núcleos urbanos.

A partir do aspecto social presente na rede urbana, reitera-se que a rede urbana é oriunda de uma formação socioespacial, seja de fronteira, pequena propriedade ou grande propriedade. Corrêa (2006) corrobora que há muitas diferenças provenientes de aspectos econômicos e sociais desiguais, tornando possível a existência das formações espaciais citadas. Desse modo uma rede urbana pode conter elementos originários de distintas formações socioespaciais.

Por outro lado, segundo Corrêa (2006) a globalização deve ser um aspecto considerado no estudo da rede urbana, uma vez que levou a um espraiamento do capital produtivo bem como os investimentos passaram a ser pensados e programados segundo uma perspectiva global. Nesse percurso, ocorreram transformações profundas em redes urbanas regionais, resultando em maior estratificação social, expansão do consumo vinculado à renda do mercado consumidor, industrialização das atividades produtivas agropecuárias, ampliação dos meios de transportes, o que implicou em aumento da acessibilidade, êxodo rural, concentração fundiária e por fim, as transformações nas atividades urbanas das cidades, denominada pelo autor como refuncionalização urbana.

Fresca (2004) apontou que há relação entre a divisão territorial do trabalho e a rede urbana, demonstrando que os centros urbanos desempenham atividades nos mais diversos setores (varejo, serviços, transporte, entre outros), corroborando a dinamização da rede urbana e efetivando a divisão territorial do trabalho. Para Corrêa (1994) a rede urbana é também o reflexo e condição para que a divisão territorial do trabalho se efetive.

Assim, entender a rede urbana implica levar em consideração elementos como a compreensão da rede urbana atrelada ao conceito de divisão territorial do trabalho; a compreensão da rede urbana articulada à formação socioespacial, considerando a gênese e sua evolução; e por fim, a teoria das localidades centrais que apesar de críticas necessárias e muitas já realizadas, ainda apresenta aspectos relevantes para a compreensão de uma rede urbana.

1.3 – O conceito de pequena cidade

O crescente interesse pelo estudo da pequena cidade data do último quartel do século XX, sendo resultante da complexificação do processo de acumulação capitalista e seus desdobramentos, revelados nas mudanças na divisão territorial do trabalho. As transformações oriundas da reestruturação capitalista manifestas na desconcentração de determinadas atividades industriais e serviços, têm se tornado cada vez mais recorrentes, trazendo questionamentos sobre os resultados desse processo no âmbito das metrópoles e das grandes cidades. Essas atividades econômicas têm mudado espacialmente para locais em muitos casos distantes das grandes cidades, ao passo que o capital não é fixo e procura pelas localizações que garantam maiores lucros.

As mudanças provenientes da reestruturação capitalista ocasionaram consequências nas cidades em geral e naquelas que apresentam o menor tamanho territorial, população diminuta, e papel de menor destaque no contexto da rede urbana, ou seja, as pequenas cidades. Assim, as pequenas cidades passaram a apresentar novas dinâmicas econômicas que se traduzem em novos papéis da divisão territorial do trabalho e na rede urbana. Também, a complexificação da divisão territorial do trabalho, representa uma heterogeneidade quanto às atividades econômicas desenvolvidas pelas pequenas cidades, sendo que muitas delas deixaram de ser unicamente reserva de trabalho rural.

Para Santos (2013), a maioria dos estudos urbanos em países em desenvolvimento estavam até a década de 1980, atrelados às grandes metrópoles, sobretudo ao fenômeno da macrocefalia urbana, inexistindo a preocupação com a compreensão da pequena cidade. Em realidade, o autor entendia que as pequenas cidades eram discutidas somente quanto ao aspecto numérico, ou seja, em relação à quantidade de moradores que a habitava, não sendo avaliado quanto às funções que apresentavam.

Presentemente, diversos autores têm reconhecido a pequena cidade como elemento essencial para a compreensão da rede urbana em sua concretude e também quanto às especificidades decorrentes da intensificação da divisão territorial do trabalho contemporânea.

A complexidade das pequenas cidades muitas vezes é renunciada, sobretudo quanto à premissa de que a renda obtida pelos trabalhadores acabaria sendo drenada para centros que exercessem maior centralidade, via comércio varejista e rede bancária, possibilitando o processo de acumulação capitalista dos grandes centros urbanos em detrimento dos pequenos. Com menos dinheiro em circulação e poucos serviços/comércios especializados, as pequenas cidades seriam, em tese, pouco complexas. Porém, a desconcentração produtiva nos serviços e atividades comerciais vinculadas em parte à intensificação da divisão territorial do trabalho, bem como de iniciativas de capital local, têm tornado muitas dessas cidades bastante complexas (FRESCA, 2004).

O presente estudo analisa a pequena cidade inserida na rede urbana. Entretanto, a importância de estudar as pequenas cidades de uma rede urbana permite a compreensão das diferenças que essas cidades apresentam existindo cidades com tamanhos similares, com importâncias distintas, vinculado aos papéis que as mesmas desempenham na divisão territorial do trabalho, como apontou Fresca (2004).

Na discussão conceitual sobre a pequena cidade, têm-se duas abordagens principais: a discussão apoiada na questão populacional e o papel que a cidade desempenha na rede urbana. As duas não são excludentes e de acordo com o embasamento teórico aqui adotado, é necessário a perspectiva de considerar o papel que a pequena cidade desempenha na rede urbana, como elemento norteador. Tal posicionamento refere-se ao fato de não existir uma noção consensual do que seria uma pequena cidade e, por outro lado, sobressaem-se duas opções metodológicas para o

estudo das mesmas; ou seja, o número demográfico e aquele no qual a pequena cidade é analisada a partir de sua inserção na rede urbana.

Na realidade, durante as últimas décadas do século XX houve alterações de enfoque no estudo das pequenas cidades, deixando de atrelar-se apenas à modelos e sistemas que não consideravam as mudanças na divisão territorial de trabalho. Por essa razão, apenas o aspecto populacional não é suficiente para conceituar uma pequena cidade, embora seja um fator relevante.

Assim, o aspecto populacional coloca-se na perspectiva de compreender uma das características das pequenas cidades. Deve-se deixar claro a diferença entre cidade e município, uma vez que no Brasil cidades são as sedes administrativas de cada município, importantes principalmente ao pensar a rede urbana enquanto um recorte geográfico, pois atrela-se ao papel que as cidades desempenham, considerando seus fluxos populacionais, interações econômicas, produção de bens e serviços, dentre outros. Para o IBGE, a cidade é um agrupamento humano que apresenta características urbanas, sendo considerado pelo mesmo órgão governamental para fins estatísticos.

De acordo com Santos (2013), o Brasil tornou-se urbano entre 1940 e 1980, quando se deu a intensificação do processo de urbanização e aumentou a quantidade das cidades locais e centros de zona. Alguns fatores contribuíram como a elevada taxa de natalidade e a decrescente taxa de mortalidade, resultantes das melhorias sanitárias, além da ação estatal na criação de novos municípios.

Atualmente o Brasil apresenta 5.570 municípios, sendo que a taxa de urbanização é de 88% (IBGE, 2018); portanto, um país cuja maioria da população é urbana. Considerando o patamar de até 50.000 habitantes como característico das pequenas cidades (CORRÊA, 2001), tem-se 4.904 que não ultrapassam esse limite, conforme se observa na tabela 1. Por outro lado, as demais 666 cidades cujo patamar é médio ou grande abrigam 68,58 % da população brasileira, ou 142.993.419 habitantes.

As pequenas cidades representam 88,04% do total de cidades e abrigam 31,41% da população brasileira, distribuídos da seguinte forma: 1) no patamar entre 25.001 e 50.000 habitantes, tem-se 13,39 % das cidades, onde habitam 12,27 % da população; 2) o patamar entre 10.001 e 25.000 habitantes, representa 30,48% das cidades brasileiras, onde habitam 13% da população; 3) as cidades cuja população é entre 5.001 e 10.000 habitantes, representam 21,59% das cidades e somam 4,11% da população brasileira; 4) o menor tamanho populacional de cidade, menor que 5.000 habitantes, representa 21,66% das cidades brasileiras, onde habitam 2% da população do país. Portanto,

embora a maior parte da população brasileira não habite as pequenas cidades, as mesmas são predominantes numericamente.

TABELA 1: Total da população urbana brasileira por faixa de tamanho de cidade, 2018.

Faixa populacional	Quantidade de cidades	Número de habitantes total
Mais de 1 milhão de habitantes	17	45.748.378
Entre 500.001 e 1 milhão de habitantes	29	19.248.136
Entre 100.001 e 500.000 habitantes	271	53.904.350
Entre 50.001 e 100.000 habitantes	349	24.092.419
Entre 25.001 e 50.000 habitantes	746	25.570.568
Entre 10.001 e 25.000 habitantes	1.698	27.111.490
Entre 5.001 e 10.000 habitantes	1.203	8.585.515
Menos de 5 mil habitantes	1.257	4.234.044
Total	5.570	208.494.900

Fonte: IBGE, 2018.

Org: FERREIRA DIAS, F.; 2019.

No estado de São Paulo, onde se localiza a rede urbana de Ourinhos, tem-se de acordo com o IBGE (2018), uma taxa de urbanização de 95,88% e, semelhante ao que ocorre no Brasil, há o predomínio numérico das pequenas cidades. O fato é verificável pois, dentre os 645 municípios paulistas, 505, ou 80,8% apresentam sedes urbanas cuja população é inferior a 50.000 habitantes. Por outro lado, igualmente ao que ocorre no Brasil, a população paulista não habita majoritariamente as pequenas cidades, pois dentre os 43.993.159 habitantes, 6.908.907 residiam em cidades com menos de 50.000 habitantes, somando 15,70 % do total.

As pequenas cidades são predominantes numericamente no Brasil e a quantidade das mesmas aumentou gradativamente devido à promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) uma vez que trazia dispositivos legais que facilitaram as emancipações de inúmeros núcleos urbanos, elevando a quantidade de municípios cujas sedes são pequenas cidades. Porém, a emancipação¹⁸ não está apenas relacionada ao fator normativo, mas também ao intenso processo de urbanização pelo qual o país passou após a década de 1950.

De acordo com Tomio (2002), entre 1988 e 2000 foram emancipados 1.438 municípios no país, em decorrência do fator normativo bem como do intenso processo de urbanização. A criação de tantos municípios trouxe mudanças na rede urbana

¹⁸ A Lei Estadual nº 651/1990 estipula que a criação do município ocorre por lei estadual, mediante consulta plebiscitária, sendo que para tal é necessário o recolhimento de no mínimo 100 assinaturas de cidadãos interessados, sendo encaminhada à Assembleia Estadual ou algum deputado estadual. Como requisito, deve ser um distrito ao menos há 2 anos, possuir mais de 1.000 eleitores, centro urbano e mínimo de 3 quilômetros de distância em relação ao município de origem.

brasileira, pois a partir de então, as redes urbanas regionais passaram inicialmente a contar com maior número de cidades.

Um dos indicativos para o tamanho populacional relativo à pequena cidade foi dado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2000), que estabeleceu população urbana de até 50.000 habitantes, coincidindo com Corrêa (2006). Para o IPEA as pequenas cidades se subdividem em três grupos por tamanho populacional: o primeiro grupo de cidades de até 10.000 habitantes, o segundo de cidades de 10.001 a 20.000 habitantes e o terceiro, de 20.001 a 50.000 habitantes. Contudo, há autores que não utilizam esses grupos populacionais estipulados pelo IPEA, para a escala nacional. Dentre eles, Amorim Filho & Serra (2001) consideram o número inferior a 100.000 habitantes caracterizado como pequena cidade e, entre 100 e 500 mil habitantes caracterizar-se-ia as cidades médias.

Veiga (2002) e Lopes (2009) acreditam que a pequena cidade não ultrapassa o tamanho populacional de 20.000 habitantes, enquanto Oliveira & Soares (2002), em sua análise sobre o papel desempenhado pelas pequenas cidades no Triângulo Mineiro, consideram a população entre 2.000 e 20.000 habitantes como relativas às pequenas cidades. Para Bacelar (2009) as pequenas cidades referem-se à população urbana de no máximo 10 mil habitantes. Moura (2009) considera as pequenas cidades como os pequenos municípios e identifica que os mesmos apresentam o máximo populacional de 25 mil habitantes. Wanderley (2011) também identifica as pequenas cidades com o termo pequenos municípios e aponta que os mesmos reuniriam população inferior a 20.000 habitantes, encontrando-se atrelados ao mundo rural. Para Wanderley (2011) as pequenas cidades seriam caracterizadas por uma população predominantemente rural.

Alguns autores consideram o critério populacional suficiente para caracterizar uma pequena cidade. Entre eles, Assis et al (2007), para o qual a população inferior a 100.000 habitantes caracteriza uma pequena cidade. Olanda (2008) por sua vez, fixa o patamar de 20.000 habitantes como a população máxima como critério que estabelece uma pequena cidade. Para os autores, o fator populacional seria um indicativo aceitável para compreender uma cidade como pequena, não discutindo suas funções na rede urbana, bem como a complexidade econômica que possam apresentar.

Ao contrário, Endlich (2006) e Fresca (2010) evidenciam que o fator populacional¹⁹ é incompleto para identificar-se uma cidade como pequena, apontando que podem existir inclusive relações hierárquicas entre esses pequenos núcleos urbanos.

Para Endlich (2006), mediante distintas realidades encontradas no contexto brasileiro, há aquelas redes urbanas com a ausência das cidades de porte médio, sendo uma rede urbana composta de pequenas cidades e pela presença de uma grande cidade, em geral a capital do estado. Assim, uma cidade com 40 mil habitantes pode desempenhar papéis completamente distintos na rede urbana do estado do Amazonas comparativamente ao que outra de mesma população desempenharia no estado de São Paulo, que apresenta uma rede densa, com presença de cidades de porte médio, grandes cidades além da própria metrópole de São Paulo (FRESCA, 2010).

Para Santos & Silveira (2001), após 1950, em razão da expansão do processo de urbanização brasileira, aumentou a quantidade de cidades locais e centros regionais²⁰. A expansão numérica desse tipo de cidade trouxe implicações devido às distintas rendas e diferentes exigências da população habitante contribuindo para uma maior diferenciação das cidades. As cidades de porte médio passaram a atrair contingentes de classe média e pessoas com diferentes níveis de escolaridade, necessárias à produção industrial e agrícola. Esses elementos revelaram a existência rede urbana em construção, sendo que as cidades eram bastante heterogêneas.

O estudo “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas” (IBGE, 1972), apresentou sua metodologia pautada em Christaller (1966), buscando identificar como se configurava a hierarquia da rede urbana brasileira, para o ano de 1966. Mediante à oferta dos bens e serviços de consumo menos frequentes, o estudo identificou as cidades que exerciam papéis mais importantes na rede urbana brasileira e contrariamente, as cidades que disponibilizavam apenas bens e serviços muito frequentes exerciam influencia bastante restrita. O estudo revelava ainda que a rede urbana brasileira estava em de construção, pois o processo de urbanização era recente e por outro lado, novas cidades estavam em processo de criação.

¹⁹ Pessoa & Gomes (2016) destacaram que a cidade de Pau de Ferros (RN), embora do ponto de vista populacional possa ser classificada como uma pequena cidade na medida que tem 30.000 habitantes, apresenta funções que resultam em maior centralidade perante as cidades de mesmo porte populacional no estado potiguar. Nesse sentido, as autoras também questionaram a utilização do critério populacional como único elemento para a definição do que é uma pequena cidade.

²⁰ Para Santos (1982) as cidades locais são pequenas cidades com funções bastante reduzidas e os centros regionais referem-se as cidades que oferecem maior quantidade de bens e serviços, exercendo maior centralidade.

O estudo do IBGE (REGIC, 1972) classificou os 4.000 núcleos urbanos em distintos níveis hierárquicos, denominando as pequenas cidades ou pequenas localidades como centros de zona e centros locais, as quais mantinham relacionamentos com o nível hierárquico diretamente superior.

No mesmo período, Magnani (1971) considerou a localização das cidades e seu papel na rede urbana como resultado da combinação de variáveis relativas à produção, escoamento e custos de transportes. Geiger (1963) apontou o estabelecimento de uma rede urbana no Brasil bastante heterogênea devido as diferenças no processo de urbanização brasileiro.

Corrêa (2004) observou que, em decorrência da expansão do processo de urbanização brasileiro, tem-se o aumento do número de centros sub-regionais e da expansão das atividades econômicas, reflexo também da melhoria dos meios de transporte no Brasil, que levou a uma interligação entre campo e cidade. As pequenas cidades passaram a atender demandas locais relativas ao comércio varejista e serviços, levando à complexificação no tocante as suas funções. A melhoria dos transportes, conforme Fresca (2000) trouxe mudanças desde à estrutura fundiária local até à composição do comércio, serviços e indústrias locais, que passaram a atender as novas exigências do capitalismo, trazendo profundas mudanças no conteúdo social e econômico das pequenas cidades.

Assim, o IBGE realizou outros estudos comparativos acerca da rede urbana brasileira, em diferentes momentos históricos. No ano de 1987 foi lançado o “Região de Influência das Cidades (IBGE, 1987), sendo a pesquisa referente ao ano de 1978. Apesar da importância da Teoria das Localidades Centrais (CHRISTALLER, 1966), o estudo também considerou a rede urbana como parte da divisão territorial do trabalho, analisando os elementos circulação, distribuição e consumo, identificando assim a centralidade exercida pelas cidades.

De acordo com Corrêa (1994), a rede urbana deve ser entendida como reflexo da divisão territorial do trabalho, sendo as pequenas cidades numerosas e diversas entre si por conta de suas diferenciações econômicas e sociais.

O Região de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 1987), denominava as pequenas cidades como sendo municípios subordinados ou centros locais, apresentando relacionamentos diretos com o segundo nível de centralidade imediatamente superior, sem interações destacáveis com outros níveis de centralidade da rede urbana. Os centros de zona também poderiam ser considerados pequenas cidades pois exerciam influência

sobre algumas poucas cidades cujas funcionalidades eram ainda mais restritas e, também não apresentavam relacionamentos com os demais níveis da rede.

O estudo Região de Influência das Cidades publicado em 1993 (IBGE, 1993) trouxe uma atualização acerca da rede urbana brasileira. A centralidade das cidades foi identificada conforme as funções que desempenhavam, sendo que as pequenas cidades apresentavam “fraca e muito fraca” centralidade; os centros de zona passaram a ser considerados como de fraca centralidade e os centros locais como de centralidade muito fraca. Observou-se, perante o REGIC de 1987 (IBGE, 1987), mudanças vinculadas em parte ao processo de desconcentração econômica, verificado a partir da década de 1980 e que levou à perda de centralidade de alguns núcleos urbanos.

O REGIC de 2007 (IBGE, 2008) seguiu a mesma perspectiva e aponta as pequenas cidades como centros locais e centros de zona, sendo esses os elementos mais numerosos da rede urbana. Nesse estudo, a rede de cidades no Brasil apresenta como uma centralidade mínima os centros locais e; os centros de zona são caracterizados por uma centralidade um pouco maior.

Porém, conforme Fresca (2010) é necessário diferenciar os centros locais (SANTOS, 1982) e as pequenas cidades:

A denominação centro local refere-se ao menor escalão das cidades no Brasil - termo este difundido a partir dos estudos sobre redes urbanas tendo na teoria das localidades centrais seu referencial analítico - considera o papel dos centros urbanos de uma rede na distribuição de bens e serviços. A centralidade dos núcleos deriva de seus papéis na distribuição de bens e oferta de serviços, sendo este considerado como o elemento para a análise e o estabelecimento de sua hierarquia (FRESCA, 2010, p. 77).

Já as cidades locais seriam “[...] a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço [...] (SANTOS, 1982, p. 70). De acordo com Fresca (2010) é necessário entender que, cidades locais (SANTOS, 1982) refere-se àquela caracterizada pela oferta de bens e serviços mínimos a sua população urbana e rural, cuja denominação advém da teoria das localidades centrais. No entanto, as pequenas cidades envolvem enorme diversidade de situações, não permitindo o uso dessa denominação.

De tal forma, Fresca (2009), aponta que a pequena cidade só poderá ser compreendida se considerarmos o papel que a mesma exerce em sua respectiva rede

urbana. O aspecto populacional, embora seja importante, não responde questões como a importância que a pequena cidade apresenta do ponto de vista econômico e social. Do mesmo modo [...] A pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico [...] (CORRÊA, p. 7, 2011).

Para Fresca (2010), dentre as pequenas cidades, tem-se aquelas com um limite mínimo de complexidade de atividades urbanas e até mesmo aquelas com funções urbanas mais complexas. Assim, para caracterizar uma cidade como pequena é preciso entender sua inserção na rede urbana ou região, no contexto socioeconômico a fim de não igualar cidades com populações análogas, mas que apresentam características sociais e econômicas diferentes. Portanto, a análise da pequena cidade e sua inserção na rede urbana, configura-se como necessário.

Porém, o processo descrito não ocorreu em todas as cidades, conforme Endlich (2006), algumas cidades passaram pelo esvaziamento populacional, sendo que a autora apontou que, no Noroeste Paranaense, as cidades passaram a não exercer completamente as mínimas funções, no tocante à demanda local, tornando-se núcleos urbanos no qual se reflete a dúvida quanto à condição de cidades de fato. Logo, o intenso processo de urbanização ocorrido no Brasil, associado à reestruturação capitalista levaram a criação/transformação dos núcleos urbanos de menor porte populacional, de forma bastante heterogênea.

Para Corrêa (2011) a pequena cidade é um núcleo de povoamento onde parte da população trabalha em atividades ligadas à transformação, circulação de mercadorias e prestação de serviços. Pressupõe uma elementar divisão territorial do trabalho, apoiadas na existência de atividades que atendam às necessidades mínimas da população. Para o autor, as pequenas cidades caracterizam-se por serem os centros urbanos que ocupam os níveis hierárquicos menos relevantes na rede urbana, cujas funcionalidades são bastante limitadas e a área de influência é muito restrita. Os centros locais seriam:

[...] um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias. Em muitos casos vilas e povoados estão em sua hinterlândia: constituem eles núcleos de povoamento dedicados essencialmente às atividades agrárias. Mas muitas pequenas cidades têm em suas hinterlândias algumas pequenas cidades, menores ainda, que em um passado não muito distante, constituíam vilas e povoados subordinados a elas (CORRÊA, 2011, p. 5).

Desse modo, os centros locais têm sua área de influência na rede urbana limitada a uma restrita hinterlândia e os centros de zona têm uma área de influência que pode envolver alguns poucos núcleos urbanos adjacentes. A centralidade diz respeito às funções exercidas pelo núcleo urbano, sendo que os centros locais apresentam os bens e serviços de consumo imediato e os centros urbanos maiores apresentam produtos e serviços especializados, que atendem áreas maiores. Nesse sentido, as cidades, seriam os pontos que formariam a rede urbana.

Na compreensão do que seria uma pequena cidade no Brasil, deve-se considerar, de acordo com Corrêa (2011), a matriz cultural da área; antiguidade do povoamento da área; estrutura agrária da hinterlândia; relações com o mercado; nível de renda da área e acessibilidade; densidade demográfica da hinterlândia. Desse modo, apontou que:

Assim, pode-se falar em pequenas cidades das áreas de colonização europeia do sul do país; do Planalto Ocidental paulista; da Zona da Mata mineira; da área de cerrado; do Sertão nordestino; da Amazônia ribeirinha; e da ‘terra-firme’ da Amazônia (CORRÊA, 2011, p. 7).

Assim, o papel que a pequena cidade apresenta na rede urbana está atrelado às atividades econômicas desenvolvidas nas mesmas e, de acordo com Corrêa (2011), não se pode considerar que todas as pequenas cidades sejam iguais, pois isso depende das atividades econômicas desenvolvidas nas mesmas. Porém, Corrêa (2011) aponta que embora o tamanho demográfico seja relacionado à determinação do que seria uma pequena cidade, há casos daqueles lugares que apresentam outras funções que extrapolam a função de localidades centrais (CORRÊA, 2011).

Por outro lado, a pequena cidade é “[...] um núcleo dotado da função de sede municipal. Reconhecemos que inúmeras vilas e povoados têm funções urbanas, mas o padrão dominante diz respeito à presença da função político-administrativa [...]” (CORRÊA, p. 7, 2011). Portanto, no Brasil a pequena cidade refere-se aos núcleos urbanos cuja função administrativa está presente, vinculando assim atividades econômicas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços. Logo, mesmo os núcleos urbanos diminutos são parte da rede urbana, uma vez que atendem ao critério da produção e circulação de mercadorias.

Corrêa (2006) e Fresca (2010) apontam que, em razão do avanço do período técnico-científico-informacional, a rede urbana foi alterada em diversos aspectos²¹: as pequenas cidades se relacionam diretamente com a metrópole; ao fato de que pequenas cidades podem se tornar especializadas em algum tipo de produção industrial ou serviço, não sendo apenas fornecedoras de bens e serviços básicos à sua população e hinterlândia.

De acordo com Corrêa (2011) têm-se nesse caso, os centros especializados que seriam os núcleos que desempenham alguma atividade específica, dando-lhes determinada característica singular. Esses centros especializados apresentariam outras atividades econômicas relacionadas à principal, sendo que parte considerável da população atuaria nas mesmas.

A temática tem sido recentemente discutida por Veiga (2007), no caso da especialização em produção e comercialização de mesas de bilhar na pequena cidade de Jaguapitã (PR). Há também o trabalho de Fresca e Veiga (2011), quanto à especialização funcional de Santa Fé (PR), na prestação de serviços fotográficos e filmes de formaturas universitárias. De acordo com Fresca e Veiga (2011), a especialização funcional em pequenas cidades pode referir-se à: 1) A expressiva geração de impostos municipais, parcela principal dos empregos, porém não necessariamente precisa ser a principal controladora do mercado nacional ou regional; 2) A especialização pode atrelar-se ao controle do mercado nacional ou regional em algum segmento produtivo ou na prestação de algum serviço. As autoras demonstraram que a partir da especialização funcional, a pequena cidade pode assumir uma nova faceta, mantendo relações econômicas que ultrapassam a rede urbana em que está inserida, tornando mais complexa a análise da inserção da mesma na rede.

Dessa forma, a partir das discussões apresentadas adota-se que as pequenas cidades apresentam até 50 mil habitantes e devem ser entendidas mediante sua inserção da rede urbana, como centros de zona e centros locais, ou seja, os níveis mais elementares da rede urbana.

²¹ Além da especialização funcional em pequenas cidades atreladas à rede urbana, alguns estudos que relacionaram a pequena cidade a outras discussões sobre a rede urbana foram Soares (2007), Leão (2011), Magalhães (2012) e Ferreira (2010). Outras vertentes de estudo sobre a pequena cidade, não necessariamente atreladas à rede urbana podem ser citados quanto a Corneli (2013), que analisou a relação das pequenas cidades e os espaços públicos; Fernandes (2012), acerca das pequenas cidades e a insegurança.

2. GÊNESE E DINÂMICA DAS PEQUENAS CIDADES DA REDE URBANA DE OURINHOS-SP

O presente capítulo discute a estruturação da rede urbana de Ourinhos e a gênese das pequenas cidades de Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo. Para tal, busca-se entender a gênese dos núcleos urbanos e a estruturação da rede urbana articulada à formação socioespacial.

2.1. Gênese da rede urbana de Ourinhos-SP

De acordo com Santos (2013), o Brasil foi durante séculos, um grande arquipélago cujos subespaços evoluíram segundo lógicas próprias relacionadas na maioria das vezes com o mundo exterior, não existindo relações econômicas internas. Nesse sentido, a criação de cidades se deu vagarosamente, com intensificação apenas a partir do início do século XX, influenciado principalmente pelo desenvolvimento e consolidação dos meios de transportes.

Para o autor, no estado de São Paulo a gênese das cidades está relacionada à inserção da ferrovia, amplamente difundida, servindo inicialmente como elemento conector entre essas cidades na medida que funcionava como meio de transporte para a população, escoamento da produção e para a difusão de informações, tornando-se elemento imprescindível para a consolidação de parte dos núcleos urbanos paulistas, principalmente no Centro-Oeste Paulista, onde localiza-se a rede urbana de Ourinhos (SEADE, 2011).

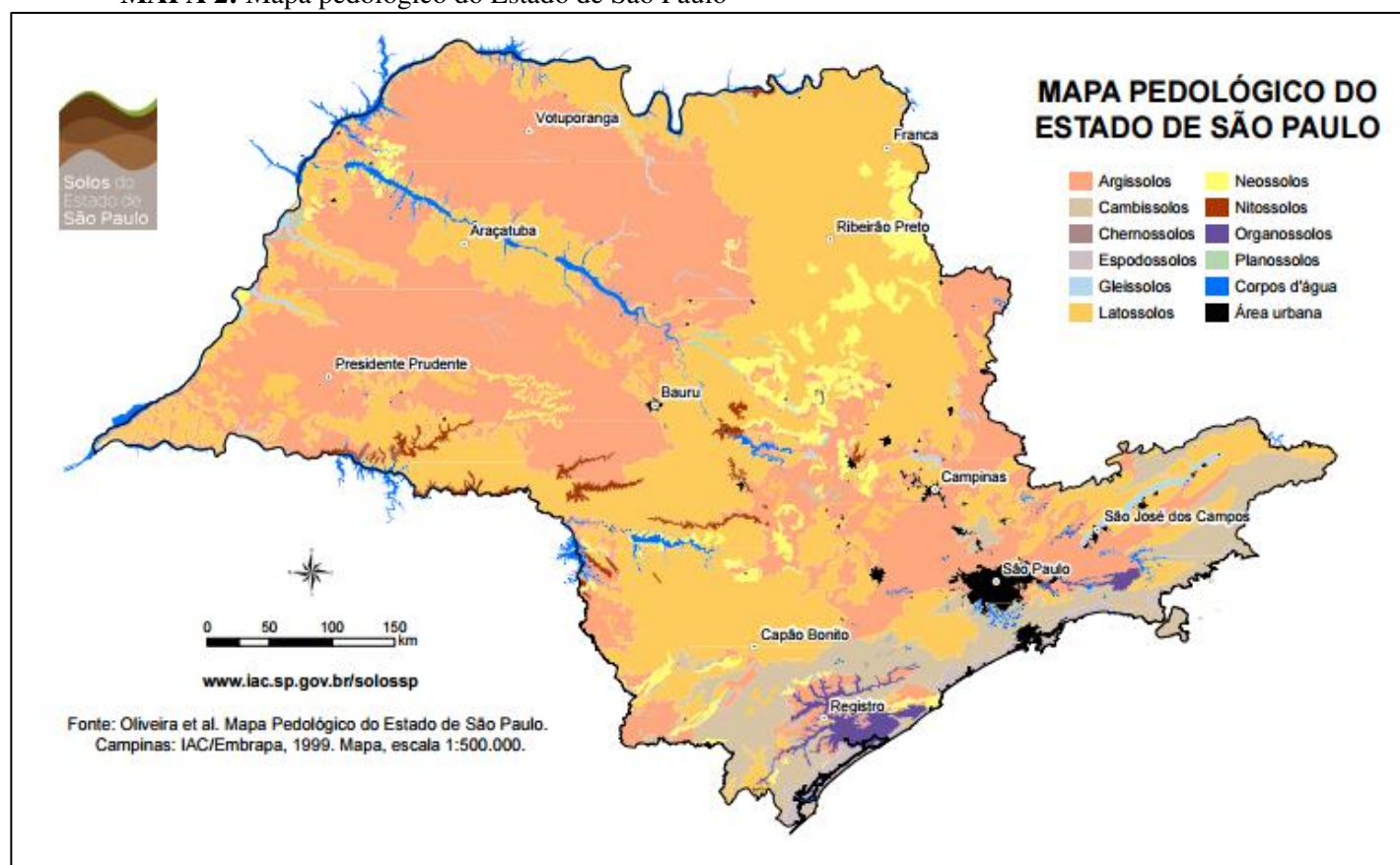
Do ponto de vista da formação socioespacial na qual a rede urbana está inserida, é necessário entender a importância dos aspectos físicos, conforme apontou Cholley (1964a; 1964b), no que se refere às combinações geográficas, pois o espaço é composto por elementos físicos, biológicos e humanos. Desse modo, tem-se a relevância dos aspectos físicos dos lugares, uma vez que os mesmos influenciam como se dá a ocupação e direcionam o modo de produzir e as técnicas utilizadas.

A rede urbana de Ourinhos está inserida, do ponto de vista geomorfológico, no Planalto Ocidental Paulista que, segundo Monbeig (1984), passou a ser ocupado em decorrência da expansão cafeeira no fim do século XX, motivado pelos solos considerados de boa qualidade para tal cultivo e pela expansão das ferrovias.

O Planalto Ocidental Paulista se inicia a 200 km da capital paulista e finda às margens do rio Paraná, no limite com o estado do Mato Grosso do Sul, totalizando 126 mil km². O limite físico ao norte refere-se ao rio Grande, na divisa com o estado de Minas Gerais, ao sul refere-se ao rio Paranapanema na divisa com o estado do Paraná e na porção leste, têm-se a Depressão Periférica Paulista. A vegetação original era composta de Mata Atlântica, Cerrados e Palmeiras (IPT, 1981).

Conforme se observa no mapa 2, o tipo de solo presente no Planalto Ocidental Paulista refere-se aos latossolos e argissolos, ambos com bom aproveitamento agrícola, (OLIVEIRA, 1999).

MAPA 2: Mapa pedológico do Estado de São Paulo



Fonte: Oliveira et al (1999).

Os dados²² do CIIAGRO (Centro Integrado de Informações Agrometeorológica) apontam que o Planalto Ocidental Paulista tem fraca possibilidade de geadas, clima sub-úmido e úmido e na porção leste, na divisa com o estado de Mato Grosso do Sul, clima

²² Informações obtidas através do e-mail institucional.

seco, com chuvas razoavelmente bem distribuídas no decorrer do ano. A temperatura média varia entre 20° C e 22° C.

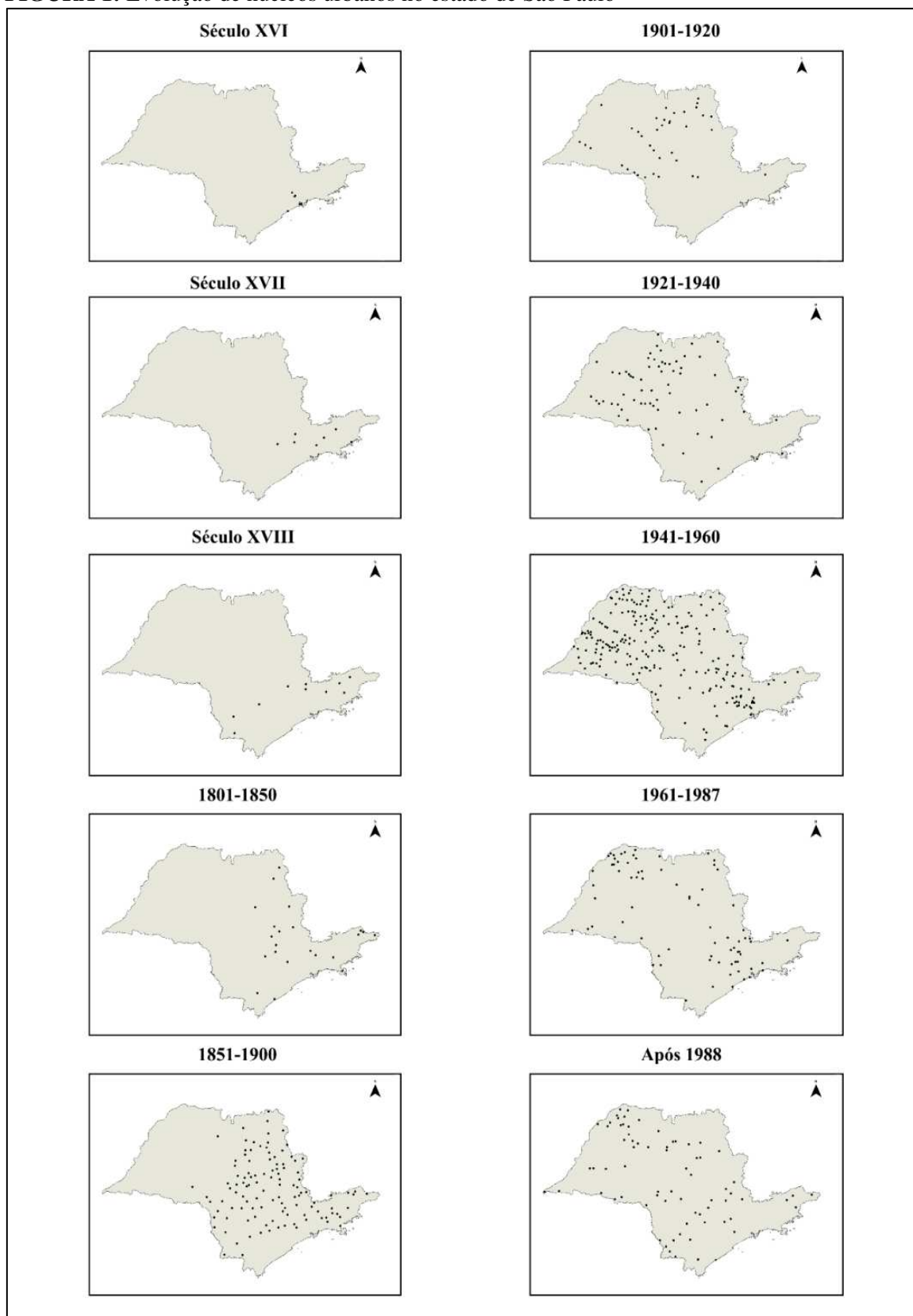
Esses elementos físicos articulados à formação socioespacial permitiram a criação de uma densa rede de cidades. A figura 1 traz a evolução do povoamento no estado de São Paulo. Considerando os dados do SEADE²³ sobre as criações municipais do estado de São Paulo, a figura 1 apresenta a criação de povoados entre o século XVI até o período atual. Considerou-se apenas o ano da fundação da povoação e não necessariamente a sua emancipação como município, pois o intuito é demonstrar como se deu o direcionamento da ocupação do estado de São Paulo. O termo povoação é utilizado no sentido de uma mínima organização econômica e social, a qual já apresentava característica urbana e foi apontado pelo SEADE como a data da fundação daquela povoação.

A divisão apresentada na figura 1 inicia-se com um recorte de cem anos entre os séculos XVI a XVIII, uma vez que nesse período poucas povoações foram estabelecidas no estado de São Paulo. Entre os séculos XVI e XVIII as povoações restringiam-se apenas às proximidades do litoral e da capital. O século XIX é dividido em duas partes pois após 1850, ocorreu a expansão da cafeicultura e o extensivo povoamento do interior do estado, demonstrando a partir daí a gênese de parte das cidades paulistas.

Quanto ao século XX, quando se dá a criação da maioria das cidades, optou-se por uma divisão maior, devido à gênese da maioria dos núcleos urbanos acontecer nesse referido século. Entre 1901 e 1920 há a criação de núcleos urbanos em decorrência da expansão do cultivo de café e das ferrovias em direção ao Norte e Centro-Oeste paulista, processo intensificado entre 1921 e 1940. O período com maior criação de núcleos urbanos foi entre 1941 e 1960 quando findou a expansão das ferrovias.

A divisão entre 1961 e 1987 coincide com o Regime Militar (1964-1985) e devido às características centralizadoras do período, poucos núcleos urbanos foram criados e/ou emancipados (TOMIO, 2002). Após 1988, têm-se a emancipação de núcleos urbanos, mediante à facilidade trazida pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

²³ Consulta disponível em:
<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=hist>

FIGURA 1: Evolução de núcleos urbanos no estado de São Paulo

Fonte: SEADE.

Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Conforme Prado (1999) o princípio da ocupação do estado de São Paulo, deu-se na primeira metade do século XVI, através do povoamento localizado principalmente no litoral e arredores da capital São Paulo (figura 1). Até meados do século XVIII, o território paulista era pouco ocupado, restrito às povoações onde desenvolvia-se lugares de passagem, comércio de mercadorias e/ou controle administrativo da colônia, não existindo atividades econômicas relevantes e urbanização efetiva.

O povoamento do estado de São Paulo permaneceu, até a primeira metade do século XIX, restrito ao litoral, região da capital paulista, Vale do Paraíba e parte da divisa com o estado de Minas Gerais. O Centro-Oeste Paulista, onde insere-se a rede urbana de Ourinhos era, do ponto de vista do processo de incorporação de terra, relativo ao sistema capitalista e a criação de cidades, pouco habitado, inexistindo uma rede de cidades.

Apesar disso, Candido (1979) argumenta que o interior do estado, embora praticamente desabitado, já era conhecido por alguns grupos que se dedicavam à atividade seminômade, com alguma cooperação ocasional. Portanto, esse povoamento disperso era manifesto através de uma população rarefeita espalhada pelo território, dificultando a fundação de novas povoações. Porém, devido à existência de muitas terras férteis, era possível a renovação do plantio, sem a necessidade de comprar outra terra e, portanto, expandir a ocupação por novas partes do estado paulista.

Porém, no último decênio do século XVIII, a decadência da atividade mineradora em Minas Gerais levou à migração em direção ao norte do estado de São Paulo, em especial, nas proximidades de Ribeirão Preto, sendo que os novos habitantes dedicavam-se à criação de gado bovino e culturas de subsistência (PRADO, 1999).

No entanto, ainda não se poderia falar da existência de uma rede de cidades no estado de São Paulo, uma vez que: a economia não se mostrava articulada em razão da escassez de vias de acesso e meios de transportes regulares; pelo fato do processo de urbanização ainda ser incipiente em decorrência do povoamento disperso; devido à inexistência de um mercado consumidor; em razão do desconhecimento de parte considerável do estado de São Paulo, notadamente o Planalto Ocidental Paulista.

Por fim, a figura 1 indica que até o término do século XIX, o avanço da ocupação no estado de São Paulo ainda não havia adentrado o denominado sertão paulista, conforme Monbeig (1984) nomeava essa parte do estado paulista.

O fator fundamental para a ocupação dessa parte do estado de São Paulo, até então fracamente habitada e a gênese da maioria dos núcleos urbanos, atrela-se à

expansão dos cafeeiros pelo estado, fato que ocorreu após a segunda metade do século XIX.

Silva (1985) indica que, embora o café tenha sido plantado em diferentes partes²⁴ do Brasil, a atividade econômica passou a obter êxito a partir do aumento da demanda internacional, em especial quanto à popularização dessa bebida nos Estados Unidos. O complexo cafeeiro paulista obteve êxito e o estado de São Paulo tornou-se o principal produtor brasileiro por reunir uma série de características imprescindíveis para a produção comercial do café.

São Paulo apresentava declividade do solo menos abrupta, clima adequado com chuvas bem distribuídas, boa qualidade de solo e capital para financiar a produção, sendo o cultivo do café voltado para fins de exportação, atendendo à crescente demanda externa. A produção era realizada em grandes propriedades, absorvendo a ampla mão-de-obra imigrante recém-chegada ao estado (SILVA, 1985). Com o exaurimento dos recursos naturais locais, o Vale do Paraíba²⁵ deixou de ser o principal produtor do café no estado de São Paulo, direcionando a produção para o centro e norte desse estado, incorporando novas terras e criando novas povoações (CANO, 2007).

No momento em que o plantio do café atingiu o norte do estado de São Paulo, surgiu o problema da distância dos cafeeiros quanto ao escoamento da produção, via exportação, através do porto de Santos (SP). A solução ocorreu através da construção das ferrovias, sendo que a iniciativa²⁶ se deu sobretudo, por conta dos fazendeiros que cultivavam café em suas propriedades e buscavam opções mais rentáveis de escoamento da produção, diminuindo os gastos com transporte (CANO, 2007).

O Centro-Oeste Paulista era composto por inúmeros latifúndios, que durante o período das sesmarias não progrediram, permanecendo uma ocupação dispersa na região de Botucatu, com povoações como Lençóis Paulista, Botucatu, São Manuel, Santa Cruz do Rio Pardo, Jaú e Águas de Santa Bárbara (PRADO, 2012). Até a efetivação do complexo cafeeiro paulista, o Centro-Oeste Paulista não estava

²⁴ A primeira muda de café foi cultivada no estado do Pará em 1727 e posteriormente no Maranhão e Rio de Janeiro, para fins de subsistência. No final do século XVII expandiu-se para Minas Gerais e Espírito Santo, porém com produções discretas, devido à falta de condições necessárias como vasta mão-de-obra, grandes capitais investidos, solo e clima adequados (SILVA, 1978).

²⁵ Há vasta bibliografia acerca da inserção do café no estado de São Paulo e a importância do Vale do Paraíba quanto a esse cultivo, podendo citar Silva (1978) e Picchia (1927).

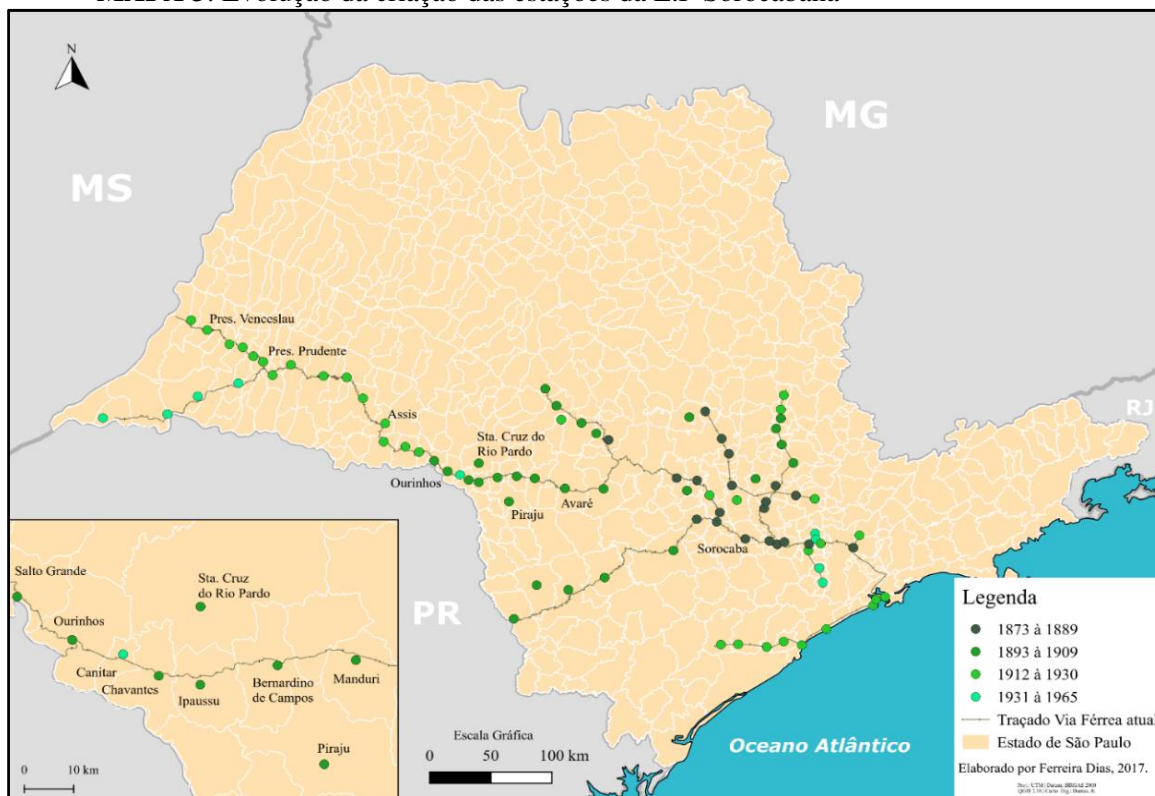
²⁶ A primeira ferrovia no estado de São Paulo, a São Paulo Railway, foi inaugurada em 1867 escoando a produção cafeeira do Vale do Paraíba, arredores de São Paulo e Campinas. A partir de 1875, a E.F. Mogiana, foi inaugurada, ligando São Paulo às áreas produtoras de café no nordeste do estado, enquanto a E.F. Ituna ligava Jundiaí à Itu (SILVA, 1978).

efetivamente ocupado, existindo poucas atividades agrícolas (PRADO, 1999), (WAIBEL, 1955).

No último quartel do século XIX, a expansão dos cafeeiros e da ferrovia em direção ao interior do estado levou à criação de inúmeras povoações que, em sua maioria, transformaram-se paulatinamente em cidades. Conforme se observa na figura 1, a ocupação e criação de povoações, seguiu em direção ao Centro-Oeste Paulista, onde paulatinamente foram abertas novas fazendas atendendo à marcha do café. Para Monbeig (1984), a ferrovia E.F Sorocabana foi importante para efetivação da ocupação no Centro-Oeste Paulista e cada estação inaugurada se tornava ponta de trilhos, o ponto final da ferrovia em processo de construção. Esse local normalmente se tornava um núcleo urbano que, não raro, transforma-se em vila e posteriormente cidade.

No mapa 3 verifica-se a expansão dos trilhos da Sorocabana, encontrando-se destacado parte das cidades que compõem a rede urbana de Ourinhos. Conforme Marques (1974), a estrada de ferro Sorocabana atingiu Piraju e Manduri em 1906, Santa Cruz do Rio Pardo (ramal), Ourinhos, Chavantes, Ipaussu, Bernardino de Campos e Chavantes em 1908 e em 1909 atingiu Salto Grande.

MAPA 3: Evolução da criação das estações da E.F Sorocabana



Fonte: Marques (1974), RFFSA.
Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2017.

Ao comparar-se a figura 1 com o mapa constata-se que a criação de novas povoações e a inauguração de estações ferroviárias foram processos por vezes, concomitantes. A chegada da ferrovia, contribuía para a efetivação do núcleo urbano já existente ou influenciava na fixação de novas povoações. A estação ferroviária trazia consigo, conforme Monbeig (1984), a presença de trabalhadores, a necessidade de comércio que atendesse suas necessidades cotidianas; e a existência da fazenda de café demandava determinados serviços e comércios que seriam atendidos pela cidade.

A partir do último quartel do século XIX ocorreu o início da ocupação da área de estudo. Já havia as condições para a expansão dos cafeeiros em direção ao Centro-Oeste Paulista, pois o estado recebeu nos últimos anos do século XIX, grande contingente de imigrantes, atendendo à demanda por mão-de-obra nas fazendas de café. Também, a expansão das ferrovias possibilitou o transporte da produção cafeeira e a concentração de terras manifestada nas grandes fazendas, permitiu o sucesso da produção cafeeira, pois era necessário de vastas áreas. Também, o exaurimento do solo nas antigas áreas cafeeiras e o capital acumulado, tornaram-se motivos para que os fazendeiros buscassem novas terras e, portanto, expandissem o cultivo do café para essas novas áreas produtoras.

No início do século XX, o avanço da ocupação motivado pelo cultivo do café e pela expansão da ferrovia Sorocabana, alterou paulatinamente a localização da “Boca do Sertão”, que para Monbeig (1984) era a fronteira entre o mundo civilizado e aquele desconhecido, ou seja, o limite entre o povoamento humano com papel colonizador. A partir de então, desmembrou-se²⁷ paulatinamente várias vilas, tornando-se cidades, conforme se observa na figura 1. Em cada um dos eventos descritos, a nova cidade tornava-se a Boca de Sertão, caracterizando-se como o local onde estabelecia-se aventureiros, escravos libertos, imigrantes recém-chegados e as atividades econômicas necessárias ao estabelecimento do povoamento (MONBEIG, 1984).

Diferente das demais ferrovias, a Sorocabana adentrou aéreas até então pouco ocupadas (MONBEIG, 1984). O autor salientou que a “Boca do Sertão” permaneceu durante o início do século XX, atrelada à Santa Cruz do Rio Pardo e posteriormente Ourinhos, porém conforme avançava-se os trilhos da Sorocabana, a situação alterava-se. Conforme o mapa 3, a expansão da ocupação direcionou-se ao Centro-Oeste Paulista, acompanhando, em parte os trechos já implantados das ferrovias. Prado (2012) aponta

²⁷ Itapetininga foi desmembrada de Sorocaba; Botucatu foi desmembrada de Itapetininga e por fim Lençoes (atual Lençóis Paulista), era parte de Botucatu (MONBEIG, 1984).

que inicialmente a região era composta por grandes propriedades dedicadas ao cultivo de café, sendo a ferrovia, o elemento essencial para o escoamento da produção.

Com isso, têm-se a gênese das cidades da rede urbana de Ourinhos, calcada na formação socioespacial da grande propriedade, apresentando os aspectos apontados por Corrêa (2000) : 1) Menor densidade de centros urbanos; 2) Presença de atividades pastoris relevantes; 3) Significativo absenteísmo revelado através de lojas sofisticadas, clubes de luxo, restaurantes e serviços de alta qualidade e bairros suntuosos.

Para Prado (1999), a situação do tamanho das propriedades se alterou gradativamente, em especial após 1928, devido ao controle nos preços do café, superprodução do mesmo e queda da lucratividade. De acordo com Monbeig (1984) as geadas de 1942, 1943 e 1944 foram o estopim para a derrocada²⁸ dessa atividade econômica no âmbito do estado de São Paulo.

A partir das restrições criadas pelo governo estadual quanto ao cultivo do café e a baixa para a exportação muitos fazendeiros já endividados, venderam suas propriedades e nesse processo ocorreu em algumas regiões e situações, a fragmentação das propriedades, uma vez que o comprador em geral era alguém com menos capital a ser investido, optando pela diversificação de cultivos, bem como o café não se mostrava um negócio altamente lucrativo como outrora²⁹ (PRADO, 1999).

Ocorreu uma especulação fundiária relativa às propriedades rurais, as quais até aquele momento, eram destinadas ao cultivo de café e foram gradativamente vendidas. Nesse processo, as terras onde o café foi predominante apresentavam maiores preços para venda, reflexo da notável qualidade do solo. Portanto, a atuação dos fazendeiros quanto à especulação fundiária foi um dos elementos que contribuiu para a fragmentação do tamanho das propriedades rurais no Centro-Oeste Paulista e também quanto aos municípios parte da rede urbana de Ourinhos. Por fim nas pequenas propriedades havia mais pessoas morando, trabalhando e necessitando de núcleos urbanos que atendessem a demanda dessa população, criando-se assim novas povoações (MONBEIG,1984).

²⁸ O declínio efetivou-se a partir de 1910, pois embora a produção continuasse a crescer, a demanda permanecia estável e o sistema de financiamento da produção tornava os proprietários cada vez mais endividados. Assim, o governo estadual de São Paulo passou a criar medidas a fim de coibir a continuação da produção crescente (SILVA, 1978).

²⁹ O café continuou a ser produzido no norte do estado do Paraná, considerado como fronteira física desse produto, devido as razões climáticas. Após 1946, as condições físicas dos cafeeiros estavam bastante deterioradas devido às geadas precedentes, culminando com a venda de inúmeras propriedades outrora destinadas a esse plantio (MONBEIG, 1984).

Esse processo é resultante em parte da inserção do imigrante europeu que consolidou uma nova modalidade de trabalho, o colonato, no qual havia a presença do trabalho livre com salário fixo anual e uma cota na colheita bem como a utilização da terra livre, desenvolvendo assim outras atividades agrícolas. O colono ou meeiro ao conseguir acumular algum capital adquiria as pequenas propriedades oriundas da grande fazenda de café a qual acabara se fragmentando em decorrência da decadência do produto, ou inseria-se nas atividades urbanas relativas ao setor secundário e terciário.

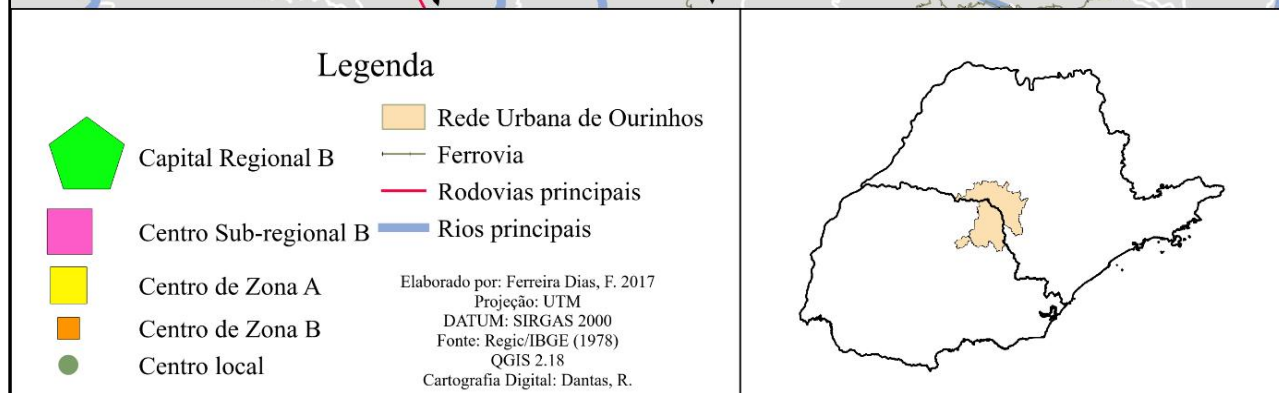
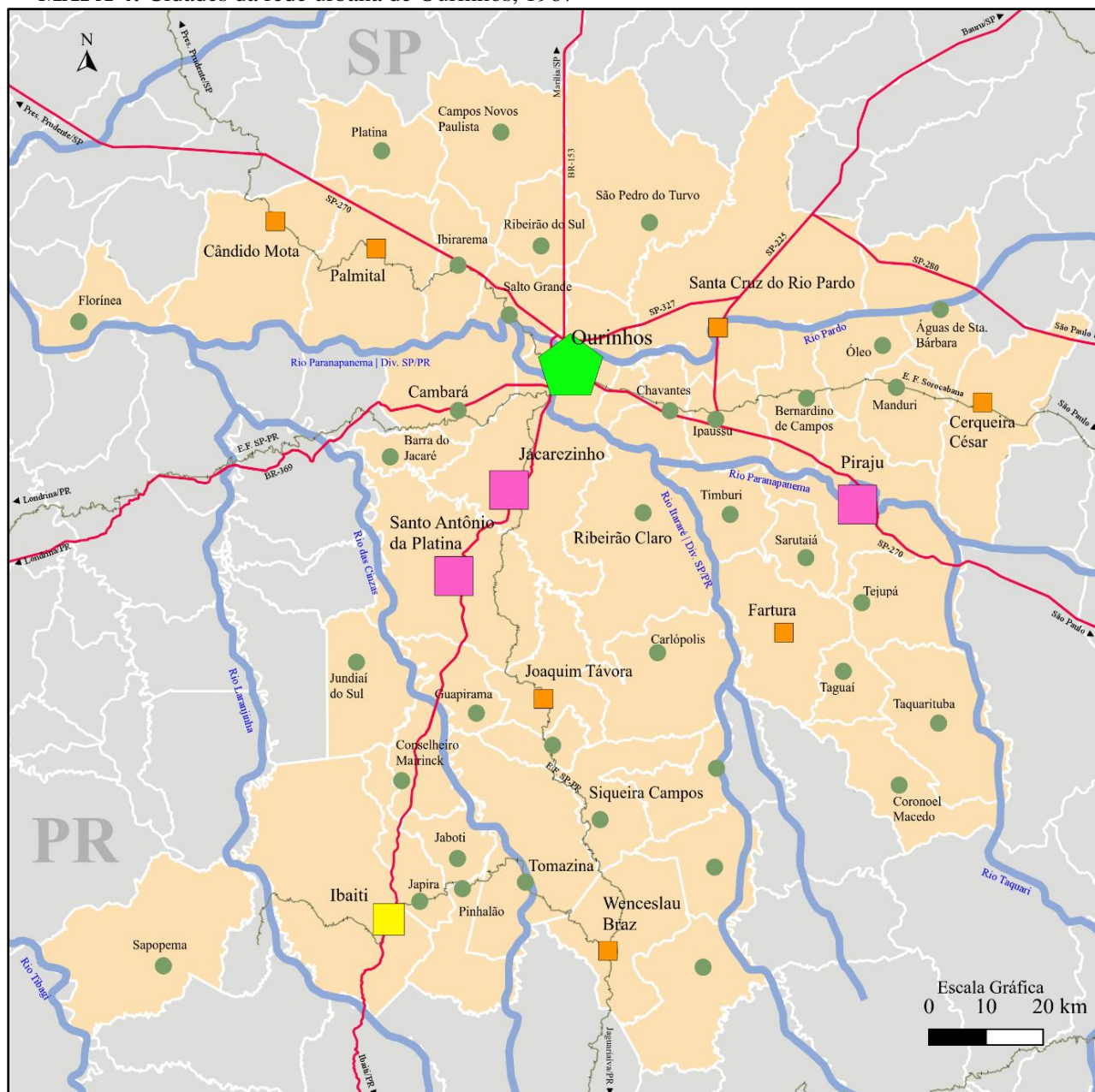
Por sua vez, após a efetivação da malha ferroviária, exposta no mapa 3, e da expansão do café em direção ao Centro-Oeste Paulista, finda-se o desbravamento do estado de São Paulo através da ocupação da porção Noroeste, conforme se observou na figura 1. Após a gênese da maioria das cidades paulistas e, portanto, da rede urbana, pode-se de fato discutir esse patamar de recorte geográfico e, por conseguinte a pequena cidade.

Embora a rede urbana de Ourinhos estivesse inicialmente apoiada na grande propriedade cafeeira, essa situação mudou gradativamente, uma vez que o café foi paulatinamente substituído pela inserção de outros cultivos nas pequenas propriedades rurais ao passo que ocorria um processo de desconcentração de terras. No entanto, a gênese da rede urbana está ligada à grande propriedade, o que se mostra evidente quanto à formação de uma rede urbana composta por poucos núcleos urbanos de maior relevância na hierarquia e um predomínio de centros locais, ou seja, havia a polarização das principais atividades econômicas em apenas uma cidade, no caso Ourinhos.

A ferrovia foi importante para o estado de São Paulo não apenas por possibilitar o transporte do café, cultivo que foi a base da economia estadual por quase dois séculos, mas também como um meio de transporte utilizado para o transportar outras mercadorias e também de pessoas, possibilitando interligar as cidades, ou analogamente, os pontos da rede em construção. A condição para a construção da rede urbana foi em parte influenciada pela ferrovia porque a mesma transportava a produção econômica e ligava os centros urbanos, desencadeando interações entre os mesmos.

Considerando que a rede urbana de Ourinhos teve sua gênese ligada à grande propriedade, justifica-se a pouca quantidade de cidades, sendo inicialmente localizada no estado paulista e parte do norte do estado do Paraná. No mapa 4 nota-se que a rede urbana de Ourinhos até 1967 era composta por 1 capital regional - Ourinhos, 3 centros sub-regionais - Piraju (SP) Jacarezinho (PR), Santo Antônio da Platina (PR), 1 centro de zona A - Ibaiti (PR), 7 centros de zona B - Fartura (SP), Santa Cruz do Rio Pardo (SP), Joaquim Távora (PR), Wenceslau Braz (PR), Cerqueira César (SP), Candido Mota (SP), Palmital (SP) e 29 centros locais.

MAPA 4: Cidades da rede urbana de Ourinhos, 1967



Fonte: REGIC (IBGE, 1972).

Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2017.

O REGIC de 1967 (IBGE, 1972) apontava que a rede urbana de Ourinhos estava na área de influência de São Paulo. Apenas Ourinhos apresentava relações diretas com a metrópole São Paulo, sendo que as demais cidades da sua rede apresentavam relacionamentos somente com o nível imediatamente superior. Essa rede urbana era composta por número relativamente pequeno de cidades, considerando uma área razoavelmente grande que compreendia parcela de dois estados brasileiros; parte do Centro-Oeste Paulista e do Norte Pioneiro Paranaense³⁰.

A rede urbana de Ourinhos abrangia parte do Norte Pioneiro Paranaense em decorrência da proximidade física com esse estado, pois a distância de Ourinhos até a divisa entre do estado do Paraná é de apenas 3 km. Por outro lado, Londrina - PR, cidade mais importante do norte paranaense, era classificada como um centro sub-metropolitano, exercendo influência sobre todo o norte paranaense. As cidades paranaenses da rede urbana de Ourinhos também eram parte da rede urbana de Londrina.

Observa-se no mapa 4 a presença da ferrovia Sorocabana e da São Paulo-Paraná, sendo Ourinhos um entroncamento ferroviário. Também, a cidade tornou-se a partir da década de 1950 um entroncamento rodoviário, uma vez que a partir da década citada, as rodovias BR 369, que liga Ourinhos à Londrina, a BR 153 - Rodovia Transbrasiliana, que liga o sul ao norte do Brasil, a SP-270 Rodovia Raposo Tavares, e o acesso à SP 327 Rodovia Castello Branco se articularam em Ourinhos.

Do ponto de vista populacional, conforme se observa na tabela 2, a população da rede urbana de Ourinhos era na década de 1960 majoritariamente rural, sendo que apenas Ourinhos apresentava o predomínio da população urbana, devido ao crescimento da indústria oleira, conforme apontou Massei (2001).

A indústria oleira desenvolveu-se a partir da década de 1960 e manteve forte atividade até meados da década de 1980, momento em que mudanças na legislação ambiental coibiram a continuidade da extração da argila em diferentes pontos do Rio Paranapanema, na divisa entre Ourinhos e Jacarezinho. Por outro lado, dificuldades de gestão administrativa e modernização de processos produtivos, contribuíram para a derrocada da atividade econômica citada. De acordo com Massei (2001), o norte do

³⁰ O norte velho ou Norte Pioneiro paranaense refere-se às terras localizadas a leste do rio Tibagi, apresentando como limite ao norte, os rios Itararé e Paranapanema, no estado de São Paulo (BRAGUETO, 2007), (WACHOWICZ, 1987). Trata-se uma área ocupada inicialmente por mineiros e que apresentou a criação de parte de suas cidades, em decorrência do avanço da frente pioneira e da expansão do cultivo de café (FRESCA, 2007).

estado do Paraná, que passava por intenso processo de urbanização no período citado, era o principal destino da produção de telhas e tijolos das olarias de Ourinhos.

Ourinhos apresentava na década de 1960, uma taxa de urbanização de 74,99% e atividades urbanas que conferiam importante centralidade na rede urbana. A partir de consulta ao censo comercial e de serviços (IBGE, 1970) e informações coletadas no escritório regional do IBGE, foi possível verificar que havia na cidade os seguintes elementos: bancos, armazéns, escola, hospital, órgãos governamentais, indústrias, comércio varejista com presença de estabelecimentos não locais (caso das lojas Pernambucanas), algumas especialidades médicas, etc.

Também, trata-se de um município com pequena extensão territorial, 296,203 km², e que, na década de 1960 passava por um processo de mudança³¹ quanto aos cultivos agrícolas, sendo que o café, o qual empregava bastante mão-de-obra, era cultivado principalmente no Norte do Paraná.

Todos os demais municípios da rede urbana de Ourinhos apresentavam o predomínio da população rural, principalmente no caso dos municípios do Norte Pioneiro Paranaense. Embora Jacarezinho tivesse a maior população dentre os municípios da rede urbana de Ourinhos, não apresentava a maior sede urbana. De tal maneira, até a década de 1960, o município paranaense desempenhava função menos relevante que Ourinhos, no contexto da rede urbana, pois apresentava menor taxa de urbanização e, conforme Fresca (2007), a economia ainda era pautada sobretudo nas atividades agrícolas.

De acordo com a tabela 2, a capital regional B Ourinhos, em 1960 era um dos municípios com predomínio de população urbana, apresentando uma taxa de urbanização de 74,99% e, por outro lado, também era a maior cidade, com 25.717 habitantes. O Centro Sub-Regional B, Piraju, também era majoritariamente urbano, pois 57,19% de sua população residia na sede urbana.

De tal modo, a rede urbana de Ourinhos era composta em 1960 por municípios pouco urbanizados, com exceção de Ourinhos e Piraju. A taxa média de urbanização era de 26,17%, refletindo a importância das atividades econômicas desempenhadas no âmbito rural, as quais empregavam grande parte da população. A população total dos municípios da rede urbana de Ourinhos somava 502.729 pessoas, sendo que 164.782 eram urbanos.

³¹ Conforme se discutirá no capítulo 4, foram iniciados o plantio de cana-de-açúcar e a paulatina substituição da mão-de-obra (boias-frias) pelo uso intensivo de mecanização. Desse modo, há a gradativa diminuição da população rural.

TABELA 2: População da rede urbana de Ourinhos em 1960

Município	Nível na Hierarquia urbana	População Urbana 1960	População rural 1960	População Total em 1960	Taxa de urbanização
Ourinhos (SP)	Capital Regional B	25.717	8.576	34.293	74,99 %
Piraju (SP)	Centro Sub-Regional B	10.685	13.174	18.683	57,19 %
Jacarezinho (PR)	Centro Sub-Regional B	14.813	24.972	38.785	38,19 %
Santo Antônio da Platina (PR)	Centro Sub-Regional B	9.777	21.683	31.460	31,07 %
Ibaiti (PR)	Centro de Zona A	4.692	16.061	20.753	22,60 %
Palmital (SP)	Centro de Zona B	6.732	13.155	19.882	33,85 %
Salto Grande (SP)	Centro de Zona B	3.598	7.331	10.929	32,92 %
Santa Cruz do Rio Pardo (SP)	Centro de Zona B	14.582	23.809	38.391	37,98 %
Fartura (SP)	Centro de Zona B	3.874	9.173	13.047	29,69 %
Andirá (PR)	Centro de Zona B	4.431	10.499	14.930	29,67 %
Joaquim Távora (PR)	Centro de Zona B	3.574	5.779	9.353	38,21 %
Pinhalão (PR)	Centro de Zona B	1.260	7.916	9.176	13,73 %
Wenceslau Braz (PR)	Centro de Zona B	5.495	16.016	21.511	25,54 %
Ipaussu (SP)	Centro Local	4.103	8.429	11.723	34,99 %
Taguaí (SP)	Centro Local	738	4.077	4.815	15,32 %
Sarutaiá (SP)	Centro Local	806	4.796	5.602	14,38 %
Timburi (SP)	Centro Local	858	4.902	5.760	14,89 %
Platina (SP)	Centro Local	484	2.387	2.871	16,85 %
Campos Novos Paulista (SP)	Centro Local	953	3.177	4.130	23,07 %
Bernardino de Campos (SP)	Centro Local	5.375	5.490	10.895	49,33 %
Chavantes (SP)	Centro Local	4.222	8.429	12.651	33,37 %
Ibirarema (SP)	Centro Local	1.839	4.704	6.543	28,10 %
Ribeirão do Sul (SP)	Centro Local	582	3.381	3.381	20,70 %
Tejupá (SP)	Centro Local	370	5.149	5.519	6,19 %
Manduri (SP)	Centro Local	1.609	2.978	4.667	34,47 %
São Pedro do Turvo (SP)	Centro Local	216	1.546	1.752	12,32 %
Óleo (SP)	Centro Local	796	3.049	3.845	20,70 %
São José da Boa Vista (PR)	Centro Local	530	4.033	4.563	11,61 %
Guapirama (PR)	Centro Local	551	3.517	4.068	13,54 %
Santana do Itararé (PR)	Centro Local	618	4.134	4.760	12,98 %
Quatiguá (PR)	Centro Local	1.959	3.502	5.461	35,87 %
Cambará (PR)	Centro Local	8.445	14.335	22.781	37,07 %
Barra do Jacaré (PR)	Centro Local	241	2.837	3.078	7,82 %
Siqueira Campos (PR)	Centro Local	4.136	5.949	10.085	41,01 %
Jundiá do Sul (PR)	Centro Local	2.188	6.188	8.376	26,12 %
Ribeirão do Pinhal (PR)	Centro Local	3.952	12.683	16.625	23,77 %
Conselheiro Mairinque (PR)	Centro Local	447	2.266	2.713	16,42 %
Japira (PR)	Centro Local	867	5.631	6.498	13,34 %
Tomazina (PR)	Centro Local	1.722	13.172	14.894	11,56 %
Salto do Itararé (PR)	Centro Local	758	4.759	5.517	13,73 %
Ribeirão Claro (PR)	Centro Local	3.532	11.979	15.511	22,77 %
Carlópolis (PR)	Centro Local	2.655	9.817	12.452	21,32 %

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 1960 (IBGE, 1960).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

A dinâmica rural e urbana na rede urbana de Ourinhos, até a primeira metade do século XX, apresentou momentos distintos. Até a década de 1930, têm-se o primeiro momento com a gênese e a consolidação de alguns núcleos urbanos na rede urbana, pautados essencialmente na expansão da frente pioneira, da ferrovia e do cultivo do café.

Conforme Fresca (2007) o café era até esse momento, plantado no norte pioneiro paranaense e escoado a partir da ferrovia São Paulo-Paraná, no ramal de Ourinhos, que atingiu Cambará (PR) apenas em 1925. Por outro lado, a ligação do Norte Pioneiro com a capital paranaense Curitiba só aconteceu em 1930, quando a ferrovia São Paulo-Paraná-Grande passou a ligar Jacarezinho à Curitiba, através de Jaguariaíva (PR).

As cidades do norte pioneiro paranaense eram atreladas à rede urbana de Ourinhos, devido à proximidade com a mesma e em decorrência da maior facilidade para o escoamento da produção cafeeira. Por outro lado, até 1929, conforme discutido, a atividade cafeeira era predominante na área estudada, sendo desenvolvida em grandes propriedades cafeeiras. De acordo com Fresca (2007) nessas propriedades cultivava-se também alguns gêneros alimentícios atrelados ao sistema de trabalho em colonato e dispunham de equipamentos necessários ao beneficiamento do café e de outros alimentos. Portanto, a relação do rural com a cidade era restrita a poucos relacionamentos econômicos ao passo que ainda não havia uma forte demanda por bens e serviços.

No Centro-Oeste Paulista e na rede urbana de Ourinhos, a partir da década de 1950, a produção de café tornou-se menos vantajosa e a fragmentação das propriedades destinadas a esse cultivo foi recorrente. Posteriormente, os estabelecimentos rurais tornaram-se menores e deixaram de ser portadores de maquinários destinados ao beneficiamento das produções agrícolas, sendo encontrados apenas nas cidades. As cidades passaram a atender as demandas de bens e serviços da extensa população que ainda habitava o rural e disponibilizavam máquinas para o beneficiamento de arroz, café e algodão. Essa nova dinâmica fez com que os proprietários desses maquinários pudessem investir em outras atividades desenvolvidas no âmbito urbano, confluindo assim, para o desenvolvimento dos setores atacadista e varejista (FRESCA, 2007)

Portanto, a cidade passou a apresentar um novo papel, ou seja [...] as estruturas que faziam a ligação entre a produção e o consumo estavam na cidade e não mais no campo, tornando a cidade como controladora do campo [...]. Além disso as cidades tornaram-se importantes quanto ao transporte “[...] todas as estruturas que faziam a

ligação entre a produção e consumo estavam na cidade, colocando-a como controladora do campo [...]” (FRESCA, p. 231, 2007).

Na condição expressa, as pequenas cidades apresentavam papel importante na rede urbana, pois a produção, beneficiamento e comercialização de alimentos ainda ocorria no âmbito local, ou seja, nas pequenas cidades e por esse motivo as relações entre os elementos da rede urbana eram ainda atreladas apenas ao nível imediatamente superior.

Do ponto de vista populacional, observa-se quadro 4 que a população das cidades da rede urbana de Ourinhos era predominantemente rural, sendo que, apenas Ourinhos³² apresentava maioria da população urbana, em parte devido ao desenvolvimento da indústria oleira. Em Ourinhos havia um comércio atacadista e varejista relevantes, pois conforme Del Rios (1992), a cidade desenvolveu essas atividades devido à instalação da estação da Ferrovia Sorocabana e, principalmente pelo fato de ter permanecido como o ponto final dos trilhos, enquanto não avançavam as obras da ferrovia.

A rede urbana de Ourinhos era, até a década de 1950, pautada em atividades agrícolas, destacando-se o café e milho para exportação, feijão, arroz entre outros alimentos para consumo local. Havia o comércio varejista nas pequenas cidades e o comércio atacadista naquelas mais complexas do ponto de vista econômico e social.

Nesse período, a rede urbana estudada apresentava pequenas cidades as quais tinham o papel de: 1) servir como local de troca de excedentes agrícolas produzidos por colonos; 2) disponibilizar o consumo de itens básico apresentando como consumidores, os colonos e os proprietários de terra; 3) fornecer os componentes necessários à produção agrícola, a qual ainda não era constituída por elementos relativos à modernização do setor.

Adicionalmente, os níveis mais elevados da hierarquia urbana, apresentariam um comércio varejista mais complexo e a presença do comércio atacadista, configurando como distribuidores de produtos industrializados e fabricados em geral, fora da rede urbana, em cidades de maior porte.

A gênese das cidades paulistas referentes à rede urbana de Ourinhos, atrela-se em sua maioria, ao cultivo do café, expansão ferroviária e da frente pioneira. No próximo subcapítulo, discute-se a gênese Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar.

³² Havia em Ourinhos a atividade oleira, na qual se extraía argila do rio Paranapanema. A partir da década de 1950 ocorreu o aumento do número de fábricas e trabalhadores, devido à crescente demanda no Norte Pioneiro Paranaense, em decorrência da criação de novas cidades as quais demandavam tijolos e telhas produzidos nessas olarias (DEL RIOS, 1992).

2.2. Gênese de Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar

Dentre as pequenas cidades paulistas na primeira metade do século XIX, o Centro-Oeste Paulista ainda era praticamente desconhecido, sendo um sertão habitado por indígenas e alguns caboclos dispersos nas proximidades dos grandes rios, dentre eles o Paranapanema e o Pardo (MONBEIG, 1984).

De acordo com Junqueira (1994) Santa Cruz do Rio Pardo e arredores era área de passagem de exploradores que buscavam adentrar o sertão paulista, devido aos cursos dos rios navegáveis Turvo e Pardo e também quanto aos inúmeros espigões, o que facilitava parcialmente esses deslocamentos.

Algumas povoações foram criadas nessa região³³ ainda no século XIX, como Águas de Santa Bárbara (1858), Botucatu (1846), Santa Cruz do Rio Pardo (1872), Lençóis Paulista (1858), São Pedro do Turvo (1876), dentre outras (SEADE, 2011).

Na segunda metade do século XIX, na região onde localiza-se Santa Cruz do Rio Pardo estava o limite físico da ocupação em direção ao oeste paulista, caracterizando-se pela agricultura de subsistência e restrita pecuária. Para Monbeig (1984) as povoações que surgiram após o período citado têm em geral relação com a expansão cafeeira e a E.F. Sorocabana, que atravessou o Centro-Oeste Paulista até a divisa com os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

O início da ocupação do município de Santa Cruz do Rio Pardo foi motivado por agricultores mineiros, que estabeleceram uma povoação às margens do Rio Pardo durante a década de 1850. A efetivação oficial³⁴ de Santa Cruz do Rio Pardo enquanto município se deu no ano de 1872, ligado inicialmente às atividades de subsistência (PRADO, 2012).

Santa Cruz do Rio Pardo era a sede municipal de uma vasta região composta por inúmeros distritos, sendo parcela emancipados posteriormente enquanto outros permaneceram distritos, conforme o quadro 3. Desse modo, Santa Cruz do Rio Pardo apresentava inicialmente uma área de 3.396 km² sendo que parte foi desmembrada, tornando-se os municípios da rede urbana de Ourinhos.

³³ Não é objetivo do trabalho a discussão sobre o conceito de região e não se trabalha com a região, sob o ponto de vista de um recorte geográfico. A região é entendida como os arredores da área de estudo, os municípios próximos à Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar e da rede urbana de Ourinhos.

³⁴ Distrito criado pela Lei Provincial nº 71, de 20-04-1872.

QUADRO 3: Distritos de Santa Cruz do Rio Pardo

Distrito	Fundação	Desmembramento	Situação Atual
São Pedro do Turvo	24/12/1876	29/05/1891	Município de São Pedro do Turvo
Campos Novos	13/04/1880	10/03/1885	Município de Echaporã
Salto Grande	14/04/1891	27/11/1911	Município de Salto Grande
Óleo	06/06/1891	14/12/1917	Município de Óleo
Chavantes (ex-Santana do Irapé)	22/10/1909	04/12/1922	Município de Chavantes
Bernardino de Campos	06/12/1917	09/12/1923	Município de Bernardino de Campos
Rio Turvo	21/05/1934	09/1/1990	Município de Espírito Santo do Turvo
Sodrélia	07/11/1929	-----	Distrito de Santa Cruz do Rio Pardo
Caporanga	30/11/1944	-----	Distrito de Santa Cruz do Rio Pardo
Clarínia	30/11/1944	-----	Distrito de Santa Cruz do Rio Pardo
Domélia	30/11/1944	-----	Distrito de Santa Cruz do Rio Pardo
Mandaguari	30/05/1905	-----	extinto

Fonte: Seade - Histórico dos municípios paulistas.
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Verifica-se que a maior parte de distritos foram criados a partir do início do século XX, quando a cafeicultura foi expandida nessa parte do estado de São Paulo. É importante destacar que no século XIX, embora já existissem alguns municípios nessa parte do Centro-Oeste paulista, a economia dos mesmos era atrelada à agricultura de subsistência e à pecuária. A inserção do café, no início do século XX ocasionou a vinda de muitos trabalhadores, a fim de servirem de mão-de-obra para os recentes cafezais, levando a criação de novos distritos, sendo que, alguns transformaram-se em cidades.

Portanto, embora Santa Cruz do Rio Pardo não tenha origem com a produção cafeeira, foi a partir da mesma que o município aumentou sua população e desenvolveu sua economia. A partir do desenvolvimento de Santa Cruz do Rio Pardo, têm-se uma série de desmembramentos expostos no quadro 3, os quais contribuíram para a efetivação da rede urbana de Ourinhos.

Quanto a Canitar, reitera-se o fato de ter elevado-se à categoria de município no ano de 1991 (mas sua origem datar de meados da década de 1930), assim considera-se a gênese de Chavantes, uma vez que Canitar era um distrito desse município.

A fazenda de João Inácio da Costa Bezerra, cujo cultivo era o café, perfazia a área total do município de Chavantes, e mediante ao desenvolvimento de uma pequena povoação e da instalação de uma estação ferroviária da Sorocabana, fundou-se em 1909, o distrito de Chavantes, sendo parte do município de Santa Cruz do Rio Pardo até o ano de 1922 (JUNQUEIRA, 1994).

O distrito de Chavantes apresentou relativo desenvolvimento econômico e social em decorrência do cultivo do café e da existência da estação ferroviária de mesmo

nome, sendo que em 1922 desmembrou-se de Santa Cruz do Rio Pardo, elevando-se à categoria de município.

Ao tornar-se município, Chavantes também apresentou o desenvolvimento de algumas povoações em sua área rural, sendo fundado em 1935 o distrito de Irapé³⁵, o qual permanece na mesma condição até o período atual. A outra povoação existente na área rural de Chavantes chamava-se Fortuna, uma vez que havia se desenvolvido em uma fazenda de café a qual apresentava o mesmo nome. Mediante a instalação de uma estação da ferrovia Sorocabana, no ano de 1923, a povoação Fortuna foi elevada, no ano de 1944 à condição de distrito³⁶, porém com o nome alterado para Canitar.

Canitar permaneceu até 1991 como um distrito de Chavantes e em decorrência do extensivo processo de emancipação de municípios ocorrido a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), foi finalmente emancipado.

Santa Cruz do Rio Pardo não apresentou sua gênese estritamente relacionada à implantação da ferrovia e à expansão dos cafeeiros em direção ao Centro-Oeste Paulista, uma vez que, a origem do povoamento desse município é parte do processo de desbravamento do sertão paulista, realizado por mineiros que se deslocaram, após a decadência da atividade mineradora em Minas Gerais.

A restrita ocupação inicial, do Centro-Oeste Paulista, de acordo com Monbeig (1984), refere-se à distância dos principais centros urbanos da época e a falta de meios de transportes e vias de acesso, desenvolvendo-se uma agricultura de subsistência e uma discreta pecuária, permanecendo tal situação até o final do século XIX, quando se deu a expansão do cultivo de café.

O cultivo do café estendeu-se ao Centro-Oeste Paulista, já que havia as condições físicas e econômicas para tal: 1) grandes extensões de terras que ainda não tinham proprietários e que poderiam ser utilizadas para o cultivo de café; 2) clima adequado, com pouca probabilidade de geadas e solo de boa qualidade; 3) numerosa mão-de-obra, sobretudo relacionada ao migrantes de origem italiana e japonesa, recém-chegados à região; 4) expansão da ferrovia Sorocabana, rumo ao oeste do estado de São Paulo, possibilitando o escoamento da produção; 5) núcleos urbanos que proporcionavam condições à efetivação da produção cafeeira, oferecendo comércio, serviços, bancos, maquinários, etc. (MONBEIG, 1984).

³⁵ Decreto 7.064 de 6-4-1935.

³⁶ Distrito criado com a denominação de Canitar (ex - povoado de Fortuna), pelo decreto-lei estadual nº 14.334, de 30-11-1944, subordinado ao município de Chavantes.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, a frente pioneira avançou à referida porção onde atualmente se localiza as cidades da rede urbana de Ourinhos. Desse modo com a introdução do cultivo do café para fins comerciais e o paulatino aumento da população local, ocorreu o gradual estabelecimento das atividades econômicas atreladas à produção cafeeira. Também, com a expansão da ferrovia rumo ao oeste paulista, consolidou-se um maior dinamismo da economia local e também a efetivação dos núcleos urbanos.

O cultivo de café era realizado em grandes fazendas, onde estabeleceu-se o regime de colonato. De acordo com Holloway (1984), no contexto da atividade cafeeira, o colonato consistia em um salário pago quanto ao cultivo e colheita do café, sendo esse trabalho realizado por todos os membros da família de colonos; os trabalhos ocasionais realizados em troca de pequenas quantidades monetárias e, por fim a moradia disponibilizada ao colono bem como pequenos espaços na propriedade rural no qual o mesmo poderia cultivar produtos para sua subsistência.

Para Holloway (1984) o trabalho assalariado mostrou-se prática comum em decorrência da inserção do cultivo de café no Centro-Oeste Paulista, uma vez que a mão-de-obra era constituída de imigrantes e também migrantes oriundos de outras partes do país, ao passo que a expansão da ocupação da região coincidiu com o fim do sistema escravocrata. O colonato por sua vez, prevaleceu no contexto das fazendas de café após 1888, quando devido ao fim do sistema escravocrata, se iniciou um processo de substituição de mão-de-obra escrava por mão-de-obra imigrante, no caso do estado de São Paulo. Quanto ao norte do estado do Paraná, parte da rede urbana de Ourinhos até 1960, a inserção do plantio de café para fins comerciais ocorreu no início do século XX, portanto com mão-de-obra migrante.

O colonato ocorria nas fazendas de café, sendo um sistema de trabalho aplicável em grandes propriedades, habitadas por extensa mão-de-obra, necessária para esse tipo de cultivo. O colonato implicava alguma remuneração, instaurando o trabalho assalariado, sendo que essa remuneração tinha três origens: 1) os cuidados com os pés de café que cada família de colonos era responsável; 2) a colheita do café; 3) trabalhos ocasionais (HOLLOWAY, 1984).

Nas fazendas também era disponibilizado aos colonos a possibilidade de cultivar gêneros alimentícios voltados à própria subsistência. Por outro lado, o fazendeiro também disponibilizava a casa para o colono, formando as colônias e justificando assim a existência de grande parte da população na área rural (HOLLOWAY, 1984).

Embora se trate de uma rede urbana pautada na sua origem, na formação socioespacial da grande propriedade, houve o desenvolvimento de centros urbanos a fim de atender a demanda dessa população, que apresentava alguma possibilidade de consumo, justificando a criação de centros locais na rede urbana de Ourinhos. Os distritos criados e também as pequenas cidades funcionavam como possibilidade de consumo de itens básicos e também para a venda do excedente que o colono produzia.

Chavantes teve sua origem relacionada à expansão cafeeira e à chegada dos trilhos da E.F. Sorocabana. Igualmente, o distrito de Fortuna, atual Canitar, era em realidade, uma fazenda destinada ao cultivo de café e em decorrência da inauguração de uma estação ferroviária referente à Sorocabana, apresentou sua consolidação enquanto um núcleo urbano atrelado à atividade cafeeira.

Portanto, em decorrência da expansão da atividade cafeeira, do sistema de trabalho de colonato e à chegada da ferrovia, várias cidades da rede urbana de Ourinhos foram criadas. Essas cidades foram estabelecidas de acordo com Monbeig (1984), principalmente junto à alguma estação ferroviária, desenvolvendo-se uma série de atividades comerciais voltadas a atender as demandas que esse meio de transporte trazia. Para o autor, a inauguração da estação ferroviária envolvia a presença de trabalhadores sendo que esses, precisavam de alimentação, hospedagem e algumas demandas mínimas de higiene e saúde, contribuindo assim para a instalação de pousadas, algum comércio composto por pequenos restaurantes, farmácia, escritório, armazém, dentre outros.

Posteriormente, alguns colonos acabaram por economizar parte de seus salários e adquiriram pequenas propriedades no momento em que, em decorrência da queda da lucratividade da atividade cafeeira, muitos fazendeiros passaram a vender suas propriedades rurais, e, devido ao fato da demanda não apresentar grande quantidade de dinheiro, as grandes propriedades acabaram sendo divididas em pequenas propriedades conforme discutido por Prado (1999).

Assim, a rede urbana de Ourinhos, até a década de 1950 ainda apresentava a atividade cafeeira como elemento relevante, principalmente na parte do norte paranaense, ao passo que, nos municípios paulistas da rede, incluindo Chavantes e Santa Cruz do Rio Pardo, essa atividade econômica estava em declínio, resultando ainda na paulatina diminuição do tamanho dos estabelecimentos rurais.

A gênese da rede urbana de Ourinhos refere-se à criação de núcleos urbanos diminutos, atrelados às atividades do setor primário bem como não havia ainda um

mercado consumidor com renda completamente estabelecido e que justificasse pequenas cidades com grandes variedades de bens e serviços. No subcapítulo 2.3 discute-se as mudanças na dinâmica rural - urbana que Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar passaram entre a gênese das mesmas até a primeira metade do século XX.

2.3. Dinâmica rural e urbana das pequenas cidades de Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar até 1950

O Brasil tornou-se urbano entre 1940 e 1980 quando ocorreu a intensificação do processo de urbanização, aumento da quantidade das cidades locais e centros regionais, sendo que algumas cidades passaram por acelerado crescimento tornando-se médias, do mesmo modo que as grandes cidades e metrópoles tiveram expressivo crescimento populacional. Alguns fatores contribuíram para tal fato, como o intenso crescimento demográfico e a decrescente taxa de mortalidade resultantes das melhorias sanitárias (SANTOS, 2013).

Conforme Santos (2013), o Brasil passou por distintas fases de urbanização sendo que entre 1870 e o início do século XX havia as cidades maiores, destinadas às atividades específicas, fiscal, militar, administração e, as pequenas cidades atreladas a mineração ou à agricultura de exportação. No Centro-Oeste Paulista e na área de estudo, a atividade inicial foi a monocultura do café.

Deffontaines (1944) indicava que o Brasil já apresentava na década de 1940 algumas cidades, porém as mesmas localizavam-se em pontos específicos do território brasileiro, normalmente relacionados com o processo de ocupação inicial ou à instalação das estações ferroviárias, com pouca articulação física entre as mesmas. As ligações entre as cidades eram esporádicas e constituídas sobretudo pelas ferrovias e, muitas partes do território brasileiro ainda estavam isoladas. Também, a população brasileira habitava o campo, pois as atividades econômicas predominantes eram relativas ao setor primário.

Não havia fortes interligações entre as cidades do território brasileiro, existindo ainda locais isolados pela falta de vias de acesso. A situação alterou-se, no caso do estado do São Paulo, concomitante à expansão ferroviária, que contribuiu para a efetivação de povoações e interligação entre as cidades. De acordo com Corrêa (2011), as redes ferroviárias apresentavam caráter regional na medida que articulavam territórios regionais em direção a uma grande cidade e/ou uma cidade portuária. Essa

condição dificultava a efetivação de um processo de industrialização e complexificação da economia nacional. Portanto, uma diferenciação maior quanto ao papel que as pequenas cidades apresentariam na divisão territorial do trabalho ainda não estava em vigor.

As pequenas cidades dependiam de atividades que lhe eram exteriores, vivendo em função das possibilidades de importação e exportação. Tinham pouca autonomia em termos de produção ou de consumo. “[...] a produção era feita em função das necessidades exteriores e não atendia as necessidades locais. O mercado de consumo era dos mais reduzidos (SANTOS, 1982, p. 104). As necessidades de produtos básicos eram satisfeitas localmente [...]” desta forma, surgiriam espontaneamente pequenas cidades para atender às exigências locais, nos sítios economicamente privilegiados (SANTOS, 1982, p. 104).

Nas pequenas cidades haviam poucos habitantes, pois o fato de ainda não haver uma mão-de-obra assalariada com renda suficiente para um consumo extensivo, a pouca oferta de bens e serviços em decorrência da demanda restrita, a economia fortemente relacionada ao setor primário sem um processo de industrialização solidificado, traduziam-se nas pequenas cidades com pouca população e tamanho territorial restrito.

Para Santos (2014) “[...] surgem centros locais quando se divide mais a propriedade e quando aumenta a densidade demográfica e econômica [...]” (SANTOS, p.90-91, 2014). Os centros locais seriam o equivalente às pequenas cidades, porém o autor optou pelas cidades locais pois:

Quando se fala em cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo a mente. Aceitar um número mínimo, como fizeram diversos países e também as Nações Unidas para caracterizar diversos tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema (SANTOS, 2014, p. 86).

A cidade local deveria ser capaz de atender as necessidades primárias e imediatas das populações locais:

[...] a cidade local é um organismo urbano que atende às necessidades primárias e imediatas das populações locais. Assim, esta definição abrange organismos de tamanhos diversos, fornecedores de diferentes serviços conforme a época e o lugar onde se situam (SANTOS, 1982, p. 104-105).

Para Corrêa (2001), no início do século XX “[...] a pequena cidade era menor em termos demográficos do que as pequenas cidades da primeira década do século XXI. O limite superior de seu tamanho demográfico poderia estar em torno de 10.000 habitantes em algumas regiões, menos em outras” (CORRÊA, p. 7, 2011).

A lógica apontada por Corrêa (2001) se aplica na área de estudo porque até a primeira metade do século XX, quando o café era a atividade econômica predominante, a urbanização era menor. Isso ocorria pois nas fazendas de café havia estruturas que possibilitavam o beneficiamento e escoamento do produto, pouco exigindo das cidades, do ponto de vista dos serviços e comércio. Assim, as sedes urbanas eram diminutas e parte considerável da população habitava a área rural, pois os armazéns existentes nas fazendas eram capazes de suprir a demanda quanto ao consumo pouco complexo.

Havia poucas funções urbanas nas pequenas cidades, pois o consumo era limitado aos produtores rurais e ocasionalmente aos trabalhadores colonos, na ocasião em que recebiam a remuneração pelo trabalho nas fazendas de café. A pequena população e a inexistência de uma extensiva classe média resultavam em um mercado consumidor restrito, conforme Silva (1985). Assim, a pequena cidade desempenhava funções relativas à comercialização dos excedentes agrícolas e consumo de poucos itens (CORRÊA, 2011).

Para o autor a pequena cidade era o elemento fundamental das relações econômicas que envolvem o rural e o urbano, onde se comercializava e beneficiava os produtos do mundo rural, sendo item final de uma outra cadeia, referente à distribuição de produtos industrializados, sendo esses produzidos nas grandes cidades, pois poucos itens eram produzidos na pequena cidade. Havia na pequena cidade o comerciante-varejista que comprava, armazenava, comercializava os produtos rurais e distribuía os produtos industrializados oriundos da grande cidade. Os produtos comercializados nas pequenas cidades eram de alcance limitado devido à baixa demanda e renda reduzidas. Além disso, os comerciantes tinham outros papéis nas pequenas cidades:

[...] Estes comerciantes atacadistas - varejistas atuavam também no financiamento da produção agrícola por intermédio do adiantamento de bens de consumo aos produtores rurais. O beneficiamento de produtos agrícolas, quando necessário, era realizado ou por firmas específicas ou pelo próprio atacadista-varejista. Poucas eram as lojas com atividades voltadas apenas à distribuição de produtos industrializados: as lojas de tecidos eram uma importante exceção (CORRÊA, 2011, p. 8).

Quanto à dinâmica rural e urbana nas pequenas cidades da rede urbana de Ourinhos, durante os primeiros anos da fundação de Santa Cruz do Rio Pardo, a economia mostrava-se atrelada à cultivos para subsistência, ao passo que:

A economia primitiva de Santa Cruz do Rio Pardo assentava-se sobre a criação de porcos muito mais que a de gado. Os porcos eram criados na liberdade da natureza e depois eram deslocados para o comércio de Lençóis, Botucatu e outras cidades [...]. O cultivo do milho era fundamental para a manutenção dos porcos e do gado [...] os habitantes daquela longínqua Santa Cruz do Rio Pardo provinham suas necessidades básicas através do plantio de cereais, algodão e fumo. As técnicas de plantio, no entanto, eram por demais primitivas (JUNQUEIRA, 1994, p. 41).

O recenseamento geral do Brasil de 1872 apontava que o município de Santa Cruz do Rio Pardo apresentava um núcleo urbano um pouco complexo, do ponto de vista da variedade das atividades econômicas, embora se destinasse a atender a demanda local e regional, visto que os municípios de maior porte, naquela época eram Botucatu (158 km) e Lençóis Paulista (131 km). Santa Cruz do Rio Pardo era naquele período, segundo Monbeig (1984), a “Boca de Sertão”, pois não havia núcleos urbanos em direção ao oeste.

Desse modo, encontrava-se no final do século XIX, na referida cidade as profissões listadas na tabela 3. Considerando os setores³⁷ da economia, percebe-se que as atividades rurais representavam o elemento mais importante da economia de Santa Cruz do Rio Pardo, durante o último quartel do século XIX, representando 67,72% da quantidade de profissionais em atividade. O número, no entanto, poderia ser maior pois os 15,76% sem profissão, o qual consta no censo de 1872 (BRASIL, 1872), como pessoas que exerciam funções diversas, possivelmente atuavam também em atividades rurais, na medida que esse setor era o mais importante naquele período.

Os funcionários públicos somavam 1,5% das profissões exercidas, devido a existência da prefeitura municipal, poder judiciário, bem como a presença do ensino, embora ainda pouco acessível. A indústria/trabalhos artesanais representava 4,7% das profissões existentes e referia-se à pequenos consertos, produção de alguns alimentos e bebidas. O setor de serviços perfazia 8,0% e referia-se às costureiras e empregados domésticos. As profissões exercidas no âmbito do comércio perfaziam 2,1% do total.

³⁷ Embora exista a categorização nacional de atividades econômicas, resolução 02/2010/CNA 2.0, bem como outras classificações o quadro não se vincula aos mesmos, pois a economia brasileira no século XIX era bastante distinta da atual.

TABELA 3: Profissões exercidas em Santa Cruz do Rio Pardo em 1872

Setor da economia	Profissão	Quantidade de pessoas
Atividades rurais	lavradores	2.366
	assalariados rurais	129
	criadores	78
		Total: 2.573
Atividades industriais/artesanais	operários em metal	19
	operários em tecido	50
	artesãos	93
	fabricantes	18
		Total: 180
Funcionários públicos	juiz	1
	procuradores	6
	oficiais de Justiça	4
	professoras/homens de letras	4
	empregados públicos	43
		Total: 58
Comerciantes	comerciantes/caixeiros	80
		Total: 80
Serviços	costureiras	230
	empregados domésticos	76
		Total: 306
Outros	sem profissão	599
		Total: 599
		Total Geral: 3.799

Fonte: BRASIL, 1872.

Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Considerando os dados expostos, conclui-se que a economia de Santa Cruz do Rio Pardo era fortemente atrelada às atividades desenvolvidas no âmbito rural embora a cidade apresentasse importância regional, verificável pela presença do setor judiciário e por se tratar de um município já emancipado no segundo quartel do século XIX, sendo naquele período o que Monbeig (1984) denominava como “Boca do Sertão”.

Junqueira (1994) aponta ainda que Santa Cruz do Rio Pardo contava no final do século XIX, com um importante jornal de circulação estadual, o Correio do Sertão, escritórios de advocacia, selaria, relojoaria, lojas de tecidos, barbearia, cabelereiro, vendedores por encomenda, hotel, farmácia, aulas particulares e médico clínico geral. A primeira escola particular foi fundada em 1909, sendo direcionada às mulheres e em 1914 fundou-se o primeiro Grupo Escolar.

O Recenseamento Geral de 1872 identificava ainda a existência de 190 escravos. No Recenseamento Geral de 1920 (BRASIL, 1920), observou-se a presença da mão-de-obra constituída por imigrantes, sendo que esses, dedicavam-se inicialmente ao cultivo de café.

O Recenseamento Geral de 1920 (BRASIL, 1920) apontava que Santa Cruz do Rio Pardo tinha 262 estabelecimentos rurais, sendo que 89 dispunham algum maquinário para o beneficiamento dos gêneros alimentícios produzidos localmente. Destacava-se a quantidade de máquinas de beneficiamento de café, 16, representando 17,97% do total. Porém, era a cana-de-açúcar que apresentava a maioria de equipamentos para beneficiamento e transformação em álcool e, principalmente açúcar. Cabe destacar que a produção de cana-de-açúcar ainda era pequena no período, ocupando apenas 142 hectares, representando um cultivo ainda sem finalidade comercial.

Os dados da tabela 4 expressam que a presença de máquinas de beneficiamento em parte dos estabelecimentos rurais era capaz de satisfazer parcialmente a demanda do setor agrícola e por esse motivo, a sede urbana do município ainda apresentava poucas funções, notadamente a administração municipal, alguns serviços, educação e o comércio de itens não encontrados nas fazendas/estabelecimentos rurais.

TABELA 4: Estabelecimentos rurais com máquinas de beneficiamento de gêneros alimentícios em Santa Cruz do Rio Pardo, 1920

Atividade	1920	
	Qtde	%
Beneficiamento de arroz	2	2,24%
Beneficiando de café	16	17,97%
Beneficamento de mate	1	1,12%
Fabricação de açúcar	48	53,93%
Fabricação de álcool	8	8,98%
Descascamento de algodão	1	1,12%
Moagem de Cereais	13	16,60%
Total de estabelecimentos com máquinas de beneficiamento	89	33,93%
Total Geral de estabelecimentos	262	

Fonte: Brasil (1920).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Tem-se uma mudança fundamental do ponto de vista econômico; além da construção da ferrovia Sorocabana, inaugurada em 1906 no município em questão, ocorreu a expansão do café, incidindo na necessidade de mão-de-obra e, portanto, no povoamento local. Porém, pondera-se que o município ainda contava com alguns distritos que foram gradativamente emancipados, justificando assim o número expressivo de habitantes, considerando um período no qual a população em geral não era numerosa, sobretudo no Centro-Oeste Paulista.

O Recenseamento Geral de 1920 (BRASIL, 1920) apontou que Santa Cruz do Rio Pardo apresentava 39.427 habitantes, sendo 3.806 estrangeiros, ou 3,80% da população. Conforme a tabela 5, a maioria de imigrantes era de origem italiana, 37,30%; seguido por espanhóis, 31,87%. O terceiro grupo de imigrantes mais numeroso era de origem russa, 16,81%, seguido pelos japoneses, 5,4%; ao passo que as demais nacionalidades somavam 8,62%.

De acordo com Junqueira (1994), de forma geral os imigrantes inseriram-se inicialmente em atividades agrícolas, notadamente o cultivo de café, com exceção dos japoneses, que rapidamente deixaram as atividades agrícolas e passaram a dedicar-se ao comércio. Parte desses imigrantes já tinha profissões definidas, como professor, relojero, alfaiate, atividades industriais, passando a exercer em Santa Cruz do Rio Pardo.

TABELA 5: Imigrantes em Santa Cruz do Rio Pardo, 1920

Nacionalidade	Número de pessoas	%
Italiana	1.420	37,30
Espanhola	1.213	31,87
Russa	640	16,81
Japonesa	207	5,4
Portuguesa	175	4,59
Turca	156	4,09
Argentina	70	1,83
Alemã	19	0,49
Austríaca	15	0,39
Servia	12	0,31
Francesa	10	0,26
Outras nacionalidades	27	0,70
Total de estrangeiros	3.806	

Fonte: BRASIL, 1920

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

No município de Chavantes, do qual originou-se Canitar, não há dados referentes quanto à presença de imigrantes bem como as profissões exercidas nos censos de 1872 e 1920, uma vez que no período citado, Chavantes ainda era distrito de Santa Cruz do Rio Pardo. A análise, mediante os dados disponíveis, não apenas quanto aos aspectos populacionais, como econômicos, dá-se apenas após a década de 1940, uma vez que Chavantes foi elevado à categoria de município apenas em 1922, não havendo dados relativos a períodos anteriores e na década de 1930, não foram realizadas pesquisas demográficas.

Antes da instalação dos trilhos da Sorocabana, os núcleos urbanos existentes estavam atrelados às culturas de subsistência, não existindo o plantio de café ou outros produtos para serem comercializados, em decorrência da ausência de transporte mecânico. Com a chegada dos trilhos da Sorocabana a Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos e a divisa com o estado do Paraná em 1908, o desenvolvimento econômico da região tornou-se mais rápido uma vez que o problema do escoamento da produção agrícola foi resolvido. Desse modo, a frente pioneira avançava pela região, sendo Assis - SP, a nova “Boca de Sertão” (MONBEIG, 1984).

Os fatores citados atraíram expressivo contingente populacional para Santa Cruz do Rio Pardo, pois entre 1900 e 1920, a população aumentou 87% (tabela 6), evidenciando que a chegada dos trilhos da Sorocabana e a abertura das fazendas de café foram fatores que motivaram a ocupação do município.

A década de 1940, em escala nacional, apresentou uma evidente evolução demográfica mostrando-se de acordo com Santos (2013), um período marcado por um crescimento geral da população brasileira considerando as melhorias sanitárias, evolução da medicina quanto ao tratamento e prevenção de algumas doenças outrora mortais, bem como uma alta taxa de natalidade em especial nos últimos anos dessa década, findada a II Guerra Mundial. No entanto, a população se manteve majoritariamente rural.

Na tabela 6, acerca da evolução populacional de Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes, entre 1872 a 1950, nota-se que entre 1870 e 1890, a população de Santa Cruz do Rio Pardo cresceu 30,69%, reflexo do processo de migração de agricultores mineiros ao município. Entre 1890 e 1900 ocorreu um decréscimo 11% da população, explicável devido à emancipação de São Pedro do Turvo em 1891.

O censo demográfico de 1920 apontava um grande aumento da população de Santa Cruz do Rio Pardo, na ordem de 87,40%, reflexo da expansão do cultivo de café e instalação dos trilhos da E.F Sorocabana em 1908, possibilitando o escoamento da produção cafeeira e atraindo novos contingentes populacionais, devido a oferta de trabalho na produção cafeeira.

O expressivo crescimento populacional também ocorreu entre 1920 e 1940, momento em que a população de Santa Cruz do Rio Pardo aumentou 35,80%. Porém, até 1940 apenas 10,41% da população habitava a cidade, fato que se refere ao predomínio da produção cafeeira, o qual ocupava bastante mão-de-obra e a mesma, habitava a área rural.

Quanto ao decréscimo populacional verificado entre 1940 e 1950, Junqueira (1994) apontou que a expansão dos cafeeiros em direção ao norte pioneiro paranaense atraiu migrantes do Centro-Oeste Paulista. Por outro lado, ocorreu o início do processo de urbanização, associado às mudanças na agricultura, o que culminou com deslocamentos em direção às cidades de maior porte populacional. Apesar disso, Santa Cruz do Rio Pardo também passou por um processo de urbanização pois em 1940 apenas 10,41% da população era urbana, alterando-se para 25,78% na década de 1950.

Conforme registrado, Canitar tornou-se distrito no ano de 1944, sendo que o Censo de 1950 apontava que sua população total era de 2.532 pessoas, e, 327 moravam na área urbana e 2.185 pessoas residiam na área rural. Entende-se que Canitar era naquele momento, um distrito cujas atividades econômicas eram voltadas ao setor primário. Chavantes apresentou poucas mudanças quanto ao crescimento populacional, aumentando sua população em 1,20% e a taxa de urbanização passou de 22,12% em 1940 para 22,87% em 1950. No período citado, havia em Chavantes o predomínio da atividade cafeeira, o que justificava a pequena taxa de urbanização.

TABELA 6: Evolução populacional de Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1872-1950

Santa Cruz do Rio Pardo			
ano	População urbana	População rural	População Total
1872	-----	-----	3.832
1890	-----	-----	5.529
1900	-----	-----	4.964
1920	-----	-----	39.427
1940	6.399	54.589	61.416
1950	8.293	23.865	32.158
Chavantes			
ano	População urbana	População rural	População Total
1940	2.595	9.132	11.727
1950	2.924	8.946	11.870

Fonte: Censos demográficos (IBGE, 1940, 1950); (BRASIL, 1872, 1890).
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

A dinâmica rural-urbana perpassa a análise dos elementos da economia dos municípios estudados quanto aos aspectos rurais e às atividades econômicas exercidas no âmbito urbano. O primeiro censo agropecuário (BRASIL, 1920), apontava que Santa Cruz do Rio Pardo tinha 262 estabelecimentos rurais, sem especificar qual área e quantos estabelecimentos rurais eram ocupadas por cada condição de produtor rural.

Em 1920, a área territorial de Santa Cruz do Rio Pardo era 180.700 hectares sendo que na década de 1940 foi possível constatar uma perda territorial de 46.500

hectares, ou 24,55% da área municipal passando a ter 131.000 hectares, mantendo-se inalterado na década de 1950. A diminuição da área municipal³⁸ refere-se à emancipação de Chavantes em 1922 e Bernardino de Campos em 1923.

Devido à ausência de dados referentes a 1920 torna-se inviável a análise das mudanças comparativas entre as demais décadas em que foi realizado o Censo Agropecuário, 1940 e 1950 (IBGE, 1940, 1950). Assim, a tabela 7 apresenta a área total³⁹ de estabelecimentos rurais por condição do produtor em Santa Cruz do Rio Pardo entre 1940 e 1950.

Embora a área territorial não tenha mudado, observou-se a diminuição de 9.521 hectares ou -7,26%, quanto à área ocupada por estabelecimentos rurais. Os motivos para essa diminuição consistem em: 1) o município aumentou sua taxa de urbanização de 10,41% na década de 1940 para 25,78% na década de 1950, expandindo consequentemente o perímetro urbano e diminuindo parte da área rural; 2) mudanças na metodologia da pesquisa realizada pelo IBGE (1940, 1950), sendo que na década de 1940 não foi especificado a quantidade de estabelecimentos por condição do produtor.

Cabe notar (tabela 9) que a quantidade de estabelecimentos rurais totais diminuiu entre 1940 e 1950, passando de 1.955 para 1.206, ou seja, uma redução de 38,31%. A condição de proprietários era a mais relevante, conforme se nota na tabela 8, na medida que 88,22% dos estabelecimentos tinham esse tipo de proprietário. Na tabela 7 foi verificada a diminuição quanto aos arrendatários, que ocupavam 16.950 hectares (16,13%), passando a ocupar apenas 1.184 hectares (1,25%), ocorrendo a redução 15.766 hectares ou 93,01% ocupados por arrendatários.

Portanto, embora não exista o dado quanto à quantidade de estabelecimentos rurais por condição do produtor para o ano de 1940, estima-se que a quantidade de proprietários aumentou, pois, a tabela 7 demonstra que ao menos em relação à área ocupada por essa condição de estabelecimento rural, houve aumento entre 1940 e 1950.

Há um indicativo de que parte desses arrendatários tornaram-se proprietários, ao conseguirem acumular capital e desse modo, adquiriram alguns estabelecimentos rurais, os quais não necessariamente seriam destinados majoritariamente ao cultivo comercial do café, conforme ocorria outrora, nas fazendas de café onde esses arrendatários

³⁸ A área total do município, apontada nos quadros, foi calculada não excetuando a área urbana e outras destinações como estradas e rodovias, uma vez que o dado disponibilizado pelo IBGE, referente ao tamanho dos municípios não aponta esses aspectos.

³⁹ Para a década de 1940 não há a informação de quantos estabelecimentos existem para cada condição de produtor rural, existindo apenas a área total desses estabelecimentos.

trabalhavam. Isso porque, no período em tela nota-se um processo de diversificação da produção agrícola em Santa Cruz do Rio Pardo (ver tabela 12).

Destarte, a condição de colono/meeiro tornava-se cada vez menos recorrente, sendo que parte se tornaram proprietários de terras ou deslocaram-se para a área urbana, fixando residência na mesma, passando a desenvolver outras atividades econômicas. De fato, nota-se na tabela 7 que embora a quantidade de estabelecimentos rurais tenha diminuído no período analisado, houve em contrapartida, um aumento da área relativa aos proprietários individuais que passaram de 69.643 hectares para 71.632, sendo que a participação no total passou de 66,28% para 75,72%.

As áreas referentes aos ocupantes, passaram por poucas alterações, pois se em 1940 não havia sequer área relativa à essa condição de produtor rural, em 1950 havia 150 hectares, o que representava 0,11% da área total ocupada por estabelecimentos rurais e 1,07% da quantidade dos estabelecimentos. Por sua vez, as áreas ocupadas por administradores passaram de 18.020 hectares (17,15% do total), para 21.618 hectares, ou 22.86% do total da área ocupada por estabelecimentos rurais. Em termos de quantidade numérica, havia em 1950, 83 estabelecimentos rurais cuja condição do produtor referia-se ao administrador, representando 6,88% total (tabela 8).

TABELA 7: Condição do produtor e área total dos estabelecimentos rurais de Santa Cruz do Rio Pardo: 1940 - 1950

Condição do produtor	1940		1950	
	Área	%	Área	%
Proprietários	69.643	66,28%	71.632	75,72%
Arrendatários	16.950	16,13%	1.184	1,25%
Ocupantes	0	0	108	0,11%
Administradores	18.020	17,15%	21.618	22,86%
Área total dos estabelecimentos (ha)	105.063		94.542	

Fonte: IBGE (1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, 2017.

TABELA 8: Total dos estabelecimentos rurais por condição do produtor em Santa Cruz do Rio Pardo em 1950

Condição do produtor	1950	
	Quantidade	%
Proprietários	1.064	88,22%
Arrendatários	46	3,81
Ocupantes	13	1,07%
Administradores	83	6,88%
Total de estabelecimentos	1.206	

Fonte: IBGE (1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Acerca da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais em Santa Cruz do Rio Pardo, apresentada na tabela 9, observa-se que os pequenos estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares aumentaram quantitativamente, pois em 1920 não havia nenhum nessa condição ao passo que em 1940 havia 179, somando 9,15% do total. Em 1950 o percentual passou a ser 16,74%, pois a quantidade de estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares tornou-se 202.

Em 1920 havia 58 estabelecimentos rurais entre 10 e 50 hectares, somando 22,13% do total. Esse número aumentou em 1940, quando passaram a existir 377, significando 19,28% total. Em 1950 havia 586 estabelecimentos rurais, somando 48,59% do total. Esse fato coaduna o indicativo de que parte dos arrendatários, ao acumular capital, tornaram-se proprietários rurais, adquirindo pequenos estabelecimentos rurais.

Os estabelecimentos rurais com tamanho entre 101 e 500 hectares somavam 93 ou 35,49% em 1920. Em 1940 havia 633 estabelecimentos, representando 11,76% do total ao passo que, em 1950, eram 182 estabelecimentos, significando 15,09%. Na categoria entre 500 e 1.000 hectares, em 1920 havia 34 estabelecimentos, representando 12,97% do total. Em 1940 reduziu-se a quantidade de estabelecimentos e a participação no percentual total, pois havia 17 estabelecimentos ou 0,17% do total. Em 1950, quantidade de estabelecimentos subiu para 28, ou 1,32% do total.

Porém, para o ano de 1920 não há informação quanto à área total para cada patamar de estabelecimento rural, e no caso daqueles estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, também não há a informação disponível sobre o tamanho máximo encontrado no município. Por essa razão estima-se que a concentração de terras era maior em 1920, na medida que o café era a atividade econômica predominante e por outro lado, trata-se de um período em que o município recebeu grandes contingentes imigrantes, os quais inicialmente inseriram-se nessas fazendas dedicadas a produção comercial de café.

TABELA 9: Estrutura Dimensional dos Estabelecimentos Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo: 1940 - 1950

Grupos de Área	1920		1940		1950	
	nº	%	nº	%	nº	%
Menos de 10	0	0	179	9,15%	202	16,74%
10 a 50	58	22,13%	377	19,28%	586	48,59%
51 a 100	67	25,57%	633	32,37%	216	17,91%
101 a 500	93	35,49%	230	11,76%	182	15,09%
de 500 a 1.000	34	12,97%	17	0,86%	28	2,32%
Mais de 1.000	10	3,8%	6	0,30%	8	0,66%
total	262		1.955		1.206	

Fonte: Censos Agropecuário, IBGE (1940, 1950); BRASIL (1920).
Org: FERREIRA DIAS, 2019.

A tabela 10 aponta que entre 1940 e 1950 ocorreu uma desconcentração de terras pois os estabelecimentos entre 10 e 50 hectares passaram de 8,76% da área ocupada para 15,94%. No patamar entre 51 a 100 hectares, passou-se de 13,84% para 16,11% da área total dos estabelecimentos rurais. O patamar entre 101 e 500 hectares passou por maior variação pois era 16,41% da área total dos estabelecimentos rurais e tornando-se 28,05%. Assim ocorreu a diminuição proporcional de área ocupada por estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares, passando de 41,04% do total para 23,87%.

TABELA 10: Área dos estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional em Santa Cruz do Rio Pardo entre 1920-1950

Grupos de Área	1940		1950	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Menos de 10	1.349	1,28%	1.394	1,47%
10 a 50	9.206	8,76%	15.071	15,94%
51 a 100	14.547	13,84%	15.238	16,11%
101 a 500	17.245	16,41%	26.525	28,05%
de 500 a 1.000	19.589	18,64%	13.745	14,53%
Mais de 1.000	43.127	41,04%	22.569	23,87%
total	105.063		94.542	

Fonte: Censos Agropecuário, IBGE (1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Estima-se que a acentuada desconcentração de terras se refere às mudanças no caráter da situação do produtor rural (tabela 8), pois, parte dos arrendatários teriam acumulado capital e adquirido pequenos estabelecimentos rurais, decorrente da fragmentação de propriedades outrora destinadas a produção comercial do café. O café não deixou de ser plantando em Santa Cruz do Rio Pardo, fato verificável na tabela 12, porém pondera-se que junto ao processo de urbanização do município em tela, há o desenvolvimento de atividades urbanas que davam suporte à produção cafeeira, significando assim que esse cultivo não necessariamente deveria ocorrer onde houvesse a completa estrutura para o beneficiamento.

Quanto ao uso da terra (tabela 11) em Santa Cruz do Rio Pardo percebe-se que entre 1940 e 1950, apesar de ter ocorrido uma diminuição da área dos estabelecimentos rurais, de 105.063 hectares em 1940 para 94.542 hectares em 1950, tem-se também a diminuição das áreas não utilizadas, pois em 1940 havia 46.852 hectares, ou 44,59%, que não tinham uso ao passo que em 1950 as áreas sem uso passaram a ser 14.502 hectares, ou 15,44% do total. Segundo o IBGE, essas áreas classificadas como não

utilizadas, seriam aquelas não exploradas para fins agropecuários, podendo ter diversas destinações.

Estima-se que parte dos arrendatários, mediante a acumulação de capital oriunda dos salários que receberam nas fazendas de café, adquiriram pequenos estabelecimentos rurais e passaram a desenvolver alguma atividade econômica, uma vez que as áreas não utilizadas diminuiram amplamente. Por outro lado, ocorreu um aumento das áreas improdutivas, passando de 1.797 hectares ou 1,71% do total para 4.569 hectares ou 4,83% do total, possivelmente devido ao exaurimento do solo, provocado pelo plantio contínuo do café, o qual completava cerca de 4 décadas.

Parte das terras não utilizadas em 1940 passou a ser destinada à pastagem, uma vez que a área passou de 11.665 hectares para 36.031, respectivamente 11,10% do total para 38,11%. De fato, em 1950, Santa Cruz do Rio Pardo passou a apresentar uma pecuária expressiva, com 30.898 cabeças, dentre gado bovino, caprinos, ovinos e equinos. A área destinada à agricultura diminuiu, passando de 34.942 hectares ou 33,25% do total para 30.880 hectares ou 32,66%.

TABELA 11: Utilização das terras em Santa Cruz do Rio Pardo: 1940 - 1950

Atividade	1940		1950	
	Área (ha)	Total (%)	Área (ha)	Total (%)
Agricultura	34.942	33,25%	30.880	32,66%
Pastagens	11.665	11,10%	36.031	38,11%
Matas e florestas	14.132	13,45%	8.464	8,9%
Não utilizadas	46.852	44,59%	14.598	15,44%
Improdutivas	1.797	1,71%	4.569	4,83%
Total	105.063		94.542	

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Conforme o Censo agropecuário de 1940 (IBGE, 1940), a pecuária contava 9.377 animais em Santa Cruz do Rio Pardo, entre equinos, muares, caprinos e, principalmente bovinos. O número passou a ser 29.739 animais em 1950 (IBGE, 1950), significando um crescimento de 68,46%, justificando assim, o aumento da área ocupada pelas pastagens.

A tabela 12 refere-se a área e quantidade produzida dos principais cultivos agrícolas, para os anos de 1920 a 1950. Por não estar disponível o dado acerca da área cultivada para o ano de 1940, o mesmo não foi considerado. Quanto à cana-de-açúcar, embora não presente, no período citado, uma área e/ou produção expressiva, optou-se por discutir esse dado pois, nas décadas seguintes esse cultivo tornou-se o mais

relevante nesse município. Nota-se que a área destinada a esse cultivo diminuiu entre 1920 e 1950, passando de 148 hectares para 9.

A inserção comercial da cana-de-açúcar ocorreu inicialmente em Ourinhos, na década de 1950, pois de acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 1950), havia 1 estabelecimento rural cuja produção era 8.000 toneladas, produzido em 218 hectares. Nas décadas seguintes, tanto Ourinhos como os demais municípios de sua rede urbana passaram a apresentar estabelecimentos rurais dedicados ao cultivo da cana-de-açúcar, com o aumento paulatino da área cultivada e da produção, conforme se discute no subcapítulo 3.2.

Em 1920 a maior parcela das terras de Santa Cruz do Rio Pardo era ocupada pelo cultivo do café (46,13%), porém a produção representava apenas 4,93% do total dos produtores agrícolas. Estima-se os cafeeiros haviam sido plantados recentemente e por essa razão ainda não haviam atingido produções expressivas.

Entretanto, o Censo Agropecuário de 1940 (IBGE, 1940), apontou que, dentre os 1.955 estabelecimentos rurais, 387 produziam café. Em 1940 foram produzidas 6.890 toneladas de café e em 1950, 6.736 e, embora não esteja disponível o dado acerca da área plantada em 1940, supõe-se que em razão do aumento da área dedicada à pastagem, a área relativa ao plantio de café não deve ter passado por drásticas alterações, embora o maior destaque verificado quanto à pecuária evidencie o início de um processo de diversificação da produção agropecuária.

Embora o milho representasse a maior produção, o café já ocupava em 1920 a maior área. Essa produção aumentou 9,13% entre 1920 e 1940 e diminuiu 23,96% entre 1940 e 1950. Porém, o milho era o principal produto em Santa Cruz do Rio Pardo quanto à quantidade produzida em 1940 embora não houvesse dado acerca da área destinada ao mesmo. Durante 1940 o algodão era o segundo cultivo em quantidade produzida pois havia aumentado 80,14% em relação a 1920. Na década seguinte, a produção caiu 81,03%, não consolidando-se posteriormente como um cultivo relevante no município.

Durante a década de 1950, Santa Cruz do Rio Pardo apresentou a maior produção de arroz, com 4.251 hectares plantados e 6.852 toneladas produzidas. Em relação a 1920, o crescimento foi de 94,58% relativo à área plantada e 93,95% quanto à produção. O período coincide justamente com o início da atividade do beneficiamento desse produto, a qual tornar-se-ia gradativamente a principal atividade industrial do município. Nessa mesma década, foram criadas as primeiras máquinas de beneficiar

arroz bem como a comercialização do mesmo, através da iniciativa de alguns produtores locais, pertencentes às famílias Pegorer, Nardo, Manfrim.

O feijão perdeu gradativamente importância tanto em quantidade produzida quanto em área plantada pois em 1920 o feijão apresentava a segunda maior produção dentre os gêneros alimentícios com 2.434 hectares de área plantada e 2.920 toneladas produzidas. No ano de 1940 a quantidade colhida diminuiu 86,71% em relação a 1920, sendo que a década de 1950 apresentou uma produção ainda menor.

TABELA 12: Área e quantidade produzida dos principais cultivos agrícolas de Santa Cruz do Rio Pardo: 1920 - 1950

Principais Culturas	1920		1940		1950	
	Área(ha)	Qtde (t)	Área(ha)	Qtde (T)	Área(ha)	Qtde (T)
Café	8.535	1.024	-----	6.890	8.576	6.736
Algodão	2.162	1.643	-----	8.274	2.381	1.569
Arroz	230	413	-----	695	4.251	6.852
Milho	4.999	10.797	-----	11.882	5.048	9.035
Feijão	2.434	2.920	-----	388	828	447
Cana-de-açúcar	142	230	-----	3.911	9	230
Área total dos principais produtos agrícolas	18.502	20.751	-----	32.040	16.045	23.300

Fonte: IBGE (1950), Brasil (1920).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Chavantes é um município relativamente pequeno, comparativamente a Santa Cruz do Rio Pardo. A fundação do município remete ao ano de 1887, porém a emancipação ocorreu em 1923 e, por essa razão, não há dados anteriores ao recenseamento de 1940.

No período analisado, décadas de 1940 e 1950 (IBGE, 1940, 1950), o município ocupava 246 km². Conforme a tabela 13, em 1940 havia 21.811 hectares ocupados por estabelecimentos rurais, inexistindo a condição de ocupante e de administrador. Os proprietários ocupavam 81,21% da área dos estabelecimentos rurais, seguido pelos arrendatários, em 18,78%.

TABELA 13: Condição do Produtor e área total dos estabelecimentos rurais de Chavantes: 1940 - 1950

Condição do produtor	1940		1950	
	Área	%	Área	%
Proprietários	17.714	81,21	11.983	50,88%
Arrendatários	4.097	18,78	653	2,77%
Ocupantes	0	0	26	0,11%
Administradores	0	0	10.886	46,22%
Área total dos estabelecimentos (ha)	21.811		23.548	

Fonte: IBGE (1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Conforme a tabela 13 em 1950 havia 23.548 hectares relativos à estabelecimentos rurais, um aumento de 7,37% em relação a 1940. Em 1940 não foi verificado a condição de ocupante e em 1950, havia apenas 0,11% da área total. Por outro lado, diminuiu a área utilizada pelos arrendatários, passando de 18,78% da área total dos estabelecimentos rurais para 2,77%. A explicação para a diminuição da área relativa aos arrendatários não deve ser semelhante ao caso de Santa Cruz do Rio Pardo, na medida que a área dos proprietários também diminuiu de 17.714 hectares para 11.983, passando de 81,21% da área total dos estabelecimentos rurais, para 50,88%.

No caso de Chavantes, a diminuição da quantidade numérica e da área relativa aos arrendatários não se refere a mudança dos mesmos para a condição de proprietário rural (tabela 14). Por outro lado, a condição de arrendatário não era expressiva em 1940⁴⁰, pois os mesmos ocupavam 4.097 hectares (18,78%) do total, na medida que a condição de proprietário era predominante, ocupando 17.714 hectares. Em realidade a maior mudança foi a condição de administrador, que era nula em 1940 e passou a representar 46,22% da área total ocupada ou 10.886 hectares, em 34 estabelecimentos rurais.

TABELA 14: Total dos estabelecimentos por condição do produtor rural em Chavantes: 1950

Condição do Produtor	1950	
	Quantidade	%
Proprietários	146	76,94%
Arrendatários	9	4,73%
Ocupantes	1	0,52
Administradores	34	17,84%
Total de estabelecimentos	190	

Fonte: IBGE (1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Analisando a tabela 15, observa-se que, diferentemente de Santa Cruz do Rio Pardo, Chavantes apresentou poucas alterações quanto à estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais. Os pequenos estabelecimentos com menos de 10 hectares continuaram representando apenas 116 hectares, 0,53% do total em 1940 e 0,49% em relação à 1950. Os estabelecimentos entre 10 e 50 hectares passaram de 4.096 hectares (18,91%) em 1940, para 2.577 em 1950 ou 10,91% do total. O patamar entre 101 e 500 hectares passou de 6.630 hectares em 1940 para 6.085 hectares, representando 30,64% e

⁴⁰ Não há dado disponível sobre o total de estabelecimentos por produtor quanto ao ano de 1940.

25,77% respectivamente. Os estabelecimentos entre 500 a 1.000 hectares somavam 5.889 hectares em 1940 e passaram a ser 6.241 em 1950.

A principal alteração ocorreu quanto aos maiores estabelecimentos rurais, acima de 1.000 hectares, os quais somavam 2.365 hectares em 1940 e passaram a ser 6.931 hectares, ou 10,92% e 29,35% respectivamente. Associando aos dados expostos na tabela 15, nota-se que o patamar de estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares aumentou numericamente de 2 para 6, representando 0,69% do total em 1949 e 3,12 em 1950.

Observando os dados expostos na tabela 16, conclui-se que os pequenos estabelecimentos rurais mantiveram-se prevalentes, porém ocorreu um processo de concentração de terras na medida que os patamares dos maiores estabelecimentos rurais obtiveram aumento. Embora os estabelecimentos pequenos com tamanhos inferiores a 50 hectares representassem 63,49% do total, em termos absolutos, isto é, em área ocupada, os mesmos ocupavam apenas 11,4% da área total dos estabelecimentos rurais. Considerando o fato da área relativa aos administradores, exposta no quadro ter aumentado significativamente, estima-se que os mesmos relacionam-se ao aumento da área referente aos estabelecimentos rurais de maior tamanho.

TABELA 15: Estrutura Dimensional dos Estabelecimentos Rurais em Chavantes:1920-1950

Grupos de Área	1940		1950	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Menos de 10	116	0,53%	116	0,49%
10 a 50	4.096	18,92%	2.577	10,91%
51 a 100	2.542	11,74%	1.659	7,02%
101 a 500	6.630	30,64%	6.085	25,77%
de 500 a 1.000	5.889	27,21%	6.241	26,43%
Mais de 1.000	2.365	10,92%	6.931	29,35%
total	21.638		23.609	

Fonte: Censos Agropecuário, IBGE (1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

TABELA 16: Quantidade de Estabelecimentos Rurais de Chavantes quanto à Estrutura Dimensional: entre 1940-1950

Grupos de Área	1940		1950	
	Qtde	%	Qtde	%
Menos de 10	38	13,14%	16	8,33%
10 a 50	173	59,86%	104	54,16%
51 a 100	36	12,45%	25	13,02%
101 a 500	31	10,72%	32	16,66%
de 500 a 1.000	9	3,11%	9	4,68%
Mais de 1.000	2	0,69%	6	3,12%
total	289		192	

Fonte: Censos Agropecuário, IBGE (1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

De acordo com a tabela 17, entre 1940 e 1950 não houve mudanças significativas quanto à área ocupada por cultivos agrícolas em Chavantes, sendo 13.022 hectares ou 59,70% do total em 1940 e, 13.963 hectares ou 59,29% da área total em 1950. Diferentemente do caso de Santa Cruz do Rio Pardo, a agricultura era o principal uso da terra tanto em 1940 quanto em 1950.

As pastagens aumentaram quanto à área utilizada em Chavantes, perfazendo 3.510 hectares, ou 16,09% em 1940. Porém, o Censo Agrícola de 1940 (IBGE, 1940), demonstrou uma evolução quanto à área utilizada e a participação percentual, sendo 4.542 hectares, ou 19,29% respectivamente. Em termos de área utilizada, ocorreu um aumento de 22,72%. Entretanto, o aumento na quantidade de animais foi de 40,56%, uma vez que em 1940 havia 4.814 animais, dentre equinos, muares, caprinos e principalmente bovinos; pois em 1950 havia 8.100 animais.

A área relativa às matas passou de 3.212 hectares em 1940 para 2.200 hectares em 1950; ou 14,72% e 9,34% respectivamente. A diminuição da área relativa às matas, em termos reais, foi de 31,50%. Estima-se que parte dessas matas foi transformada em pastagens, na medida que à área destinada a agricultura aumentou 14,90%, entre 1940 e 1950. Por sua vez, as áreas não utilizadas, 1.724 hectares ou 7,90% em 1940, diminuíram para 1.546 hectares ou 6,56% em 1950. A diminuição real foi de 11,41%, sendo áreas possivelmente incorporadas pelas pastagens.

Por outro lado, no período analisado houve um aumento de 954 hectares, ou 73,55% em área improdutivo, tratando-se possivelmente do exaurimento do solo em decorrência do plantio do café, pois esse gênero agrícola era predominante em 1940 e também em 1950, conforme nota-se na tabela 18.

TABELA 17: Utilização das terras em Chavantes:1940 - 1950

Atividade	1940		1950	
	Área (ha)	Total (%)	Área (ha)	Total (%)
Agricultura	13.022	59,70%	13.963	59,29%
Pastagens	3.510	16,09%	4.542	19,29%
Matas e florestas	3.212	14,72%	2.200	9,34%
Não utilizadas	1.724	7,90%	1.546	6,56%
Improdutivas	343	1,57%	1.297	5,50%
Total	21.811		23.548	

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

A tabela 18 apresenta os principais cultivos agrícolas em Chavantes e, embora a cana-de-açúcar ainda não tivesse importância no âmbito municipal, fato que ocorreu somente após a década de 1970, optou-se por relacionar sua produção também em 1940 e 1950. Em 1950, eram destinados 19 hectares ao cultivo de cana-de-açúcar e a produção era de 544 toneladas, o que representava 0,17% da área municipal e 4,11% do total produzido. O feijão não apresentou alterações quanto a quantidade produzida e possivelmente quanto à área destinada ao mesmo.

O milho ocupava a segunda colocação entre os cultivos pois a produção representava 33,66% do total produzido em 1940. Em 1950, o milho somava a segunda maior área destinada a um cultivo, 1.357 hectares, o que representava 12,68%. A quantidade produzida em 1950, 3.270 toneladas, representava 24,75 %, a segunda colocação nesse quesito. Entretanto, a participação do milho no total produzido reduziu-se entre 1940 e 1950 em 3,90%.

Porém, uma das maiores mudanças quanto aos principais cultivos ocorreu em relação ao algodão. Em 1940 foram produzidas 1.183 toneladas de algodão, o que representava 10,93% do total. Em 1950, a produção foi de apenas 75 toneladas em 185 hectares, o que significava 0,56% da produção total, efetuada em 1,7% da área total. Entre 1940 e 1950 a produção diminuiu 93,66% deixando de ser um elemento importante na economia de Chavantes. Quanto ao arroz, observa-se um crescimento em relação à quantidade produzida de 83,68%, passando de 160 toneladas em 1940 para 673 toneladas produzidas em 1950.

A principal atividade econômica em Chavantes permaneceu o cultivo de café, ocupando a maior área dentre todos os cultivos em 1950; 8.727 hectares ou 81,53% da área total. A quantidade produzida também aumentou, passando de 5.344 toneladas em 1940 ou 49,35% do total, para 8.534 toneladas em 1950, significando 66,22% do total.

TABELA 18: Área e quantidade produzida dos principais cultivos agrícolas de Chavantes: 1940 - 1950

Principais Culturas	1940		1950	
	Área(ha)	Qtde (T)	Área(ha)	Qtde (T)
Café	-----	5.344	8.727	8.534
Algodão	-----	1.183	185	75
Arroz	-----	160	374	673
Milho	-----	3.403	1.357	3.270
Feijão	-----	180	39	115
Cana-de-açúcar	-----	550	19	544
Área total dos principais produtos agrícolas	-----	10.820	10.701	13.211

Fonte: IBGE (1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Comparativamente a Santa Cruz do Rio Pardo, Chavantes apresentava em 1940 e 1950, o predomínio do cultivo do café. O fato é explicável porque Santa Cruz do Rio Pardo apresentava importância quanto à pecuária e cultivos agrícolas, notadamente o milho, ao passo que Chavantes pautou sua economia, sobretudo no cultivo de café. A presença da ferrovia facilitou a produção do café voltado à exportação, justificando assim a produção de café em grandes quantidades, tanto em Chavantes, quanto em Santa Cruz do Rio Pardo, sendo também um fator impulsionador da ocupação desses municípios.

Embora o período analisado nesse subcapítulo referira-se ao predomínio da população rural, pois em 1950 a taxa de urbanização de Chavantes era de 24,63% e de Santa Cruz do Rio Pardo, 25,78%, a dinâmica rural e urbana ocorria de forma diferente nos dois municípios analisados. Quanto às atividades econômicas desenvolvidas no âmbito rural, Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes, embora inseridas na mesma formação socioespacial e na mesma rede urbana apresentavam dinâmicas distintas. Trata-se de dois municípios com tamanhos bastante diferenciados, e em 1950, no caso de Santa Cruz do Rio Pardo, a pecuária era mais relevante que em Chavantes, considerando a quantidade de animais existentes naquele município e a área ocupada por pastagens.

Porém o maior diferencial referia-se à agricultura, na medida que 66,22% da produção agrícola de Chavantes era vinculada ao café, sendo que o segundo produto mais relevante, o milho, somava 24,75%. O milho era a produção agrícola mais relevante em Santa Cruz do Rio Pardo em 1950, representando 38,77%, seguida pelo arroz, com 29,40% do total produzido, e em terceiro, o café, o qual somava 28,90%.

O fato de Chavantes pautar sua economia fortemente na produção cafeeira e, por outro lado, Santa Cruz do Rio Pardo apresentar maior multiplicidade de atividades agrícolas refletia-se no âmbito urbano. O crescimento do cultivo de arroz em 1950 no município de Santa Cruz do Rio Pardo, culminou com a expansão do processo de beneficiamento desse grão, dando origem a indústria de beneficiamento de arroz dessa cidade, item discutido no capítulo 5.

Com a existência de diferentes tamanhos de estabelecimentos rurais em ambos municípios, parte ainda se destinava à cultivos voltados à exportação, e nesse sentido, a ferrovia era um elemento importante. O sistema de trabalho em colonato, ainda existente no período, trazia como consequência o consumo e a venda dos excedentes da

produção desenvolvida pelos colonos, favorecendo o desenvolvimento do comércio na cidade. Portanto, embora as atividades econômicas desenvolvidas no âmbito rural fossem ainda predominantes na economia municipal de Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes, havia atividades econômicas desenvolvidas no âmbito urbano.

Em 1940 Chavantes apresentava 2.595 habitantes urbanos ou 22,12% da população total e Santa Cruz do Rio Pardo contava 6.399 habitantes residindo na área urbana, ou 10,41%. Em 1950, Chavantes tinha 2.924 habitantes na área urbana, o que representava 24,63% e Santa Cruz do Rio Pardo, 8.293 ou 25,73%. Embora ambas fossem pequenas cidades, considerando também os patamares do período estudado, com pequenas taxas de urbanização, apresentavam distintas características urbanas, em parte devido a diferença entre o tamanho demográfico das mesmas. As duas cidades não apresentavam um setor industrial expressivo entre 1940 e 1950, do mesmo modo que o processo de industrialização ainda não era predominante no Brasil, de forma geral. A economia desses municípios era pautada no setor primário.

De acordo com a tabela 19, em 1940 havia em Chavantes 10 estabelecimentos industriais, os quais empregavam 43 pessoas. Em 1950 houve um aumento de 60,55% quanto à quantidade de pessoas empregadas e 75,60% em relação ao número de empresas. Em Santa Cruz do Rio Pardo havia em 1940 um total de 36 empresas e 88 pessoas empregadas. Em 1950 a quantidade de pessoas empregadas aumentou 27,86% ao passo que o aumento quanto a quantidade de empresas foi de 18,18%.

Desse modo, embora Chavantes contasse menos empresas industriais e empregasse menor quantidade de mão-de-obra, foi verificado, entre 1940 e 1950, um crescimento mais acentuado no setor, comparativamente à Santa Cruz do Rio Pardo.

Em consulta ao censo industrial de 1940 e 1950 (IBGE, 1940, 1950), verificou-se que as indústrias existentes relacionavam-se à alimentos, materiais metálicos, beneficiamento de café e confecção de roupas e calçados. Considerando que essas cidades eram fracamente habitadas, uma vez que a maioria da população se concentrava na área rural, justifica-se, em parte, o pouco destaque do setor.

TABELA 19: Estabelecimentos e pessoal empregado nas indústrias de Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1940-1950

Ano	Santa Cruz do Rio Pardo		Chavantes	
	Estab. total	Pessoal Empregado	Estab. total	Pessoal Empregado
1940	36	88	10	43
1950	44	122	41	109

Fonte: Censo Industrial (IBGE, 1940, 1950).
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Na tabela 20, há a quantidade de estabelecimentos de varejo e o pessoal empregado nas cidades em tela. Santa Cruz do Rio Pardo apresentava em 1940, 113 estabelecimentos varejistas e 223 pessoas empregadas e, em 1950 153 estabelecimentos e 343 pessoas empregadas, representando um aumento de 26,14% e 34,98% respectivamente. Em 1940 havia em Chavantes, 59 estabelecimentos comerciais os quais empregavam 89 pessoas, ao passo que em 1950 havia 57 estabelecimentos comerciais, empregando 78 pessoas, ou seja, um decréscimo de 3,5% e 14,10 % respectivamente.

TABELA 20: Comércio varejista em Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1940 - 1950

Ano	Santa Cruz do Rio Pardo		Chavantes	
	Total estab.	Pessoal empregado (total)	Total estab.	Pessoal empregado (total)
1940	113	223	59	89
1950	153	343	57	78

Fonte: Censo Comercial, (IBGE, 1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Conforme Corrêa (2001) a pouca importância do setor do comércio nas pequenas cidades até a década de 1950 ocorre porque essas cidades disponibilizavam em geral, itens que atendiam sobretudo às atividades agrícolas pois à população demandava poucos serviços, ou utilizava serviços informais.

Em 1940, conforme a tabela 21, o comércio atacadista de Santa Cruz do Rio Pardo era composto por 9 estabelecimentos e 40 pessoas empregadas, sendo que em Chavantes, havia 12 empresas e 23 pessoas empregadas. Na década de 1950, Santa Cruz do Rio Pardo apresentava 12 estabelecimentos e 42 pessoas empregadas, enquanto em Chavantes havia 1 estabelecimento com 4 pessoas empregadas. No caso de Santa Cruz do Rio Pardo, entre 1940 e 1950, houve um aumento de 33,33% em relação à quantidade de estabelecimentos e 4,76% em relação ao pessoal empregado. Contrariamente, Chavantes apresentou decréscimo quanto aos itens citados, na medida que houve redução de 91,66% dos estabelecimentos de comércio atacadista e 82,60% em relação ao pessoal empregado.

TABELA 21: Comércio atacadista em Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes entre 1940 e 1950

Ano	Santa Cruz do Rio Pardo		Chavantes	
	Total estab.	Pessoal empregado (total)	Total estab.	Pessoal empregado (total)
1940	9	40	12	23
1950	12	42	1	4

Fonte: Censo Comercial, (IBGE, 1940, 1950).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Embora Chavantes permanecesse fortemente atrelada ao cultivo do café, sendo que as atividades econômicas urbanas eram pouco relevantes, ao menos em termos quantitativos, Santa Cruz do Rio Pardo apresentava maior quantidade de indústrias, comércio varejista e também havia aumentado o setor do comércio atacadista, sendo que contrariamente, Chavantes havia diminuído o mesmo.

Chavantes e Santa Cruz do Rio Pardo eram duas pequenas cidades inseridas na rede urbana de Ourinhos, porém apresentavam papéis distintos. Considerando que Santa Cruz do Rio Pardo era classificada pelo REGIC de 1967 (IBGE, 1972), como um centro de zona B e comparando com os dados referentes ao comércio varejista, conclui-se que essa cidade atendia as demandas de consumo das cidades do entorno, exercendo alguma centralidade, mediante à disponibilização de um comércio varejista mais significativo.

O comércio atacadista, mostrou-se como um fator indicativo da centralidade mais acentuada de Santa Cruz do Rio Pardo frente à Chavantes. A existência de um comércio atacadista possibilitava a distribuição dos produtos industrializados, necessários à produção agrícola e também ao abastecimento da população, quanto às suas necessidades básicas. Portanto, tal atividade econômica atrelava-se ao setor primário, denotando que as atividades econômicas urbanas subsidiavam aquelas que ocorriam no âmbito rural.

A presença de um comércio varejista e, principalmente atacadista, apontava uma divisão territorial do trabalho mais intensa, assinalando a maior complexidade econômica de Santa Cruz do Rio Pardo e seu papel de centro de zona, polarizando algumas atividades econômicas e exercendo influência sobre algumas cidades da rede urbana.

A rede urbana de Ourinhos exibia uma dinâmica articulada às atividades agrícolas enquanto as atividades urbanas eram pouco expressivas, restringindo-se à algumas atividades industriais complementares às produções agrícolas municipais e a confecção de itens pouco complexos, do ponto de vista do processo produtivo. O comércio mostrava -se o diferencial quanto a centralidade das cidades, sendo que o comércio atacadista possibilitava o abastecimento das cidades da rede, quanto aos bens necessários tanto ao consumo da população e quanto aos subsídios necessários para a produção agrícola.

Portanto, na década de 1950, a rede urbana de Ourinhos era composta por pequenas cidades, sedes de municípios cuja população rural ultrapassava a urbana, demonstrando a importância das atividades do setor primário. Santa Cruz do Rio Pardo

apresentava a maioria de seus estabelecimentos rurais com tamanho pequeno ou médio e predomínio do colonato. Chavantes também apresentava situação semelhante, porém, havia alguns grandes estabelecimentos rurais, os quais ocupavam parte considerável do município, concluindo que nesse município havia maior concentração de fundiária frente a Santa Cruz do Rio Pardo.

As atividades econômicas realizadas na cidade atendiam à demanda do âmbito rural, sendo que as atividades agrícolas, ainda empregavam vasta mão-de-obra, uma vez que ainda não haviam passado por uma modernização expressiva, justificando assim, o predomínio da população habitando a área rural.

A dinâmica urbana e rural dos municípios estudados perpassava pelo predomínio de uma economia pautada na agricultura, cujos principais produtos referiam-se ao café, milho, itens voltados para a comercialização fora do âmbito local e outras produções direcionadas para o consumo local. Os núcleos urbanos colocavam-se como apoio às necessidades de consumo da população rural e uma restrita população urbana, bem como atendiam a demanda quanto ao beneficiamento dos produtos agrícolas e comercialização dos alimentos produzidos localmente.

Santa Cruz do Rio Pardo apresentava maior centralidade perante Chavantes, ocupando na rede urbana de Ourinhos, o papel de centro de zona e centro local respectivamente. A centralidade de Santa Cruz do Rio Pardo referia-se às atividades agrícolas mais diversificadas, a presença de comércio atacadista e varejista mais expressivo que Chavantes.

3- TRANSFORMAÇÕES GERAIS NA REDE URBANA DE OURINHOS-SP

Até a década de 1950, tem-se na rede urbana de Ourinhos e no Brasil de maneira geral municípios pouco urbanizados, cuja economia era pautada sobretudo em atividades desenvolvidas no âmbito rural. Os processos de modernização da agricultura, intensificação da industrialização e da urbanização ocasionados após a metade do século XX, resultaram em mudanças na rede urbana e no papel das pequenas cidades.

No capítulo 3 discute-se as mudanças decorrentes da intensificação dos processos citados, evidenciando alterações na rede urbana de Ourinhos e nos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar. Aponta-se as transformações gerais que as cidades da rede urbana estudada passaram, do ponto de vista da dinâmica econômica e social até 2016.

3.1 - Transformações Gerais na Rede Urbana: 1950 - 2016

Para Santos (2011), a partir da década de 1950 ocorreu efetivamente o processo de urbanização brasileiro, resultado e condição para a difusão do capital, alterando as antigas estruturas regionais e intensificando as relações capitalistas em outras escalas.

Porém, até a década de 1960, o Brasil ainda era pouco articulado do ponto de vista territorial, pois o sistema de transporte existente não era capaz atingir os mais distintos lugares. Anteriormente, o meio de transporte predominante no estado de São Paulo era a ferrovia. Silveira (2003) aponta que após a década de 1930, iniciou-se o interesse pela construção de rodovias no Brasil, fato que se consolidou principalmente após a década de 1950, relacionado ao processo de substituição de importações⁴¹.

No caso da ferrovia Sorocabana, sua estatização se deu em 1970, tornando-se parte da FEPASA (Ferrovia Paulista S.A). Porém, sucessivos governos brasileiros alegaram problemas de manutenção das vias férreas, dívidas e problemas de logística, até que na década de 1990 ocorreu a privatização da mesma, tornando-se parte da Ferrobán (Ferrovia Bandeirantes/SA). A partir de 1998 a ALL⁴² (América Latina Logística), passou a administrar a ferrovia Sorocabana, transportando etanol,

⁴¹ No Governo de Juscelino Kubitschek (1956/1961), ocorreu a política de substituição de importações, principalmente quanto à popularização de veículos que trafegam em rodovias. Posteriormente tem-se a interiorização e melhorias das rodovias promovidas durante o Regime Militar (1964-1985).

⁴² Em 2015 a ALL foi incorporada ao grupo Rumo logística (Rumo Logística Operadora Multimodal S.A), empresa fundada pela Cosan em 2008.

fertilizantes, milho, trigo, soja, farelo, óleo vegetal e açúcar e alguns produtos industrializados, extinguindo o transporte de passageiros (SILVEIRA, 2003).

Considerando as principais rodovias paulistas, verifica-se que o início de suas aberturas e pavimentações ocorreu na grande maioria após a década de 1950 coincidindo com a aceleração o processo de urbanização, ampliação do número de cidades e a necessidade da interligação das mesmas mediante a expansão da produção industrial. Santos (2013) aponta que a integração do território nacional se concretizou devido à inserção das estradas de rodagem:

É apenas após a Segunda Guerra Mundial que a integração do território se torna viável, quando as estradas de ferro até então desconectadas na maior parte do País, são integradas constroem-se estradas de rodagem, pondo em contato diversas regiões entre elas e com a região polar do país [...] (SANTOS, 2013, p. 39).

A melhoria nos meios de transporte e vias de acesso trouxeram a minimização das distâncias, pois embora não pudessem ser diminuídas de fato, tornavam-se percorridas mais rapidamente. Desse modo, essas mudanças contribuíram para a interiorização de processos produtivos, trazendo maior mobilidade ao capital, possibilitando a inserção de atividades onde houvesse as melhores vantagens locais (SANTOS, 2003).

Conforme Santos (2003), após a década de 1970 tem-se o período técnico-científico-informacional, que “[...] é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para a sua realização [...]” (SANTOS, p. 38, 2013). Desse modo, há a presença de atividades cada vez mais modernas tanto no campo quanto na cidade, alterando antigas lógicas de produção reveladas através da inserção do meio técnico-científico-informacional, traduzindo-se em uma nova configuração territorial, sistema de transportes, de telecomunicações, garantindo maior mobilidade do capital.

A modernização da agricultura brasileira foi um processo iniciado em linhas gerais, a partir dos anos 1960, consistindo na submissão da agricultura ao controle do capital industrial mediante imposição de um padrão produtivo assentado em máquinas e equipamentos, ampliação do uso de insumos etc. Desse modo, entre as décadas de 1960 e 1970 a agricultura brasileira tornou-se gradativamente industrializada, submetida ao

controle do capital industrial, sendo esse processo denominado modernização da agricultura (GRAZIANO, 1996).

Assim, o espaço rural tornou-se receptáculo de um uso intenso de tecnologia e de investimentos de capital, considerando ainda a mobilidade do mesmo. Com a modernização da agricultura ocorreu como consequência a inserção de novas funcionalidades nas pequenas cidades, alterando-se a importância que a indústria e o comércio desempenhavam.

A modernização da agricultura passou a demandar insumos materiais e intelectuais presentes nas cidades. Por outro lado, verificou-se um processo de industrialização que passou a ser encontrado nos mais diferentes patamares de cidades, resultante do processo de desconcentração industrial. Com isso as pequenas cidades não se atrelam necessariamente apenas às atividades do setor primário, uma vez que se tem um aumento da importância dos demais setores da economia (SANTOS, 2013).

Porém, a modernização da agricultura não ocorreu de forma homogênea em todo território nacional, em decorrência da mobilidade do capital investido e das especificidades dos lugares. Para Graziano (1996) o rural tornou-se não restrito à agropecuária e agroindústria, criando-se espaços complexos, pois poderiam estar relacionados à: 1) lazer; 2) agricultura comercial para fins de exportação; 3) produção de hortifrutigranjeiros para atender a demanda das cidades que se tornaram mais populosas.

Também, o aumento do excedente demográfico rural apontado, a queda da taxa de mortalidade e o aumento da taxa de natalidade contribuíram para que a cidade recebesse expressivos contingentes populacionais, resultando na intensificação do processo de urbanização brasileiro e na transformação do Brasil em um país urbano. Esses elementos contribuíram para alterar o papel das cidades em relação ao campo (SANTOS, 2013).

Mudanças significativas ocorreram no contexto da rede urbana, que se tornou cada vez mais complexa, na medida que as cidades desempenhavam novos papéis oriundos das mudanças na divisão territorial do trabalho, pois conforme assinalado, as pequenas cidades deixaram de atrelar-se somente ao setor primário e passaram a apresentar importância em outros setores da economia.

Assim, quanto maior a divisão social do trabalho, maiores diferenças entre as cidades podem ser observadas, mais complexa será a rede urbana; onde a divisão do trabalho é menos intensa, acumulam-se funções em uma única cidade sobressaindo-se

as diferenças entre as redes urbanas (CORRÊA, 1988). Por isso, não se pode mais tratar a rede urbana apenas através da Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1966), pois não se trata mais de uma relação hierárquica entre tamanho e função de cada cidade.

Até a década de 1950, tinha-se cidades, atreladas às atividades econômicas do campo, em uma rede urbana pautada em pequenas cidades ou centros locais, apresentando um aspecto piramidal, com as cidades interagindo tão somente com aquelas que se apresentavam no nível imediatamente superior da hierarquia urbana (SANTOS, 1993). Para Corrêa (2001), o Brasil apresentava um padrão linear de centros urbanos, corroborado pelas ferrovias e as poucas rodovias existentes até então. As pequenas cidades eram numerosas pois disponibilizavam os bens e serviços necessários à reprodução da população ao contrário dos centros sub-regionais que eram menos numerosos, devido à baixa demanda e menor renda.

Anteriormente, a pequena cidade auxiliava a realização das atividades referentes ao setor primário ao fornecer bens de consumo frequente, comercialização de excedentes e atividades administrativas ao setor. A pequena cidade fornecia as condições para que as atividades agrícolas, então importantíssimas no contexto municipal, pudessem ser realizadas. Após o processo de expansão capitalista e intensificação das relações de produção, a cidade passou a ser o local de regulação das atividades realizadas no campo e não o contrário, conforme ocorria até a primeira metade do século XX.

Fresca (2000) assinala que a formação socioespacial a qual a cidade está inserida difere completamente quanto a forma como se dá sua inserção na rede urbana. Para a autora, cidades pautadas em economias relacionadas à baixa demanda de mão-de-obra especializada e presença de grandes propriedades rurais resultariam em uma menor variedade quanto ao comércio e os serviços, confluindo com a geração de menos empregos além de uma renda menor.

No caso da rede urbana estudada, embora as cidades estejam inseridas na mesma formação socioespacial, evidenciou-se mudanças, quanto a forma como as cidades inseriram-se na rede urbana. Trata-se de uma rede urbana originada na formação socioespacial da grande propriedade, mas que apresentou mudanças na estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais, conforme discutido no subcapítulo 2.3.

Até a década de 1950 essas cidades tinham economias municipais pautadas no setor primário e os demais setores da economia eram pouco complexos, direcionados a

atender a demanda do campo. Porém, após o processo de modernização da agricultura, essas cidades passaram a inserir-se diferentemente na rede urbana. Portanto, o desenvolvimento não ocorreu de forma igual, ao passo que nem todos os municípios receberam os mesmos investimentos de capital e nem desenvolveram as mesmas atividades econômicas. Então, cidades inseridas na mesma rede urbana e na mesma formação socioespacial passaram a desempenhar papéis distintos na rede urbana.

Para Endlich (2006), os municípios cujas sedes eram pequenas cidades passaram por mudanças: 1) alguns municípios apresentaram perda populacional, em direção a municípios de maior porte; 2) parte dos municípios não perderam população, mas a mesma deslocou-se da área rural para a urbana, a fim de inserirem-se em atividades econômicas urbanas. As cidades estudadas na tese seguiram o segundo caso apontado.

A partir da década de 1960, o café deixou de ser paulatinamente predominante e as grandes fazendas foram gradativamente vendidas, transformadas em estabelecimentos rurais menores, nos quais produzia-se diferentes gêneros alimentícios. Porém, esses estabelecimentos rurais não possuíam a estrutura necessária para o beneficiamento da produção, sendo que essas atividades passaram a ser desenvolvidas nas pequenas cidades, levando à dinamização econômica das mesmas.

É nesse contexto que se criou as máquinas de beneficiamento de diferentes grãos e também se desenvolveu algumas indústrias locais. Assim, parte da população que anteriormente habitava a área rural foi paulatinamente deslocando-se para a cidade, passando a dedicar-se às atividades relativas a outros setores da economia. Portanto, desencadeou-se um excedente demográfico gerado pela modernização agrícola, atrelado às relações sociais que envolvem o trabalho no campo.

Nos municípios da rede urbana de Ourinhos também se desenvolveu uma agropecuária pautada nos elementos da modernização citada, principalmente na expansão do cultivo atrelado à agroindústria sucroalcooleira, o que demandou menores contingentes de mão-de-obra. A diminuição do cultivo do café e o fim das relações de colonato, levaram à inserção da cana-de-açúcar e do trabalhador boia-fria. Esses trabalhadores temporários habitavam a cidade deslocando-se diariamente para o trabalho no campo.

Outra mudança foi o aumento da área destinada às pastagens e que conforme a tabela 11, também se deu nos municípios estudados, contribuindo para o esvaziamento da área rural, uma vez que se trocou atividades agrícolas, as quais abrangiam extensa mão-de-obra por outras atividades que não apresentava essa demanda.

Do ponto de vista populacional, houve um aumento da população urbana, conforme nota-se na tabela 22. Porém, a rede urbana de Ourinhos ainda apresentava até 1970, a maioria dos municípios com o predomínio de população rural. O motivo é que a modernização agrícola não se fazia presente em toda a rede urbana, existindo ainda municípios cuja economia era pautada essencialmente no setor primário.

Em 1960, conforme apresentou-se na tabela 22, Jacarezinho era o município mais populoso da rede urbana de Ourinhos, com 38.781 habitantes e taxa de urbanização de 38,19%. Em seguida havia Santa Cruz do Rio Pardo com 38.391 habitantes, sendo que 37,98% habitavam a cidade. Ourinhos contava 34.293 habitantes, porém 74,99% habitavam a área urbana desse município, demonstrando assim a importância das atividades econômicas urbanas, e o nível de centralidade do mesmo. O REGIC de 1966 (IBGE, 1972) apontava que Ourinhos era a principal cidade da rede urbana que englobava parte do Centro-Oeste Paulista e parte do Norte Pioneiro Paranaense.

Os dados expostos na tabela 22, apontam que a rede urbana de Ourinhos permaneceu composta por municípios pouco urbanizados, com taxa de urbanização média de 33,32%. Porém, Ourinhos tornou-se o município mais populoso da rede urbana e continuou o mais urbanizado, com 82,81% habitantes urbanos. A rede urbana contava 610.143 habitantes, sendo que 245.026 habitavam a área urbana e 365.117, a área rural. Nessa perspectiva, estima-se que a economia dos municípios permanecia fortemente atrelada ao âmbito rural, uma vez que ainda existiam atividades agrícolas ou pecuárias que geravam empregos no campo.

Os municípios que tornaram-se majoritariamente urbanos restringiam-se à capital regional Ourinhos (82,81%), centro sub-regional Piraju (65,15), centros de zona Santa Cruz do Rio Pardo (50,20%) e Cerqueira César (61,51%) e aos centros locais Chavantes (50,06%), Ipaussu (54,20%), Bernardino de Campos (57,28%) e Salto Grande (56,04%). Portanto, nenhum dos municípios paranaenses da rede urbana haviam passado até a década de 1970, por um efetivo processo de urbanização.

Há uma relação entre urbanização e grau de centralidade manifestos no REGIC de 1978 (IBGE, 1987), pois os municípios mais urbanizados apresentavam sedes urbanas com maior diversidade de atividades econômicas, desempenhando papéis mais importantes na rede urbana. Os centros locais eram em sua maioria pouco urbanizados, considerando o período em análise, com exceção de Chavantes Ipaussu, Bernardino de Campos e Salto Grande e, em linhas gerais, ofereciam menor diversidade de serviços e comércio em suas diminutas sedes urbanas, daí o papel menos relevante na rede urbana daquele período.

TABELA 22: População da rede urbana de Ourinhos, 1970

Município	Nível de Hierarquia urbana	População Urbana	População Rural	População Total 1970	Taxa de urbanização
Ourinhos (SP)	Capital Regional	40.803	8.467	49.270	82,81 %
Santo Antônio da Platina (PR)	Centro Sub-Regional	13.797	25.057	38.854	35,50 %
Ibaiti (PR)	Centro Sub-Regional	7.989	23.760	31.749	25,48 %
Jacarezinho (PR)	Centro Sub-Regional	19.590	19.756	39.346	49,78 %
Piraju (SP)	Centro Sub-Regional	13.754	6.828	20.528	65,15 %
Santa Cruz do Rio Pardo (SP)	Centro de Zona	17.376	17.245	34.608	50,20 %
Candido Mota (SP)	Centro de Zona	9.431	14.455	23.886	39,48 %
Palmital (SP)	Centro de Zona	8.428	11.780	20.208	41,70 %
Fartura (SP)	Centro de Zona	4.545	8.079	12.624	36,00 %
Cerqueira César (SP)	Centro de Zona	5.921	3.705	9.626	61,51 %
Tomazina (PR)	Centro de Zona	2.346	17.722	20.070	11,68 %
Wenceslau Braz (PR)	Centro de Zona	6.420	9.317	15.737	40,79 %
Siqueira Campos (PR)	Centro de Zona	6.124	9.611	15.735	38,91 %
Joaquim Távora (PR)	Centro de Zona	4.609	7.909	12.518	38,81 %
Cambará (PR)	Centro de Zona	11.267	14.564	25.831	43,61 %
Ribeirão Claro (PR)	Centro de Zona	4.648	10.088	14.736	31,54 %
Chavantes (SP)	Centro Local	7.083	7.066	14.149	50,06 %
Óleo (SP)	Centro Local	968	3.468	4.436	21,82 %
Timburi (SP)	Centro Local	946	3.346	4.292	22,04 %
Tejupá (SP)	Centro Local	337	4.807	5.144	6,55 %
Sarutaiá (SP)	Centro Local	1.015	2.042	3.057	33,20 %
São Pedro do Turvo (SP)	Centro Local	2.026	7.458	9.484	21,36%
Ipaussu (SP)	Centro Local	6.877	5.310	12.687	54,20 %
Bernardino de Campos (SP)	Centro Local	5.966	4.346	10.342	57,68 %
Campos Novos Paulista (SP)	Centro Local	1.219	2.951	4.170	29,23 %
Manduri (SP)	Centro Local	1.841	3.274	5.115	35,99 %
Águas de Santa Bárbara (SP)	Centro Local	1.919	2.814	4.733	40,54 %
Salto Grande (SP)	Centro Local	4.008	3.143	7.151	56,04 %
Florínea (SP)	Centro Local	1.612	3.979	5.591	28,83%
Taquarituba (SP)	Centro Local	6.488	7.633	14.121	45,94 %
Taguaí (SP)	Centro Local	1.352	4.279	5.631	24,00 %
Coronel Macedo (SP)	Centro Local	1.114	4.731	5.845	19,05 %
Platina (SP)	Centro Local	668	2.303	2.971	22,48 %
Ibirarema (SP)	Centro Local	2.270	3.227	5.497	41,29 %
Ribeirão do Sul (SP)	Centro Local	975	2.661	3.636	26,81 %
Jundiá do Sul (PR)	Centro Local	1.941	6.598	8.539	22,73 %
Carlópolis (PR)	Centro Local	4.553	11.118	15.671	29,05 %
Guapirama (PR)	Centro Local	1.409	3.749	5.168	27,26 %
Quatiguá (PR)	Centro Local	2.325	3.794	6.119	37,99 %
Salto do Itararé (PR)	Centro Local	1.711	5.701	7.412	23,08 %
Santana do Itararé (PR)	Centro Local	1.291	6.272	7.563	17,06 %
São José da Boa Vista (PR)	Centro Local	897	7.628	8.225	10,90 %
Conselheiro Mairinque (PR)	Centro Local	898	5.661	6.559	13,69 %
Japira (PR)	Centro Local	825	7.513	8.338	9,89 %
Sapopema (PR)	Centro Local	797	7.907	8.704	9,15 %
Pinhalão (PR)	Centro Local	1.765	6.209	7.974	22,13 %
Barra do Jacaré (PR)	Centro Local	882	5.786	6.668	13,22 %

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico, IBGE (1970).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

No REGIC de 1978 (IBGE, 1987), a rede urbana de Ourinhos continuava a ser composta por cidades paulistas e do Norte Pioneiro Paranaense. O aumento da quantidade de cidades refere-se à intensificação do processo de urbanização, ocasionado a partir da década de 1950 e pelas conseqüentes criações municipais. No REGIC de 1966 (IBGE, 1967) a rede urbana de Ourinhos era composta por 29 centros locais, 8 centros de zona, 1 centro de zona A, 3 centros sub-regionais e 1 capital regional. No REGIC de 1978 (IBGE, 1987) a rede urbana de Ourinhos era composta por 31 centros locais, 11 centros de zona, 4 centros sub-regionais e 1 capital regional.

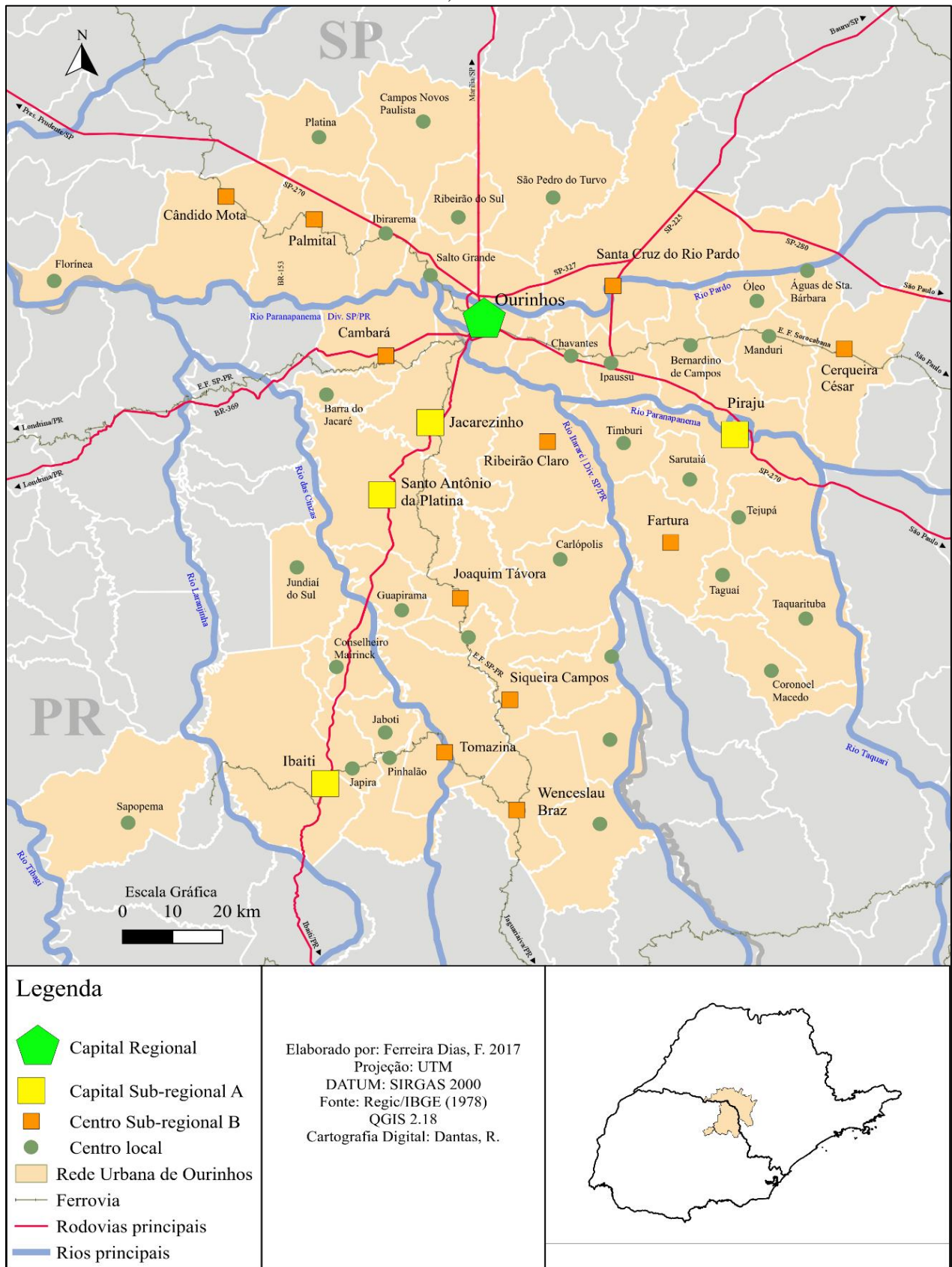
As pequenas cidades referiam-se aos centros de zona e centros locais, predominantes conforme se nota no mapa 5. Santa Cruz do Rio Pardo mantinha-se como centro de zona b, em decorrência da expressiva população urbana, mas principalmente quanto ao fato de apresentar atividades urbanas mais complexas. Chavantes, permaneceu como um centro local, não exercendo influência sobre nenhuma outra cidade.

A rede urbana de 1978 demonstrava o relacionamento de cada nível da hierarquia urbana com o nível imediatamente superior, e por essa razão os centros sub-regionais eram importantes em uma rede urbana cujas pequenas cidades eram predominantes e desempenhavam um papel relevante quanto à uma agricultura ainda em processo de modernização.

Nesse sentido, a expansão do transporte rodoviário passou a facilitar os deslocamentos, confluindo assim para a concentração daquelas atividades urbanas mais complexas nos níveis mais elevados dessa rede urbana. Dessa maneira, têm-se a ampliação dos bens comercializados, especialidades médicas, educação de nível superior entre outros elementos, concentrados principalmente nas cidades cujo nível mostra-se mais elevado na rede urbana.

A capital regional Ourinhos exercia o papel de centro distribuidor de bens de consumo, sede de órgãos governamentais e presença de serviços mais complexos. Por sua vez, o papel dos centros-sub-regionais referia-se ao comércio atacadista e varejista, na perspectiva de abastecer as cidades do entorno, quanto às demandas do espaço rural. Sobre os centros locais, os mesmos ofereciam itens básicos de consumo e de auxílio à produção agrícola, considerando ainda uma modernização rural em processo. Até 1980 a rede urbana de Ourinhos era composta majoritariamente por municípios cuja sede era uma pequena cidade, sendo que as mesmas desempenhavam papel complementar na economia municipal, fortemente atrelada às atividades desenvolvidas no âmbito rural.

MAPA 5: Cidades da rede urbana de Ourinhos, 1978



Fonte: REGIC, (IBGE, 1987).
Org: FERREIRA DIAS, F, 2017.

A modernização da agricultura e as mudanças na divisão territorial do trabalho, alteraram as lógicas produtivas criando excedentes demográficos oriundos do campo, os quais buscaram centros urbanos de maior porte. Com isso, as pequenas cidades passaram a desempenhar outros papéis, sendo que em parte delas incidiram a perda demográfica e de centralidade, processo descrito por Endlich (2006).

A tabela 23 aponta que Ourinhos permaneceu o município mais urbanizado da rede urbana, com 91,91% habitantes urbanos. Ourinhos era um importante núcleo urbano devido ao comércio, serviços, indústrias metalmeccânicas e alimentícias locais, fatores que, aliados ao tamanho populacional, mantinham a centralidade no âmbito da rede urbana. A alta taxa de urbanização também se vinculava ao predomínio do cultivo de cana-de-açúcar, o qual demandava mão-de-obra que habitava a cidade; os boias-frias.

Conforme a tabela 23, outros municípios bastantes urbanizados eram Piraju (81,41%), Bernardino de Campos (80,90%), Ipaussu (78,17%), Santa Cruz do Rio Pardo (79,85%) e Salto Grande (76,52%). Esses municípios haviam passado pelo processo de modernização agrícola, na medida que a população habitava majoritariamente a cidade, significando que havia poucos empregos disponíveis no âmbito rural. Também, nos demais municípios da rede urbana havia extensas plantações de cana-de-açúcar.

TABELA 23: População na rede urbana de Ourinhos, 1990

Município	Nível na Hierarquia urbana	População Urbana	População rural	População Total 1990	Taxa de urbanização
Ourinhos	Forte para Médio	70.690	5.113	76.912	91,91 %
Piraju	Médio para Fraco	21.224	4.846	26.070	81,41 %
Santa Cruz do Rio Pardo	Fraco	31.557	7.959	39.518	79,85 %
Ribeirão Claro (PR)	Muito fraco	6.098	5.640	11.393	53,52 %
Chavantes	Muito fraco	9.738	4.406	14.144	68,84 %
Canitar	Muito fraco	1.129	1.304	2.433	46,40 %
Ribeirão do Sul	Muito fraco	2.330	1.276	3.606	64,61 %
Salto Grande	Muito fraco	5.947	1.764	7.711	76,52 %
Bernardino de Campos	Muito fraco	8.127	1.913	10.040	80,94 %
Ipaussu	Muito fraco	8.920	2.590	11.410	78,17 %
São Pedro do Turvo	Muito fraco	3.614	3.406	7.020	51,48 %
Fatura	Muito fraco	9.256	5.087	14.343	64,53 %
Manduri	Muito fraco	4.789	2.488	7.277	65,81 %
Óleo	Muito fraco	1.289	1.512	2.801	46,01 %
Sarutaiá	Muito fraco	1.897	1.131	3.020	62,81 %
Tejupá	Muito fraco	748	3.895	4.733	15,80 %
Taguaí	Muito fraco	4.416	1.712	6.428	68,69 %
Timburi	Muito fraco	1.543	1.306	2.849	54,15 %

Fonte: Censo IBGE (1991).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

A partir da década de 1990, a rede urbana de Ourinhos passou a ser composta apenas por cidades do estado de São Paulo, com exceção de Ribeirão Claro (PR). Conforme consulta ao escritório regional do IBGE, estima-se que a proximidade com o estado de São Paulo, pois Ribeirão Claro dista 21 Km de Chavantes e as relações econômicas existentes entre esses dois municípios, seja um dos motivos pela permanência na rede urbana de Ourinhos. Por outro lado, a falta de rodovias com boas condições de uso, ligando essa cidade aos municípios paranaenses mostrou-se outro fator relevante.

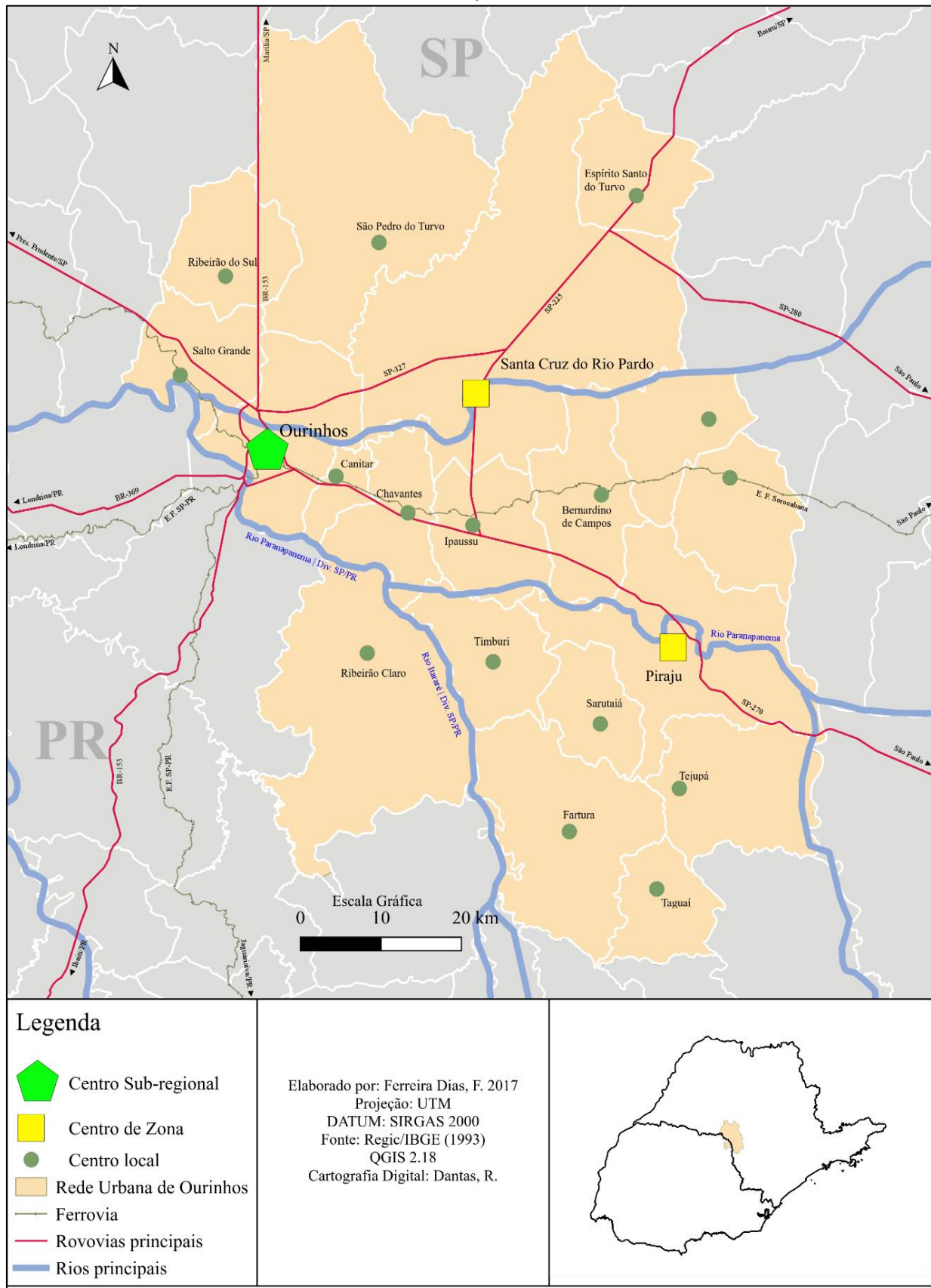
Comparando-se o REGIC de 1978 (IBGE, 1982) e o REGIC de 1993 (IBGE, 1993), a rede urbana de Ourinhos, que era composta por 11 centros de zona, passou a apresentar apenas 2 (Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju), esse último era um centro sub-regional, mas perdeu sua centralidade. Os centros-sub-regionais Ibaiti (PR), Santo Antônio da Platina (PR) e Jacarezinho (PR) deixaram de integrar a rede urbana de Ourinhos, a exemplo dos centros locais paranaenses, com exceção de Ribeirão Claro. Ourinhos que anteriormente era uma capital regional, tornou-se um centro sub-regional.

Ourinhos perdeu parte de sua centralidade em comparação ao REGIC de 1978 (IBGE, 1982), ao tornar-se subordinada à Marília (SP) ao passo que Londrina (PR), Marília, e Bauru (SP) consolidaram-se como cidades de importante centralidade, tornando-se capitais regionais. O REGIC de 1993 (IBGE, 1993), classificou Canitar como um centro local, já que o mesmo foi emancipado em 1991.

Santa Cruz do Rio Pardo, embora tenha permanecido como um centro de zona, assim como Piraju, acabou por integrar o segundo escalão da rede urbana de Ourinhos. Com isso tem-se uma rede urbana composta por poucas cidades e cuja maioria exercia centralidade restrita. Quanto à Canitar, ao ser emancipado no ano de 1993, foi considerado centro local, sem influência sobre nenhuma outra cidade.

A metodologia utilizada no REGIC de 1993 (IBGE, 1993), apontou os níveis muito fraco, referente aos centros locais, fraco e médio para fraco, referente aos centros de zona e médio para os centros sub-regionais. No mapa 6, optou-se por utilizar os termos referentes aos demais REGIC (IBGE, 1972, 1982 e 2008), ou seja, centro sub-regional, centro de zona e centro local. O mapa 6 apresenta a configuração da rede urbana de Ourinhos em 1990, considerando as informações oriundas do REGIC de 1993 (IBGE, 1993):

MAPA 6: Cidades da rede urbana de Ourinhos, 1993.



Fonte: REGIC (IBGE, 1993).
Org: FERREIRA DIAS, F., 2017.

Entre as décadas de 1970 e 1990 as cidades inseriram-se diferentemente na divisão territorial do trabalho, pois nem todos os municípios passaram por um processo de modernização agrícola nem pela expansão dos demais setores secundário e terciário, apresentando perda de empregos, e de forma geral, de renda da população. Com isso, algumas pequenas cidades tornaram-se estagnadas do ponto de vista econômico, ao passo que as atividades econômicas mais complexas e os melhores salários concentravam-se, em grandes cidades e nas cidades médias.

Por outro lado, em alguns casos desenvolveram-se especializações funcionais, denotando uma economia mais complexa. Esse fato ocorreu devido ao capital anteriormente acumulado com a agricultura praticada nas pequenas cidades, originando novos empreendimentos e, uma estrutura relativa ao mesmo.

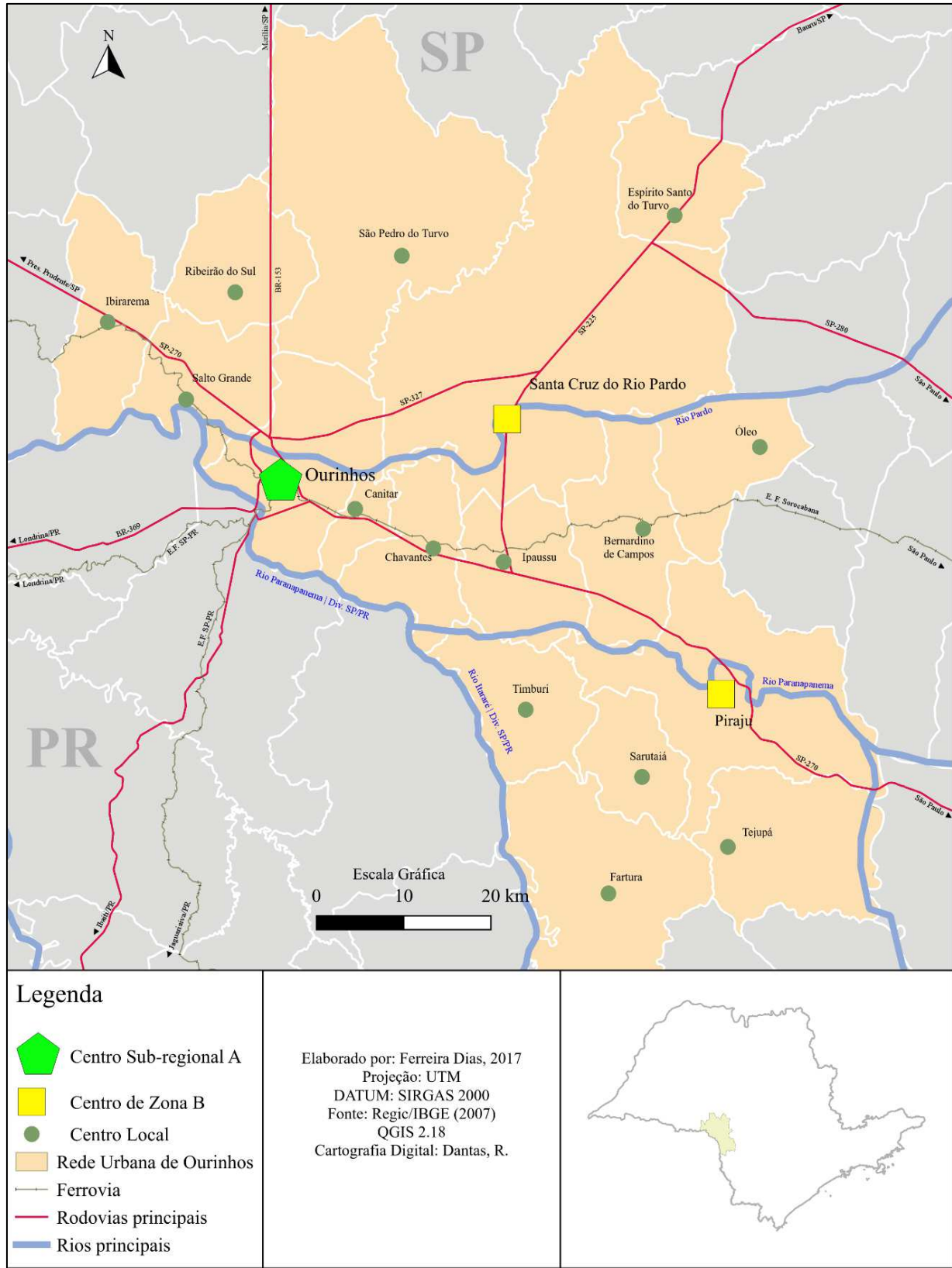
Comparativamente ao REGIC de 1993 (IBGE, 1993), no REGIC de 2007 (IBGE, 2008) Ourinhos voltou a ser a cidade principal de sua rede urbana, deixando de estar subordinado à Marília, exercendo relacionamentos diretos com a metrópole São Paulo. No entanto, Ourinhos continuou classificado como centro sub-regional do mesmo modo que Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju permaneceram como centros de zona. As demais cidades da rede foram classificadas como centros locais.

Porém, a perda de centralidade de Ourinhos não justifica-se apenas pelo crescimento demográfico e econômico de cidades como Londrina, Bauru e Marília. Estima-se que um dos motivos da estagnação do setor comercial e de serviços, atrele-se à instalação da praça de pedágio⁴³ da Econorte entre Ourinhos e Jacarezinho, passando a incidir em custos de pedágio, desestimulando os deslocamentos oriundos do norte pioneiro paranaense em busca de serviços e comércio especializados em Ourinhos.

Do ponto de vista funcional, a rede urbana apresentou poucas alterações frente ao REGIC de 1993 (IBGE, 1993), existindo apenas a exclusão de alguns centros locais, que passaram a integrar outras redes urbanas; Ribeirão Claro (PR) passou a integrar a rede urbana de Jacarezinho (PR) ao passo que Manduri (SP) e Taguaí (SP) passaram a fazer parte da rede urbana de Avaré (SP).

⁴³ Embora careça de estudos direcionados ao assunto, em diálogos realizados com comerciantes de Ourinhos, foi possível constatar que o problema citado se iniciou em meados de 2007, ano em que foi instalado o pedágio.

MAPA 7: Cidades da rede urbana de Ourinhos, 2007.



Fonte: REGIC, (IBGE, 2008).
Org: FERREIRA DIAS, F., 2017.

As mudanças verificadas no REGIC de 1993 (IBGE, 1993), relativas à diminuição da quantidade de cidades da rede urbana e perda de centralidade de Ourinhos, não são suficientes para explicar a rede urbana atual. No caso das cidades paranaenses, muitas integravam a rede urbana de Ourinhos e outras redes do norte paranaense, sendo que as mudanças na divisão territorial do trabalho alteraram as relações econômicas entre as mesmas. Com a perda da centralidade de várias cidades, devido ao processo de modernização agrícola, algumas cidades passaram a desempenhar relações diretas com os níveis mais elevados da centralidade urbana, e em outras incidu a perda demográfica e de funções básicas.

Na tabela 24 nota-se que as pequenas cidades da rede urbana não passaram por aumento importante de sua população, comparativamente ao censo de 1991 (IBGE, 1991). A economia regional tornou-se amplamente relacionada ao setor sucroalcooleiro, cujas atividades econômicas não resultaram em dinamismo para as pequenas cidades. Todas cidades que eram centros locais, conforme o REGIC de 1993, permaneceram na mesma condição em 2007. Conforme o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), todos os municípios da rede urbana de Ourinhos eram predominantemente urbanos, com taxa de urbanização de 79%. A população total era de 257.263 habitantes, dos quais 223.986 habitavam as cidades. Ourinhos permanecia o município mais urbanizado, com 95,21% de sua população residindo na área urbana.

TABELA 24: População da rede urbana de Ourinhos, 2000

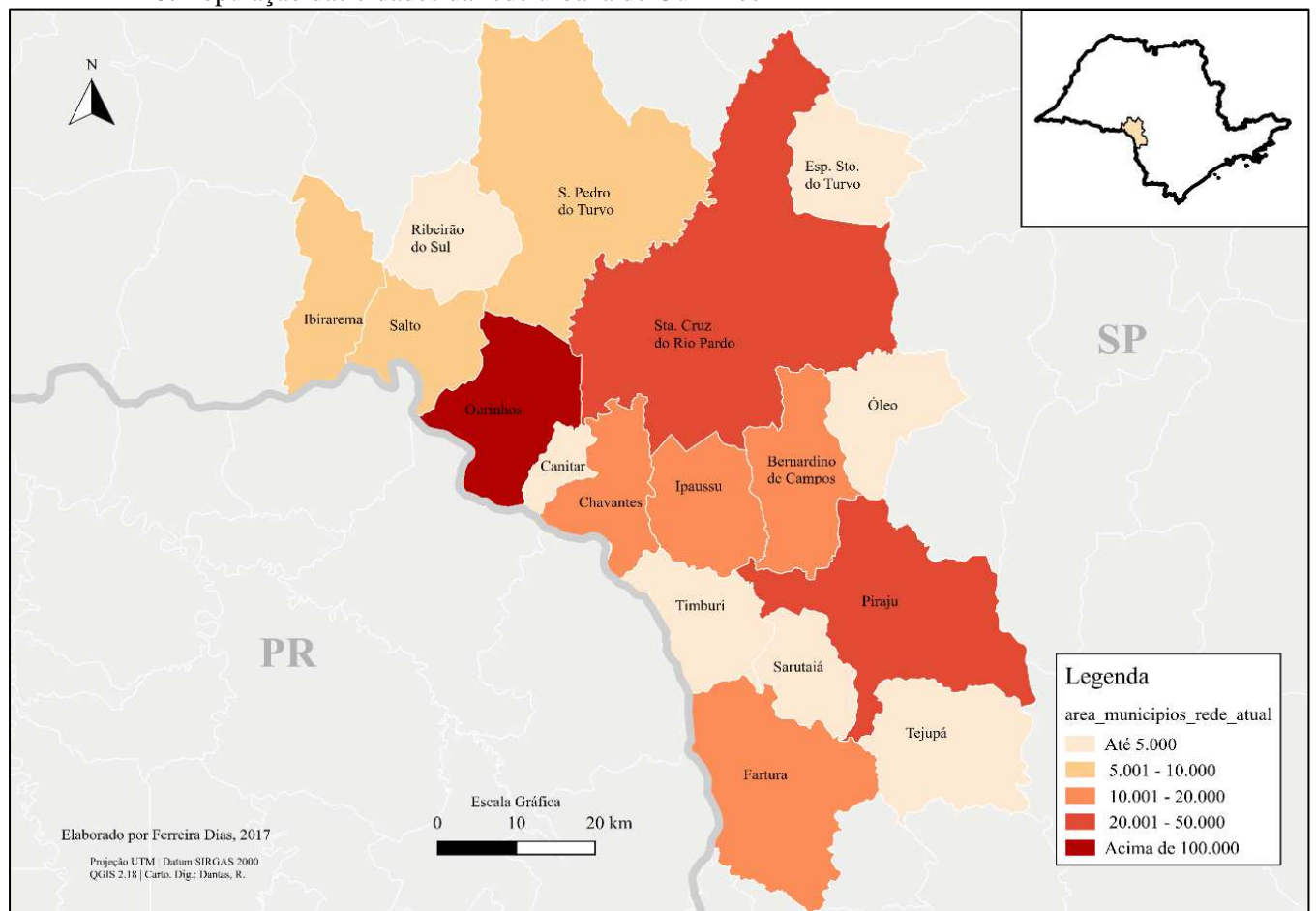
Município	Nível na Hierarquia urbana	População Urbana	População Rural	População Total	Taxa de Urbanização
Ourinhos	Centro Sub-regional A	89.376	4.492	93.868	95,21%
Santa Cruz do Rio Pardo	Centro de Zona B	35.120	5.799	40.919	85,82 %
Piraju	Centro de Zona B	24.296	3.601	27.897	87,09 %
Espírito Santo do Turvo	Centro Local	3.241	436	3.677	88,14 %
São Pedro do Turvo	Centro Local	4.399	2.489	6.888	63,86 %
Bernardino de Campos	Centro Local	9.326	1.394	10.720	86,99 %
Canitar	Centro Local	2.678	803	3.481	76,93 %
Ibirarema	Centro Local	5.093	608	5.701	89,35 %
Ipaussu	Centro Local	11.030	1.523	12.553	87,86 %
Ribeirão do Sul	Centro Local	2.859	1.683	4.497	63,57 %
Salto Grande	Centro Local	7.387	1.057	8.444	87,48 %
Chavantes	Centro Local	10.440	1.754	12.194	85,61 %
Fartura	Centro Local	11.379	3.631	15.010	75,40 %
Sarutaiá	Centro Local	2.827	912	3.737	75,64 %
Tejupá	Centro Local	2.723	2.613	5.336	51,03 %
Timburi	Centro Local	1.812	919	2.731	66,34 %

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2000).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Do ponto de vista populacional, considerando a tabela 24 (IBGE, 2000), os apontamentos do REGIC de 2007 (IBGE, 2007) e o mapa 8, na rede urbana de Ourinhos, as cidades com até 20.000 habitantes eram os denominados centros locais, ao passo que aquelas que contavam entre 20.000 até 50.000 habitantes, eram os centros de zona.

MAPA 8: População das cidades da rede urbana de Ourinhos



Fonte: IBGE, 2000.

Org. FERREIRA DIAS, F., 2017.

A rede urbana atual não pode mais ser explicada somente pela teoria das localidades centrais (CHRISTALLER, 1966), uma vez que a mundialização do capital que possibilitou maior mobilidade ao capital e a complexificação da economia, resultante da intensificação da divisão territorial do trabalho, trouxe novos papéis às cidades. Nesse sentido, cidades com diferentes centralidades poderiam apresentar relações com a metrópole e/ou com pontos distantes no território brasileiro. Assim, algumas pequenas cidades passaram a desenvolver atividades econômicas relevantes, as

quais as colocam em relacionamento direto com os mais diversos patamares da rede urbana nacional.

O grande número de centros de zona, presentes nos REGIC de 1967 e 1978, os quais davam suporte a uma rede urbana pautada no setor primário e em uma modernização da agricultura ainda em curso, passaram a perder parte de sua centralidade, a partir dos processos de modernização descritos. Por outro lado, se outrora essas cidades atendiam a demanda do campo, posteriormente com a modernização da agricultura, essa situação alterou-se, pois, a mesma tornou-se tecnificada e, o aporte tecnológico e intelectual passou a estar em cidades de maior porte, mesmo porque, as melhorias nos meios de transporte possibilitaram os deslocamentos em direção às mesmas.

A rede urbana de 1967 (IBGE, 1972) ainda era marcada por municípios majoritariamente rurais, sendo que a cidade atendia as demandas de uma economia atrelada ao setor primário. A rede urbana de 1978 (IBGE, 1982) apresentava tais características, porém trata-se de um período de mudanças, cujos desdobramentos da modernização agrícola e também da intensificação do processo de urbanização, começavam a ser acentuados. Na rede de urbana de 1993 (IBGE, 1993), percebeu-se a perda da centralidade de algumas cidades, devido às mudanças na divisão territorial do trabalho, em decorrência da modernização da agricultura e também do crescimento da importância de outros setores da economia, ao passo que a maioria dos municípios já haviam se tornado urbanos.

A rede urbana de Ourinhos em 2007 expõe distinções quanto as cidades que a compõem, uma vez que nem todas desenvolveram as mesmas atividades econômicas, sendo que no caso das cidades estudadas na tese, Santa Cruz do Rio Pardo desenvolveu a indústria alimentícia de capital local, bem como um setor agropecuário modernizado. Canitar está atrelada ao plantio da cana-de-açúcar e à agroindústria sucroalcooleira.

Também, as transformações na rede urbana de Ourinhos entre 1960 e o período atual, referiram-se essencialmente ao processo de urbanização, o qual tornou os municípios predominantemente urbanos, porém mantendo pequenas cidades com população diminuta, com exceção de Ourinhos. Assim têm-se uma rede urbana pautada por pequenas cidades, as quais apresentam características econômicas e sociais diversas. De tal modo, mesmo fazendo parte da mesma rede urbana e da mesma formação socioespacial, as pequenas cidades da rede urbana de Ourinhos apresentam papéis distintos, conforme se discutirá no próximo subcapítulo.

3.2. As pequenas cidades da Rede Urbana de Ourinhos: 1950 - 2016

Desde sua gênese, a rede urbana de Ourinhos foi constituída por inúmeras pequenas cidades tanto do ponto de vista populacional, como pela dinâmica urbana e papel desempenhado na rede urbana.

Até a década de 1950 havia grande quantidade de pequenas cidades ligadas às atividades econômicas do campo e a rede urbana era constituída por centros locais, que interagiam em especial com nível superior da hierarquia urbana. As pequenas cidades eram numerosas, pois forneciam bens e serviços necessários à produção do setor primário e à população que habitava a área rural, suprindo as demandas do comércio, serviços e administração pública, relativos às atividades desenvolvidas no campo (SANTOS, 2013).

Devido a modernização agrícola e a inserção de tecnologia nos diversos setores produtivos, as pequenas cidades passaram por mudanças quanto ao seu papel na rede urbana. A ligação entre campo e cidade tornou-se facilitada em consequência da melhoria dos meios de transporte, o que fez com que as distâncias pudessem ser percorridas mais rapidamente. Esse fator estimulou a espacialização agrícola e a difusão do consumo, levando à concentração capitalista e por consequência, o capital determinaria os locais onde ocorreria os investimentos, não apenas no espaço intra-urbano como na rede urbana, sendo que algumas localidades se valorizaram em detrimento de outras (SANTOS, 2013).

Portanto, entre a década de 1960 e o período contemporâneo, a concepção do que é uma pequena cidade mudou, pois, o emprego de novas tecnologias nos processos produtivos, criou novas lógicas locacionais que alteraram de forma significativa o papel que as mesmas desempenhavam até então:

Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelo comércio especializado (SANTOS, 2002, p. 56).

Assim, se as cidades locais eram onde habitavam o prefeito, advogado, professor, coronéis dentre outras pessoas influentes, a mesma agora passa a ser o local

de moradia da maioria da população, que inclui a mão-de-obra especializada, destinada a atender a produção agrícola tecnicizada ou as atividades industriais, além da população que perdeu seu emprego no campo em detrimento das mudanças que a modernização do mesmo causou. A pequena cidade passa a ser a cidade econômica:

As cidades locais passam a estar ligadas a um consumo generalizado e tornam-se espaços de produção e consumo, sendo que outrora, eram espaços apenas de produção. A cidade local facilita o acesso da população aos bens e serviços, embora isso se faça a um preço mais elevado que nos centros de nível superior. Seja qual for sua localização, a cidade local sempre se acha na periferia do sistema urbano. Essa situação significa que o indivíduo se encontra em uma posição desfavorável como produtor e como consumidor (SANTOS, 2014, p. 91-92).

Nessa perspectiva, a rede urbana na atualidade compreende “[...] uma estrutura mais complexa, tendo no vértice metrópoles completas e incompletas, vindo a seguir em posição intermediária, as cidades regionais e finalmente, na base, as cidades locais [...]” (SANTOS, p. 91, 2014).

Fresca (2010) afirma que existem diferentes tipos de cidade em relação as suas articulações com a atividade agrícola: aquelas com predomínio do agronegócio tal como soja, milho, gado de corte, exigirão mão-de-obra mais qualificada, a fim de atender demandas técnicas e científicas à exemplo do engenheiro agrônomo, piloto agrícola, zootecnistas dentre outros, gerando demandas por bens e serviços diferenciados. A cidade do agronegócio atende, de forma geral, às demandas dessa atividade econômica, quanto à disponibilização de profissionais, serviços e estruturas, embora possa, em alguns casos, apresentar um setor industrial relacionado à atividade agrícola.

A rede urbana atual é caracterizada pelo predomínio dos centros de zona e dos centros locais; as pequenas cidades. As metrópoles e cidades de porte intermediário estão irregularmente distribuídas no território brasileiro, notadamente na região Nordeste e Centro-Sul do país. Conforme o REGIC (IBGE, 2008) os centros de zona são:

[...] nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em: a. Centro de zona A – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão; e b. Centro de zona B – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação (REGIC, 2008, p. 12).

Já os centros locais são “[...] as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes [...])” (REGIC, p.13, 2008). Os níveis superiores na rede urbana correspondem à grande metrópole nacional - São Paulo, o maior nível de gestão territorial do país, metrópoles nacionais, cujo alcance da gestão territorial também é bastante amplo, capitais regionais as quais “[...] integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana [...])” (REGIC, 2008, p. 12).

As capitais regionais subdividem-se em três níveis: “[...] O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro além da diferenciação de porte têm padrão de localização regionalizado com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do país (REGIC, 2008, p. 12). Os centros sub-regionais exibem atividades de gestão menos complexas, com relacionamentos externos da própria rede restritos a no máximo três metrópoles nacionais, sendo mais numerosos no Nordeste e Centro-Sul. Divide-se em centro sub-regional, constituído por 85 cidades que apresentam pouco mais de 100 mil habitantes e os 85 centros sub-regional b, com população média 70 mil habitantes (IBGE, 2008).

Porém, apenas os estudos do REGIC não são suficientes para identificar o papel de cada cidade na rede urbana, pois não abrange todas as especificidades que as cidades podem apresentar quanto aos relacionamentos com as demais cidades da rede urbana e as mudanças na divisão territorial do trabalho, daí a necessidade dos estudos acadêmicos.

A rede urbana de Ourinhos apresenta numericamente o predomínio dos centros locais sendo que o centro sub-regional - Ourinhos - é o nível hierárquico mais elevado; os centros de zona são representados por Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju, exercendo influência⁴⁴ sobre algumas cidades da rede. De acordo com o REGIC de 2007 (IBGE, 2008), Canitar é um centro local que não se coloca com área de influência para com nenhuma outra cidade, enquanto Santa Cruz do Rio Pardo apresenta área de influência sobre os municípios de Espírito Santo do Turvo e São Pedro do Turvo.

As transformações na rede urbana de Ourinhos resultantes nas mudanças pelas quais as cidades passaram entre 1960 até o período atual, contribuíram com as

⁴⁴ Piraju exerce influência sobre Sarutaiá, Tejupá e Manduri. As cidades de Bernardino de Campos, Canitar, Ibirarema, Ipaussu, Ribeirão do Sul, Chavantes, Salto Grande, Óleo estão sob influência direta de Ourinhos.

modificações quanto às cidades que compõem a rede, diminuindo numericamente após a década de 1990, pois Ourinhos perdeu importância na hierarquia urbana reunindo menos cidades sob sua hinterlândia, deixando de abranger as cidades paranaenses.

Entre 1960 e 1990, Chavantes apresentou pouca variação da população total apesar do aumento da população urbana. Em 1960 Chavantes era pouco urbanizado na medida que 33,37% de sua população era urbana (tabela 25). Em 1970 a taxa de urbanização atingiu 50,10% e a população em geral aumentou 10,21%. Evidencia-se o processo de urbanização pois a população urbana aumentou 40,19%, coincidindo com o crescimento das atividades econômicas urbanas (tabelas 26 e 27).

Em 1980 a taxa de urbanização de Chavantes era 63,30% e a população urbana aumentou 13,99%. Em 1990 68,81% da população era urbana, ocorrendo o aumento de 8,41% da população em geral 15,75%, quanto a população urbana. O município permaneceu com pequena população, porém, a mesma deixou de habitar paulatinamente a área rural passando a habitar a cidade. As mudanças econômicas discutidas no decorrer desse subcapítulo refletiram-se no local de residência dos trabalhadores.

Na tabela 25, aponta-se a população de Canitar em 1990, embora o mesmo ainda constituísse distrito de Chavantes. Em 1990 Canitar era predominantemente rural, pois apenas 46,40% da população era urbana. O censo demográfico de 2000 (IBGE, 2000), quando Canitar já havia emancipado-se, apresentou um crescimento populacional de 30,06% sendo que o município tornou-se urbano, pois 76,88% da população habitava a área urbana. Apesar de Canitar ter se urbanizado, os empregos continuavam no campo, pois os trabalhadores atuavam na condição de boia-fria. Em 2010 a taxa de urbanização de Canitar era 94,71% e apenas 231 pessoas moravam na área rural. O fato refere-se a expansão do cultivo de cana-de-açúcar no município e crescimento do setor sucroalcooleiro, conforme se discutirá no capítulo 4.

Em 1960 Santa Cruz do Rio Pardo ainda era pouco urbanizada com apenas 37,98% da população residindo na área urbana, significando que o processo de modernização da agricultura ainda não havia sido concluído. Também, as atividades urbanas ainda eram pouco expressivas, como se nota nas tabelas 26 e 27. Em 1970 a taxa de urbanização de Santa Cruz do Rio Pardo passou a ser 50,10 %, sendo que sua população urbana cresceu 15,44%. Entretanto, entre 1960 e 1970, em termos gerais, o município apresentou diminuição -10,93% de sua população, pois apesar da população urbana ter aumentado, a população rural passou por redução de -27,03%.

A inserção de processos que modernizaram a agricultura levou à diminuição da quantidade de trabalhos no âmbito rural e o aumento das áreas destinadas às pastagens e ao cultivo de cana-de-açúcar corroboram esses fatos. Também, as atividades econômicas urbanas não foram capazes de absorver toda a demanda oriunda do âmbito rural, concluindo-se que parte dos habitantes rurais deslocaram-se para cidades de maior porte populacional, com maiores ofertas de empregos no âmbito urbano.

A cidade de Santa Cruz do Rio Pardo continuava crescendo, porém, o município passava por redução de sua população rural. Em pesquisa⁴⁵ realizada na cidade em tela, foi verificado que, no período citado, houve o esvaziamento demográfico dos distritos de Sodrélia, Caporanga e Clarínia sendo que os habitantes passaram a habitar a sede municipal Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos e cidades do norte do estado do Paraná. O desmembramento de Espírito Santo do Turvo em 1991 também foi um fator de perda populacional.

Em 1980 Santa Cruz do Rio Pardo, a exemplo de Chavantes, tornou-se um município predominantemente urbanizado pois havia 63,30% de habitantes urbanos. A população urbana aumentou 22,64% em relação ao censo de 1970 e a população rural diminuiu -33,17%. O processo de perda populacional, também foi observado em 1980, pois comparavelmente a 1970, ocorreu a diminuição de -1,97% da população.

Em 1990, 79,85% da população de Santa Cruz do Rio Pardo habitava sua sede municipal. Entre 1980 e 1990, diferentemente das décadas anteriores, a população aumentou 14,14% motivado pelo crescimento da população urbana, de 29,35%. Porém, no mesmo período, a população rural, diminuiu 3,64%. Em 2000, 85,81% da população era urbana, sendo que comparativamente a 1990, houve um aumento geral de 3,27%. No período citado, a população urbana aumentou 9,99% e a população rural diminuiu 27,21%. Entre 2000 e 2010 a população de Santa Cruz do Rio Pardo aumentou 6,98%, sendo que a população urbana cresceu 12,68% e a população rural diminuiu 34,97%.

No ano de 2010 a população urbana de Santa Cruz do Rio Pardo representava 91,42%. Havia 3.767 habitantes na área rural, indicando que o setor primário não estava atrelado somente ao cultivo de cana-de-açúcar, conforme nota-se na tabela 36.

⁴⁵ Diálogos informais realizados com moradores, e informações coletadas na Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo em junho de 2018.

TABELA 25: Evolução populacional de Chavantes, Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo entre 1960- 2010.

Chavantes				
Ano	População urbana	População rural	População total	Taxa de urbanização
1960	4.222	8.429	12.651	33,37%
1970	7.060	7.031	14.091	50,10%
1980	8.209	4.759	12.968	63,30%
1990	9.744	4.416	14.160	68,81%
Canitar				
Ano	População urbana	População rural	População Total	Taxa de urbanização
1990	1.129	1.304	2.433	46,40%
2000	2.675	804	3.479	76,88%
2010	4.138	231	4.369	94,71%
Santa Cruz do Rio Pardo				
Ano	População urbana	População rural	População Total	Taxa de urbanização
1960	14.582	23.809	38.391	37,98%
1970	17.245	17.363	34.608	49,82%
1980	22.293	11.603	33.926	65,71%
1990	31.557	7.959	39.516	79,85%
2000	35.060	5.793	40.853	85,81%
2010	40.154	3.767	43.921	91,42%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 1960, 1970, 1980, 2010) e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (IBGE, 1991).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Devido à mudança de metodologia⁴⁶ quanto à coleta de dados pelo IBGE, analisou-se a atividade comercial de Chavantes e Santa Cruz do Rio Pardo entre 1960 e 1980 a partir dos dados do mesmo. Para o ano de 2015, exclui-se a análise quanto à Chavantes, pois Canitar tornou-se emancipado. Também consultou-se os dados do cadastro central de empresas, acerca do comércio e indústria quanto à Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar.

Em 1960, momento em que Chavantes e Santa Cruz do Rio Pardo ainda não eram predominantemente urbanos, com taxas de urbanização de 33,37% e 37,98% respectivamente, o comércio varejista era pouco relevante. Ourinhos já apresentava no período 74,99% de população urbana e caracterizava-se por ser uma capital regional (IBGE, 1966). Havia também complexidade de serviços, comércio varejista especializado e concentrava grande parte do comércio atacadista regional.

Portanto, em 1960, a pouca quantidade de estabelecimentos varejistas e atacadistas (quadros 26 e 27) justifica-se pela fraca urbanização dos municípios da rede urbana em geral, devido à centralidade exercida por Ourinhos e, principalmente, em razão da importância das atividades econômicas desenvolvidas no âmbito rural, sendo

⁴⁶ A partir da década de 1990, os dados referentes a escala municipal referem-se à amostragem dos estabelecimentos, não havendo nessa década, dados consistentes sobre as cidades estudadas. De tal maneira, optou-se por excluir a década de 1990 da análise em questão.

que os distritos e vilas rurais acabavam por atender a demanda quanto aos itens de consumo mais recorrentes, sendo o comércio disponibilizado na cidade, necessário em poucas ocasiões.

A quantidade de estabelecimentos alterou-se em 1970, concomitante com o crescimento da taxa de urbanização de Chavantes e Santa Cruz do Rio Pardo, 50,10% e 49,82% respectivamente. Assim, em Santa Cruz do Rio Pardo, ocorreu um crescimento de 27,45% em relação à quantidade de estabelecimentos e 24,94%, acerca da quantidade de empregados. Em Chavantes, embora tenha ocorrido a redução de 3,38% da quantidade de estabelecimentos, aumentou a quantidade de empregados em 17,50%.

O maior crescimento no setor do comércio varejista deu-se em 1980, quando Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes tornaram-se urbanos, com 65,71% e 63,30% habitantes urbanos respectivamente. Em 1980, ocorreu um aumento de 17,47% acerca da quantidade de estabelecimentos e de 63,20% quanto a quantidade de pessoas empregadas, no caso de Santa Cruz do Rio Pardo. Em Chavantes, o aumento da quantidade de estabelecimentos foi de 13,63% e em relação a quantidade de pessoas empregadas, 35,13%.

Em 1980, além da efetivação do processo de urbanização das cidades analisadas, Santa Cruz do Rio Pardo consolidou-se como um importante centro comercial no âmbito da rede urbana justificando em parte o fato de ser, de acordo com o REGIC de 1978 (IBGE, 1987) um centro de zona e Chavantes, um centro local. Nesse sentido, Santa Cruz do Rio Pardo superava em 85,96% quanto à quantidade de pessoas empregadas perante a Chavantes e; em relação a quantidade de estabelecimentos, a diferença era de 78,64%.

TABELA 26: Comércio varejista em Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1960 - 1980

Anos	Santa Cruz do Rio Pardo		Chavantes	
	Total de estabelecimentos	Pessoal empregado (total)	Total de estabelecimentos	Pessoal empregado (total)
1960	185	364	59	99
1970	255	485	57	120
1980	309	1.318	66	185

Fonte: Censo Comercial (IBGE, 1960, 1970, 1980).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Santa Cruz do Rio Pardo somava em 1960, 9 estabelecimentos de comércio atacadista os quais empregavam 26 pessoas. Em 1970 ocorreu um aumento expressivo de 96,10% quanto ao total de estabelecimentos e 93,93%, em relação ao total de pessoas

empregadas. Em 1980, a quantidade de estabelecimentos atacadistas aumentou 2,53% e o pessoal empregado, 47,03%. Desse modo, Santa Cruz do Rio Pardo consolidou-se, a exemplo do comércio varejista, como um importante centro comercial atacadista.

Considerando o processo de urbanização e modernização agrícola, destaca-se: 1) a diminuição da quantidade de pessoas habitando o rural contribuiu para a redução dos estabelecimentos comerciais que existiam em vilas e distritos, concentrando-se na sede municipal; 2) o período foi marcado por um processo de industrialização em escala nacional apresentando desdobramentos no setor alimentício, que viu ampliado o número de estabelecimentos atacadistas voltados para esse setor; 3) a concentração de terras e a expansão da monocultura da cana-de-açúcar eliminou parte dos alimentos e outras atividades econômicas desenvolvidas na área rural; 4) a modernização das atividades econômicas desenvolvidas na área rural e na cidade, impôs a necessidade da existência de atacadistas de produtos para o suporte das atividades agrícolas (agrotóxicos, maquinários, fertilizantes) e também das atividades desenvolvidas no âmbito urbano.

Quanto à Chavantes, devido ao fato de ter se mantido um centro local, não houve durante o período analisado, crescimento expressivo acerca do setor atacadista, existindo 3 estabelecimentos em 1960 e 1970 e 4 em 1980. A quantidade de pessoal empregado também se alterou pouco, sendo 5 em 1960, 11 em 1970 e 12 em 1980.

TABELA 27: Comércio atacadista em Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1960 - 1980

Anos	Santa Cruz do Rio Pardo		Chavantes	
	Total de estabelecimentos	Pessoal empregado (total)	Total de estabelecimentos	Pessoal empregado (total)
1960	9	26	3	5
1970	231	429	3	11
1980	237	810	4	12

Fonte: Censo Comercial (IBGE, 1960, 1970, 1980).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Em 2015, conforme dados do Cadastro Central de Empresas, Santa Cruz do Rio Pardo empregava 1.496 pessoas no comércio varejista em 302 empresas. Na tabela 28, destaca-se o setor alimentício e de materiais de construção quanto à quantidade de empresas e mão-de-obra empregada. O setor alimentício emprega 577 pessoas em 99 empresas, totalizando 38,56 e 32,78% do total de pessoas empregadas e quantidade de empresas respectivamente. O setor de materiais de construção emprega 338 pessoas ou 22,59% em 40 empresas ou 13,24% do total.

TABELA 28: Comércio Varejista em Santa Cruz do Rio Pardo, 2015

Tipo de estabelecimento	Pessoas Ocupadas	% total	Total de Empresas	% total
Supermercados	245	16,37 %	21	6,95 %
Mercearias	144	9,62 %	52	17,21 %
Mercadorias geral	44	2,94 %	8	2,64 %
Confeitarias	144	9,62 %	18	5,96 %
Tabacarias	42	2,80 %	12	3,97 %
Lubrificantes	21	1,40 %	5	1,65 %
Pinturas	32	2,13 %	3	0,99 %
Material Elétrico	17	1,13 %	3	0,99 %
Vidraçarias	31	2,07 %	6	1,98 %
Materiais de Construção	338	22,59 %	40	13,24 %
Informática	54	3,60 %	10	3,31 %
Telefonia	45	3,00 %	10	3,31 %
Móveis	66	4,41 %	12	3,97 %
Tecidos	13	0,86 %	5	1,65 %
Eletrodomésticos	11	0,73 %	5	1,65 %
Iluminação	12	0,80 %	1	0,33 %
Esportivo	14	0,93 %	14	4,63 %
Farmácias	26	1,73 %	26	8,60 %
Óticas	7	0,46 %	7	2,31 %
Vestuário	76	5,08 %	19	6,29 %
Relojoarias	5	0,33 %	3	0,99 %
Gás	12	0,80 %	3	0,99 %
Calçados	23	1,53 %	10	3,31 %
Ortopédicos	5	0,33 %	5	1,65 %
Outros	69	4,61 %	11	3,64 %
Total	1.496		302	

Fonte: Cadastro Central de Empresas, 2015.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

De acordo⁴⁷ com a Associação Comercial de Santa Cruz do Rio Pardo (ACE), a cidade contava sobretudo com empresas de capital local, embora existissem exceções. Quanto ao capital regional, havia Colchões Castor, Supermercados São Judas Tadeu, Sorveteria Adorei, Fiat AJP (revendedora Fiat) e Ouricar (revendedora Chevrolet), sendo filiais oriundas de Ourinhos-SP. Havia ainda a Sapattu Mania, Supermercados Avenida de Assis-SP, Jacto de Pompeia-SP e a J Mahfuz de Mirassol-SP. As empresas varejistas de capital nacional presentes em Santa Cruz do Rio Pardo eram: Lojas Pernambucanas, O Boticário, Casas Bahia, Magazine Luiza, Lojas Cem, Cacao Show, CVC, Chiquinho Sorvetes, Água de Cheiro, Claro, Tim, Vivo, Subway e Colchões Ortobom.

Em Canitar, não havia dados detalhados⁴⁸ sobre o comércio varejista, porém, de acordo com o cadastro central de empresas, em 2015 havia 72 pessoas empregadas nas

⁴⁷ Informações obtidas no site da ACE de Santa Cruz do Rio Pardo e por contato via e-mail.

⁴⁸ A prefeitura municipal de Canitar não forneceu o dado quando foi consultada pela presente autora, em junho de 2017.

25 empresas desse setor. Não há na cidade a Associação Comercial e Empresarial, porém algumas empresas estavam associadas à ACE - Associação Comercial e Empresarial de Ourinhos, dentre elas: Irmãos Gimenez (materiais de construção), Mercado do Juvenal, Ferreira Acabamentos (materiais de construção), Datacell Celular, Supermercado Luiz Gimenez, Padaria do Joel, Tendas' Bar e DK Modas.

No entanto, Canitar apresentava apenas empresas de capital local ao passo que Santa Cruz do Rio Pardo apresentava um comércio varejista mais diversificado, oriundo de capital local, regional e também de grandes redes varejistas.

A tabela 29 refere-se às atividades comerciais atacadistas. Santa Cruz do Rio Pardo possuía 69 empresas as quais empregavam 374 pessoas e conforme o cadastro central de empresas e a ACE de Santa Cruz do Rio Pardo, os estabelecimentos atacadistas dessa cidade referiam-se a supermercados que também trabalham com atacado, algumas lojas de roupas e utensílios domésticos, produtos de uso veterinário e agrícola, alimentos e calçados produzidos pelas indústrias locais. Algumas empresas de beneficiamento de arroz também trabalham com o setor atacadista, conforme discutira-se no capítulo 5.

O comércio atacadista de Santa Cruz do Rio Pardo era pautado principalmente no consumo não-alimentar, totalizando 23,18% das empresas do setor e empregando a maior parcela dos trabalhadores, 29,41%. O comércio atacadista de produtos alimentícios representava 25,66% do total de empregos e 18,84% das empresas, máquinas agrícolas perfazia 18,44% dos empregos e 14,49% das empresas, outros tipos de comércio atacadista, somavam 22,45% dos empregos gerados e 31,88% da quantidade de empresas.

TABELA 29: Comércio Atacadista em Santa Cruz do Rio Pardo, 2015

Tipo de estabelecimento	Pessoas Ocupadas	Total %	Total de Empresas	Total %
Consumo não-alimentar	110	29,41%	16	23,18 %
Produtos alimentícios	96	25,66%	13	18,84%
Materiais agrícolas	69	18,44%	10	14,49 %
Máquinas	7	1,87 %	4	5,79 %
Sucata	8	2,13%	4	5,79 %
Outros	84	22,45 %	22	31,88%
Total Geral	374		69	

Fonte: Cadastro Central de Empresas, 2015.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Conforme a ACE de Santa Cruz do Rio Pardo, dentre as empresas atacadistas naquela cidade haviam aquelas relativas ao setor alimentício (Do Valle Distribuidora, Distribuidora de Bebidas Skol, Cerveja Conti, Rovaldo Alimentos, Bafari Carnes, Almark Alimentos, Hidrocereais, Cerealista Guacira), relativas ao setor de calçados (Dedmar Calçados, Parmegiani e Dezo Calçados, Pastore Calçados), móveis (CYD Movelaria, Stoke Móveis) e veterinário (Copermota).

Em Canitar não havia empresas nem empregados ligados ao comércio atacadista, e nesse quesito não exerce relações econômicas com outras cidades da rede urbana.

Conforme a tabela 30, o setor industrial era pouco relevante em Chavantes pois empregava apenas 65 pessoas em 20 empresas locais. O período citado era marcado por economias municipais fortemente atreladas às atividades econômicas desenvolvidas no âmbito rural e pela fraca urbanização. Em 1970 aumentou 16,66% a quantidade de indústrias e 92,38% quanto ao pessoal empregado, devido a existência de algumas indústrias⁴⁹ metalmeccânicas as quais empregavam número expressivo de funcionários. Porém, na década seguinte ocorreu uma redução de -37,5% em relação a quantidade de empresas e -45,43%, quanto ao pessoal empregado, não consolidando-se o setor industrial da cidade. Em 1980 o setor passou novamente por declínio, na medida que a quantidade de estabelecimentos industriais reduziu-se -13,33% e o número de empregados, -1,51%.

Em 1960, Santa Cruz do Rio Pardo também tinha um setor industrial pouco relevante, pois as atividades econômicas rurais eram mais importantes no contexto municipal. Porém, nessa década tem-se a origem da indústria de máquinas de beneficiamento de arroz Suzuki, a instalação dos laticínios Vigor e das indústrias de beneficiamento de arroz locais, fato discutido no capítulo 5. Na década seguinte diminuiu o número de indústrias, passando de 89 para 76, reduzindo-se 14,60%. Apesar disso, a quantidade de pessoas empregadas passou de 322 para 440, aumentando 26,81%. Contudo, a partir da década de 1970, expandiu-se as atividades das indústrias beneficiadoras de arroz.

O crescimento do setor atrela-se à consolidação do processo de urbanização associado ao desenvolvimento de atividades relativas ao setor terciário e secundário. Na década de 1970, observou-se na tabela 29, um aumento expressivo da quantidade de estabelecimentos comerciais atacadistas e de pessoal empregado, fato comum ao caso

⁴⁹ Informação obtida através do escritório regional do IBGE, junho de 2018.

dos estabelecimentos comerciais varejistas, (tabela 28). Na década de 1970 fortaleceu-se as atividades econômicas urbanas, em razão da intensificação do processo de urbanização, e, pela modernização agrícola e as mudanças desencadeadas pela mesma.

Na década de 1980, ocorreu em Santa Cruz do Rio Pardo a ampliação das atividades da Indústria de Máquinas Suzuki, a expansão do setor de beneficiamento de arroz e a origem da indústria calçadista local. Esse setor encontra-se em decadência desde meados de 2000, em decorrência da concorrência com os produtos importados chineses. Anteriormente, a cidade ocupou a posição de 4º maior polo calçadista do estado de São Paulo, atraindo inclusive a instalação de uma unidade do SENAI, com cursos especializados na produção de calçados (Abicalçados)⁵⁰. Apesar disso, as empresas Dylocally, Roffer Calçados, Mauber Calçados, Dedmar Calçados, Calçados Ki-Pé e Peão Calçados ainda permanecem em atividade (Levantamento de Campo, 2018).

Esses fatores explicam o aumento de quantidade de indústrias em Santa Cruz do Rio Pardo entre 1970 e 1980, sendo 19,14% e, principalmente quanto à quantidade de empregados, cujo aumento foi de 64,37%. Em 1990 o setor industrial manteve-se estável, pois a quantidade de empresas aumentou 9,61% e o pessoal empregado, 2,67%.

TABELA 30: Estabelecimentos e pessoal empregado nas indústrias de Santa Cruz do Rio Pardo e Chavantes: 1960-2010

Ano	Santa Cruz do Rio Pardo		Chavantes	
	Estabelecimentos total	Pessoal empregado	Estabelecimentos total	Pessoal empregado
1960	89	322	20	65
1970	76	440	24	854
1980	94	1.235	15	466
1990	104	1.269	13	478

Fonte: Censo (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1990).
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Mediante a metodologia de pesquisa empregada pelo IBGE, os estabelecimentos que somam menos que 3 unidades não são divulgados dados acerca do pessoal empregado e, portanto, não apresentam destaque numérico, conforme a tabela 31.

De tal maneira, no ano de 2015, Santa Cruz do Rio Pardo apresentava destaque no setor da indústria de transformação, empregando 3.657 pessoas em 170 estabelecimentos industriais. A quantidade desses estabelecimentos industriais representava 90,90% do total. As indústrias de transformação referiam-se mormente ao

⁵⁰ Informações obtidas por e-mail.

setor alimentício, relativo ao beneficiamento de arroz, fabricação de sorvetes, ração para cães e gatos, doces e pão de alho e, em menor número, as indústrias calçadistas. Todas as empresas são de capital local e não apresentam filiais em outras cidades.

As indústrias de equipamentos industriais, referiam-se à Máquinas Suzuki, FenixPan (indústria de máquinas para pães e confeitaria), CMA (Industria e Comércio de Máquinas Industriais), Trimetal (máquinas para baterias) e LKL Tecnologia (indústria de fabricação de esteiras para cerealistas). Todas essas indústrias são de capital local, exceto a LKL, filial da Carlos Becker Industrial de Gravataí - RS.

TABELA 31: Estabelecimentos Industriais em Santa Cruz do Rio Pardo, 2015

Santa Cruz do Rio Pardo		
Tipos de Indústrias	Quantidade de estabelecimentos industriais	Quantidade de pessoas empregadas
Indústrias Extrativas	1	*
Indústrias de Transformação	170	3.657
Aparelhos de Refrigeração	1	*
Equipamentos Industriais	5	84
Fumo	1	*
Industria Mecânica	3	*
Instrumentação de Equip. Industriais	3	*
Peças industriais	2	*
Total	187	---

Fonte: Cadastro Central de Empresas, 2015.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

*Dado não divulgado.

Em Canitar há as indústrias de transformação Comanche Biocombustíveis, relacionada à transformação da cana-de-açúcar em álcool e a Fertilizantes Fertipar. Os dados quanto à quantidade de empregados não foram divulgados pelo cadastro central de empresas. Diferentemente de Santa Cruz do Rio Pardo, os estabelecimentos industriais de Canitar não são de capital local, na medida que a Comanche tem sua matriz em Tatuí-SP e a Fertipar é um grupo composto por 12 empresas presentes em todas as regiões brasileiras e cuja sede encontra-se em Curitiba-PR.

As transformações também foram verificadas na área rural, devido ao processo de modernização da agricultura, que ocasionou alterações na estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais, uso da terra, produtos cultivados e condição dos proprietários dos estabelecimentos rurais.

Em 1960, Santa Cruz do Rio Pardo apresentava uma área territorial de 131.100 hectares, sendo 113.948, ocupados por estabelecimentos rurais. O item prevalente conforme a tabela 32 referia-se à condição de proprietário cujos estabelecimentos rurais

somavam 93,16% do total. Em seguida, a condição de administrador significava 3,40% do total dos estabelecimentos rurais, seguidos pelos arrendatários, 1,38% e ocupantes, 0,46%. Comparativamente a 1950, a área geral dos estabelecimentos rurais aumentou 16,15% e a quantidade de estabelecimentos rurais aumentou 21,10%, passando de 1.206 para 1.527. O município era predominantemente rural, justificando o aumento da área utilizada pelos estabelecimentos rurais e da quantidade das mesmas, entre 1950 e 1960.

Na década de 1970 ocorreu redução acerca da área utilizada pelos estabelecimentos rurais, diminuindo 8,75%, porém a quantidade dos mesmos aumentou 2,17%, atingindo 1.561 estabelecimentos. Semelhante à década anterior, a condição de proprietário continuou prevalente representando 93,17% da área total.

Entretanto, as maiores mudanças foram verificadas em 1980, devido aos fatores: 1) A área territorial municipal continuou a ser 131.100 hectares, porém os estabelecimentos rurais somavam 99.900 hectares, representando uma diminuição de 4.068 hectares ou 3,91% em relação à 1970, quanto a área ocupada por estabelecimentos rurais era de 103.968 hectares; 2) Entre 1970 e 1980, a quantidade de estabelecimentos rurais diminuiu 14,28% bem como a população rural passou de 17.363 para 11.601 habitantes, uma redução de 33,17%; 3) Em 1980 o município tornou-se urbano com 65,71% de sua população habitando a cidade e conforme discutido, nesse momento houve a expansão do comércio varejista, atacadista e também a criação da maioria das indústrias existentes atualmente na cidade, tornando as atividades econômicas urbanas relevantes.

Na década de 1990 houve mudanças quanto ao tamanho territorial de Santa Cruz do Rio Pardo, devido ao desmembramento de Espírito Santo do Turvo em 1991, sendo que a área passou de 131.100 hectares para 111.600, reduzindo-se 14,87%. Comparando a área utilizada pelos estabelecimentos em 1980 e 1995, a mesma diminuiu 2,26%. Porém, diferentemente das décadas anteriores aumentou a área relativa aos arrendatários.

O período refere-se à expansão do cultivo da cana-de-açúcar no âmbito municipal, conforme se nota na tabela 36, e que esse tipo de cultivo, no caso do município em análise se dá principalmente em terras arrendadas. Esse fator explica o motivo da quantidade de estabelecimentos rurais não ter se alterado significamente, considerando que a população rural diminuiu de 11.603 habitantes para 7.950 (IBGE, 1980, 1990), em termos percentuais 31,40%. Estima-se que parte da população rural arrendou seus estabelecimentos rurais e passou a habitar a cidade.

Santa Cruz do Rio Pardo manteve inalterado seu tamanho territorial. Porém a área utilizada pelos estabelecimentos rurais aumentou 6,74% e a quantidade passou de 1.118 em 1995, para 825, em 2006, uma redução de 26,20%, indicando um processo de concentração de terras, associado à expansão do cultivo de cana-de-açúcar.

TABELA 32: Condição do Produtor Rural e área total dos estabelecimentos rurais de Santa Cruz do Rio Pardo: 1960 - 2006

Ano	Proprietários		Arrendatários		Ocupantes		Administradores		Área total dos estabelecimentos (ha)
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	
1960	105.140	92,27%	3.904	3,42%	532	0,46%	4.372	3,83%	113.948
1970	96.858	93,16%	1.445	1,38%	133	0,13%	3.535	3,40%	103.968
1980	92.502	92,59%	4.291	4,29%	2.106	2,10%	1.001	1,00%	99.900
1995	87.589	89,70%	6.118	6,26%	746	0,76%	3.186	3,26%	97.639
2006	95.354	91,35%	1.625	1,55%	49	0,04%	7.354	7,04%	104.382

Fonte: IBGE (1940, 1950).

Org: Ferreira Dias, F., 2019.

Quanto à estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais em Santa Cruz do Rio Pardo, a tabela 33 aponta que em 1960 havia o predomínio dos estabelecimentos cujo tamanho era entre 10 a 50 hectares sendo 53,50%. Os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares somavam 18,20% e aqueles entre 101 e 500 hectares, 11,52%. Portanto, era prevalente os estabelecimentos rurais pequenos, sendo que aqueles com tamanhos maiores que 500 hectares somavam 2,38%.

Do ponto de vista da área ocupada quanto à estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais, de acordo com a tabela 33, os estabelecimentos entre 101 e 500 hectares representavam 32,70% da área total, sendo o tamanho de estabelecimento rural que ocupava a maior área. A menor área era ocupada pelos estabelecimentos menores que 10 hectares, somando 1,62% do total.

Em 1970, aumentou a quantidade de estabelecimentos rurais com tamanho entre 10 e 50 hectares, passando de 817 ou 53,50% para 847 ou 83,13%. Porém, ocorreu a diminuição dos estabelecimentos rurais menores que 10 hectares e daqueles maiores que 500 hectares, consistindo em um período em que as atividades econômicas rurais ainda eram o item mais importante da economia municipal. Por outro lado, os estabelecimentos rurais entre 100 e 500 hectares ocupavam a maiores áreas, 36,55%, sendo as menores, ocupadas pelos estabelecimentos menores que 10 hectares, 1,48% do total.

A década de 1980 foi marcada pelo processo de urbanização que tornou Santa Cruz do Rio Pardo prevalentemente urbanizada, apresentou aumento dos estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares e diminuição daqueles entre 10 e 50 hectares. Os estabelecimentos rurais com tamanhos entre 100 e 500 hectares continuavam ocupando as

maiores áreas, 41,40% do total, ao passo que aqueles estabelecimentos rurais menores que 10 hectares, ocupavam 5,14%.

A partir da década de 1990 há um processo de concentração de terras, não evidenciado quanto ao quesito da quantidade dos estabelecimentos rurais em relação à estrutura dimensional, mas principalmente em decorrência do aumento da área dos estabelecimentos rurais maiores. Esses estabelecimentos rurais, maiores que 1.000 hectares somavam apenas 0,17% do total e a área ocupada era de 38,25%. Os estabelecimentos entre 10 e 50 hectares perfaziam 55,72% do total ou 13,31% da área total. Verifica-se a diminuição geral do número de estabelecimentos rurais, caindo 16,44%, comparado a 1980 e o aumento da área relativa aos estabelecimentos rurais de 500 a 1.000 hectares, mas principalmente os maiores que 1.000 hectares.

Em 2006, o processo de concentração de terras foi intensificado pois os estabelecimentos rurais maiores que 1.000 hectares aumentaram numericamente e quanto à área dos mesmos, somando 45,56% da área total e 1,33% da quantidade de estabelecimentos. A concentração de terras após 1990 deve-se em parte a intensificação do processo de urbanização desse município e a diminuição da população rural.

Além disso, a concentração de terras identificada a partir de 1996 e refere-se à: 1) o processo de modernização agrícola demandava investimentos econômicos, os quais nem todos os proprietários rurais puderam realizar; 2) tem-se a inserção da monocultura da cana-de-açúcar, a qual apresenta rentabilidade em estabelecimentos rurais maiores; 3) as agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar passaram a arrendar terras a fim de atender a demanda por matéria-prima; 4) parte dos antigos produtores rurais acumularam capitais os quais foram investidos em atividades urbanas, notadamente a indústria, 5) a modernização dos processos produtivos também levou a queda de empregos na área rural, justificando assim o esvaziamento demográfico dessa parte do município e por consequência, a concentração de terras.

TABELA 33: Estrutura Dimensional dos Estabelecimentos Rurais em Santa Cruz do Rio Pardo: 1960-2006

Grupos de Área	1960		1970		1980		1996		2006	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Menos de 10	278	18,20%	231	14,79%	441	32,95%	292	26,11%	222	26,90%
10 a 50	817	53,50%	847	83,13%	416	31,09%	623	55,72%	432	52,36%
51 a 100	225	14,73%	259	16,59%	258	19,28%	110	9,83%	92	11,15%
101 a 500	176	11,52%	193	12,36%	195	14,57%	62	5,54%	62	7,51%
501 a 1.000	15	0,98%	25	1,60%	26	1,94%	29	2,59%	10	1,21%
Mais de 1.000	16	1,04%	6	0,38%	2	0,14%	2	0,17%	11	1,33%
total	1.527		1.561		1.338		1.118		825	

Fonte: Censos Agropecuário, IBGE (1960, 1970, 1980, 1995, 2006).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

TABELA 34: Área dos estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional, em Santa Cruz do Rio Pardo: 1960-2006

Grupos de Área	1960		1970		1980		1996		2006	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Menos de 10	1.853	1,62%	1.541	1.48%	5.135	5,14%	996	1,02%	1.041	0,99%
10 a 50	20.529	18,01%	11.534	11,09%	15.208	15,22%	13.000	13,31%	10.358	9,92%
51 a 100	15.903	13,95%	18.373	17,61%	18.157	18,17%	13.967	14,30%	6.353	6,08%
101 a 500	37.342	32,77%	38.005	36,55%	41.360	41,40%	16.167	16,55%	22.169	21,23%
501 a 1.000	10.270	9,01%	15.500	14,90%	13.086	1,30%	15.360	15,73%	16.902	13,31%
Mais de 1.000	28.051	26,61%	19.015	18,28%	25.111	25,13%	37.349	38,25%	47.559	45,56%
Área total (ha)	113.948		103.968		99.900		97.639		104.382	

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE (1960, 1970, 1980, 1995, 2006).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

A tabela 35 acerca do uso da terra apresenta as mudanças entre 1960 e 2006. Em relação à agricultura, em 1960 a área representava 30.698 hectares, sendo menor que a destinada a essa finalidade em 1950, 39.643 hectares. Houve um aumento da área relativa às pastagens, que passou de 11.665 hectares em 1950 para 57.026 hectares em 1960, um crescimento de 79,54%.

Conforme informações⁵¹ obtidas com a empresa de laticínios Vigor, foi inaugurado em Santa Cruz do Rio Pardo em 01/03/1960 uma unidade industrial da empresa. Na unidade industrial eram produzidos leite engarrafado, manteiga e iogurtes, sendo utilizado como matéria-prima, o leite comprado dos produtores locais. A empresa instalou essa unidade devido à oferta abundante de matéria-prima. Devido a problemas judiciais de cunho ambiental, pois a unidade industrial estava localizada no centro de Santa Cruz do Rio Pardo, a empresa finalizou suas atividades na cidade em 03/12/2001.

Em levantamento de campo⁵² em junho de 2018, constatou-se que em meados da década de 1950, havia um problema do exaurimento do solo, em parte do município e que parcela dos produtores rurais passaram a investir na pecuária leiteira. A produção era inicialmente comercializada regionalmente, porém com a instalação da empresa Vigor os produtores rurais passaram a vender suas produções para essa empresa.

Na década de 1970, o processo de redução de áreas agrícolas e o aumento das áreas de pastagens permaneceu. A agricultura ocupava 30.698 hectares em 1960, porém

⁵¹ Informações obtidas através de e-mail institucional.

⁵² Informações obtidas no escritório regional do IBGE e na prefeitura de Santa Cruz do Rio Pardo.

foi reduzida para 26.194 hectares, uma diminuição em termos reais de -14,67%. Em relação às pastagens, a área passou de 57.026 hectares em 1960 para 62.378 hectares, um aumento de 8,57%. Por outro lado, tanto em 1960, quanto em 1970, as pastagens eram o item mais abrangente, pois ocupavam 50,04% e 59,99% da área total, respectivamente.

Entre 1960 e 1970, diminuiu em 47,49% as áreas ocupadas por matas e florestas, pois eram 10.419 hectares em 1960 e 5.470 hectares em 1970. O mesmo caso aconteceu com as áreas não-utilizadas, passando de 8.823 hectares em 1960, para 6.678 hectares em 1970, ou seja, uma redução de 24,31%. As áreas improdutivas também passaram por redução de 49,50% no período em análise, sendo possivelmente incorporadas pelas pastagens, justificando o aumento expressivo da área utilizada para essa finalidade.

No censo⁵³ agropecuário de 1980 não foi divulgado dados acerca de áreas improdutivas, porém nota-se um aumento geral da área utilizada pelos estabelecimentos rurais, passando de 103.968 hectares em 1970 para 117.194 em 1980, significando um aumento de 11,28%. As áreas não utilizadas reduziram-se 92,67%. A área relativa às pastagens aumentou 13,95% entre 1970 e 1980 mantendo-se como o principal uso da terra, na medida que, em 1970, as pastagens ocupavam 59,95% da área total dos estabelecimentos rurais. A agricultura ocupava a segunda maior área, 40.194 hectares ou 34,20% da área total. Em relação a 1970, o aumento da área relativa à agricultura foi de 14.000 hectares, ou 34,83%.

Cabe entender que na década de 1980 Santa Cruz do Rio Pardo havia passado por um intenso processo de modernização agrícola, justificando a incorporação de novas áreas para plantio e pastagem. Por outro lado, a modernização dos processos produtivos desencadeou a diminuição de empregos na área rural, corroborada pela redução da população rural, discutida nesse capítulo. Apesar disso, observou-se que a área agrícola e ocupada pela pecuária aumentou na década de 1980 (tabela 35).

Em 1995 ocorreu a redução de -17,79% da área ocupada com pastagens comparavelmente a 1980. A área ocupada com agricultura também decresceu 8.071 hectares ou 20,08%. Porém, houve um aumento da área não utilizada, passando de 489 hectares em 1980 para 9.036 em 1995, significando em termos percentuais 94,58%.

⁵³ Nesse censo agropecuário notou-se metodologias diferentes para a exposição dos dados acerca da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais e da área referente a cada uso da terra, por essa razão houve diferenças quanto a área total dos estabelecimentos rurais.

Portanto tem-se a redução geral das áreas destinadas à alguma atividade econômica rural.

Quanto a 2006, houve um aumento da área relativa à agricultura, passando de 32.123 hectares em 1995 para 52.995 hectares em 2006, ou 39,38%. As áreas improdutivas eram 3.200 hectares e tornaram-se 1.068 hectares, representando uma diminuição de 66,62%. As áreas não utilizadas por sua vez, passaram por um aumento de 43,07%. Cabe ponderar que a utilização principal voltou a ser a agricultura, representando 50,77% da área total e as pastagens deixaram de ser o principal uso.

TABELA 35: Utilização das terras em Santa Cruz do Rio Pardo: 1960 - 2006

Atividade	1960		1970		1980		1995		2006	
	Área (ha)	Total (%)	Área (ha)	Total (%)	Área (ha)	Total (%)	Área (ha)	Total (%)	Área (ha)	Total (%)
Agricultura	30.698	26,94%	26.194	25,19%	40.194	34,20%	32.123	32,89%	52.995	50,77%
Pastagens	57.026	50,04%	62.378	59,99%	66.275	59,55%	48.546	49,71%	29.787	28,53%
Matas e florestas	10.419	9,14%	5.470	5,26%	3.678	3,13%	4.734	4,84%	4.659	4,46%
Não utilizadas	8.823	7,74%	6.678	6,42%	489	0,41%	9.036	9,25%	15.873	15,20%
Improdutivas	6.432	5,64%	3.248	3,12%	---	---	3.200	3,27%	1.068	1,02%
Total	113.948		103.968		117.194		97.639		104.382	

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1996, 2006).

Org: FERREIRA DIAS, 2019.

--dado não divulgado

Em 1960 o café havia atingido em Santa Cruz do Rio Pardo o maior patamar tanto em área cultivada quanto em produção. Comparativamente a 1950, a área plantada cresceu 47,93% e a quantidade produzida, 62,92%. O período também foi marcado pela maior produtividade dos pés de café, atingindo 900 kg por hectare. Por outro lado, de acordo com dados do censo agropecuário de 1960 (IBGE, 1960), o município era um dos maiores produtores⁵⁴ estaduais de café, sendo que esse gênero agrícola representava, no contexto municipal 66,82% da área cultivada. Justifica-se assim a baixa taxa de urbanização do período, 37,98%, na medida que a produção cafeeira empregava extensa mão-de-obra.

O milho ocupava a segunda maior área dentre os principais cultivos representando 19,08%. Por sua vez, a cana-de-açúcar ainda ocupava discreta área de

⁵⁴ Conforme dados do Censo Agrícola de 1960 (IBGE, 1960), os maiores produtores de café do estado de São Paulo eram: Garça (28.157 toneladas), São Manoel (22.033 toneladas), Adamantina (21.082 toneladas), Ipaussu (20.052 toneladas), Jaú (19.703 toneladas), Marília (19.136 toneladas), Oswaldo Cruz (18.905 toneladas) e Santa Cruz do Rio Pardo (18.186).

apenas 767 hectares gerando 43.260 toneladas, as quais passavam por processo industrial sendo transformada em açúcar na agroindústria Usina São Luiz, localizada em Ourinhos-SP. A produção de arroz era consumida localmente passando por processo de beneficiamento nas indústrias locais (Levantamento de Campo, 2018) No caso do feijão, o plantio também era direcionado ao consumo local. Em relação a soja apenas em 2006 esse cultivo tornou-se importante em Santa Cruz do Rio Pardo totalizando 26,45% da área plantada e produzindo 18.900 toneladas.

O cultivo de algodão era realizado nas terras menos férteis, porém sua produção tornou-se relevante apenas na década de 1980, pois foi plantado em 1.881 hectares, produzindo 2.184 toneladas. (Levantamento de Campo, maio de 2018).

O café tornou-se menos relevante tanto em área plantada quanto em relação à produção pois entre 1960 e 1970 a área cultivada reduziu-se -58,18% e a quantidade produzida, -76%. Comparando 1970 e 1980 acerca da quantidade produzida e a área cultivada, a redução foi de -40,20% e -50,52% respectivamente. Entre 1980 e 1995 a redução da área cultivada foi de -69,49% e da produção, -51,20%. Porém, entre 1995 e 2006 a área plantada aumentou 16% e a produção, 22,22%.

Entre 1960 e 1980 a redução da área plantada de café foi de 75% e a quantidade produzida diminuiu 88,15%. Nesse momento o cultivo de café deixou de ser a principal atividade econômica de Santa Cruz do Rio Pardo, embora não tenha sido extinta. Ao contrário, entre 1995 e 2006, ocorreu um pequeno crescimento da área plantada e da produção cafeeira. Porém, a partir da década de 1980 a área plantada e a produção cafeeira perderam destaque para as pastagens e posteriormente, para a cana-de-açúcar.

O período referente a diminuição da área plantada e da produção cafeeira coincide com a expansão do processo de urbanização (tabela 25). Por outro lado, o fim das atividades da ferrovia Sorocabana no município em 1966, com a desativação dos ramais de Santa Cruz do Rio Pardo e do distrito de Sodrélia, possivelmente relacionam-se com a diminuição da importância da atividade cafeeira no município.

Presentemente há em Santa Cruz do Rio Pardo a Café Vigui, que beneficia e industrializa café e a Zilli/SA, que realiza a torrefação de café e revende à Café Jaguarí de Ourinhos, sendo que essa empresa industrializa e comercializa o produto. O café é originário de Bernardino de Campos, Cerqueira César e principalmente Piraju, pois a produção cafeeira de Santa Cruz do Rio Pardo não atende a demanda dessas empresas. O setor não apresenta destaque em Santa Cruz do Rio Pardo pois emprega apenas 10 pessoas e a atuação das empresas é local (Levantamento de Campo, dezembro de 2018).

O cultivo de cana-de-açúcar em Santa Cruz do Rio Pardo foi identificado no censo de 1920 (BRASIL, 1920) conforme apontou-se na tabela 12. Entretanto a produção e a área destinada ao cultivo em tela mantiveram-se discretas até a década de 1990. De acordo com a tabela 36, entre as décadas de 1960 e 1970, o cultivo aumentou 63,38% quanto à área cultivada e 84,82% em relação a produção. Porém, nesse período, o café e o milho eram produtos de maior destaque na economia municipal.

Entre 1970 e 1980 a área ocupada pela cana-de-açúcar aumentou 73,77% e a produção 80,83%. O período coincide com alguns fatores: 1) inserção do Proálcool; 2) expansão das atividades da Usina São Luiz em Ourinhos, sendo que parte da matéria-prima era oriunda de Santa Cruz do Rio Pardo; 3) processo de modernização agrícola; 4) diminuição da área ocupada pelo café. Os fatores citados serão discutidos no capítulo 4.

Embora o milho ocupasse áreas maiores nesse período (tabela 36), a cana-de-açúcar passou a configurar uma atividade econômica importante no município, tornando-se o principal produto agrícola de Santa Cruz do Rio Pardo em 1996, quando atingiu 46,23% da área cultivada, produzindo 1.134.000 toneladas. Em 2006 a área plantada de cana-de-açúcar representava 50,41% e a produção atingiu 1.182.720 toneladas.

O milho manteve-se como o segundo principal produto agrícola e 2006 ocupava 41,68% da área cultivada. Conforme se discute no capítulo 5, o milho produzido é em parte vendido à indústria de ração para cães e gatos Special Dog e para outros compradores, a fim de ser utilizado na indústria alimentícia. Quanto à cana-de-açúcar, a produção constitui parte da matéria-prima utilizada pelas agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar Usina São Luiz (Ourinhos) e Agrest (Espírito Santo do Turvo).

TABELA 36: Área e quantidade produzida dos principais cultivos agrícolas em Santa Cruz do Rio Pardo: 1960 - 2006

Principais Culturas	1960		1970		1980		1996		2006	
	Área (ha)	Qtde (T)	Área (ha)	Qtde (T)	Área (ha)	Qtde (T)	Área (ha)	Qtde (T)	Área (ha)	Qtde (T)
Café	16.393	18.168	6.853	4.350	4.098	2.152	1.250	1.050	1.500	1.350
Milho	4.681	5.494	8.278	13.452	12.245	24.133	12.095	26.760	11.030	42.726
Cana-de-açúcar	767	43.260	2.095	128.085	7.988	668.177	12.600	1.134.000	13.340	1.182.720
Soja	0	0	0	0	4.290	8.527	0	0	7.000	18.900
Feijão	1.113	535	1.160	412	705	336	650	560	300	600
Algodão	823	434	154	102	1.441	2.184	100	179	93	209
Arroz	1.133	1.590	4.052	2.951	2.166	1.797	600	250	200	320
Área total	24.530		22.592		32.933		27.250		26.463	

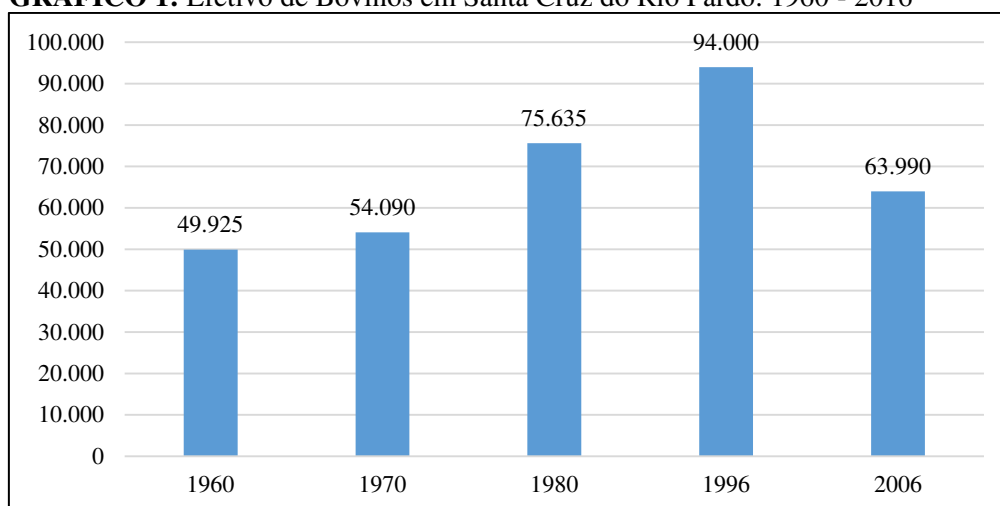
Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1995, 2006).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

O aumento das áreas de pastagens coincidiu com o crescimento da pecuária em Santa Cruz do Rio Pardo. Em 1950 havia 29.739 cabeças e em 1960, 49.925 cabeças, um crescimento de 40,43%. O crescimento do setor continuou em 1970, atingindo 54.090 cabeças, um aumento de 7,70%. Em 1980 a ampliação da área relativa às pastagens atrela-se ao crescimento de 28,48% da quantidade de cabeças, ou 75.635 animais.

Em 1996 ocorreu um aumento de 19,82% quanto ao número de cabeças. Apesar do período ser marcado pela redução das áreas de pastagens, houve a inauguração em 1991 do frigorífico Itajara, o qual abatia bovino locais. Com isso, a finalidade da criação de animais deixou de ser pecuária leiteira e passou a ser a criação de bovinos para corte (Pesquisa de Campo, junho de 2018). Em 2006, ocorreu uma redução na área referente as pastagens e também da quantidade de animais, devido ao avanço do plantio da cana-de-açúcar, conforme nota-se na tabela 36.

GRÁFICO 1: Efetivo de Bovinos em Santa Cruz do Rio Pardo: 1960 - 2016



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1995, 2006).
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

No caso de Chavantes, as análises acerca das atividades econômicas desenvolvidas na área rural referem-se aos anos de 1960 a 1980, devido ao fato de que Canitar ainda era um distrito no período citado. Chavantes é um município pequeno com área territorial de 24.600 hectares. Conforme a tabela 37, em 1960, os estabelecimentos rurais somavam 22.001 hectares ou 89,44% da área territorial total. A condição de arrendatários (2,47%), administrador (0,92%) e ocupante (0,20%) ocupavam as menores áreas por condição do produtor; prevalecendo a condição de proprietário, ocupando 96,39%.

Em 1970 não havia área relativa à condição de ocupante, mas os arrendatários somavam 3,79%. Porém a quantidade de estabelecimentos rurais também aumentou 8,96% em relação a 1960. Em 1970 também ocorreu um aumento de 88,98% da área referente aos administradores. Em relação aos proprietários, embora a participação houvesse passado de 96,39% em 1960 para 88,57% em 1970, em termos reais a área não diminuiu porque aumentou a área total utilizada pelos estabelecimentos rurais.

Em 1980 tem-se uma diminuição de -7,27% em relação a área total relativa aos estabelecimentos rurais, e, conseqüentemente, a condição de administrador passou por redução de -92,24% e os arrendatários -59,80%. Em contrapartida ocorreu a inserção da condição de ocupante e a área relativa aos proprietários aumentou 2,12%. Portanto, o que se nota é que em relação à área total dos estabelecimentos por condição do produtor, manteve-se o predomínio da condição de proprietários rural.

TABELA 37: Condição do Produtor Rural e área total dos estabelecimentos rurais de Chavantes: 1960 - 1980

Condição do Produtor	1960		1970		1980	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área(ha)	%
Proprietários	21.208	96,39%	21.407	88,57%	21.872	97,60%
Arrendatários	544	2,47%	917	3,79%	368	1,64%
Ocupantes	46	0,20%	0	0	26	0,11%
Administradores	203	0,92%	1.843	7,62%	143	0,63%
Área total dos estabelecimentos (ha)	22.001		24.167		22.409	

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Considerando a tabela 38 em relação ao tamanho dos estabelecimentos rurais de Chavantes, nota-se que em 1960 eram numerosos aqueles com tamanho entre 10 e 50 hectares, totalizando 68,47%. Porém as maiores áreas eram ocupadas pelos estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares, somando 63,09% da área total (tabela 39). Na década de 1970 o tamanho de estabelecimento rural menor que 10 hectares era prevalente e somava 55,61% do total. Porém as maiores áreas ocupadas referiam-se aos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, somando 46,65% do total. Em 1980, o tamanho de estabelecimento rural prevalente era aquele entre 10 e 50 hectares somando 49,59% do total, embora as maiores áreas, a exemplo das décadas anteriores, referissem-se à categoria maior que 1.000 hectares representando 55,46% da área total.

Ao analisar as tabelas 38 e 39 conclui-se que a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Chavantes pouco alterou-se entre 1960 e 1980 e, embora os estabelecimentos rurais de menor tamanho fossem mais numerosos, os mesmos ocupavam pequena parcela da área total.

TABELA 38: Quantidade de estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional, em Chavantes: 1960 - 1980.

Grupos de Área	1960		1970		1980	
	n°	%	n°	%	n°	%
Menos de 10	23	12,5%	198	55,61%	17	13,82%
10 a 50	126	68,47%	134	37,64%	61	49,59%
51 a 100	15	8,15%	14	3,93%	12	9,75%
101 a 500	14	7,60%	13	3,65%	19	15,44%
501 a 1.000	2	1,08%	7	1,96%	10	8,13%
Mais de 1.000	4	2,17%	3	0,84%	4	3,25%
total	184		356		123	

Fonte: Censos Agropecuário, IBGE (1960, 1970, 1980).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

TABELA 39: Área dos estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional em Chavantes: 1960 - 1980

Grupos de Área	1960		1970		1980	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Menos de 10	150	0,68%	958	3,94%	127	0,56%
10 a 50	3.188	14,49%	2.797	11,51%	516	2,30%
51 a 100	1.069	4,85%	923	3,80%	874	3,90%
101 a 500	2.053	9,33%	3.740	15,40%	3.588	16,01%
501 a 1.000	1.660	7,54%	4.535	18,67%	4.875	21,75%
Mais de 1.000	13.881	63,09%	11.329	46,65%	12.429	55,46%
Área total (ha)	22.001		24.282		22.409	

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE (1960, 1970, 1980).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Quanto ao uso da terra em Chavantes (tabela 40), em 1960 predominava a agricultura, ocupando 59,20% da área total. As áreas não utilizadas representavam 0,66% da área total dos estabelecimentos rurais, terras improdutivas 4,45%, matas e florestas, 6,49%. Acerca da pastagem, a área ocupada representava 29,18% da área total, porém a atividade pecuária era discreta se comparada à Santa Cruz do Rio Pardo, na medida que havia 4.916 animais, atendendo a demanda local por carne, leite e derivados.

Em 1970, a pecuária tornou-se mais relevante no âmbito municipal, aumentando a quantidade de cabeças em 40,04%. O fato foi concomitante ao aumento de 22,05% da área relativa às pastagens. Por outro lado, a área relativa à agricultura aumentou 12,14%, se comparado a 1960, e, embora tenha ocorrido mudanças quanto aos gêneros

alimentícios cultivados (tabela 41), a atividade econômica manteve-se importante na economia municipal. Em 1980 a agricultura se manteve como o principal uso da terra em Chavantes e a área relativa as pastagens apresentou redução de 6,69%, porém o número de animais relativos à pecuária aumentou, totalizando 8.363 cabeças.

TABELA 40: Utilização das terras em Chavantes:1960 - 1980

Atividade	1960		1970		1980	
	Área (ha)	Total (%)	Área (ha)	Total (%)	Área (ha)	Total (%)
Agricultura	13.025	59,20%	14.825	61,05%	13.172	58,77%
Pastagens	6.421	29,18%	8.238	39,92%	7.414	33,08%
Matas e florestas	1.428	6,49%	1.077	4,45%	539	2,40%
Não utilizadas	147	0,66%	142	0,58%	169	0,75%
Improdutivas	980	4,45%	---	---	1.115	4,97%
Total	22.001		24.282		22.409	

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1960, 1970, 1980).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

--dado não divulgado.

O café era o principal produto cultivado em Chavantes em 1960, conforme se nota na tabela 41 abrangendo 98,5% da área relativa aos principais cultivos e a produção de 14.034 toneladas tornava Chavantes um dos principais produtores estaduais. A abrangência da atividade cafeeira justifica a baixa taxa de urbanização 33,37% (IBGE, 1960), pois essa atividade econômica demandava bastante mão-de-obra. Diferentemente de Santa Cruz do Rio Pardo, durante a década de 1960, Chavantes pautava sua economia quase exclusivamente no cultivo de café, demonstrando menor diversificação produtiva e pouca importância do comércio varejista, atacadista e da indústria.

Na década de 1970 a área ocupada pelo café decresceu 28,98%, porém, a maior mudança foi quanto a quantidade produzida, cuja redução foi de 93,38%. Em realidade ocorreu uma brusca queda da produtividade dos cafeeiros passando de 1.796 toneladas por hectare em 1960 para 167 kg por hectare, sendo exaurimento do solo um dos possíveis problemas. Assim, em 1970 ocorreu o crescimento da área relativa ao cultivo de milho e também da produção do mesmo de 96,24% e 67,33%, respectivamente. Outra mudança refere-se à inserção do cultivo de cana-de-açúcar, ocupando a maior área dentre os principais cultivos, 46,13%, produzindo 335.369 toneladas de cana-de-açúcar.

Em 1980 o café continuou decrescendo quanto à área produzida, -75,21% e também em relação à produção, -53,87%. Porém, a cana-de-açúcar também passou por redução perante 1970, sendo que a área cultivada diminuiu 3.449 hectares e a produção, 2.634 toneladas. De maneira semelhante o milho também sofreu redução de 56,05% quanto à área cultivada e 45,71%, em relação à quantidade produzida.

A década de 1980 foi marcada pela redução das áreas utilizadas para fins agrícolas e também pecuários, indicando que a severa queda da produção cafeeira teria trazido problemas econômicos aos produtores rurais, impedindo novos investimentos produtivos.

TABELA 41: Área e quantidade produzida dos principais cultivos agrícolas em Chavantes: 1960 - 1980

Principais Culturas	1960		1970		1980	
	Área(ha)	Qtde (T)	Área(ha)	Qtde (T)	Área(ha)	Qtde (T)
Café	7.812	14.034	5.548	928	1.375	428
Milho	122	1.882	3.252	5.762	1.429	3.128
Cana-de-açúcar	0	0	8.084	335.369	4.635	267.386
Arroz	0	0	640	450	115	105
Área total dos principais produtos agrícolas	7.934		17.524		7.554	

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980).

Org: Ferreira DIAS, F., 2019.

Canitar é um pequeno município, cujo tamanho territorial soma 5.700 hectares. Em 1996, conforme observa-se na tabela 42, a área total dos estabelecimentos rurais somava 5.654 hectares; portanto, depreende-se que sua sede urbana é bastante diminuta. Em 1996 havia apenas dois tipos de produtores rurais em Canitar, os arrendatários, cuja área somava 13,30% e os proprietários, cujos estabelecimentos rurais reuniam 86,69% da área total. Em 2006 (IBGE, 2006), a condição de arrendatário passou por redução, sendo que os proprietários ocupavam 99,96% da área total relativa aos estabelecimentos rurais.

TABELA 42: Condição do Produtor Rural e área total dos estabelecimentos rurais de Canitar: 1996 - 2006

Condição do Produtor	1996		2006	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Proprietários	4.902	85,58%	5.082	99,96%
Arrendatários	752	13,30%	54	1,05%
Ocupantes	0	0	0	0
Administradores	0	0	0	0
Área total dos estabelecimentos (ha)	5.654		5.136	

Fonte: IBGE (1996, 2006).

Org: FERREIRA DIAS, 2019.

Acerca da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais (tabela 43), em 1996 havia 63 unidades, sendo que 32 (50,79%) eram relativos aos estabelecimentos rurais entre 10 e 50 hectares. Os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares somavam somente 1,58% do total. A área ocupada pelos estabelecimentos entre 10 e 50 hectares (tabela 44) totalizava 11,47% da área total e os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares representavam 52,98% da área total. Portanto, os pequenos estabelecimentos rurais eram maioria em 1996, porém a área ocupada pelos mesmos era irrisória.

TABELA 43: Quantidade de estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional, em Canitar: 1996 - 2006.

Grupos de Área	1996		2006	
	nº	%	nº	%
Menos de 10	24	38,09%	16	51,61%
10 a 50	32	50,79%	14	43,40%
51 a 100	1	1,58%	0	0
101 a 500	3	4,76%	1	3,22%
501 a 1.000	2	3,17%	0	0
Mais de 1.000	1	1,58%	1	3,22%
total	63		31	

Fonte: Censos Agropecuário, IBGE (1960, 1970, 1980).
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Em 2006 intensificou-se o processo de concentração de terras, na medida que a quantidade de estabelecimentos rurais diminuiu 50,79% (tabela 43). Nota-se que os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares eram prevalentes, totalizando 51,61%, porém a área ocupada pelos mesmos somava apenas 1,61%. A concentração de terras referia-se ao fato de existir 1 estabelecimento rural com mais 4.154 hectares, o qual representa 80,80% da área relativa aos estabelecimentos rurais de Canitar (tabela 44).

TABELA 44: Área dos estabelecimentos rurais quanto à estrutura dimensional, em Canitar: 1996 - 2006

Grupos de Área	1996		2006	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Menos de 10	117	2,06%	83	1,61%
10 a 50	649	11,47%	399	7,76%
51 a 100	120	2,12%	0	0
101 a 500	483	8,54%	500	9,73%
501 a 1.000	1.289	22,79%	0	0
Mais de 1.000	2.996	52,98%	4.154	80,88%
Área total (ha)	5.654		5.136	

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE (1960, 1970, 1980).
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

De acordo com a tabela 45, a agricultura era a utilização da terra predominante em 1996, representando 82,11% do total. As terras improdutivas somavam 0,07%, não utilizadas 3,92%, matas e florestas 1,76% e as pastagens 12,00%. Acerca das pastagens, a pecuária era pouco relevante pois havia apenas 1.250 animais. Em 2006 a área relativa à pastagem foi reduzida para somente 163 hectares bem como a quantidade de animais, reduzindo-se para 553. Desse modo, a área destinada à agricultura aumentou 3,36%.

TABELA 45: Utilização da terra em Canitar: 1996 - 2006.

Atividade	1996		2006	
	Área (ha)	Total (%)	Área (ha)	Total (%)
Agricultura	4.649	82,22%	4.811	93,67%
Pastagens	679	12,00%	163	3,17%
Matas e florestas	100	1,76%	102	1,98%
Não utilizadas	222	3,92%	33	0,64%
Improdutivas	4	0,07%	27	0,52%
Total	5.654		5.136	

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1996, 2006).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

É importante frisar que a única atividade agrícola importante tanto em área ocupada quanto em quantidade produzida, considerando o período entre 1996 e 2006 é o cultivo de cana-de-açúcar. Em 1996 foram produzidas 125.000 toneladas em uma área de 2.250 hectares (IBGE, 1996). No ano de 2006 foram produzidas 285.882 toneladas de cana-de-açúcar em 2.365 hectares, representando um aumento de 56,27% e 4,86% respectivamente.

Na década de 1960 Chavantes apresentava o predomínio do cultivo do café tanto em área plantada quanto em quantidade produzida, não havendo outra produção de destaque. O café significava a base da economia municipal, pois os setores secundário e terciário não eram relevantes. A estação ferroviária de Chavantes servia para o escoamento do cultivo de café, presente em quase todo o município e o ramal Fortuna, localizado na fazenda de mesmo nome também tinha a função semelhante. A fazenda produzia grandes montantes de café, justificando a presença do ramal e também o desenvolvimento de uma vila, que deu origem a Canitar. Apesar da produção e da área ocupada pelo café em Chavantes ter começado a diminuir na década de 1970, sendo substituída pela cana-de-açúcar e milho, a estação da Sorocabana continuou existindo tanto em Chavantes, quanto no ramal Fortuna (Canitar) (Levantamento de Campo, 2016).

Durante a década de 1980 ocorreu em Chavantes a diminuição da quantidade produzida quanto ao café, milho e cana-de-açúcar, assim como a área destinada a esses cultivos. Notou-se o aumento das terras improdutivas e uma pequena variação quanto a área destinada às pastagens. Em suma, Chavantes continuou apresentando sua economia atrelada a poucos cultivos agrícolas, sem uma pecuária destacada e com atividades urbanas que atendiam mormente a população local.

No momento em que Canitar foi emancipado havia o predomínio do cultivo da cana-de-açúcar sendo que o Censo Agropecuário (IBGE, 1996) apontava que a área ocupada pelo cultivo em tela somava 2.250 hectares, ou 40% da área total do município. Na década seguinte ocorreu o aumento da área destinada a esse cultivo (2.365 hectares) e também do total produzido (285.882 toneladas), caracterizando-se como um município que pauta sua economia no cultivo da cana-de-açúcar.

Canitar ao ser desmembrado de Chavantes apresentou um rápido processo de urbanização, no qual parte da população rural passou a residir na cidade, porém mantendo-se trabalhando no campo na condição de boia-fria uma vez que a única atividade econômica expressiva desse município é o plantio de cana-de-açúcar. Por outro lado, as atividades econômicas urbanas se mostraram bastante restritas, em decorrência da baixa renda da população local. A partir dessas considerações, no capítulo 4 discute-se a dinâmica relacionada a aparente pobreza de Canitar relacionado à participação do município na cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Acerca de Santa Cruz do Rio Pardo, tem-se um município extenso, no contexto do estado de São Paulo e que até a década de 1950 apresentou uma economia amplamente ligada ao setor primário, mostrando diversificação quando aos itens cultivados e, diferentemente de Chavantes e Canitar, a presença expressiva da pecuária relativa ao gado bovino. Nas décadas seguintes desenvolveu-se paulatinamente um mercado consumidor local, criando-se assim um comércio mais diversificado perante Canitar, sendo atualmente um setor destacável nessa cidade.

Por outro lado, a modernização da agricultura em Santa Cruz do Rio Pardo trouxe como consequência o fato de que parte dos antigos produtores rurais passaram a investir em atividades industriais, ou seja, tem-se um processo de transferência de capital do âmbito rural para o urbano, criando a partir de então, indústrias de capital local atreladas ao setor alimentício.

No momento atual a produção agrícola ocupa a maior área em Santa Cruz do Rio Pardo, sendo a cana-de-açúcar o principal cultivo. O café, plantio que impulsionou

a ocupação desse município ocupa pequena área e não se configura como uma atividade econômica relevante. O cultivo de milho, soja e a criação de gado bovino são as demais atividades econômicas desenvolvidas no âmbito rural.

A cana-de-açúcar ocupa maiores extensões de terra e resulta em maior produção do que Canitar, porém diferentemente desse município, Santa Cruz do Rio Pardo possui um importante setor terciário e principalmente secundário, atrelado à indústria alimentícia, sobretudo do beneficiamento de arroz conforme discute-se no capítulo 5.

Mediante às leituras da bibliografia⁵⁵ sobre a temática discutida no presente trabalho, observações empíricas, análise dos REGIC, pesquisas em documentos estatísticos principalmente do IBGE, bem como outras fontes bibliográficas, compreende-se que as transformações pela qual a rede urbana de Ourinhos passaram são resultados diretos das mudanças na divisão territorial do trabalho, ocasionadas pela modernização da agricultura e pela mundialização do capital, o qual passou a apresentar maior mobilidade, bem como as importantes iniciativas empresariais de cunho local.

O que se observa é que os municípios estudados têm origem na formação socioespacial da grande propriedade, passaram, na primeira parte do século XX por um processo de fragmentação das grandes propriedades rurais, e a partir da década de 1970 tem-se um processo de concentração de terras oriundo dos desdobramentos da modernização da agricultura e da expansão do cultivo da cana-de-açúcar.

Santa Cruz do Rio Pardo permaneceu como um centro de zona ao passo que Canitar, ao desmembrar-se de Chavantes, manteve-se como um centro local. Porém, se do ponto de vista dos resultados apontados pelo REGIC (IBGE, 1972, 1978, 1993 e 2008) não houve mudanças funcionais, as discussões apresentadas nesse trabalho apontam que a inserção dessas cidades na atual rede urbana não ocorreu de maneira igual, conforme discutira-se nos capítulos 4 e 5.

⁵⁵ Como opção metodológica, pauta-se a análise a partir da bibliografia produzida nacionalmente.

4 – O AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR E AS PEQUENAS CIDADES



Foto: Vista Parcial da Rua Joaquim Bernardes Mendonça em Canitar, junho de 2018.
Fonte: a autora.

Esse capítulo discute a dinâmica rural-urbana no período atual em Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar. Considera-se como elemento norteador, a inserção do agronegócio da cana-de-açúcar na área de estudo.

O subcapítulo 4.1 aborda a modernização do campo, atrelada à efetivação do agronegócio, apresentando os aspectos gerais desse processo. No subcapítulo 4.2 discute-se a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, analisando o cultivo do mesmo, os aspectos técnicos que passam pelo plantio à industrialização, considerando os produtos mais relevantes do ponto de vista econômico, o açúcar e o etanol e a logística de escoamento da produção da agroindústria.

No subcapítulo 4.3 se discute as relações da expansão do cultivo de cana-de-açúcar nos municípios estudados. No subcapítulo 4.4 discute-se o orçamento municipal em Canitar cuja atividade econômica principal, o plantio da cana-de-açúcar e seu processamento industrial, não gera receitas econômicas relevantes existindo dependência econômica de outras esferas governamentais.

4.1- Agronegócio: diferentes perspectivas

A discussão teórica relativa ao agronegócio no âmbito brasileiro, apresenta posicionamentos teóricos distintos⁵⁶, sendo um tema discutido pela Sociologia, Administração, Geografia, dentre outras ciências.

O objetivo desse subcapítulo é a discussão conceitual do agronegócio e os desdobramentos econômicos do mesmo, considerando a dinâmica rural-urbana. Na análise da inserção do agronegócio associado às pequenas cidades, optou-se por discutir o mesmo enquanto uma atividade econômica atrelada à modernização da agricultura. De outro modo, analisa-se o agronegócio na perspectiva de uma atividade que trouxe mudanças econômicas e sociais, para as pequenas cidades e na rede urbana.

A modernização da agricultura não ocorreu em todo o Brasil de forma uniforme bem como o agronegócio não é presente em todo o país, coexistindo, de acordo com

⁵⁶ Parte da discussão atrelada ao agronegócio engloba os problemas e contradições os quais envolvem: 1) a concentração de terras e os conflitos sociais no campo; 2) os problemas ambientais relativos à intensa mecanização agrícola e ao uso de agrotóxicos; 3) o destino dos resíduos oriundos do processo industrial atrelado ao agronegócio; 4) a contradição do aumento do PIB e das finanças relativas à balança comercial brasileira, mas que não gera distribuição de renda; 5) a agricultura familiar frente ao agronegócio. Há ampla bibliografia acerca da temática, podendo citar: Graziano (1982), Elias (2006), Oliveira (2013, 2015), Barreto & Tomaz (2015), Mançano (2017).

Gonçalves & Souza (2008), uma agropecuária de subsistência⁵⁷, com intensidade de inovação tecnológica reduzida e uma agricultura industrializada, cujo processo de inovação tecnológica e ampliação da produção através de cadeias produtivas cria uma complexa rede de negócios. A agricultura industrializada, com extenso uso de tecnologia insere-se principalmente no Centro-Sul do país, destacando-se o estado de São Paulo, onde predomina a agricultura industrializada associada à lavoura de monocultura, trazendo assim especificidades, oriundas das diferentes situações produtivas (GONÇALVES et al, 2009).

De acordo com Graziano (1996), o processo de modernização da agricultura, ao qual vincula-se o agronegócio, efetivou-se na segunda metade do século XX, mediante à transformação da base técnica, via inovações agrônômicas, biológicas, físico-químicas e criação dos Complexo Agroindustrial (CAI)⁵⁸.

A agricultura industrializada, cujo agronegócio é a expressão máxima, dispôs-se conforme Gonçalves (2003), no denominado padrão texano⁵⁹, compreendendo intenso uso de capital, economia de escala, mecanização de processos e produtos com baixo valor unitário, contrariamente ao padrão californiano, pautado no agronegócio familiar mais intensivo em trabalho que em capital, produtos com alto valor unitário e com diferenciação pela qualidade. Nesse sentido, o Brasil apresenta-se como uma liderança na agricultura de *commodities*, devido às políticas voltadas ao padrão texano, apresentando política de qualidade dos produtos e atenção a padrões e gestão de riscos agronômicos de mercado.

Essas transformações na base técnica e produtiva, com o intuito de melhorar a produtividade e qualidade dos produtos foram os elementos iniciais para o desenvolvimento do agronegócio, ou seja, a produção em larga escala integrada à indústria, motivada pelo aumento da demanda internacional em determinados *commodities*. Matos & Pessoa (2011) adicionam também como base da criação do agronegócio, a integração dos capitais industriais, agrários, bancários, financeiros.

⁵⁷ Os autores esclarecem que a agropecuária é a produção primária em lavouras e criações, sendo que a agricultura envolve um sentido setorial mais amplo. A agricultura associa-se à agroindústria e aos agrosserviços, formando assim a cadeia da produtiva do agronegócio (GONÇALVES & SOUZA, 2008).

⁵⁸ Para Erthal (2006) os complexos ou sistemas agroindustriais envolvem a associação das atividades agrícolas à industrialização, a intensificação da divisão territorial do trabalho, substituição de importações e especialização da agricultura. O CAI teve início na segunda metade do século XIX efetivando-se na segunda metade do século XX.

⁵⁹ A lavoura texana foi inserida no oeste americano em um local considerado inóspito, similar a soja no cerrado brasileiro, necessitando também de modernização dos processos produtivos. No caso brasileiro foi necessário entender como produzir em solos ácidos (GONÇALVES, 2003).

O governo brasileiro contribuiu para a efetivação da modernização agrícola e pecuária, mediante a criação de órgãos de pesquisa agropecuária, notadamente a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Agropecuária)⁶⁰, responsável pelo desenvolvimento de pesquisas em diferentes segmentos da agricultura e pecuária, com vistas ao aumento da produtividade, da qualidade e da expansão da produção. De acordo com Gonçalves (2003) essas pesquisas científicas tinham o objetivo de criar variedades e cultivares que apresentassem boa rentabilidade perante os insumos desenvolvidos.

Conforme Espíndola (2012 b), o período entre 1970 e 1980 refere-se a uma intensa mecanização de processos produtivos e aumento do uso de insumos, desencadeando uma nova divisão territorial do trabalho. Com isso cresceu a necessidade de modernização do território o qual o Estado conseguiu paulatinamente suprir as demandas:

[...] por sua vez, as difusões das inovações alteraram a organização espacial, pois certas áreas do espaço geográfico podem destinar-se a produzir, outras a processar e outras a consumir, bem como novas áreas podem ser incorporadas por processos produtivos [...] (ESPÍNDOLA, 2012 b, p. 90).

De acordo com Espíndola (2015) a expansão⁶¹ do agronegócio data do período neoliberal da década de 1990, momento em que o governo brasileiro objetivou gerar superávit na balança comercial via venda de *commodities*, a fim de pagar a crescente dívida externa brasileira. Por outro lado, o Brasil mostrava-se atrativo à expansão capitalista no âmbito da agricultura por se tratar de um país com dimensões continentais e que reunia elementos climáticos, pedológicos, geomorfológicos e hídricos bastante favoráveis à produção das mais diversas *commodities*⁶² (GRAZIANO, 1996).

⁶⁰ Criada em 26/04/1973 e vinculada ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Apresenta unidades regionais voltadas a pesquisa em busca de melhorias no manejo, qualidade de sementes e plantas, insumos e produtividade, considerando as especificidades locais. Exemplo disso é a unidade Embrapa soja em Londrina (PR).

⁶¹ Espíndola (2015) aponta que o agronegócio da soja foi consolidado na década de 1980, devido ao aumento da demanda por grãos, farelos, óleos para o mercado interno e externo. Na década de 2000, o Brasil tornou-se o segundo maior exportador mundial, motivado pelo aumento da demanda chinesa e do consumo interno de carne, sendo o farelo de soja usado para produzir ração destinada aos animais que seriam abatidos. Também, o crescimento do agronegócio de carne de frango, refere-se de acordo com Espíndola (1999), às mudanças nos hábitos alimentares e ao processo de urbanização brasileiro.

⁶² Para Lazzarini (2013), as *commodities* são produtos padronizados e não-diferenciados, normalmente utilizados como bens intermediários ou insumos em cadeias produtivas. Desse modo, as *commodities* são bens diretamente originados da natureza como minérios, produtos agropecuários, florestais, e seus derivados, a partir de algum grau de processamento industrial, sendo que de acordo com Prates (2007) as *commodities* são classificadas em metálicas, industriais e alimentícias.

Para Espíndola & Medeiros (2006), a agricultura em si não tem mais sentido prático, devido à alta produtividade apresentada pelo agronegócio, e pelo fato de que, além das substanciais exportações e ganhos na balança comercial brasileira, abastece também o mercado interno. Para os autores, o problema do agronegócio seria o controle patrimonial, concentração de capital bem como a desnacionalização de vários setores, com o domínio de oligopólios.

As inovações no processo produtivo desencadearam o emprego de novas tecnologias as quais substituem, principalmente na produção em alta escala a qual se vincula o agronegócio, o uso intensivo de mão-de-obra. Essa mobilidade não se restringe apenas ao capital produtivo, mas cada vez mais ao financeiro, uma vez que é recorrente a financeirização da produção relativa ao agronegócio ao passo que os proprietários muitas vezes são grupos econômicos e investidores (GONÇALVES et al, 2009).

Observa-se ainda a expansão⁶³ do agronegócio brasileiro, com o aumento da participação das commodities no âmbito das exportações brasileiras. O relatório do Banco Central para o ano de 2015 apontou que a produção agropecuária brasileira cresceu 1,8%, motivada pela ampliação da produção de *commodities* oriundos da cana-de-açúcar, soja e milho. Já as *commodities* energéticas tiveram seus preços aumentados em 100% nas últimas décadas em decorrência do aumento do preço do petróleo e também pelo aumento do consumo, principalmente por conta da intensificação da industrialização da China (JANK, 2013).

Para Graziano (1996) a modernização da agricultura não beneficiou o pequeno produtor na medida que havia o crescimento da escala mínima de produção e por outro lado ocorreu a integração com os setores modernos (indústrias fornecedoras, informática, telecomunicações máquinas, equipamentos, etc.). Do mesmo modo, na década de 1980, o governo brasileiro deixou de priorizar o crédito subsidiado, inviabilizando que os pequenos produtores realizassem investimentos tecnológicos, a fim de inserirem-se na agricultura industrializada (GONÇALVES, 2003).

O termo agronegócio, oriundo do *agrobusiness* americano, foi difundido a partir da década de 1980, associado à mecanização do processo produtivo no âmbito rural, sendo caracterizado por grande racionalidade no processo produtivo:

⁶³ A exportação de *commodities* encontra críticos que apontam o suposto baixo conteúdo tecnológico, caso de Abreu (2002), ao passo que De Negri (2005) e Lazzarini (2013) destacam que parte das *commodities* agregam elevado nível tecnológico no processo produtivo.

Agrobusiness é uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial realizada, antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie de novo setor de atividade econômica [...] (DELGADO, 2000, p.58).

Conforme Delgado (2000), o agronegócio refere-se à junção de diferentes atividades produtivas diretamente ligadas à industrialização de produtos oriundos da agropecuária, associada à comercialização da produção. Portanto, não se trata apenas da produção *in natura*, uma vez que o processo produtivo envolve uma ampla cadeia de produção a qual apresenta especificidades conforme a *commoditie* produzida, pois se utiliza diferentes tecnologias empregadas desde o plantio, industrialização dos produtos, escoamento produtivo e comercialização.

Assim, o agronegócio engloba diferentes setores da economia, tais como bancos, indústrias de produtos agrícolas (fertilizantes, adubos e rações, no caso da pecuária) e indústrias que produzem maquinários agrícolas. De outro modo, o agronegócio é a fusão entre a indústria e a agropecuária, sendo o primeiro na forma da agroindústria associado ainda aos insumos agrícolas, máquinas e implementos (DELGADO, 2000).

Oliveira (2013) aponta que o agronegócio é sinônimo de produção direcionada ao mundo, sendo um mercado regulado internacionalmente denominado pelo autor como agricultura capitalista. Portanto, o agronegócio consiste em negócios no setor da agropecuária, compreendendo tudo o que abrange desde a fabricação dos insumos essenciais, produção agrícola e os procedimentos que envolvem a produção até chegar ao consumidor final (BIALOSKORSKI NETO, 1994).

Gonçalves (2003) esclarece que a agricultura atual deve ser entendida a partir de uma realidade pautada em setores, uma vez que há: 1) bens de capital e insumos; 2) agropecuária; 3) processamento e distribuição. Por outro lado, elimina-se a separação entre rural e urbano, uma vez que na agricultura rural-urbana: a) parcela expressiva da população economicamente ativa (PEA) mora na cidade; b) atividades feitas no campo não são comuns à agropecuária, mas são comuns à agricultura (ecoturismo, turismo rural); c) pequenos municípios do interior são rurais pela debilidade do urbano; d) - a agricultura é mais ampla que a agropecuária.

A crescente especialização produtiva atrelada ao agronegócio e as diferentes agroindústrias, desenvolveu os denominados agrosserviços ou as inovações agronômicas e gerenciais do agronegócio, uma vez que a agropecuária não pode ser considerada um setor puro e simples pois tem-se a emancipação de tarefas produtivas atreladas à cadeia

produtiva. Assim, a agricultura tornou-se composta por agroindústrias e agrosserviços, tendo fim os limites impostos pelas fazendas e os bancos rurais. Por outro lado, as mudanças no processo produtivo levaram a criação de novos segmentos produtivos setoriais, os quais ultrapassaram os limites da agropecuária (GONÇALVES, 2005).

Conforme Gonçalves (2005), associado aos agrosserviços há as agroindústrias de bens de capital da agricultura, as quais fornecem os insumos e instrumentos necessários à produção biológica, expostos no quadro 4.

QUADRO 4: Agroindústrias de bens de capital

AGROQUÍMICOS , que compreendem quatro agroindústrias diferenciadas, cada qual com respectivas plantas industriais	<ul style="list-style-type: none"> - Agroindústria de fertilizantes - Agroindústria de corretivos - Agroindústria de defensivos - Agroindústria de embalagens e acondicionamento
AGROBIOLOGIA , que compreende quatro agroindústrias diferenciadas, cada qual com respectivas plantas industriais:	<ul style="list-style-type: none"> - Agroindústria de alimentação animal - Agroindústria de sementes - Agroindústria de mudas - Agroindústria de reciclagem e aproveitamento de resíduos - Agroindústria de defensivos biológicos
AGROMECHANICA , que compreende cinco agroindústrias responsáveis pela mecanização e automação de processos da agricultura	<ul style="list-style-type: none"> - Agroindústria de tratores e implementos - Agroindústrias de equipamentos agropecuários - Agroindústria de colhedoras - Agroindústria de sistemas de irrigação - Agroindústrias de equipamentos de processamento - Agroindústria de equipamentos de beneficiamento - Agroindústria de equipamentos para armazenamento

Fonte: Gonçalves (2005).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

As agroindústrias de bens de capital fomentam a efetivação do agronegócio na medida que produzem os elementos necessários para que as mesmas possam realizar seus processos produtivos. As agroindústrias agroquímicas apresentam o papel de disponibilizar os insumos químicos necessários à manutenção do padrão de qualidade dos produtos, fator imprescindível principalmente no caso da produção de *comodities*, sendo que a redução de custos produtivos perpassa a excelência do ponto de vista químico. As agroindústrias de agrobiológicas cumprem papel semelhante as agroindústrias de capital agroquímicos, porém relacionam-se aos aspectos da destinação dos resíduos produtivos, melhoramentos em sementes e alimentação animal. Por fim, as agroindústrias agromecânicas desempenham o papel de oferecer os elementos técnicos, que resultam em equipamentos utilizados nos processos produtivos relativos ao agronegócio.

Associados ao agronegócio, existem as agroindústrias de processamento, elencadas no quadro 5. Essas indústrias transformam a matéria-prima de origem vegetal ou animal em produtos, sejam *comodities* ou outros elementos. A agroindústria de cana-de-açúcar, analisada nessa pesquisa insere-se, portanto, no segmento relativo aos alimentos, quanto à produção de açúcar e em relação a agroindústria de processamento de produtos diversos, referente a produção de etanol.

QUADRO 5: Agroindústrias de Processamento

Agroindústria de têxteis e vestuário	- Beneficiamento de pluma e outras fibras; - Fiação e tecelagem - Vestuário e outros têxteis finais
Agroindústria de alimentos	- Sucos e produtos similares - Bebidas e refrigerantes - Café e outros matinais - Leite e laticínios - Comida pronta e outros alimentos
Agroindústria florestal	- Papel, celulose e outros materiais gráficos - Madeira e artefatos - Moveis
Agroindústria de processamentos diversos	- Produtos diversos

Fonte: GONÇALVES (2005).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Os agrosserviços (quadro 6) atrelam-se às agroindústrias citadas, sendo classificadas, conforme Gonçalves (2005) em: 1) agrosserviços da preparação e logística: responsáveis pela padronização, classificação armazenamento e transporte dos produtos oriundos das agroindústrias de processamento; 2) agrosserviços de aprimoramento e ampliação dos negócios: referem-se aos serviços relativos à estrutura de capital, gestão do empreendimento, com o intuito de ampliar os negócios; 3) agrosserviços transacionais e de distribuição: trata das transações comerciais e financeiras que envolvem o agronegócio.

QUADRO 6: tipos de agrosserviços

AGROSSERVIÇOS DA PREPARAÇÃO E LOGÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Serrarias de preparo de madeiras (lenha para consumo; madeira para construção civil). - Casas de beneficiamento (frutas frescas; oleícolas frescas). - Estruturas de seleção e empacotamento (feijão e arroz, batata e cebola; legumes e outros produtos). - Agrosserviços de armazenamento (armazéns e silos graneleiros, armazéns com temperatura e ambiente controlados, estruturas de depósitos de produtos em geral). - Agrosserviços de transporte (transporte de produtos a granel, transporte com ambiente e temperatura controlados, transporte de cargas em geral (insumos e produtos)).
AGROSSERVIÇOS DE APRIMORAMENTO E AMPLIAÇÃO DOS NEGÓCIOS	<ul style="list-style-type: none"> - Agrosserviços associados à maquinaria (oficinas de manutenção de tratores e implementos; oficinas de manutenção de colhedoras, serviços de terraplanagem e conservação do solo, Serviços de mecanização de processos agropecuários). - Agrosserviços de formulação de produtos finais, envolvendo (prestação de serviços de formulação de agroquímicos; prestação de serviços de preparo de alimentos animais; prestação de serviços agroindustriais de processamento; prestação de serviços de fabricação de produtos finais. - Agrosserviços associados aos equipamentos, envolvendo manutenção e assistência técnica de (equipamentos rurais; equipamentos laboratoriais, equipamentos agroindustriais; equipamentos de informática. - Agrosserviços de assistência técnica, envolvendo (planejamento, instalação e manejo de empreendimentos; planejamento tributário e contabilidade; planejamento e gerenciamento financeiro). - Agrosserviços de pesquisa e desenvolvimento, envolvendo (adaptação de tecnologias para processos específicos; monitoramento e gestão da qualidade de produtos e processos; criação de inovações tecnológicas e gerenciais; desenvolvimento e criação de mercados para produtos. - Agrosserviços não agropecuários do campo, envolvendo (pousadas rurais e hotéis fazendas; firmas de ecoturismo; firmas de turismo rural).
AGROSSERVIÇOS TRANSACIONAIS E DE DISTRIBUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Agrosserviços de distribuição (atacadista; varejista; empresas exportadoras; estruturas de intermediação). - Agrosserviços de assessoria às transações (corretoras especializadas em produtos, consultorias de exportação e importação; lobistas e grupos de pressão. - Agrosserviços financeiros (corretoras das bolsas de mercadorias; assessoria de gestão financeira; assessoria de acompanhamento dos agromercados).

Fonte: GONÇALVES (2005).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2018.

O autor ressalta a expansão dos agrosserviços transacionais e financeiros, devido ao crescimento que as *commodities* têm apresentado quanto ao comércio exterior, gerando relações que sobressaem a escala local e nacional. Tem-se atividades monocultoras as quais são controladas, do ponto de vista financeiro, por escritórios de empresas localizadas inclusive em outros países. Portanto, o agronegócio e todas as atividades econômicas que estão atreladas ao mesmo perpassam lógicas distintas daquelas relativas ao período anterior à modernização agrícola.

Cada segmento do agronegócio apresenta diferenças quanto aos agrosserviços necessários à execução de sua cadeia produtiva, denotando distintos serviços e

tecnologias, embora parte dos agrosserviços desenvolva-se mormente nas cidades, principalmente naquelas de maior porte populacional e importância econômica.

A agropecuária é encontrada nos municípios de maneira geral, variando as atividades desenvolvidas e as tecnologias empregadas. As agroindústrias de processamento são encontradas onde há produção agrícola sendo que no caso da cana-de-açúcar, a proximidade é elemento essencial devido a rápida degradação da matéria-prima. Parte dos agrosserviços citados não estão presentes onde há a agroindústria de processamento, na medida que a tecnologia e a especificidade inerentes aos mesmos dependem de fatores que envolvem mão-de-obra especializada e aspectos econômicos, não encontrados em todas cidades.

4.2 – A Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar

No subcapítulo 4.1, apontou-se os desdobramentos da modernização agrícola quanto à constituição e efetivação do agronegócio. Discutiu-se o agronegócio e os agrosserviços necessários à efetivação do mesmo.

A cadeia produtiva⁶⁴ da cana-de-açúcar refere-se ao plantio, processamento industrial e transformação em açúcar e etanol e escoamento desses produtos. Considera-se ainda toda a gama de agrosserviços que envolvem essa cadeia produtiva.

A cana-de-açúcar é uma monocultura cujo plantio tem exigido áreas cada vez maiores, pois a demanda por etanol e açúcar têm-se mostrado crescente tanto no mercado interno quanto das exportações, principalmente do açúcar.

Comparativamente⁶⁵ às outras *commodities* alimentícias, o açúcar distingue-se quanto à base produtiva e o processo de transformação que emprega diferentes níveis de tecnologia. O açúcar e o etanol são exportados na forma semifaturada, passando por processo industrial, sendo *commodities* que empregam certa complexidade no processo produtivo. Assim, busca-o implemento de tecnologias no setor desde a melhoria do solo quanto à fertilidade, da qualidade dos toletes até o aumento da produtividade no processo industrial.

⁶⁴ Trata-se no presente trabalho do termo cadeia produtiva da cana-de-açúcar, conforme Espíndola (2012), embora na literatura acerca do agronegócio, outros termos sejam correntes, como atividade canavieira, agrohídronegócio da cana-de-açúcar (THOMAZ, 2014).

⁶⁵ O fato descrito difere da soja, pois conforme Espíndola & Cunha (2015), essa *commodity* é largamente exportada na forma em grão para a Argentina, que industrializa a mesma, produzindo óleo de soja, embora exista tecnologia empregada em outras partes do processo produtivo.

Atualmente, a inserção e expansão da cana-de-açúcar se dá mediante alguns fatores: a-fatores físicos b-proximidade de portos ou meios de transportes, c-políticas públicas, d-incentivos fiscais. Os aspectos citados são discutidos nesse subcapítulo.

Os Aspectos físicos do plantio da cana-de-açúcar

A partir de 2015 a cana-de-açúcar tornou-se o principal produto em quantidade⁶⁶ produzida com 754,9 milhões de toneladas no Brasil. A produtividade é de cerca de 74,0 toneladas/hectares, superior à média mundial de 68,3 toneladas/hectares. O cultivo abrange vastas áreas no país, com exceção de áreas semiáridas e com declividades inferiores a 12°, estando presente⁶⁷ em 3.276 municípios brasileiros.

A partir da cana-de-açúcar produz-se melão, etanol, açúcar e energia, embora a principal finalidade do plantio seja a sacarose, a partir da qual se obtém açúcar (branco, líquido ou refinado), etanol e aguardente. A rapadura e o açúcar mascavo são produtos secundários produzidos por mão-de-obra familiar e em geral mais consumidos na Região Nordeste. O subproduto, originado do bagaço da cana-de-açúcar é usado para a geração de energia na própria usina e o excedente vendido às termelétricas (IBGE, 2017).

A cana-de-açúcar é uma gramínea semiperene, pois pode permanecer no solo por mais de uma colheita, associada aos cultivos temporários, cujos atributos são oriundos de alterações genéticas⁶⁸ nos toletes ou olhaduras, visto que, diferentemente de outros cultivos, não se trata de sementes, mas sim partes adultas.

As características do plantio e colheita da cana-de-açúcar (IBGE, 2017) variam no âmbito do território nacional devido a fatores técnicos e físicos, existindo uma racionalidade ligada à sazonalidade pluviométrica. Tem-se distintos sistemas de plantio e colheitas que atendem as especificidades das principais regiões produtoras, desencadeando períodos distintos e com isso movimentos pendulares de trabalhadores, sendo esse uma das facetas do trabalho rural atrelado a cana-de-açúcar (THOMAZ, 2014).

⁶⁶ Porém, dados do IBGE apontam que, em termos de exportações de *commodities*, a soja ainda é líder, seguida do milho e posteriormente, pelo açúcar.

⁶⁷ Trata-se de uma gramínea nativa do sudeste asiático, que pode ser plantada entre os paralelos 35° norte (Carolina do Norte-EUA) e 35° Sul (Uruguai), ao passo que as características edafoclimáticas seriam favoráveis somente entre esses paralelos (IBGE, 2017).

⁶⁸ A cana-de-açúcar plantada no Brasil passou por modificação genéticas, com o intuito de produzir plantas rústicas, resistentes às doenças e com alto teor de sacarose.

QUADRO 7: Sistemas de plantio e colheita da cana-de-açúcar

Sistemas de Plantio		
1º Sistema-18 meses	2º Sistema-12 meses	3º Sistema-Inverno
Cana-de-açúcar plantada no verão, sendo plantada novamente após 18 meses, ou 1 ano e meio.	Cana-de-açúcar plantada na primavera	Cana-de-açúcar plantada sempre no inverno.
Período de Colheita		
Maio a dezembro: Centro-Sul	Setembro a abril: Norte e Nordeste	

Fonte: IBGE, 2017.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

O plantio de cana-de-açúcar e a transformação em derivados não é homogêneo pois há diferenças acerca dos grupos produtores e variedade em relação às características das plantas. Em geral, a cana-de-açúcar plantada é transgênica e passou por transformações genéticas com vistas ao aumento da produtividade⁶⁹, a fim de evitar doenças e pragas e objetivando a maior quantidade de sacarose.

Dentre os problemas ambientais apontados quanto ao cultivo da cana-de-açúcar, destaca-se o uso da vinhaça⁷⁰, sendo que Ferreira et al (2010) relatam que embora a vinhaça seja um elemento na fertilização do solo, exala forte odor e pode contaminar os cursos d'água, sendo passível de críticas do ponto de vista ambiental. Para Santiago & Rosseto (2004) outros aspectos negativos são: 1) a destruição da matéria orgânica do solo deixando-o exposto às erosões e provocando assoreamento de mananciais; 2) eliminação de aves, animais e insetos, que são importantes agentes de controle de pragas; 3) redução de microrganismos do solo; 4) volatilização de elementos nutritivos essenciais à planta.

⁶⁹ O manejo em geral inclui adubação química (gesso, calcário, fosfato, adicionados antes do plantio), adubação orgânica (torta de filtro, vinhaça para rebrota), herbicidas indesejadas e agrotóxicos em quantidades variáveis, dependendo das condições locais. A torta de filtro é o resíduo da filtração mecânica durante a fabricação do açúcar, etanol e do bagaço moído. O bagaço é um resíduo fibroso produzido após a extração do suco da cana-de-açúcar, composto por aproximadamente 50% de celulose, 25% de hemicelulose e 25% de lignina (ROSSETTO & SANTIAGO, 2005); (ALVARENGA & QUEIROZ, 2008). Há vasta bibliografia quanto às ciências agrônomicas acerca das melhorias técnicas no plantio da cana-de-açúcar, sendo que as ciências sociais e a geografia discutem mormente os problemas sociais oriundos do modo de trabalho, da inserção da mecanização, impactos ambientais e degradação dos solos.

⁷⁰ A vinhaça é denominada como “líquido derivado da destilação do vinho, que é resultado da fermentação do caldo da cana-de-açúcar ou melaço (NT. CETESB P4.231/2006); Resíduo sólido Classe II-A não perigoso e não inerte (ABNT 10.004)” apud (FERREIRA et al, 2010). Para Santiago & Rosseto (2005) as modificações das propriedades físicas do solo por meio da aplicação da vinhaça ocorrem de duas formas: 1) melhorando a agregação das partículas, capacidade de infiltração da água, lixiviação de íons e contaminação das águas subterrâneas; 2) promovendo a dispersão de partículas do solo, redução da taxa de infiltração de água e elevação do escoamento superficial, com possível contaminação de águas superficiais.

Também, as queimadas relativas ao processo da colheita manual contribuem negativamente para o meio ambiente e a saúde da população, pois grandes concentrações de carbono são liberadas durante a queima, havendo vasta literatura a qual discute os malefícios da fuligem da cana-de-açúcar quanto à saúde humana podendo citar Aleixo (2013); Aleixo & Sant'anna Neto (2008), dentre outros.

Ademais, o plantio da cana-de-açúcar também demanda grandes volumes de água “[...] os números mostram que para 1 kg de cana processada nessas unidades é necessário 1.000 litros³ de água” (OLIVEIRA & ARAUJO, p.3, 2012)”, sendo um problema do ponto de vista do gerenciamento desse recurso natural. Thomaz (2014) aponta que o cultivo e produção de derivados da cana-de-açúcar, bem como a exportação dos mesmos pode ser denominado de agrohidronegócio da cana-de-açúcar referindo-se ao fato dos cultivos utilizarem grande quantidade de água, por vezes não disponível nos países importadores e ao fato de que se exporta água juntamente com a *commoditie*.

Portanto, embora o plantio da cana-de-açúcar e seu processo de colheita estejam alicerçados em modernos processos produtivos e tecnologias que abrangem desde melhoramentos genéticos até estudos e técnicas que visam a correção dos solos, trata-se de uma monocultura geradora de problemas ambientais.

O Proálcool, a expansão do plantio de cana-de-açúcar e a produção de açúcar e etanol

A cana-de-açúcar foi inserida inicialmente na região Nordeste do Brasil, no século XVI, devido à proximidade com o maior mercado consumidor, ou seja, a Europa. A produção de açúcar tinha como característica os pequenos engenhos, movidos por cavalos ou bois, sendo que somente em 1870 foram inseridos os primeiros engenhos centrais, compostos por máquinas a vapor, substituindo a força animal (SCHWARTZ, 1988).

O fim do trabalho escravo e o estabelecimento do assalariado, no final do século XIX, desencadearam a queda da produção canieira nos estados do Nordeste, com expansão significativa no estado de São Paulo (SCHWARTZ, 1988). A crise de 1929 resultou na mudança dos capitais paulistas investidos no café, deslocando-se para a cana-de-açúcar e, a partir da segunda metade do século XX, São Paulo tornou-se o

principal produtor nacional de cana-de-açúcar, mediante a expansão⁷¹ desse cultivo em direção ao Centro-Oeste paulista e norte do estado na década de 1950 e a partir da década de 1970, no extremo oeste paulista, atingindo também o norte do estado do Paraná. O decreto 22.789 de 1/6/1933 deu início ao planejamento⁷² da atividade canavieira no Brasil, buscando dirigir, intervir, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool no país, levando à instalação das grandes destilarias centrais (BRAY et al, 2000).

Posteriormente, a Segunda Guerra Mundial gerou reflexos no setor canavieiro pois as exportações de açúcar e a importação de petróleo foram prejudicadas. Desencadeou-se a valorização do etanol pois a demanda⁷³ por açúcar declinou e havia a necessidade da inserção de uma fonte energética que substituísse ao menos em parte o uso de petróleo. As ações estatais para o aumento da produtividade e expansão do cultivo da cana-de-açúcar desencadearam o fim das pequenas agroindústrias, como verificou-se no decreto-lei 1.186/1957⁷⁴.

Conforme Bray et al (2000), o fator impulsionador na agroindústria canavieira foi a crise energética ocorrida em 1973, o qual elevou substancialmente os preços do petróleo. Inicialmente objetivou-se misturar álcool à gasolina, aproveitando a capacidade ociosa das agroindústrias e, nesse sentido, o decreto-lei 1.186/1971 estimulou a fusão, incorporação e concentração de rendas no setor canavieiro, consolidando a modernização agrícola atrelada ao capital monopolista.

A primeira fase do Proálcool, de 1975 a 1979, refere-se à criação desse programa governamental até o 2º choque do petróleo e procurou solucionar a crise do açúcar no âmbito interno, tornando o etanol uma alternativa energética frente aos altos preços do petróleo. O etanol deixou de ser um subproduto tornando-se um produto importante, principalmente no âmbito do estado de São Paulo⁷⁵, cuja produção emergiu rapidamente. A segunda fase do Proálcool refere-se ao período entre 1980 e 1985

⁷¹ Em 1887 ocorreu a fundação do IAC em Piracicaba (SP), iniciando as pesquisas quanto ao aumento da produtividade da cana-de-açúcar e melhorias no processo produtivo, criando as bases para a expansão tanto do cultivo da cana-de-açúcar quanto ao aumento da importância de seus derivados na economia brasileira (PRADO, 1999).

⁷² O decreto 19.717 (20/02/1931) estabeleceu a inserção de 5% de etanol à gasolina. Os veículos da União deveriam consumir 10% do total produzido (BRAY et al, 2000).

⁷³ O rompimento das relações econômicas entre os EUA e Cuba, na década de 1960 e a ampliação do parque industrial brasileiro aumentou a demanda por açúcar, exigindo ações estatais que regulassem esse setor produtivo (BRAY et al, 2000).

⁷⁴ O decreto-lei 1186/1957⁷⁴ determinou a incorporação e fusão de usinas eliminando as pequenas e favorecendo o monopólio paulista.

⁷⁵ Em 1971, o IAC criou o Planasucar com objetivo de realizar pesquisas nos estados produtores de cana-de-açúcar, sendo extinto em 1990, concentrando as pesquisas em universidades.

quando o etanol se consolidou como uma alternativa energética, substituindo em parte, o uso da gasolina.

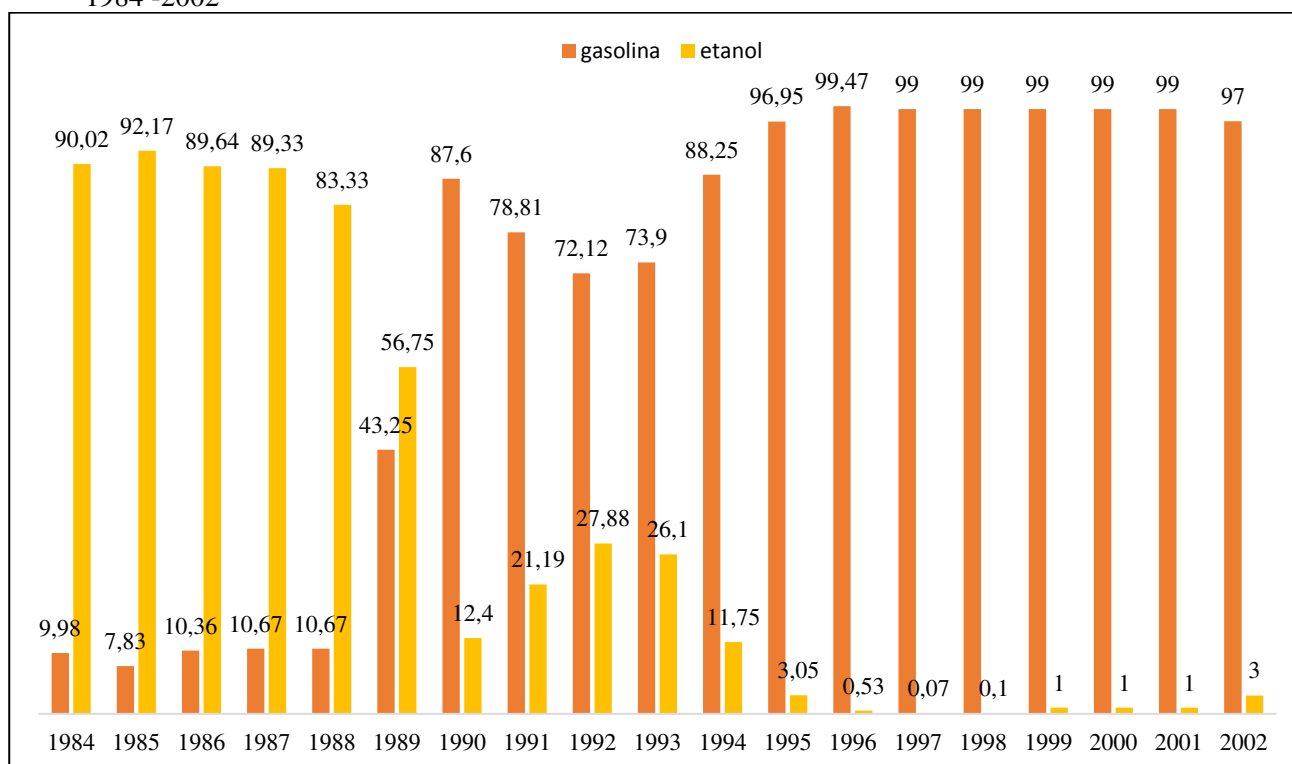
A terceira fase do Proálcool foi marcada pelo fim dos financiamentos e subsídios, embora o etanol tenha permanecido como uma alternativa energética, bem como o aumento da área ocupada por canaviais, motivado principalmente por políticas do IAA, Pró-Oeste (Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo) e do Procana (Programa de Expansão da Canavicultura para a produção de combustível do estado de São Paulo).

A expansão do processo de urbanização e industrialização brasileira, principalmente após a década de 1960, trouxe o aumento da demanda por produtos alimentícios industrializados, sendo que os mesmos apresentam altos teores de açúcar exigindo assim maiores volumes desse produto. Por outro lado, o açúcar tornou-se uma *commoditie* e o Brasil, um grande produtor, atendendo também o crescimento do consumo de produtos industrializados ocorrido em outros países. Os fatos explicam em parte o aumento da produção de cana-de-açúcar, mas, destaca-se que o Proálcool foi bem-sucedido como uma política cujo um dos objetivos era fomentar uma nova alternativa energética, o etanol.

Conforme o gráfico 2, o etanol tornou-se um combustível amplamente utilizado no Brasil, predominando entre 1984 e 1989, sendo que em 1985 os veículos movidos a etanol representavam 92,17% dos licenciamentos, o maior resultado proporcional. Em 1989, os carros movidos a etanol representavam 56,75% e, no ano seguinte somente 12,4%. A diminuição das vendas referentes aos veículos movidos a etanol refere-se aos problemas técnicos que envolviam esses veículos e o pouco interesse das empresas automobilísticas brasileiras em realizar melhorias tecnológicas, o que levou à drástica diminuição desses veículos. Também, na década de 1990, o açúcar tornou-se uma *commoditie* amplamente exportada, sendo que parte da produção oriunda da cana-de-açúcar foi direcionada a essa finalidade.

Na década de 1990 os veículos movidos a etanol tornaram-se menos numerosos, sendo que entre os anos de 1997 e 2001, os veículos movidos a gasolina somavam 99%. Embora o Proálcool tenha motivado o aumento da produção de etanol, enquanto uma alternativa energética, a consolidação desse combustível ocorreu durante o primeiro decênio de 2000, com o advento dos veículos *Flex Fuel*, conforme se nota no gráfico 3.

GRÁFICO 2: Licenciamento de veículos comerciais no Brasil quanto ao tipo de combustível: 1984 -2002



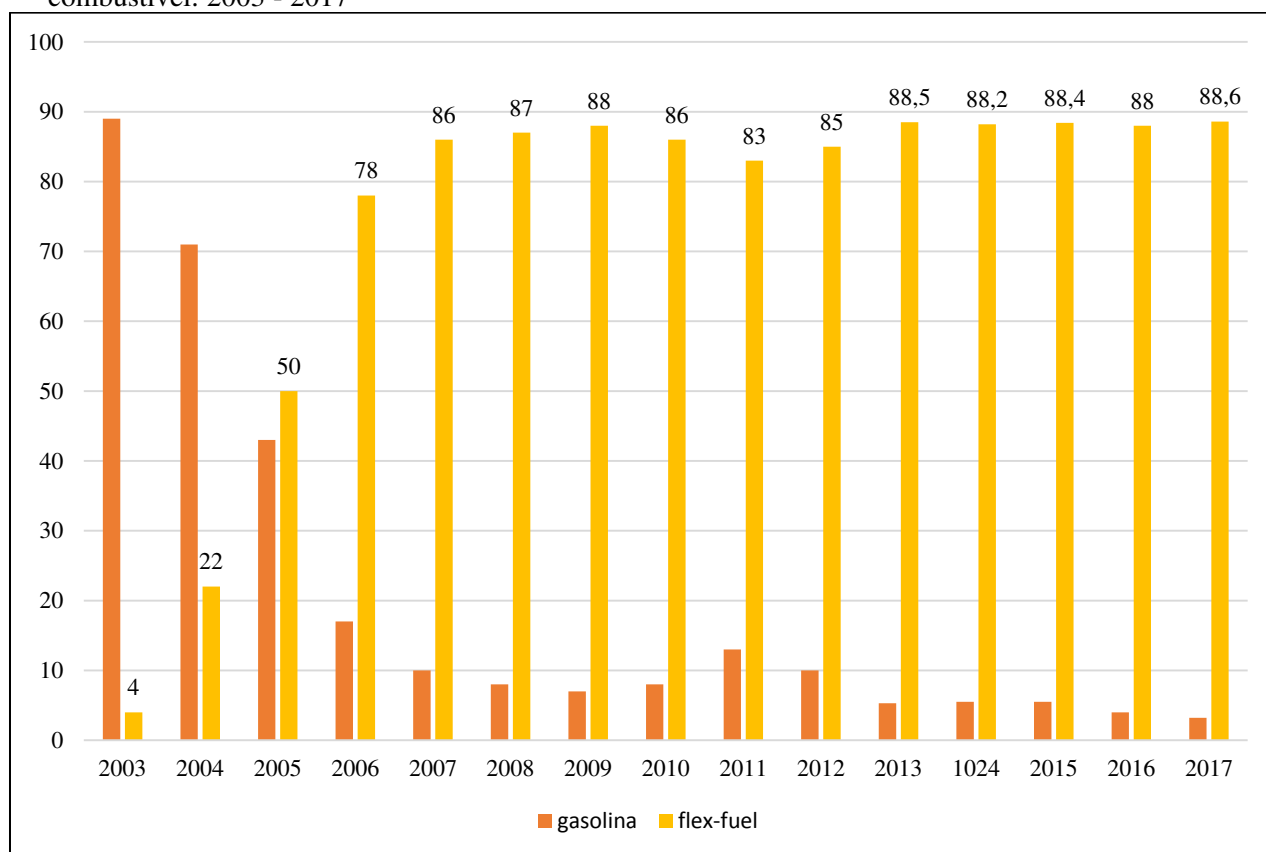
Fonte: RENAVAL.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Os veículos *Flex Fuel* tornaram-se predominantes após 2005, mantendo-se após 2007 com porcentagens acima de 80% quanto aos veículos leves comercializados. Nesse sentido, observa-se que esses veículos os quais possibilitam a utilização de etanol ou gasolina, trouxeram ao consumidor a opção de escolha combustível e, às agroindústrias, a opção de destinarem sua produção conforme as oscilações do mercado, ora produzindo maiores montantes de açúcar, ora de etanol na medida que, conforme se observará adiante, as agroindústrias em sua grande maioria produzem açúcar e etanol.

Mostra-se uma notável dimensão desse setor, com a possibilidade de variação da sua produção conforme a demanda do mercado consumidor e, variando a demanda pelos diferentes agrosserviços, ora voltados para o etanol, ora para o açúcar. Por outro lado, a expansão do consumo dos veículos movidos a etanol e, posteriormente os *flex fuel*, contribuiu decisivamente para a efetivação de extensas plantações de cana-de-açúcar e da consolidação do setor canavieiro em si. A inserção dos veículos *flex-fuel* resolveu em parte, o problema de abandono de marketing das montadoras, os malefícios ao meio ambiente derivados da produção de combustíveis fósseis, a crise energética, o aumento da demanda externa e representou uma ajuda econômica aos usineiros endividados (IBGE, 2017).

GRÁFICO 3: Licenciamento de veículos comerciais e leves no Brasil quanto ao tipo de combustível: 2003 - 2017



Fonte: RENAVAL.
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Os desdobramentos trazidos pelo Proálcool perpassaram a modernização agrícola promovida pelo governo militar durante a década de 1970 efetivando a agroindústria da cana-de-açúcar e a concretização do etanol como alternativa energética. Para isso, houve um gradativo crescimento da área plantada de cana-de-açúcar, conforme a tabela 46.

Entre 1980 e 1990 houve um crescimento de 1.553.785 hectares de área ocupada por cana-de-açúcar ou 35,94% e entre 1990 e 2000, 557.542 hectares ou 11,42%, traduzindo-se também quanto a quantidade de cana-de-açúcar produzida (Gráfico 4). Os aumentos mais expressivos foram após 2006, coincidindo com a expansão das vendas dos veículos *flex fuel*, demandando maiores quantidades de etanol e também devido ao crescimento da demanda internacional. Entre 2000 e 2017 o aumento de área plantada foi de 5.354.692 hectares ou 52,34%. Comparativamente⁷⁶ ao gráfico 5, o crescimento também ocorreu após o ano de 2006, atendendo a demanda externa.

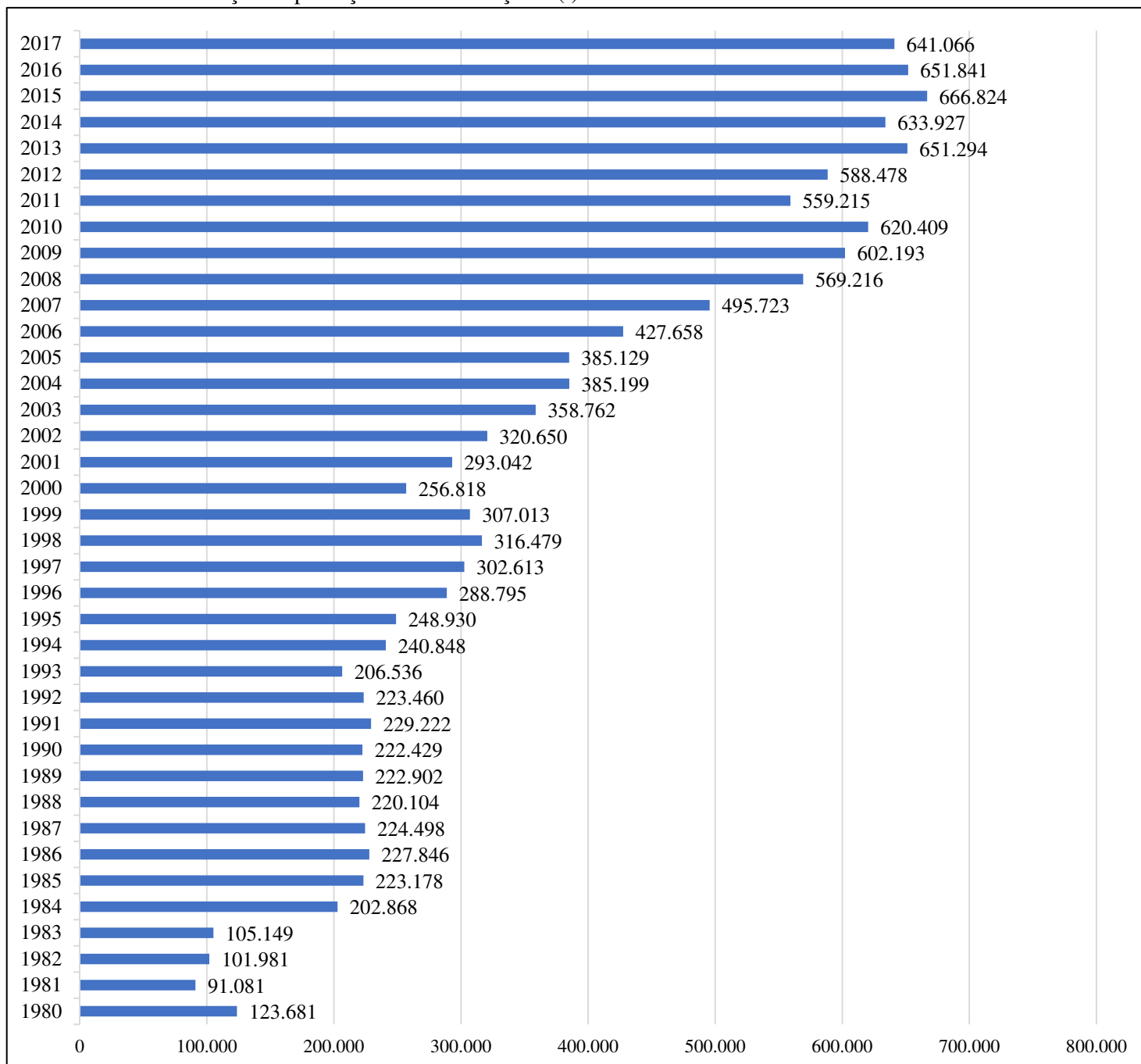
⁷⁶ Os gráficos 4, 5, e 6 refere-se aos anos de 1980 a 2017 em razão da disponibilidade dos dados.

TABELA 46: Área plantada de cana-de-açúcar no Brasil: 1980 - 2017

ano	Área plantada de cana-de-açúcar (ha)
1980	2.768.514
1981	2.980.396
1982	3.241.386
1983	3.649.317
1984	3.832.177
1985	4.084.858
1986	4.132.875
1987	4.502.078
1988	4.117.375
1989	4.075.839
1990	4.322.299
1991	4.241.352
1992	4.224.561
1993	3.953.047
1994	4.359.200
1995	4.638.281
1996	4.830.538
1997	4.881.648
1998	5.050.153
1999	4.975.189
2000	4.879.841
2001	5.022.490
2002	5.206.656
2003	5.377.216
2004	5.633.700
2005	5.815.151
2006	6.392.846
2007	7.086.851
2008	8.210.877
2009	8.845.833
2010	9.164.756
2011	9.616.615
2012	9.752.328
2013	10.223.043
2014	10.454.280
2015	10.179.827
2016	10.241.724
2017	10.229.881

Fonte: UNICA.

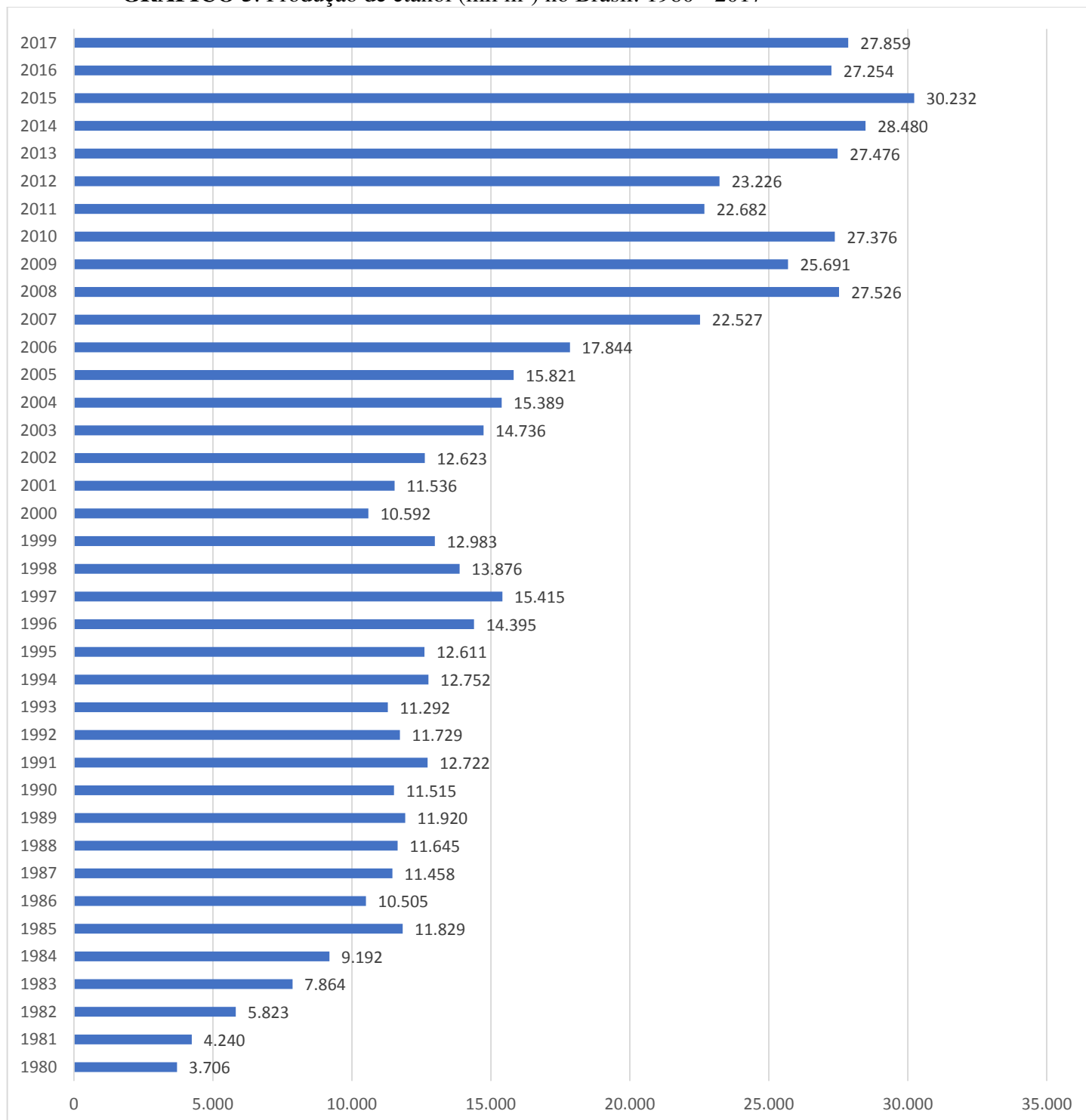
Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2019.

GRÁFICO 4: Evolução da produção de cana-de-açúcar (t) no Brasil: 1980 - 2016

Fonte: UNICA

Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Conforme o gráfico 5, a produção de etanol (anidro e hidratado) aumentou gradativamente. Em 1980 foram produzidos 3.706 mil litros direcionados para o mercado interno, para abastecimento dos veículos movidos a etanol. Em 1981 a produção cresceu 12,6%, e, a partir de 1985, a produção de etanol ultrapassou os 10.000 litros m³.

GRÁFICO 5: Produção de etanol (mil m³) no Brasil: 1980 - 2017

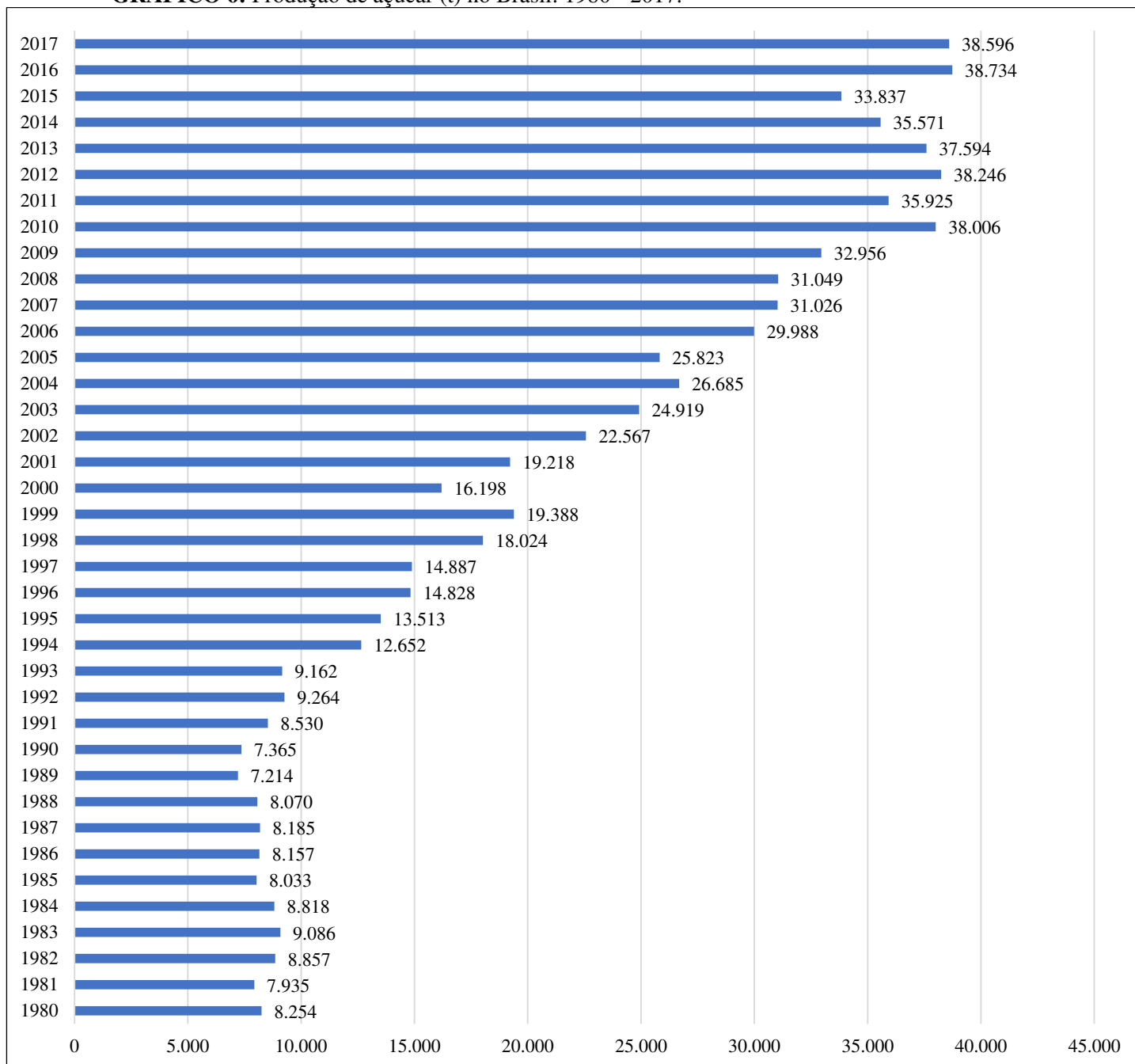
Fonte: UNICA

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

O aumento da produção de açúcar ocorreu de forma diferente do etanol, conforme se observa no gráfico 6. O açúcar, importante *commodity*, teve o aumento da produção motivado principalmente pela demanda externa. Porém, até 1990 a produção passou por discretas oscilações aumentando após o ano citado, sendo que o maior

crescimento ocorreu entre 2015 e 2016, pois a produção aumentou 4.893 mil toneladas. Nesse período o Brasil se tornou o maior produtor mundial de açúcar.

GRÁFICO 6: Produção de açúcar (t) no Brasil: 1980 - 2017.



Fonte: UNICA

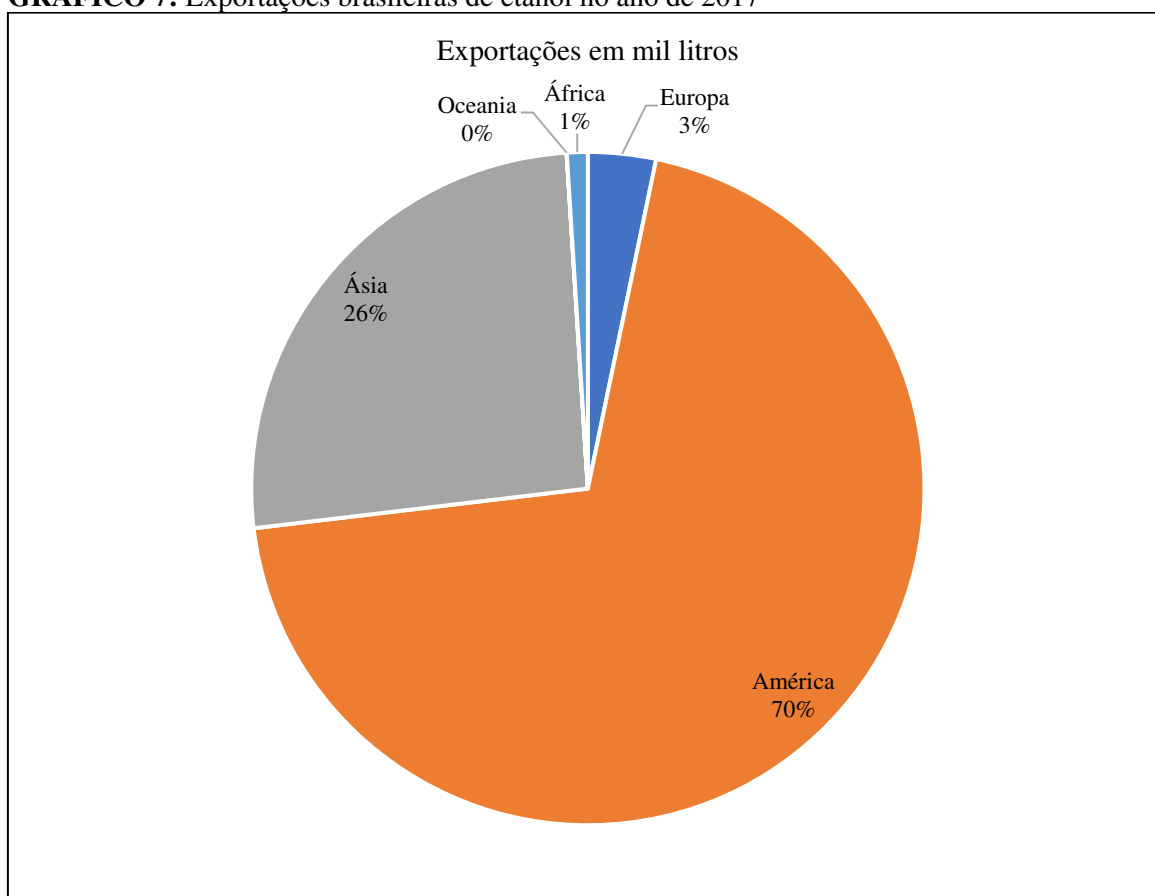
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

O que se nota é que a partir de 2008, a produção de etanol aumentou, coincidindo com o lançamento dos veículos *flex fuel*, conforme observou-se no gráfico 5. Assim, a partir da década de 2010 o Brasil passou a exportar volumes crescentes de etanol:

Entre 2000 e 2015, a produção de etanol saltou 179,7% e a produção de açúcar apresentou uma elevação de 83,6%. Esses índices, porém, foram puxados por fatores distintos de demanda. O cruzamento dos dados permite depreender que o crescimento na produção açucareira está relacionado, sobretudo, ao mercado internacional, ainda que, no mercado doméstico, tenha havido também um aumento do consumo [...] (IBGE, 2017, p.79).

Conforme o IBGE (2017), a cadeia produtiva da cana-de-açúcar representa presentemente 1/5 do PIB do agronegócio brasileiro, sendo que em 2017, o açúcar representou 5,0 % do total de exportações brasileiras e o etanol, 0,048%. Os gráficos 7 e 8 apontam o montante de exportações de etanol e açúcar no ano de 2017, considerando quantidade por continente:

GRÁFICO 7: Exportações brasileiras de etanol no ano de 2017



Fonte: IBGE (2017).

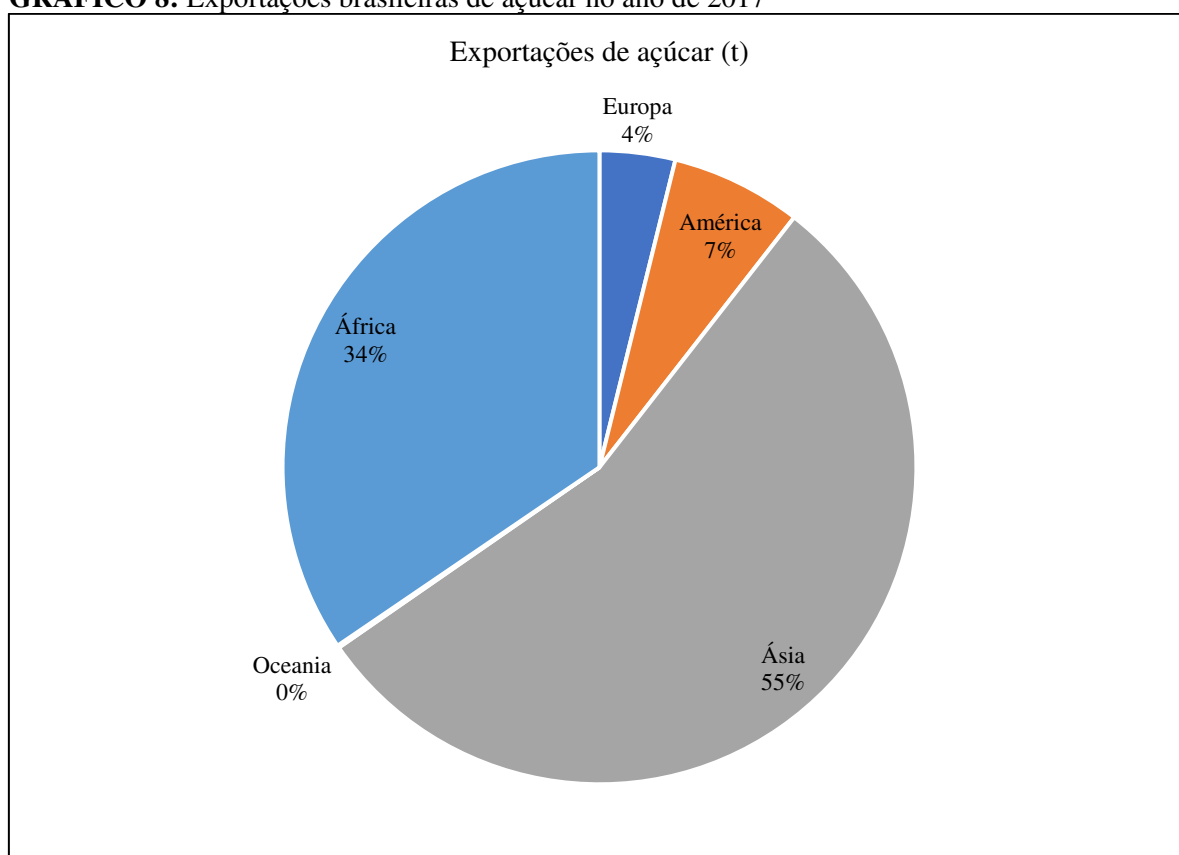
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

As exportações de etanol em 2017 somaram 11.236.789 litros, sendo que o continente americano era o principal destino, somando 70% das exportações. O continente asiático era o segundo maior mercado consumidor externo, cujas exportações

somavam 26%. As exportações para a Europa somavam 3%, para a África 1% e por fim, a Oceania representava 0,0008%.

As exportações de açúcar no ano de 2017 somaram 25.693.625 toneladas, sendo que a Ásia foi o principal mercado consumidor, destacando-se a China, país que o Brasil exportou 333.974 toneladas de açúcar, representando 55% das exportações. A Europa, segundo maior parceiro comercial do Brasil quanto à exportação de açúcar, consumiu 34% das exportações, seguida pela América, 7%. O continente africano importou 3% do açúcar brasileiro e a Oceania 0,13%.

GRÁFICO 8: Exportações brasileiras de açúcar no ano de 2017



Fonte: UNICA

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Atualmente o maior produtor brasileiro de cana-de-açúcar e derivados é o estado de São Paulo e na safra de 2017/2018, esse estado produziu 357.142 toneladas de cana-de-açúcar ou 58,44% da produção nacional. Foram produzidas 24.591 toneladas de açúcar e 13.223 mil m³ de etanol, sendo 5.963 mil m³ anidro e 7.260 mil m³ hidratado, 62,30% e 43,87%, respectivamente. Quanto ao total de exportações brasileiras de etanol

e açúcar em 2017, o estado de São Paulo exportou respectivamente 93,12% e 89,86% (UNICA/SECEX).

Conforme o IBGE (2017), em 2017 a área plantada de cana-de-açúcar no estado de São Paulo correspondia a 5.686.134 hectares ou 55,58% do total nacional. Segundo dados do Centro de Estudos Avançados Em Economia Aplicada - CEPEA⁷⁷, em 2017 o PIB da cadeia produtiva da cana-de-açúcar era de 0,40%, um valor estimado de 156 bilhões.

Apesar da importância econômica do setor canavieiro, a modernização atrelada ao mesmo trouxe desdobramentos nas esferas trabalhistas e sociais. A modernização tecnológica alterou antigas lógicas trabalhistas excluindo relações paternalistas dos pequenos produtores e suas pequenas agroindústrias perante os trabalhadores.

Souza (2010) apontou que as áreas com predomínio da canavicultura eram marcadas por grande quantidade de mão-de-obra pouco qualificada, a qual se sujeitava a trabalhos degradantes e mal remunerados como o caso do corte da cana-de-açúcar. O autor, ao analisar o cultivo da cana-de-açúcar em municípios do Norte paranaense, constatou que nesses locais havia anteriormente presença de atividades econômicas que exigiam pouca mão-de-obra como o caso da pastagem que substituiu o café após a década de 1980, restando assim grandes contingentes de pessoas sem empregos. Esses fatores gerariam excedente de trabalhadores, os quais deslocavam-se pendularmente, a fim de trabalhar no plantio e colheita da cana-de-açúcar. Durante a entressafra, esses trabalhadores desempenhavam outras atividades rurais, trabalhando em outros cultivos.

Desse modo, ocorreram crescentes movimentos sindicais relacionados aos trabalhadores rurais, mormente à figura do boia-fria, uma vez que se tratava de um trabalho degradante, cujas relações trabalhistas apresentavam problemas devido à sazonalidade dessa atividade econômica (THOMAZ, 2002).

Entretanto, o papel do boia-fria mudou nos últimos anos sendo que Gonçalves (1999) aponta que a legislação brasileira direcionou a alteração do modo de colheita da cana-de-açúcar, objetivando torná-la cada vez mais mecanizada⁷⁸, a fim de eliminar a despalha da cana-de-açúcar por queima.

O decreto 42.056/97 estipulava que até o fim do século XX, extinguir-se-ia a despalha por queima. Em 2017 havia estados brasileiros cuja mecanização era de

⁷⁷ Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-de-cadeias-agropecuarias.aspx>

⁷⁸ De acordo com a UNICA, as máquinas direcionadas ao plantio e colheita da cana-de-açúcar surgiram na década de 1990, porém os custos de manutenção ainda eram muito elevados, sendo o motivo principal da postergação de seu uso até meados da década de 2000.

aproximadamente 95% e conforme o IEA (Instituto de Economia Agrícola), no estado de São Paulo⁷⁹, o percentual atingido em 2017 foi de 98%.

O fim da queima traria benefícios ambientais devido a supressão das queimadas e eliminaria os empregos degradantes efetuados pelos boias-frias, os trabalhadores que efetuavam o corte da cana-de-açúcar. Porém, de acordo com Gonçalves (1999), o ponto crucial era progressiva supressão da dependência da produção em relação ao trabalho vivo, trocando o trabalho precário pela falta sequer de um trabalho, uma vez que parte considerável dos trabalhadores não foram absorvidos pelo sistema mecanizado, seja devido à falta de qualificação profissional como também pelo menor número necessário de trabalhadores.

Verçosa & Silva (2017) apontaram que não houve necessariamente um desemprego em massa, decorrente do fim da despalha da cana-de-açúcar por queima a qual substituiu os trabalhadores por máquinas. A substituição teria sido necessária dentre outros motivos, pelas condições de saúde desses trabalhadores, as quais não permitiam a continuidade do trabalho manual. Os trabalhadores tornavam-se paulatinamente inválidos, em decorrência das doenças adquiridas pelo trabalho manual extenuante e, nesse sentido parte dos trabalhadores aposentaram por motivo de invalidez.

Porém, conforme apontou a UNICA⁸⁰, parte dos trabalhadores inseriram-se em outras funções no âmbito da agroindústria da cana-de-açúcar, pois parcela dos mesmos realizaram cursos de capacitação. Porém, Verçosa & Silva (2017) identificaram que os locais com o predomínio do cultivo em tela são as “cidades da cana”, não existindo atividades econômicas relevantes bem como a população mostrava-se dependente de cargos públicos e de programas sociais como o Bolsa Família, sendo essa discussão pertinente ao município de Canitar. No caso de Canitar, alguns ex-boias-frias tornaram-

⁷⁹ A lei estadual nº 11.241 de 19/09/2002 previa o fim da utilização do fogo nas plantações de cana-de-açúcar do estado de São Paulo, incentivando a mecanização e a nova localização das plantações em lugares mais planos, mesmo que menos férteis (como o sul de Goiás). As queimadas estariam proibidas em áreas localizadas de acordo com os limites: a um quilômetro do perímetro urbano ou de reservas/locais ocupados por indígenas; a 100 metros de locais de domínio de subestação de energia elétrica; a 50 metros de reservas, parques ecológicos e unidades de conservação; a 25 metros de áreas de domínio de estações de telecomunicação; a 15 metros de faixas de segurança de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e de áreas ocupadas por rodovias e ferrovias.

A nova face da mecanização foi apontada pelo jornal Folha de São Paulo em edição de julho de 2017, informando que a novidade no mercado eram as máquinas colheitadeiras sem motorista, o que traria como benefício o aumento da produtividade uma vez que o veículo seria capaz de desviar das rebrotas. Estima-se que no ano de 2021 o uso da colheitadeira sem motorista atingiria quase a totalidade da colheita, de maneira semelhante a soja no qual todo o processo produtivo é mecanizado.

⁸⁰ Informações disponíveis no site da UNICA.

se desempregados em meados de 2010, porém se inseriram posteriormente em outras funções, inclusive no setor produtivo da cana-de-açúcar conforme se discute no capítulo 4.3 (Levantamento de Campo, junho de 2018).

Porém, a queima da cana-de-açúcar ainda existe, principalmente no caso de locais mais íngremes, com inclinação superior a 12° e quanto aos pequenos fornecedores do produto, em estabelecimentos menores que 150 hectares. Em decorrência da efetivação da legislação referente ao fim da queima por despalha, Verçosa & Silva (2017) assinalam a latente diminuição das migrações pendulares atreladas ao cultivo e colheita da cana-de-açúcar, na medida que, principalmente no Centro-Sul, a demanda por trabalhadores rurais, na figura do boia-fria, tem caído rapidamente, uma vez que se trata da parcela mais mecanizada, quanto ao plantio e colheita da cana-de-açúcar.

Apesar do processo de modernização da agricultura brasileira, amplamente incorporada pelo segmento da cana-de-açúcar, coexistem formas de plantio tradicionais e modernas, diferenciadas pelas relações de trabalho, modo de ocupação da terra, estrutura fundiária e variedade dos recursos tecnológicos. O Centro-Sul caracteriza-se pela agricultura não-familiar e o aumento progressivo de terras destinadas à produção canavieira, na medida que se torna cada vez mais uma economia de escala (BACCARIN & PEREIRA, 2016).

A atividade moderna concentra-se no interior de São Paulo, parcela do Norte do Paraná, triângulo mineiro, sul de Goiás, alguns municípios do MS e MT, sendo que o próprio IBGE apontou a maior produtividade em grandes estabelecimentos rurais, devido as facilidades em mecanização da colheita e preços dos insumos. A colheita mecanizada é precedida por queima da lavoura, e atinge 90,9% em MS, 87,0% em MT, 85,1 em SP, 84,8% em MG, e 84, 4% em GO. Em TO e CE é 100% mecanizada, ao passo que no Nordeste de forma geral, é menos mecanizada que em outros estados produtores de cana-de-açúcar.

Frente à problemática relativa aos trabalhadores rurais, o fim da queima das lavouras de cana-de-açúcar marcha rapidamente com agroindústrias e fornecedores adiantando o processo citado. Porém, o setor sucroalcooleiro é o mais importante gerador de renda e empregos setoriais, pois o plantio e colheita são elementos os quais são complementados com a industrialização, comercialização e escoamento dos produtos (GONÇALVES, 1999).

A partir da modernização dos processos de plantio, colheita e produção dos derivados da cana-de-açúcar e da necessidade de pesquisas com o intuito de aumentar a produtividade do setor, a ampliação das exportações do açúcar e a complexificação das atividades relacionadas ao mesmo, ou os agrosserviços, e o uso do etanol como uma opção energética, têm-se a efetivação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, sendo a agroindústria, o elemento que transforma os derivados e também o meio de ligação entre a cidade e o campo.

Produção e Processamento da cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar é plantada em 3.276 municípios brasileiros, porém a quantidade de agroindústrias processadoras é 411, sendo que o açúcar é produzido em todas as unidades e o etanol em 86% (IBGE, 2017). São Paulo lidera a quantidade de agroindústrias, com 172, seguido por Minas Gerais com 42 usinas, conforme se observa na tabela 47.

Os seguintes grupos representam o monopólio produtivo do setor: 1- Grupo Raizen Energia com 26 unidades, maioria localizada no estado de São Paulo; 2- Grupo Biosev, 12 unidades localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul; 3- Grupo Santa Terezinha, 10 unidades, todas localizadas no estado do Paraná; 4- Grupo Odebrecht Agroindustrial, 9 unidades, localizadas nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e na região do pontal do Paranapanema em São Paulo; 5-Grupo Bunge, 8 unidades localizadas em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Tocantins; 6- Grupo Farias, 5 unidades localizadas em Goiás, Rio Grande do Norte e Acre; 7- Grupo Tecio Wanderley, 5 unidades localizadas em Minas Gerais e Alagoas; 8-Grupo Japungu, 5 unidades localizadas na Paraíba e Minas Gerais (Novacana).

A região Nordeste tem o predomínio das agroindústrias cujos proprietários são individuais, pois dentre as 73 unidades, apenas 3 unidades estão atreladas a algum grupo econômico. O estado de São Paulo apresenta 34 agroindústrias atreladas a algum grupo econômico, contabilizando 19,76%.

TABELA 47: Distribuição das agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar em 2017

Região	Estado	Total de agroindústrias
Norte	Amapá	0
	Acre	1
	Amazonas	1
	Pará	1
	Rondônia	1
	Roraima	0
	Tocantins	1
Total da Região Norte: 5		
Nordeste	Alagoas	25
	Bahia	6
	Ceará	1
	Maranhão	5
	Pernambuco	17
	Paraíba	9
	Piauí	1
	Rio Grande do Norte	3
	Sergipe	6
Total Geral da Região Nordeste: 73		
Centro-Oeste	Goiás	39
	Distrito Federal	0
	Mato Grosso	12
	Mato Grosso do Sul	24
Total da Região Centro-Oeste: 75		
Sudeste	Espírito Santo	6
	Minas Gerais	42
	Rio de Janeiro	5
	São Paulo	172
Total da Região Sudeste: 225		
Sul	Paraná	30
	Santa Catarina	0
	Rio Grande do Sul	3
Total da Região Sul 33		
Total geral do Brasil: 411		

Fonte: NovaCana.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Em decorrência da impossibilidade do armazenamento da cana-de-açúcar há a necessidade de canaviais próximos à unidade de processamento. Portanto, onde se produz cana-de-açúcar, geralmente, há alguma agroindústria nas proximidades. De maneira geral, as áreas produtoras de cana-de-açúcar distam até 50 km da agroindústria, devido aos custos do transporte da matéria-prima, embora os maiores produtores possam receber cana-de-açúcar de até 150 km⁸¹ de distância e, inclusive de vários municípios.

⁸¹ Segundo o IBGE (2017), as maiores agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar abrangem, em média a produção de 5 ou mais municípios, sendo esse número variável em função da capacidade de moagem, produtividade, condições climáticas e do solo e demanda por derivados.

Conforme Castilho (2016), a cana-de-açúcar é plantada em municípios cujas sedes são pequenas cidades e, em muitos casos apresenta-se como a única atividade econômica relevante, sendo que a cidade oferece as funções complementares ao plantio, no caso dos municípios que são apenas produtores e, as atividades de suporte técnico bem como os profissionais capacitados, no caso dos municípios em que há a presença da agroindústria.

A cana-de-açúcar é obtida de diferentes fornecedores ou em estabelecimentos rurais da própria agroindústria, dependendo das estratégias utilizadas por grupos usineiros, custos e outras variáveis locais. No caso de São Paulo é comum o arrendamento de terras, devido ao aproveitamento das plantas, ou seja, 4 a 7 anos, sendo que após esse período, a terra torna-se inapropriada para o uso a curto prazo, um aspecto negativo do cultivo da cana-de-açúcar (IBGE, 2017).

Baccarin & Pereira (2016) apontaram que os estabelecimentos rurais de São Paulo são mais fragmentados e há maior diversidade de fornecedores, bem como contratos de parceria com o intuito de obter vantagens. Os autores destacam que, embora a produção esteja a cargo de produtores individuais, tem-se gradativamente a inserção de grupos econômicos, embora não exista um monopólio.

Dinâmica do escoamento dos derivados do etanol

Atualmente, a produção e logística de escoamento dos derivados da cana-de-açúcar difere substancialmente. Em relação às exportações, destaca-se o açúcar, produto de grande importância no comércio exterior brasileiro. Embora parte do etanol hidratado⁸² seja exportado, a produção é direcionada principalmente para o mercado interno.

O Brasil é um grande consumidor de etanol direcionado ao atacado, indústria química, álcoolquímica, supermercados, comércio varejistas e principalmente à indústria petroquímica. Por outro lado, a alimentação brasileira é fortemente pautada no açúcar, sendo que nas últimas décadas cresceu a demanda, embora não esteja relacionada ao açúcar ensacado, mas quanto ao inserido em alimentos industrializados.

⁸² O etanol hidratado apresenta a composição de 96% de álcool e 4% de água sendo usado por veículos automotores. O etanol anidro apresenta menos de 1% de água em sua composição, sendo misturado à gasolina. De acordo com a lei nº 13.033/2014, pode ser acrescido entre 18% a 27% desse tipo de etanol à gasolina. Devido ao fato das agroindústrias dos municípios da rede urbana de Ourinhos produzirem principalmente etanol, a análise está centrada nesse derivado.

Quanto ao predomínio dos produtos obtidos a partir do processamento da cana-de-açúcar, o IBGE (2017) apontou que: 1) no litoral de PE, AL, PB é prevalente a produção de açúcar; 2) Em SP, norte do PR, triângulo mineiro, Sul de GO e leste de MS é prevalente a produção de etanol.

A comercialização dos derivados da cana-de-açúcar é um dos elementos da cadeia produtiva, pois alicerça relações econômicas que sobressaem o âmbito da agroindústria. No Brasil, conforme informações veiculadas no site da Copersucar, trata-se da maior empresa especializada na exportação de açúcar e etanol, armazenamento de açúcar. A empresa congrega 37 agroindústrias, sendo a maioria localizada no estado de São Paulo incluindo algumas agroindústrias localizadas nos municípios da rede urbana de Ourinhos (Usina São Luiz/SA e Comanche/SA).

Porém, a logística da comercialização não se restringe à Copersucar uma vez que a empresa opera em parceria⁸³ com a Logum Logística SA, Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), Alvean, responsável pela comercialização do açúcar e a Ecoenergy, cujo escritório especializado na comercialização de biocombustíveis, localiza-se nos EUA. Portanto, nota-se a complexidade logística apresentada pela cadeia produtiva da cana-de-açúcar, sendo que as agroindústrias exportadoras de açúcar e etanol se inseriram em uma rede de logística e escoamento atrelada ao comércio exterior.

A produção oriunda das agroindústrias de cana-de-açúcar é escoada principalmente por rodovias, sendo a vastidão do território brasileiro, um grave problema. Quanto ao etanol, Paulínia-SP é o principal entreposto logístico, onde há um terminal intermodal, integrado por malha ferroviária, rodovias e dutovias, sendo que essas distribuem combustíveis para diversos pontos do país. Essa cidade é ligada por ferrovia até MS e dutovias ligam até o porto de São Sebastião e triângulo mineiro (IBGE, 2017).

O etanol produzido pelo Centro-Sul representa 91,83% do total, sendo exportado através do porto de Santos. Na safra de 2018/2019, verificou-se que não houve volumes exportados a partir do Nordeste, significando que a produção dessa região serviu apenas para demanda interna. O porto de Santos foi responsável por 86,30% das exportações e o Porto de Paranaguá 12,31%. O escoamento realizado em Uruguaiana (RS), referente às exportações para países da América do Sul, representou somente 1,39%. Quanto ao

⁸³ A Alvean apresenta sedes em: Rússia, EUA, Espanha, França, Emirados Árabes Unidos, Índia, São Paulo, China, Hong Kong. A Ecoenergy opera apenas nos EUA. Adicionalmente, a Copersucar mantém uma série de terminais de logística nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Campinas, entre outros (COPERSUCAR).

açúcar, 81,94% das exportações ocorreram através do porto de Santos, 17,28% através do porto de Paranaguá e 2,52% através do porto de Maceió (AL) (UNICA).

Considerando as pequenas distâncias em relação a área produtora dos derivados da cana-de-açúcar e os portos nordestinos, depreende-se que a logística de escoamento produtivo é pouco complexa, diferentemente do Centro-Sul. Conforme o quadro 8, a dinâmica de escoamento do açúcar no Nordeste mostra-se suscinta uma vez que as áreas produtoras se encontram próximas aos portos de Suape em Recife (PE) e Maceió (AL). O escoamento do produto entre as agroindústrias até os portos se dá através da ferrovia. Quanto ao etanol, reitera-se que não há exportação do mesmo nesses portos pois a produção realizada no Nordeste atende apenas a demanda local.

QUADRO 8: Escoamento de açúcar e etanol

Nordeste	Centro-Sul
<ul style="list-style-type: none"> - Pequenas distâncias entre unidades produtoras e portos de Recife e Maceió. - Escoamento via ferrovia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grandes distâncias entre as unidades produtoras e os portos. - O porto de Santos é responsável por 72,66% da exportação de açúcar: acessado por 3 ferrovias: 1) ferrovia Centro-Atlântica, liga o noroeste de SP até Goiânia (GO); 2) Malha Regional Sudeste liga Santos até a Zona da Mata Mineira; 3) ALL: liga o Centro-Oeste de São Paulo até o norte do PR (Jacarezinho). - O escoamento também se dá por rodovias, podendo citar: 1) Anchieta litoral ao planalto paulista; 2) Castelo Branco (liga São Paulo ao Oeste Paulista); 3) Raposo Tavares (liga São Paulo ao extremo Oeste Paulista), entre outras. - As rodovias e ferrovias chegam ao porto de Santos, principal porto de escoamento da produção dos estados de MG, GO, MS e norte de São Paulo. - Porto de Paranaguá (PR), responsável por 14,24% da exportação de açúcar brasileiro, oriundos do Norte do Paraná e Centro-Oeste paulista. Ao contrário do Porto de Santos, exporta apenas açúcar, sendo que a maioria das exportações chegam através da ferrovia ALL. - O acesso às ferrovias se dá por modal direto, no caso das agroindústrias que têm acesso direto: Serrana (SP), Santa Juliana (MG), Pradópolis (SP) e Jacarezinho (PR). - As demais agroindústrias enviam sua carga via modal rodoviário ou ferroviário até um terminal de transbordo.

Fonte: IBGE (2017).

Org: FERREIRA DIAS.F, 2019.

No Centro-Sul, a complexidade do sistema logístico é resultante das maiores distâncias relativas aos portos, uma vez que a produção de açúcar e etanol adentrou locais distantes do litoral. Nesse sentido, há dois portos principais para escoamento da produção; portos de Santos (SP) e de Paranaguá (PR), os quais recebem mercadorias através de rodovias e ferrovias, conforme se observou no quadro 8.

A cadeia produtiva da cana-de-açúcar envolve elementos pautados no uso de tecnologia e agrosserviços que extrapolam os locais em que se produz a matéria-prima. O item inicial da cadeia produtiva, o cultivo da cana-de-açúcar, desenvolve-se em vastas parcelas do território brasileiro e está atrelado às pequenas cidades, sendo em muitos casos a única atividade relevante na economia municipal, conforme se discutirá adiante.

A agroindústria pode estar ou não-localizada em um município cuja sede urbana é uma pequena cidade, na medida que, quanto maior a capacidade produtiva da unidade processadora, mais vastas serão as áreas utilizadas com cultivo de cana-de-açúcar podendo englobar vários municípios. Isso significa que há municípios cujas sedes urbanas são pequenas cidades e que se dedicam somente ao cultivo agrícola em tela.

As atividades de gestão produtiva, escoamento e comercialização dos derivados da cana-de-açúcar encontram-se localizadas em grandes cidades e, em alguns casos outros países pois o setor estudado produz *commodities* cuja demanda é global. Alguns agrosserviços serão encontrados em cidades de maior porte, tais como aqueles relacionados à manutenção de máquinas utilizados nas agroindústrias, comercialização de fertilizantes, escritórios de contabilidade, advocacia, agências bancárias etc.

Nesse sentido, questiona-se nesse trabalho qual é o papel que a pequena cidade desempenha em um contexto em que a cana-de-açúcar é a única atividade econômica importante no âmbito municipal.

4.3: Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar e as relações com o setor sucroalcooleiro.

A rede urbana de Ourinhos apresenta atualmente o predomínio de municípios majoritariamente urbanos. O processo de modernização da agricultura ocorrido nas décadas de 1960 e 1970 desencadeou a inserção de monoculturas associadas à suas respectivas agroindústrias, sendo que no caso dos municípios da rede urbana de Ourinhos, tem-se o cultivo da cana-de-açúcar, o processamento industrial da mesma e outras atividades dessa cadeia produtiva.

Considerando que se trata de uma atividade econômica importante na economia dos municípios da rede urbana de Ourinhos, e, da análise centrada em Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo objetiva-se entender: 1) as relações entre o processo de industrialização da cana-de-açúcar e as atividades econômicas desenvolvidas nos municípios; 2) os fluxos oriundos da transformação industrial em derivados; 3) a

importância do agronegócio da cana-de-açúcar no âmbito dos municípios estudados; 4) as relações econômicas e sociais no setor da produção da cana-de-açúcar.

A partir da análise do montante de cana-de-açúcar produzido, da presença da agroindústria processadora e a extensão territorial dessa atividade econômica, levantou-se a hipótese, de que Canitar teria sua economia atrelada ao cultivo e transformação da cana-de-açúcar e, no caso de Santa Cruz do Rio Pardo, existiria grandes extensões de terras dedicadas ao cultivo em destaque, porém não representando a principal atividade econômica municipal.

Durante o mês de junho de 2018, realizou-se as seguintes⁸⁴ entrevistas e coletas de dados: 1) Sr. Marcos Camacho da mecânica Camachinho, principal prestadora de serviços de usinagem e manutenção de equipamentos das agroindústrias de cana-de-açúcar em um raio de 300 km, localizada em Ourinhos; 2) Fertipar⁸⁵, indústria de fertilizantes com uma de suas unidades localizada em Canitar; 3) Usina⁸⁶ Comanche Clean Energy, processadora de derivados da cana-de-açúcar localizada em Canitar; 4) Usina São Luiz, produtora de derivados de cana-de-açúcar, localizada em Ourinhos, 6) Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, localizada em Ourinhos, distribuidora do etanol produzido pela Usina São Luiz; 7) trabalhadores⁸⁷ do setor canavieiro residentes em cidade de Canitar; 8) indústria Caninha Oncinha, localizada em Ourinhos.

A cana-de-açúcar envolve uma cadeia produtiva cujos elementos nem sempre se encontram na sede do município onde ocorre a produção, pois a modernização da agricultura brasileira trouxe complexificações nos processos produtivos. Assim a pequena cidade desempenha novos papéis e os agrosserviços não estão presentes em todos os escalões de cidades (GONÇALVES, 1999). Em síntese, a dinâmica rural-urbana envolve os elementos presentes no quadro 9:

⁸⁴ A pesquisa foi realizada nas agroindústrias de Canitar e Ourinhos, pois Santa Cruz do Rio Pardo não possui unidade industrial. A abrangência dos itens relativos a Ourinhos se deve ao fato dessa cidade desempenhar papel de distribuição da produção, disponibilização da mão-de-obra qualificada, presença de empresas prestadoras de serviços de manutenção e cursos de qualificação de mão-de-obra, sendo central nessa cadeia produtiva.

⁸⁵ Contato via telefone, sendo que o funcionário entrevistado não autorizou a divulgação do seu nome. O mesmo caso ocorreu quanto à Ipiranga e a Caninha Oncinha.

⁸⁶ Tanto o funcionário da Usina São Luiz quanto o da Comanche não autorizaram a divulgação de suas identidades.

⁸⁷ As entrevistas aconteceram com duas trabalhadoras da Frente de Trabalho e três trabalhadoras da Usina São Luiz, alunas do EJA da escola E.E. Aparecido Gonçalves Lemos, Canitar.

QUADRO 9: Síntese da dinâmica rural-urbana relativa ao cultivo e processamento de cana-de-açúcar.

Predomínio da Cana-de-Açúcar (cultivo e transformação industrial em derivados) 1980 em diante
<ul style="list-style-type: none"> - A cana-de-açúcar é plantada em estabelecimentos pertencentes da agroindústria processadora ou em terras arrendadas de terceiros. - A plantação de cana-de-açúcar ocorre em grandes extensões, próximas à agroindústria. - Parte do cultivo ainda é feito por trabalhadores assalariados, que residem na cidade e são denominados de “boias-frias”. O fato acontece principalmente no Nordeste brasileiro, pois no Centro-Sul e, especialmente em São Paulo, o processo é majoritariamente mecanizado. - A transformação da produção envolve complexos processos industriais, realizados por trabalhadores urbanos, qualificados profissionalmente. - População majoritariamente urbana. - A pequena cidade disponibiliza apenas bens e serviços bastante elementares pois a população não possui renda para adquirir elementos mais complexos. - O transporte da produção se dá através da ferrovia e/ou rodovia. - Presença de outros elementos na cadeia produtiva, ligados à tecnologia necessária para a produção, sendo que se localizam em cidades de maior porte. - Relações trabalhistas problemáticas e trabalho extenuante, com frequentes danos à saúde dos trabalhadores.

Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Para Gonçalves (2009a) a agricultura paulista apresenta grande complexidade setorial, surgindo assim especializações regionais, ou seja, espaços produzindo determinadas monoculturas:

[...] Na agricultura paulista encontra-se implantada a síntese das transformações capitalistas decorrentes da industrialização setorial, avançando para a inserção do mercado financeiro [...] Nela (agricultura paulista) estão presentes as complexidades inerentes dos fluxos de produção-consumo, não apenas como diferenciação das estruturas agroindustriais e agrosserviços alocadas a jusante e a montante da agropecuária, mas também como diferenciações internas a própria agropecuária [...] (GONÇALVES, 2009, p.79).

No caso dos municípios da rede urbana de Ourinhos, teve-se, após a década de 1980, a paulatina expansão da monocultura da cana-de-açúcar. Os latossolos e argissolos, presentes nos municípios próximos à Ourinhos, associados ao tipo climático tropical de altitude (inverno seco e verão quente), com temperaturas mínimas entre 16° C e máximas entre 30° C e geadas pouco frequentes, facilitaram essa expansão.

Por outro lado, os desdobramentos da modernização da agricultura brasileira trouxeram reflexos quanto as políticas públicas voltadas à inserção do agronegócio com o intuito de atender: 1) o crescimento da demanda por etanol, decorrente da efetivação do Proálcool; 2) crescimento da indústria de alimentos e por consequência, do consumo

de açúcar. Essas demandas confluíram com a expansão do plantio de cana-de-açúcar em grandes extensões do território brasileiro, destacando-se o estado de São Paulo.

Nos municípios da rede urbana de Ourinhos, a origem do plantio de cana-de-açúcar e comercialização de derivados se deu pela família Ferrari, uma das pioneiras na ocupação do município de Ourinhos, a qual fundou a fábrica de cachaças Caninha Oncinha em 1917. A partir de 2010, a empresa deixou de produzir a cachaça, sendo que atualmente realiza apenas o engarrafamento. A cachaça é comprada de terceiros, principalmente na desliaria Tiroli, produtora independente cuja sede localiza-se em Palmital-SP (Levantamento de Campo, junho de 2018).

Porém o cultivo de cana-de-açúcar em maiores proporções iniciou-se em 1950 no estabelecimento rural da família Pegorer, localizado em Santa Cruz do Rio Pardo. Naquele período, a partir da cana-de-açúcar plantada, era realizado o processamento industrial da mesma e comercializado a cachaça, sendo vendida principalmente na região de Ourinhos e Norte do Paraná (SELANI, 2005).

No entanto, a família Pegorer inseriu-se na década de 1970 em outro segmento econômico, o beneficiamento de arroz, sendo que a fabricação de cachaça se tornou gradativamente uma atividade secundária, do ponto de vista econômico. Desse modo, em 1988 a produção de cachaça foi encerrada definitivamente. Porém, a família Pegorer ainda mantém o cultivo de cana-de-açúcar em seu estabelecimento rural, sendo totalmente mecanizada e a produção é comercializada com a Usina São Luiz de Ourinhos (Levantamento de campo, junho de 2018).

As duas iniciativas citadas revelam o interesse de pequenos produtores locais na produção da cana-de-açúcar antes da expansão dessa monocultura na pauta de políticas públicas e do incentivo ao setor.

Entretanto, a produção de açúcar e álcool envolvendo uma agroindústria, foi iniciada através da Usina São Luiz, fundada em 1951 pela família Quagliato (DEL RIOS, 1992). A propriedade rural dessa família, localizada entre os municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e Ourinhos, fornecia inicialmente a cana-de-açúcar necessária para o funcionamento da usina. Porém, a família adquiriu novos estabelecimentos rurais em Ourinhos e municípios adjacentes, a fim de obter matéria-prima, principalmente após a implantação do Proálcool, atendendo o crescimento da demanda por etanol (Entrevista com o agente social da Usina São Luiz, junho de 2018).

As demais agroindústrias da rede urbana de Ourinhos foram fundadas após a década de 1980, no contexto da expansão canavieira proporcionada pelo Proálcool,

conforme quadro 10. A situação atual difere entre as agroindústrias pois algumas passaram por problemas judiciais e foram desativadas ou vendidas a outros grupos ou proprietários. Conforme discutido, de modo geral, a maioria das agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar não são pertencentes a grupos econômicos, porém essa situação difere no caso dos municípios da rede urbana de Ourinhos, sendo prevalente a atuação desses grupos.

Quanto a forma de comercialização dos derivados, a exportação é feita principalmente através da atuação da Coopersucar, embora observe-se que nem todas as empresas atendam o mercado externo.

Atualmente, encontra-se em funcionamento⁸⁸ na rede urbana de Ourinhos, a Usina Comanche (Canitar), Usina Cosan (Ipaussu), Agrest (Espírito Santo do Turvo) e Usina São Luiz (Ourinhos). A Usina Cosan, parte do Grupo Raizen atua no município de Ipaussu, pois, além da unidade industrial, concentra o cultivo da matéria-prima no mesmo município. Em 2016 o Grupo Raizen inaugurou um terminal de distribuição de combustível (etanol) e um escritório em Ourinhos.

A usina Agrest, após longo período de litígio, retomou suas atividades concentrando o plantio da cana-de-açúcar também no município de Espírito Santo do Turvo, porém encontra-se em dificuldades financeiras.

Optou-se por analisar nesse trabalho a usina Comanche, por estar localizada em Canitar, empregar mão-de-obra dessa cidade, consistindo em umas das poucas opções de emprego. A outra usina analisada é a São Luiz, localizada em Ourinhos, pois emprega mão-de-obra e obtém matéria-prima oriunda de diversos municípios da rede urbana de Ourinhos, incluindo Canitar.

⁸⁸ Conforme informações obtidas no escritório do IBGE regional, A Usina Cosan, em Ipaussu, recebe a matéria-prima do próprio município, Chavantes e Bernardino de Campos, emprega trabalhadores oriundos em sua maioria de Ipaussu e conta com um terminal de distribuição do etanol produzido pela mesma, em Ourinhos. Quanto à Usina Agrest, presente em Espírito Santo do Turvo, a cana-de-açúcar é cultivada nesse município e também recebe matéria-prima de Santa Cruz do Rio Pardo, Óleo, Manduri e Águas de Santa Bárbara. Ambas agroindústrias são parte de grupos econômicos não-locais, sendo a Cosan integrante do Grupo Raizen e a Agrest, de um grupo de investidores ligados ao banco Mercantil.

QUADRO 10: Agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar da rede urbana de Ourinhos - 2018

Usina	Município	Ano de fundação	Situação atual	Proprietário/Grupo	Forma de comercialização dos derivados
1-Usina São Luiz S/A	Ourinhos	1951-	Em funcionamento	Grupo Quagliato	Copersucar
2-Pau d'alto	Ibirarema	1975-2013	Em negociação/ retomada do funcionamento	Finotti	---
3-Sobar – Atual Agrest	Santa Cruz do Rio Pardo- Atual Espírito Santo do Turvo	1978-	1978-1998 Sobar 2003- Retomada das atividades	Banco Mercantil e investidores	independente
4-Destilaria Archangelo	São Pedro do Turvo	1989-1990 1992-1993 2001-2002	Desativada	-----	-----
5-Usina Cosan-Ipaussu	Ipaussu	1991	Em funcionamento	Grupo Cosan	Cosan, Unica
6-Destilaria Ponte Preta	Chavantes	1987	Desativada	-----	-----
7-Usina Canitar (ex-Destilaria Ponte Preta)	Canitar	2008	Em funcionamento	Comanche	-----

Fonte: Trabalho de Campo, junho de 2018.

A cana-de-açúcar é produzida, conforme o IBGE (2006) em todos⁸⁹ os municípios da atual rede urbana de Ourinhos (REGIC, 2008), conforme se observa na tabela 48. Os maiores produtores, dentre os municípios da atual rede urbana de Ourinhos são Santa Cruz do Rio Pardo com 1.625.000 toneladas (18,58%), seguido por Ourinhos 1.347.840 toneladas (15,39%), Ipaussu 1.263.000 toneladas (14,43%) e Chavantes 1.200.000 toneladas (13,71%). Canitar produz 274.273 toneladas o que representa 2,13%.

⁸⁹ Por outro lado, conforme Selani (2005), a cana-de-açúcar não se inseriu plenamente em municípios como Sarutaiá, Timburi, Taguaí e Tejupá em decorrência da localização geográfica dos mesmos, em uma área de transição entre o Planalto Ocidental Paulista e a Depressão Periférica Paulista, não reunindo condições pedológicas e climatológicas ideais.

TABELA 48: Produção de cana-de-açúcar nos municípios da rede urbana de Ourinhos - 2017

Município	Quantidade (t)	% do total produzido
Santa Cruz do Rio Pardo	1.625.000	18,58%
Ourinhos	1.347.840	15,39%
Ipaussu	1.263.000	14,43%
Chavantes	1.200.000	13,71%
São Pedro do Turvo	637.500	7,28%
Óleo	580.500	6,63%
Bernardino de Campos	400.000	4,57%
Ribeirão do Sul	467.500	4,34%
Piraju	262.500	2,99%
Canitar	274.273	2,13%
Espírito Santo do Turvo	175.000	1,99%
Ibirarema	167.745	1,91%
Fartura	124.800	1,42%
Salto Grande	84.000	0,95%
Sarutaiá	63.000	0,71%
Tejupá	51.600	0,58%
Timburi	28.000	0,31%
Total	8.752.258	

Fonte: IBGE (2017).

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

A produção de cana-de-açúcar dos municípios da rede urbana⁹⁰ de Ourinhos não é suficiente para o abastecimento das agroindústrias processadoras locais, Usina São Luís (Ourinhos), Usina Comanche (Canitar), Usina Cosan (Ipaussu) e Usina Agrest (Espírito Santo do Turvo). Os municípios de Paulistânia, cuja produção de cana-de-açúcar é de 85.063 toneladas; Ubirajara 10.500 toneladas; Águas de Santa Bárbara 346.500 toneladas, Manduri 310.200 toneladas; Campos Novos Paulista 525.000 toneladas e Cerqueira César 1.360.000 são fornecedores de cana-de-açúcar para as agroindústrias dos municípios da rede urbana de Ourinhos (Levantamento de Campo, 2018).

Conforme observa-se no mapa 9, a Usina Agrest de Espírito Santo do Turvo recebe cana-de-açúcar do próprio município e também de Paulistânia, Ubirajara, Águas de Santa Bárbara e, eventualmente de Santa Cruz do Rio Pardo. A Usina Cosan de Ipaussu recebe cana-de-açúcar de Ipaussu, Chavantes, Bernardino de Campos, Piraju, Sarutaiá, Fartura, Timburi, Manduri e, eventualmente Cerqueira César.

A Comanche de Canitar, recebe cana-de-açúcar oriunda de Chavantes, Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar. A Usina São Luiz, apresenta matéria-prima oriunda de

⁹⁰ Jacarezinho (PR), cujas agroindústrias de cana-de-açúcar foram analisadas por Fresca (2000) e são abastecidas pela cana-de-açúcar do respectivo município, maior produtor do estado do Paraná, porém, no âmbito nacional ocupa apenas a 55ª posição. O município não é atualmente pertencente à rede urbana de Ourinhos e por esse motivo não foi relacionado no presente estudo.

Ourinhos, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Ibirarema, Ribeirão do Sul, Chavantes, Ipaussu, Bernardino de Campos e Óleo. A Cosan e a Agrest produzem parcela da matéria-prima em estabelecimentos rurais pertencentes às empresas. No caso da Comanche, todo montante de cana-de-açúcar é oriundo de terceiros.

A usina São Luiz, recebe cana-de-açúcar de Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Canitar, Ribeirão do Sul, São Pedro do Turvo, Chavantes e Salto Grande. Porém, mais de 90% da matéria-prima é obtida em estabelecimentos rurais pertencentes ao Grupo Quagliato, proprietário da Usina São Luiz, principalmente em Santa Cruz do Rio Pardo, onde há 30.000 hectares de cana-de-açúcar, plantadas em estabelecimentos rurais pertencentes à empresa. O arrendamento de terras refere-se especialmente ao aumento da demanda por etanol e/ou açúcar a partir de 2015.

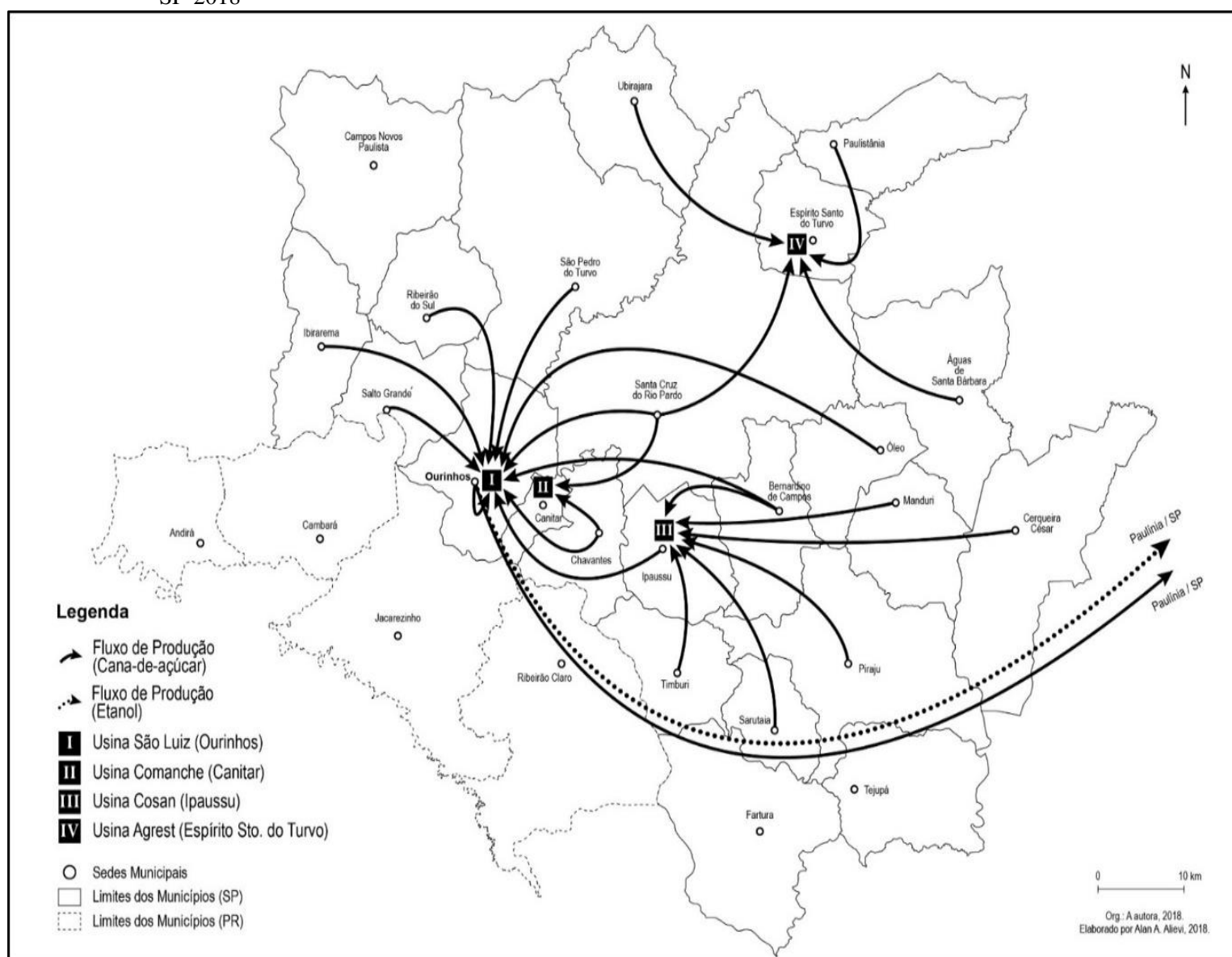
Conforme o mapa 9, todas as usinas produzem açúcar e etanol, com exceção da Comanche, que produz apenas açúcar. O volume de produção dos derivados varia de acordo com a demanda, preço do dólar, cana-de-açúcar disponível na região. Conforme o agente social entrevistado da Usina São Luiz, no caso dessa empresa, a produção de açúcar é contínua e não há redução, pois, há um grande depósito para o armazenamento do açúcar, sendo que inclusive prestam esse tipo de serviço à outras empresas. Quanto ao etanol, a produção é variável pois a alta no preço do petróleo e, conseqüentemente no preço da gasolina, são fatores que influenciam o aumento da produção.

A produção de açúcar efetuada nas agroindústrias processadoras da rede urbana de Ourinhos é em parte exportada, mediante a atuação da Copersucar, que realiza o entreposto logístico na cidade de Paulínia-SP, sendo o destino final, o porto de Santos. Parte do açúcar produzido é vendido às empresas brasileiras que realizam o beneficiando do produto e inserem suas marcas. Esse é o caso da Picinin Alimentos, arrozeira localizada em Santa Cruz do Rio Pardo e que realiza a compra do açúcar proveniente da Usina São Luiz, inserindo a marca Picinin ao mesmo.

O escoamento da produção tanto de açúcar como do etanol é de responsabilidade de terceiros. No caso do etanol, a Usina São Luiz possui boa capacidade de abastecimento, diferentemente das demais usinas analisadas. O transporte do etanol até Paulínia ocorre através de caminhões tanques e a estação ferroviária da Rumo/ALL presente em Ourinhos é utilizada como terminal de transbordo para o escoamento de parte do açúcar.

Ourinhos também apresenta o terminal terrestre da Petrobras que além de receber parte do etanol produzido na região, ainda estoca os combustíveis derivados de petróleo, distribuindo em Ourinhos e arredores. A base de distribuições da Ipiranga apresenta o mesmo papel. Portanto, os municípios da rede urbana de Ourinhos produzem cana-de-açúcar, porém a logística do escoamento produtivo está concentrada em Ourinhos. Nota-se no mapa 9 a localização das agroindústrias Cosan, Usina São Luiz, Comanche e Agrest, os municípios onde há o cultivo de cana-de-açúcar e os fluxos da cana-de-açúcar quanto ao abastecimento das agroindústrias.

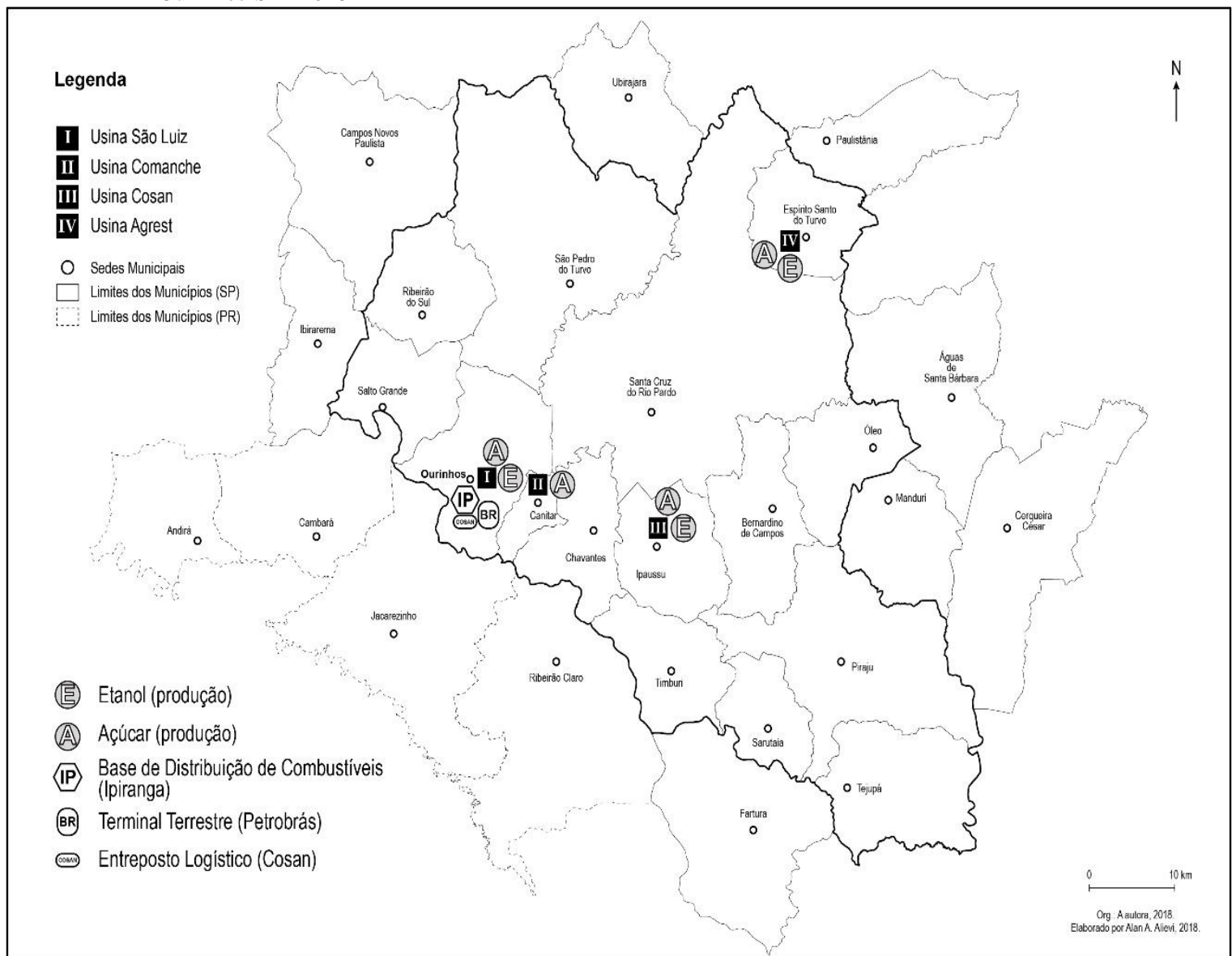
MAPA 9: Fluxos de produção da cana-de-açúcar nos municípios da rede urbana de Ourinhos-SP-2018



Fonte: Levantamentos de Campo, junho de 2018

O mapa 10 apresenta os fluxos de escoamento de etanol, oriundo dos municípios da rede urbana de Ourinhos. Observa-se que Ourinhos conta com a base de distribuição da Ipiranga, terminal terrestre da Petrobrás e entreposto logístico da Cosan, desempenhando papel distinto dos demais municípios, no contexto da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, pois apresenta, além do cultivo da monocultura em tela e da agroindústria processadora, estruturas atreladas à logística do escoamento.

MAPA 10: Fluxos de escoamento da produção de etanol nos municípios da rede urbana de Ourinhos-SP - 2018



Fonte: Levantamentos de Campo, junho de 2018.

Considerando que a Comanche, Agrest e Cosan são pertencentes a grupos estrangeiros ou investidores, compreende-se que o lucro obtido através do processamento da cana-de-açúcar e transformação em derivados não permanece nas cidades da rede urbana de Ourinhos, principalmente no caso de Canitar.

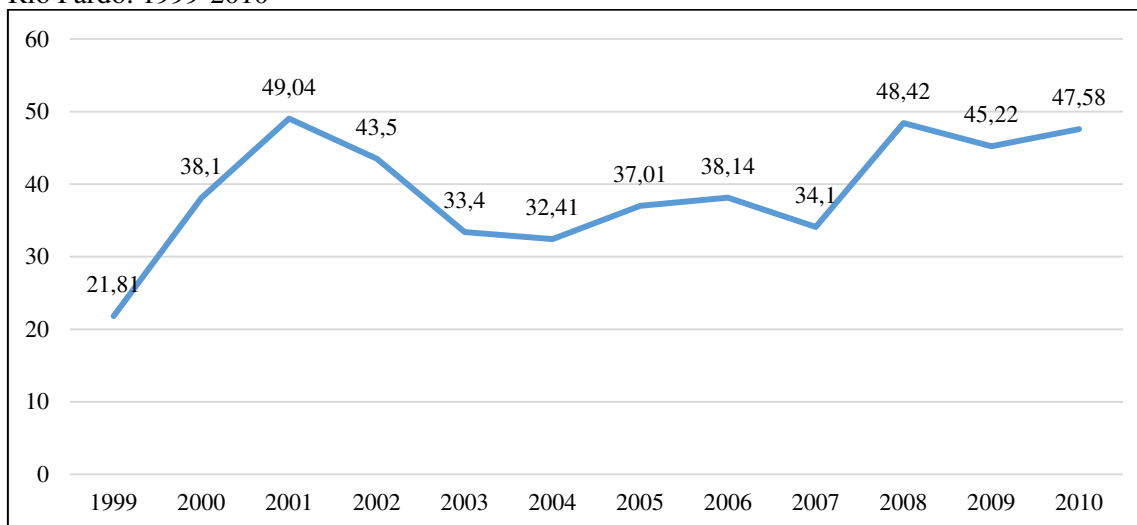
No caso da Usina São Luiz, trata-se de uma empresa familiar, considerando o fato dos proprietários serem a família Quagliato desde a fundação da mesma, porém apresenta médio porte e as relações patronais, conforme o agente social entrevistado, deixaram de existir desde o início da década de 1990. Também foi relatado que a família Quagliato apresenta outros negócios, destacando-se a criação de gado, principalmente no estado do Pará, sendo a usina, apenas um dos negócios da família e por outro lado, a existência de outros negócios garante-lhes capital de giro para a manutenção contínua das atividades da agroindústria mesmo em momentos de crise econômica.

Conforme relatou o entrevistado da Industria Mecânica Camachinho, Sr. Marcos Camacho, a Usina São Luiz realiza periódicas manutenções quanto às máquinas utilizadas no processamento da cana-de-açúcar, evitando que a produção seja interrompida por motivo de quebra nos equipamentos. A Mecânica Camachinho realiza essas manutenções, normalmente no período de final de ano. As outras empresas apresentam dinâmica distinta. No caso da Comanche, as dificuldades econômicas levaram também a deterioração dos equipamentos, sendo que a manutenção não é realizada com a frequência necessária. Nesse caso, a empresa apresenta falhas no processamento da cana-de-açúcar, levando à interrupção das atividades e gerando prejuízos.

Embora o cultivo de cana-de-açúcar não seja a principal atividade econômica de Santa Cruz do Rio Pardo e nem mesmo exista uma agroindústria processadora nesse município, esse é o principal cultivo municipal, em área plantada e quantidade produzida. Além disso, trata-se do principal produtor de cana-de-açúcar dentre os municípios da rede urbana de Ourinhos, com 13.340 hectares destinados a esse cultivo, gerando 1.625 toneladas anuais (IBGE, 2006), as quais são destinadas à usina Agrest, Comanche e, principalmente à Usina São Luiz, uma vez que, conforme o agente social dessa empresa, 60% dos estabelecimentos rurais de propriedade dessa usina, estão localizados em Santa Cruz do Rio Pardo. Desse modo, a cana-de-açúcar representa

atualmente 47,58% da participação agrícola em Santa Cruz do Rio Pardo, conforme gráfico 9⁹¹.

GRÁFICO 9: Participação da cana-de-açúcar na economia agrícola municipal de Santa Cruz do Rio Pardo: 1999-2010

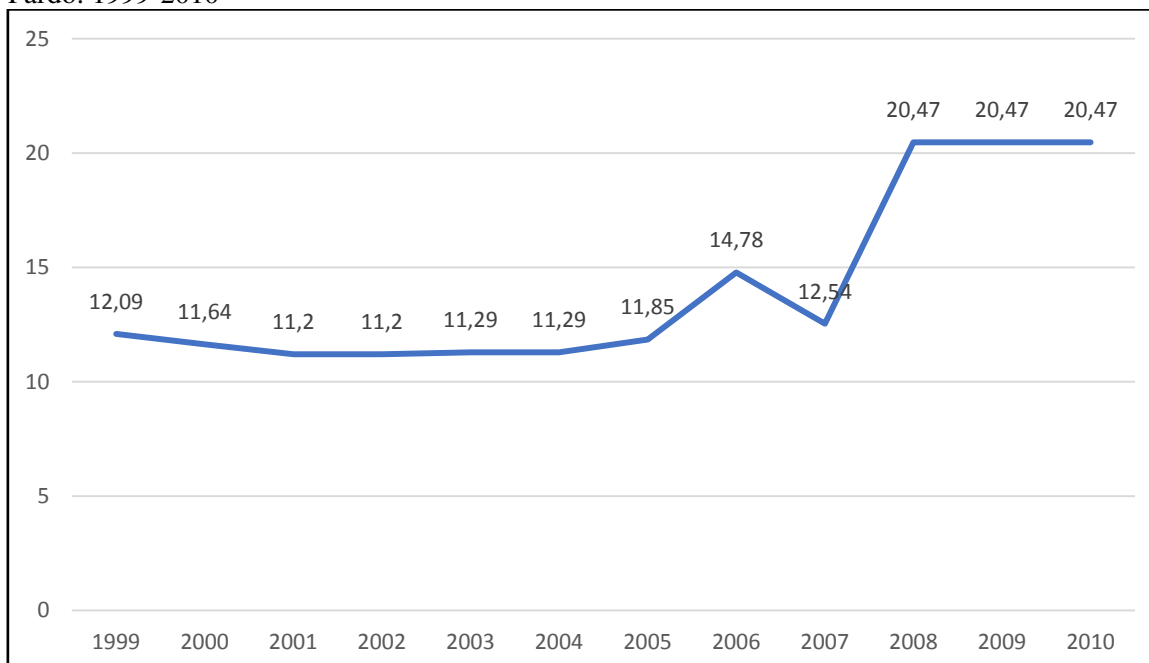


Fonte: PAM, Sidra.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

De acordo com o gráfico 10, o percentual da área territorial municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, dedicado ao cultivo de cana-de-açúcar tem aumentado consideravelmente, principalmente após 2007, atingindo 20,47%, sendo o principal cultivo em área plantada.

GRÁFICO 10: Percentual da área territorial total com cana-de-açúcar em Santa Cruz do Rio Pardo: 1999-2010



Fonte: PAM, Sidra.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

⁹¹ Devido as mudanças de metodologias aplicadas pelo IBGE, considerou-se os dados até o ano de 2010, para o caso dos gráficos 9,10,11, 12.

Para Barreto & Thomaz (2015), que analisaram as unidades agroprocessadoras associadas ao agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, a entrada dos veículos *flex-fuel* culminou com a expansão da cana-de-açúcar e o processamento da mesma em grandes unidades industriais, em diversas regiões do estado de São Paulo. O aumento da área territorial em Santa Cruz do Rio Pardo, dedicada ao cultivo de cana-de-açúcar coincide com o advento dos veículos flex fuel, ou seja, a partir de 2007, conforme se apontou no gráfico 3. Por outro lado, se tem o aumento da demanda por açúcar, motivada pela expansão da exportação dessa *commoditie*.

O setor canavieiro não se mostra um grande gerador de empregos diretos no município, sendo que a Usina São Luiz emprega 206 trabalhadores, a maioria em cargos administrativos. Quanto à Usina Comanche, não há empregos diretos ocupados por moradores de Santa Cruz do Rio Pardo (Levantamento de Campo, 2018⁹²).

De maneira geral, Santa Cruz do Rio Pardo produz o maior montante de cana-de-açúcar dentre os municípios da rede urbana, porém, sua participação nessa cadeia produtiva refere-se sobretudo à produção da matéria-prima e transporte principalmente à usina São Luiz, mediante veículos da respectiva empresa.

O plantio e a colheita de cana-de-açúcar encontram-se totalmente mecanizados nos municípios estudados desde 2010, extinguindo-se quase que por completo os empregos no campo. No caso dos estabelecimentos rurais arrendados pelas usinas, o plantio e colheita também é majoritariamente mecanizado, pois segundo o representante da Usina Comanche, os fornecedores cumprem a legislação do estado de São Paulo quanto à proibição da queima por despalha e, por outro lado, o custo da manutenção das máquinas, é menor do que pagar o trabalhador boia-fria.

Santa Cruz do Rio Pardo apresenta outras atividades econômicas relevantes, principalmente relacionadas à indústria alimentícia, conforme aborda-se no capítulo 5. Em levantamento de campo na cidade encontrou-se alguns agrosserviços (GONÇALVES, 1999), ligados à cana-de-açúcar, como escritórios de engenharia e comércios de produtos agropecuários, além dos bancos Itaú, Caixa, Santander, Bradesco e Banco do Brasil.

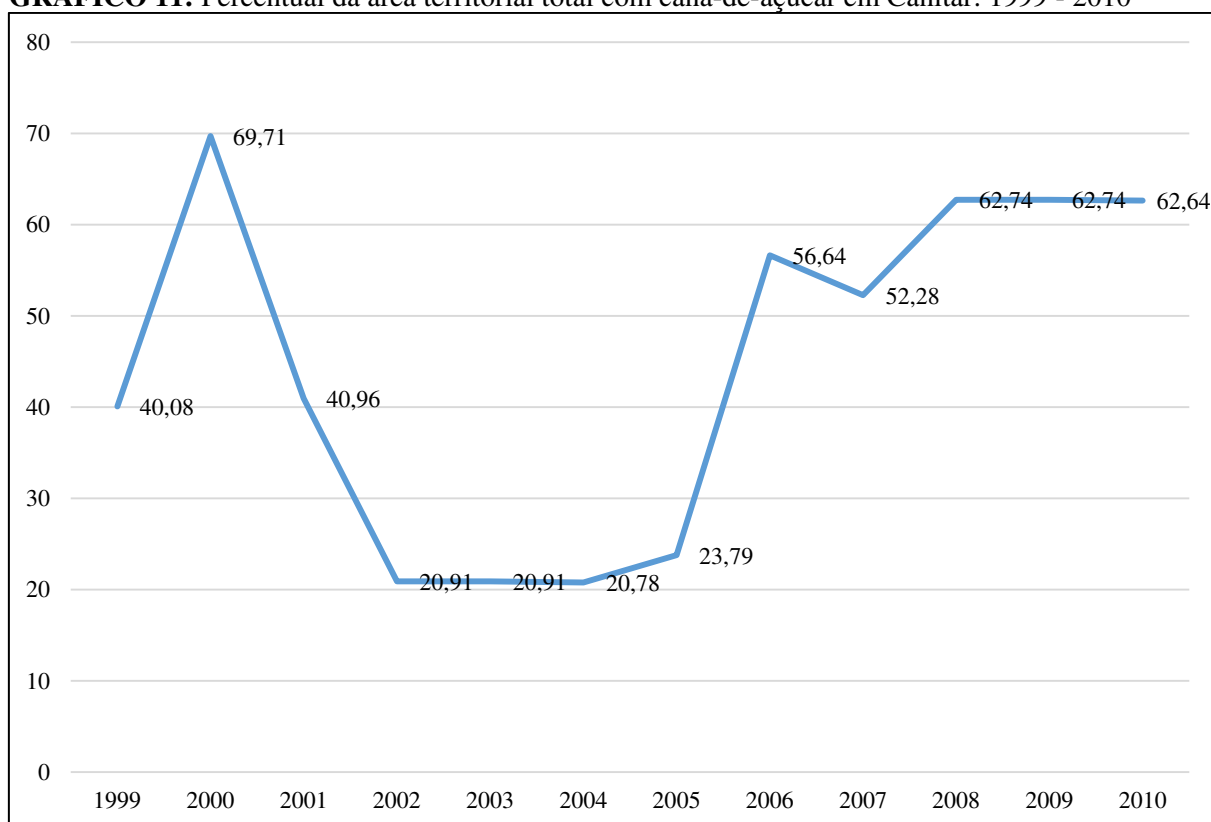
Destaca-se em Santa Cruz do Rio Pardo os cursos de nível médio destinados a qualificar a mão-de-obra local, ministrados na ETEC Orlando Quagliato. Os cursos presentes são: Açúcar e Álcool, Agroindústria, Agropecuária Integrada, Agronegócio e

⁹² Entrevistas realizadas com os agentes sociais das empresas Comanche e Usina São Luiz em Junho de 2018.

Alimentos. Segundo informações obtidas junto ao estabelecimento escolar⁹³, os alunos são oriundos de Santa Cruz do Rio Pardo, Espírito Santo do Turvo, Ourinhos, Ipaussu e Chavantes. Essa qualificação profissional é requerida principalmente no âmbito do processo de industrialização dos derivados da cana-de-açúcar sendo solicitada pelas empresas entrevistadas, embora no caso da Usina São Luiz, exista programas de treinamento interno, em algumas funções.

Considerando a quase inexistência do trabalho rural direcionado ao plantio e colheita da cana-de-açúcar, ou seja, o boia-fria, os empregos ocupados por trabalhadores de Santa Cruz do Rio Pardo referem-se principalmente às atividades desenvolvidas no âmbito da agroindústria e quanto ao manuseio de equipamentos agrícolas. Portanto, o papel de Santa Cruz do Rio Pardo na cadeia produtiva da cana-de-açúcar refere-se à produção da matéria-prima e na disponibilização de cursos voltados a qualificação profissional necessária à atividade agroindustrial.

GRÁFICO 11: Percentual da área territorial total com cana-de-açúcar em Canitar: 1999 - 2010



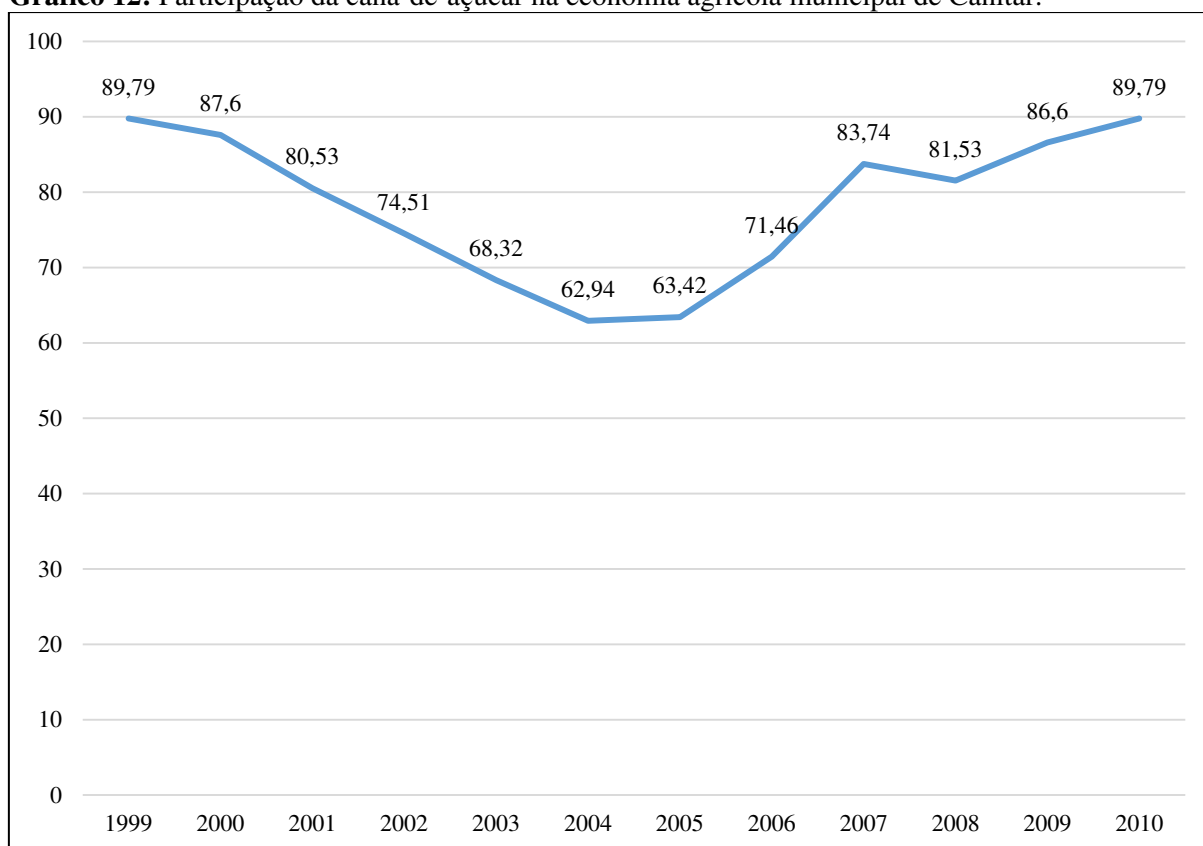
Fonte: PAM, Sidra.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

⁹³ Informações obtidas via contato telefônico.

Canitar apresenta sua economia municipal fortemente ligada ao cultivo de cana-de-açúcar e às atividades das agroindústrias locais: Usina Comanche e Usina São Luiz. Conforme o gráfico 11, a cana-de-açúcar ocupa 62,64% da área territorial municipal, pois dos 5.633 hectares existentes na área rural, 3.642 são destinados ao cultivo de cana-de-açúcar sendo, portanto, o principal produto agrícola, representando ainda 89,7% da produção agrícola municipal, conforme o gráfico 12. Não há em Canitar outra lavoura temporária ou permanente com produção significativa em qualquer segmento e, por outro lado, a pecuária também é bastante limitada (IBGE, 2006).

Gráfico 12: Participação da cana-de-açúcar na economia agrícola municipal de Canitar.



Fonte: PAM, Sidra.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Considerando que se trata de município com 57,38 km², a cana-de-açúcar está presente inclusive próxima à área urbana, conforme se observa na figura 2.

FIGURA 2: Cultivo de cana-de-açúcar próximo à sede urbana do município de Canitar-SP, 2018



Fonte: Levantamento de Campo, 2018.

A cana-de-açúcar passou a ter o cultivo ampliado em Canitar a partir da década de 1980 quando o município ainda era distrito de Chavantes, vinculado ao processo de expansão das atividades da agroindústria Usina São Luiz. Na mesma década foi inaugurada em Canitar a Destilaria Ponte Preta, aumentando a área cultivada de cana-de-açúcar, conforme informações do escritório regional do IBGE.

Conforme entrevista⁹⁴ realizada na Usina Comanche, as atividades da Destilaria Ponte Preta foram encerradas em 1999 e somente em 2007, um grupo de acionistas americanos adquiriu a destilaria citada. Porém, as instalações não foram aproveitadas devido ao atraso tecnológico das mesmas, sendo construída uma nova usina (Comanche), inaugurada em 2008.

⁹⁴ O entrevistado solicitou não ser identificado.

A nova usina de Canitar pertence ao grupo Comanche, que possui outras unidades em Simões Filho (BA), Tatuí (SP) e Paulínia (SP). Conforme o agente social entrevistado, o capital americano na agroindústria citada reduziu-se concomitante à crise econômica pela qual o país passou em 2008, ocasionando a não-conclusão das benfeitorias que seriam realizadas na unidade de Canitar. Por esse motivo, não há programas de qualificação profissional local, investimentos em pesquisa e melhoramentos genéticos, variedade na produção de derivados da cana-de-açúcar, na medida que se restringe à produção de etanol hidratado.

Além disso, a Comanche de Canitar opera em sistema de *Spot*, isto é, contratos a curto prazo, com destinos variáveis da produção. A Comanche não possui estabelecimentos rurais próprios e por isso obtém matéria-prima 100% de fornecedores, a partir dos sistemas “cana-cana”, no qual a Comanche coleta a matéria-prima e escoar até a agroindústria e o sistema “cana-esteira”, no qual o fornecedor se encarrega de trazer a matéria-prima.

Quanto aos fornecedores, o entrevistado informou que a oferta de cana-de-açúcar existe em função da quebra de outras agroindústrias locais como a Pau d’Alho (Ibirarema-SP), o funcionamento irregular da Agrest (Espírito Santo do Turvo), em processo de falência, bem como a existência de excedentes de cana-de-açúcar oriundos de fornecedores de Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo. Durante a entressafra não há venda de etanol pois a empresa não possui reservatório para esse produto e, por outro lado apresenta pequena capacidade de moagem, 1, 2 milhão de toneladas por safra, ou 6.000 toneladas diárias, sendo conforme o entrevistado a menor agroindústria da região de Ourinhos, quanto a capacidade de processamento industrial da cana-de-açúcar.

As atividades executadas pela empresa referem-se à moagem da cana-de-açúcar e produção de etanol, cujo escoamento é realizado por terceiros. Nesse sentido, emprega durante a safra, em média 300 trabalhadores, sendo que a maioria reside em Ourinhos. Conforme o agente social entrevistado⁹⁵, essa cidade possui a maior parte da mão-de-obra qualificada no setor. Durante a safra são empregados na Comanche, em média 50 trabalhadores oriundos de Canitar, mas o número é bastante variável e durante entressafra (final de novembro e começo de maio), os trabalhadores são dispensados e

⁹⁵ Reitera-se que os agentes sociais entrevistados, no caso da Comanche e da Usina São Luiz, são funcionários das mesmas e por motivos diversos, solicitaram não serem identificados.

recontratados posteriormente, denotando dessa forma a instabilidade do setor e a exploração da força de trabalho.

A Usina São Luiz⁹⁶ é proprietária de estabelecimentos rurais em Canitar, onde também é cultivada a cana-de-açúcar, de maneira totalmente mecanizada. Trata-se de uma empresa que emprega cerca de 4.000 trabalhadores, sendo que 2.300 residem em Ourinhos, 500 em Canitar e os demais distribuídos entre Santa Cruz do Rio Pardo, Chavantes, Ipaussu, Ibirarema, Salto Grande e Espírito Santo do Turvo. Durante a safra são contratados cerca de 200 trabalhadores adicionais. O setor administrativo e os cargos de gestão são ocupados principalmente por trabalhadores residentes em Ourinhos, ao passo que os trabalhadores de Canitar atuam no setor industrial, serviços de manutenção, fiscalização e nos serviços rurais. O regime de trabalho é regido pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) não existindo terceirizações.

Os serviços rurais, foram descritos pelas trabalhadoras entrevistadas⁹⁷ como um trabalho manual. Refere-se às equipes de controle de pragas, formadas por três grupos de 18, 11 e 13 pessoas cada, sendo que as equipes são constituídas majoritariamente por mulheres residentes em Canitar. As entrevistadas relataram que a remuneração é composta de 1 salário mínimo acrescido de bonificação, caso não haja faltas durante o mês, é disponibilizado transporte entre Canitar e a Usina São Luiz e alimentação no refeitório.

A função pauta-se no controle de pragas na raiz da cana-de-açúcar, aplicando veneno em formigas e monitorando a qualidade das plantas, mediante à inspeção dos “tocos” da planta a partir da inserção de buracos nos canteiros, sendo 2 a cada hectare. Conforme as trabalhadoras, trata-se de um trabalho muito pesado e minucioso, pois é necessário identificar se há a presença de pragas e de quais espécies. Outras atividades desempenhadas pelas equipes referem-se a plantar cana-de-açúcar em viveiros destinados as pesquisas realizadas no laboratório da usina, encontrar palhas na roça, medir e tirar fotos das mesmas e de outros elementos nocivos que surjam nos canaviais.

Em relação aos trabalhadores boias-frias, o agente social entrevistado, funcionário da Usina São Luiz apontou o fim das atividades dos trabalhadores a partir de 2010, em cumprimento à legislação pertinente ao fim da queima por despalha. Por outro lado, cerca de 80% dos boias-frias eram sazonais e oriundos de estados

⁹⁶ Dados coletados com o agente social representante da Usina São Luiz em junho de 2018.

⁹⁷ Entrevista realizada com 3 trabalhadoras da Usina São Luiz residentes em Canitar e alunas do EJA na escola E.E Aparecido Gonçalves Lemos. As trabalhadoras solicitaram sigilo quanto à identidade.

nordestinos, principalmente do Maranhão. O entrevistado apontou que ainda existem alguns trabalhos ocasionais, porém não soube quantificar com exatidão quantos trabalhadores exerciam funções manuais e se os mesmos ocorreriam na ocasião do plantio e/ou colheita, pois trata-se de trabalhadores contratados por fornecedores de matéria-prima.

O representante da Usina São Luiz relatou que os boias-frias que trabalhavam nas propriedades da empresa não estavam mais “aguentando o trabalho”, referindo-se à atividade extenuante do corte da cana-de-açúcar e, aposentaram ou “encostaram pelo INSS”. Já as trabalhadoras entrevistadas, relataram que os ex-boias-frias que não conseguiriam outro trabalho ou aposentaram ou passaram a depender de “ajuda do governo”, citando o Bolsa Família. Em consulta ao Portal da Transparência verificou-se que 2017 havia 347 pessoas em Canitar, registradas no Bolsa Família (BRASIL, 2017).

A Usina São Luiz, apresenta cargos de chefia, supervisão dos distintos setores da agroindústria e dos serviços desempenhados na parte rural, funções administrativas e de pesquisa, operador de colheitadeira, sendo essas melhor remuneradas. Porém, a maioria dos trabalhadores está submetida ao teto de R\$ 1.800 para tratoristas, operadores de máquinas agrícolas e coordenadores do setor industrial em geral. Os demais trabalhadores, como o controle de pragas, segurança, operários da agroindústria e dos serviços de apoio (restaurante, limpeza e escritório) recebem um salário mínimo acrescido de bonificação por assiduidade. Situação semelhante foi verificada na Usina Comanche, porém com o diferencial da ausência da alimentação disponibilizada pela empresa, auxílio-saúde e odontológico.

Ligado ao setor canavieiro, há em Canitar a fábrica de fertilizantes Fertipar, empresa de capital não-local, que gera 20 empregos, sendo que maioria dos trabalhadores residem em Canitar, com exceção dos cargos de gerência e supervisão, cujos trabalhadores residem em Ourinhos, conforme informações⁹⁸ obtidas na empresa. Os fertilizantes são vendidos, no entanto, em municípios de maior porte, dentre eles Ourinhos, sendo direcionados à cana-de-açúcar e outros cultivos. Não há em Canitar comércios de produtos agrícolas. Na figura 3, referente à área urbana de Canitar, nota-se a Fertipar, a ferrovia ALL (antiga E.F. Sorocabana) e o cultivo de cana-de-açúcar adentrando o perímetro urbano de Canitar.

⁹⁸ Informações disponibilizadas por contato telefônico.

FIGURA 3: Indústria de Fertilizantes Fertipar, a direita, plantação de cana-de-açúcar em Canitar, 2018



Fonte: Levantamento de campo, 2019.

No âmbito urbano, excetuando-se a fábrica de fertilizantes, a cidade não apresenta outras atividades atreladas ao agronegócio da cana-de-açúcar. Não há cursos voltados à qualificação profissional, empresas prestadoras de serviço no setor canavieiro, escritórios de profissionais liberais necessários a efetivação do agronegócio (advogados, engenheiros agrônomos, engenheiros de materiais, etc.). Assim, Canitar desempenha um papel bastante restrito no âmbito da cadeia produtiva estudada.

Excetuando-se os empregos gerados pela Usina São Luiz e Usina Comanche, há pouca oferta de empregos em Canitar. Por esse motivo, há a denominada frente de trabalho, cujas atividades são remuneradas pela Prefeitura Municipal de Canitar e referem-se a coleta de lixo, coleta seletiva, apoio em limpeza e preparação de refeições em escolas, com remunerações de meio salário mínimo.

Recentemente a empresa S/A Asfaltos, passou a desenvolver as atividades de duplicação da rodovia Raposo Tavares, entre o Km 295,4 até o Km 373. Em meados de 2017 foi inaugurado um escritório da empresa em Chavantes e conforme foi apurado no mesmo⁹⁹, foram contratados 100 trabalhadores¹⁰⁰ de Canitar para realizar as funções referentes a duplicação e pavimentação da referida rodovia. Trata-se de empregos temporários e com remunerações de 1 salário mínimo.

A prefeitura municipal de Canitar também é um importante empregador, embora a oferta de empregos melhor remunerados seja pequena e restrita aos cargos que exigem

⁹⁹ Informações obtidas via contato telefônico.

¹⁰⁰ Também foram contratados trabalhadores de Ourinhos, Chavantes e Ipaussu.

nível superior. Os cargos de dentista, enfermeiro, farmacêutico, psicólogo, fisioterapeuta e assistente social, cuja jornada de trabalho é de 30 horas, referem-se ao salário de R\$ 1.600,00. Porém, conforme informações coletadas com trabalhadores da prefeitura municipal de Canitar, a maioria dos empregos exigem nível fundamental e apresentam a remuneração de R\$ 985,00. Os cargos de nível médio como auxiliar de enfermagem, telefonista, escriturário apresentam remuneração média de R\$1.200.

Outro setor que oferece empregos em Canitar, a educação¹⁰¹, empregando professores de PEB II cuja remuneração por 30 horas é em média R\$1.300,00 e PEB I, cujos profissionais recebem a mesma remuneração, porém referente a 40 h semanais. Há ainda os empregos de Assistente de Alfabetização, cuja remuneração é de R\$ 750 por 25 horas semanais e os cargos de nível médio, inspetor de aluno e secretário de escola, com salário de 1.300 reais por 40 horas de trabalho. Os cargos de nível médio como auxiliar de enfermagem, telefonista e escriturário apresentam remuneração de R\$1.200 por 40 horas.

Mediante os baixos salários citados e a falta de opções de emprego, Canitar destaca-se negativamente por apresentar o IDH municipal de 0,68. Verificou-se ainda que a cidade conta com apenas uma agência bancária do banco Bradesco, uma lotérica, agência dos Correios, e um banco postal do Banco do Brasil. Não há nenhuma loja de eletrodomésticos ou móveis bem como outros bens de consumo duráveis. Na inexistência de concessionárias de veículos e de mecânicas autorizadas por fabricantes, encontra-se em Canitar, alguns estabelecimentos que prestam os serviços de conserto dos mais diversos veículos, embora, conforme informado em consulta¹⁰² a um desses estabelecimentos, quando há a necessidade de peças, as mesmas são obtidas em Ourinhos.

A figura 4, evidencia a pouca complexidade dos serviços oferecidos em Canitar, sendo que o lava-car e a borracharia, são os únicos estabelecimentos desse segmento existentes na cidade.

¹⁰¹ Há duas escolas de ensino fundamental (EMEF Luiz Gimenez e EMEF Alcino Leite) e uma escola de Ensino Infantil (EMEI Yolanda Campos Pereira da Silva).

¹⁰² Diálogo informal.

FIGURA 4: Estabelecimentos prestadores de serviços em Canitar, 2018

Fonte: Levantamento de campo, 2018.

Na figura 5 observa-se a entrada de Canitar, as margens da rodovia Raposo Tavares. A pavimentação asfáltica foi retirada com as chuvas ocorridas no início de 2018 e, devido à falta de recursos financeiros, encontra-se sem reparos (Levantamento de campo, junho de 2018).

FIGURA 5: Vista parcial da entrada de Canitar, 2018

Fonte: Levantamento de campo, 2018.

Na figura 6, observa-se a agência do banco do Bradesco, localizado em frente à praça Central. Trata-se da única agência bancária existente na cidade. Nota-se que há residências do lado direito e do lado esquerdo e também, a única padaria da cidade (padaria do Joel).

FIGURA 6: Vista Parcial da agência do banco Bradesco em Canitar, 2018



Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

A informalidade também é encontrada no comércio, na medida que há os “bazares itinerantes”, montados em um espaço pertencente à Prefeitura Municipal de Canitar e que atendem à demanda de consumo da população de baixa renda. Canitar apresenta apenas um supermercado, uma farmácia e uma padaria, embora existam diversas “portinhas”, nas quais há a venda de roupas, refeições, bebidas e funcionam em geral em garagens de residências. Há ainda diversos trailers e barraquinhas localizadas principalmente nas proximidades da Prefeitura Municipal e da escola estadual de ensino médio E.E. Aparecido Lopes Gimenez. A única lanchonete existente na cidade encontra-se em um dos postos de gasolina de Canitar, o Auto Posto Canitar e atende, conforme informações coletadas no local, principalmente caminhoneiros não residentes em Canitar.

Na figura 7 observa-se um estabelecimento comercial localizado no Centro de Canitar onde encontra-se mercado/mercearia/petshop. Nota-se, mediante o cartaz localizado no canto direito da foto, que o estabelecimento comercializa as rações para cães e gatos da marca Special Dog, empresa de Santa Cruz do Rio Pardo.

As “portinhas”, como observa-se na figura 8, são estabelecimentos anexos às residências, composto por uma porta que dá acesso ao mesmo e uma fachada bastante simples. Nesses lugares são disponibilizados serviços e comércios pouco complexos e, em Levantamento de Campo em junho de 2018, foram encontrados os seguintes serviços/comércios: venda de marmitex e lanche, encomenda de salgados e bolos para festas, barbearia, cabeleireiro e manicure, *lan house* e xerox, brechó, costureira, bares, loja de roupa, papelaria, assistência técnica em eletrônicos e informática.

FIGURA 7: Vista Parcial de um estabelecimento comercial de Canitar, 2018



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

FIGURA 8: Vista Parcial de um estabelecimento comercial anexo à residência em Canitar, 2018



Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Apesar da recente inauguração da rodoviária municipal, a mesma não se encontra em funcionamento e há apenas uma empresa de ônibus que opera na cidade, a Manoel Rodrigues/SA que disponibiliza a linha Santa Cruz do Rio Pardo-Ourinhos. Há apenas um itinerário, o qual perpassa a principal rua de Canitar, Rua Joaquim Bernardes Mesquita, com intervalos que variam de uma (1) hora durante a semana de duas (2) horas em fins de semana e feriados, ligando Canitar à Santa Cruz do Rio Pardo (35 km) e Ourinhos (7 km). A falta de opções de transporte culminou com a existência de “vans” que fazem o trajeto entre Canitar (Centro) e Ourinhos (hospital Santa Casa de Misericórdia e Centro), com horários com intervalos de meia hora a uma hora, dependendo da “demanda”, conforme informou um dos motoristas entrevistados¹⁰³.

No âmbito da saúde, a cidade conta com um posto de saúde e um ambulatório médico, não existindo nenhum consultório médico ou odontológico particular, laboratório de análises clínicas, nem hospital sendo que as demandas médicas de maior complexidade e emergências são encaminhadas para Ourinhos. A cidade também não apresenta nenhum estabelecimento educacional de ensino privado e nenhuma faculdade, bem como não há a existência de escola de informática ou línguas estrangeiras.

Canitar disponibiliza à população apenas serviços básicos e por outro lado, a falta de lojas e serviços especializados atrela-se diretamente à baixa renda da população local, dependente de empregos públicos municipais ou dos empregos gerados pela Usina São Luiz e Comanche. Também, a proximidade com a cidade de Ourinhos, apenas 7 km, satisfaz a demanda da população com renda mais elevada e que procura por serviços ou itens comerciais mais específicos.

Canitar porta-se na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, como produtor dessa monocultura, disponibilizando mão-de-obra pouco qualificada. Mostra-se ainda um reservatório de mão-de-obra, na medida que as agroindústrias locais contratam mão-de-obra temporária no período da safra. Apresenta-se como uma cidade dependente de assistencialismo governamental, verificável através do número expressivo de beneficiários do Bolsa Família (347 pessoas, em 2017).

Tem-se em suma, uma cidade-dormitório, cujos empregos encontram-se principalmente na Usina São Luiz, localizada em outro município, e onde há falta de

¹⁰³ Diálogo informal, junho de 2018.

serviços e comércios que atendam distintas demandas da parcela da população que apresenta alguma renda, levando os deslocamentos em direção a cidade de Ourinhos.

Nas palavras de Elias (2006), trata-se de cidades do agronegócio, cuja vulnerabilidade econômica é latente devido a sua economia dependente de um único setor e por sua vez, o elo mais frágil dos circuitos espaciais, uma vez que o comando produtivo é em muitos casos exercido de locais distantes ao passo que a riqueza gerada, não é investida na cidade.

A dinâmica da cadeia produtiva da cana-de-açúcar e a rede urbana de Ourinhos

De acordo com Gonçalves et al (2009) a financeirização da agricultura se manifesta na rede de agrosserviços transnacionais e financeiros e no caso do estado de São Paulo, há regiões agropecuárias e agricultura associada aos agrosserviços transnacionais e exportações. Com isso entende-se que, além da complexificação da agroindústria há distintos papéis na cadeia produtiva.

Para Mesquita (2015) a organização atrelada ao agronegócio, o uso de insumos e maquinários geram extrema especialização. Castilho & Camellini (2012) complementam que a excessiva especialização setorial desencadeada pelas cadeias produtivas envolve a produção, distribuição, comercialização e consumo.

Desse modo, atualmente a cidade pautada no agronegócio deve apresentar funções urbanas que respondam à agropecuária intensiva com comércios, serviços especializados, armazenamento, processamento de matérias-primas, finanças, logística, administração, contabilidade agrícola, assistência técnica. Nesse sentido, as cidades pequenas e médias são a base de operações agroindustriais, grandes cooperativas, sindicatos rurais patronais e trabalhistas, empresas de transporte, logística etc. (CASTILLO, 2016).

Nessa perspectiva, as cidades da rede urbana de Ourinhos apresentam diferentes atividades no contexto da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Apontou-se que Santa Cruz do Rio Pardo é um importante produtor de cana-de-açúcar, no âmbito da rede urbana de Ourinhos-SP, disponibilizando alguns agrosserviços atrelados ao setor, porém não tem função quanto à produção de derivados e escoamento dos mesmos.

Canitar mostra-se um município cuja economia é ligada ao plantio de cana-de-açúcar e a forte relação com as agroindústrias é devido ao fato de parte considerável da

força de trabalho encontrar empregos nas mesmas. A falta de outras atividades econômicas revela uma debilidade econômica manifesta na restrita oferta de bens e serviços e na necessidade de deslocamentos para as cidades do entorno, principalmente Ourinhos, com intuito de ter acesso a trabalho, consumo ou busca por serviços não encontrados em Canitar.

Cabe entender como funciona a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, no tocante à rede urbana de Ourinhos. A principal cidade de rede urbana, Ourinhos, apresenta a maioria dos agrosserviços relativos à cana-de-açúcar, atuando como o elemento central da cadeia produtiva analisada, na medida que a cidade apresenta sindicatos¹⁰⁴ relativos aos trabalhadores rurais, agropecuárias, profissionais qualificados para o trabalho industrial, suporte jurídico, econômico e profissional, estruturas de armazenagem de etanol, transportadoras, terminais de distribuição e as vias para escoamento produtivo através do entroncamento rodoferroviário existente.

Ourinhos é um entroncamento ferroviário, relativo à presença da ALL/Rumo e desde 1999, transporta o etanol produzido pelas agroindústrias Comanche, Cosan e Usina São Luiz. Encontra-se ainda, reservatórios de combustível, representados pela Ipiranga e Petrobras, sendo que o primeiro atende a Usina São Luiz e a Petrobras, as demais usinas (mapa 10). Outro aspecto relevante é a presença de um dos centros coletores de etanol da Petrobras, sendo os demais localizados em Brasília, Sertãozinho, Araraquara, Santa Adélia, Paulínia, Bauru e Londrina, o que denota a importância de Ourinhos do ponto de vista da logística de escoamento do etanol.

Os agrosserviços não encontrados em Ourinhos, conforme se apurou nas entrevistas realizadas e referem-se à gestão de vendas de produtos no âmbito das exportações e do escoamento externo do açúcar sendo que no caso das usinas consultadas, é realizado majoritariamente pela Copersucar, empresa cuja sede brasileira encontra-se em São Paulo e a sede europeia nos Países Baixos. Por outro lado, serviços de alta complexidade, principalmente quanto à substituição de peças das agroindústrias, são encontrados em Sertãozinho-SP e Piracicaba-SP. Quanto à distribuição de combustíveis e refino, Paulínia-SP apresenta o papel predominante.

Os insumos usados na produção da cana-de-açúcar, principalmente no caso dos fertilizantes e agrotóxicos, são conforme pesquisa a campo (Levantamentos de Campo,

¹⁰⁴ Optou-se por centrar essa pesquisa nos desdobramentos econômicos e sociais referente ao agronegócio da cana-de-açúcar, excluindo assim a análise centrada no sindicalismo, apesar de ser um aspecto importante e que pode gerar pesquisas futuras.

2018), encontrados em agropecuárias de Ourinhos e distribuidores em geral, embora a fabricação seja realizada em outros locais, no caso da BASF, em Paulínia, Jacareí, Guaratinguetá, dentre outras cidades.

Quanto à mão-de-obra especializada, em Ourinhos há 4 universidades: Fatec, Unesp, UniFio e Estácio de Sá. Dentre os cursos cujo mercado de trabalho abrange a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, a Fatec disponibiliza o curso de agronegócio, gestão empresarial, segurança da informação, análise e desenvolvimento de sistemas; UniFio apresenta os cursos de agronomia, administração de empresas, ciências biológicas, sistemas de informação, ciências contábeis; Estácio de Sá conta com cursos de administração, engenharia de produção, gestão de recursos humanos e engenharia de controle e automação.

Por sua vez, a escola técnica “Etec Jacinto Ferreira de Sá” disponibiliza os cursos de administração, segurança do trabalho, secretariado, recursos humanos, mecânica, química, informática e finanças. A unidade do Senai oferece os cursos de auxiliar administrativo, segurança do trabalho, informática, metalmeccânica, metalurgia, meio ambiente, gestão e qualidade, recursos humanos, administração industrial, instrumentação de processos, mecânico de usinagem, caldeireiro e eletricitista industrial.

Os serviços relativos à manutenção e usinagem das agroindústrias relativas aos municípios da rede urbana de Ourinhos são majoritariamente executados pela Mecânica Camachinho. Em entrevista efetuada com a empresa, verificou-se que há uma intrínseca relação entre a mesma e a efetivação das agroindústrias da região.

O início da atuação da empresa se deu em 1968, com uma mecânica que a realizava pequenos consertos. Os primeiros clientes foram as olarias de Ourinhos, porém a falência das mesmas, na década de 1990, extinguiu essas atividades. A empresa permaneceu até 2000 apenas com a função de pequenos consertos até que, no ano citado, realizou o conserto de um rolete de carga, esteira que carrega a cana-de-açúcar na indústria de processamento, na Usina Da Calda em Jacarezinho-PR, inserindo-se no setor.

De acordo com o agente social entrevistado, as agroindústrias de cana-de-açúcar até a década de 2000, não apresentavam total automação dos processos produtivos e os consertos eram realizados pelas próprias empresas, mas os problemas nos equipamentos eram frequentes. O início da atuação da Camachinho teria dinamizado o processo produtivo do setor, pois a empresa presta a manutenção dos equipamentos das agroindústrias principalmente no período da entressafra. A empresa também presta

serviços na parte agrícola, consertando colheitadeiras, tratores, metalurgia em torno, solda, embora o foco seja a parte industrial, mais complexa e rentável. Do ponto de vista dos empregos gerados, a Camachinho emprega 44 pessoas, sendo 2 funcionários administrativos, apresentando uma média salarial de R\$ 3.000. A mão-de-obra empregada já apresenta qualificação prévia, adquirida em cursos do SENAI e/ou Etec.

O raio de atuação da empresa estende-se por 600 km pois atende as Usinas Santa Terezinha, localizadas no noroeste paranaense, algumas usinas de Rio Brilhante-MS, as usinas de Jacarezinho-PR e as demais usinas do Centro-Oeste paulista. Conforme informações da empresa, as únicas prestadoras do mesmo serviço estão localizadas em Cambará -PR, Ribeirão Preto - SP, Piracicaba-SP e Sertãozinho-SP, onde se concentra os serviços mais específicos do setor.

A Usina São Luiz, principal cliente da Camachinho realiza a manutenção de forma contínua pois, conforme o entrevistado, tentam evitar falhas e prejuízos no processo produtivo e por apresentarem reservatórios de etanol e de açúcar, operam em modo permanente, quanto ao beneficiamento desses produtos. Acerca da usina Comanche, a prestação de serviços restringiu-se a construção da estrutura da usina, na ocasião da inauguração da mesma, na medida que essa empresa realiza a manutenção dos equipamentos de forma descontínua.

Essa característica, conforme apontado em entrevistas realizadas com o representante da Usina São Luiz, Mecânica Camachinho e IBGE (Escritório de Ourinhos), refere-se à oscilação quanto ao funcionamento das unidades industriais e da demanda por matérias-primas, pois as unidades industriais operam de acordo com a demanda do mercado e também quanto as decisões tomadas pelos acionistas. Nessa configuração torna-se comum a “quebra” das agroindústrias e a mudança de acionistas/proprietários, tornando o emprego dos trabalhadores locais, bastante vulnerável. Conforme o representante da Mecânica Camachinho, há ainda a instabilidade quanto ao pagamento dos serviços de manutenção além de, no caso da Cosan, a política implantada pela empresa, de pagamento após 90 dias decorridos do serviço prestado, torna-se um fator negativo aos prestadores de serviços e fornecedores de insumos.

A Usina São Luiz de Ourinhos foi fundada em 1951, porém passou operar com grande capacidade instalada a partir da década de 1980, produzindo atualmente etanol, açúcar, levedura e, a partir do bagaço, a energia da biomassa, a qual alimenta o funcionamento da agroindústria. A capacidade de moagem é de 2 milhões e 600 mil

toneladas diárias, produzindo açúcar e etanol, conforme a demanda solicitada através da Copersucar. Trata-se da maior usina da região, de Ourinhos e adjacências.

A empresa utiliza alta tecnologia em todo o processo produtivo, através do uso da biotecnologia, quanto à melhoria genética das plantas, com o intuito de diminuir os gastos com agrotóxicos, mecanização do plantio e colheita, inclusive com o uso de GPS e, por fim, automatização do processo industrial, na produção dos derivados. Também apresenta alta capacidade de estocagem de açúcar, prestando serviços para as demais empresas conveniadas da Copersucar, através do sistema de cotas.

Conforme o representante da agroindústria Usina São Luiz, o diferencial da mesma reside no fato de ser uma empresa pioneira, de um grupo familiar, e sem a presença de investidores, cuja inovação tecnológica é constante, o emprego razoavelmente estabilizado e a manutenção dos equipamentos e máquinas periódicas, evitando desperdícios de matéria-prima.

A dinâmica da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na rede urbana de Ourinhos aponta que as cidades apresentam distintos papéis. A produção de etanol é escoada para Paulínia-SP e o açúcar, *commoditie* direcionada à exportação e comercializado no mercado interno, é transportado principalmente para o porto de Paranaguá - PR. Ourinhos apresenta a função de estocagem de etanol, quanto às unidades da Petrobras e Ipiranga e quanto ao depósito para açúcar localizado na Usina São Luiz. Todas as atividades referentes aos fluxos de escoamento produtivo perpassam a cidade de Ourinhos.

Os demais municípios da rede urbana de Ourinhos apresentam variáveis produções de cana-de-açúcar, conforme foi apontado na tabela 48 (p.194), embora o maior montante de cana-de-açúcar produzido se refira ao município de Santa Cruz do Rio Pardo. Ourinhos apresenta a mais completa gama de agrosserviços, os quais atendem à demanda do agronegócio da cana-de-açúcar, sendo os serviços mais complexos adquiridos nos municípios da principal área produtora do setor canavieiro do Brasil; Sertãozinho, Piracicaba e adjacências.

Santa Cruz do Rio Pardo é grande produtora de cana-de-açúcar, mas não é fortemente dependente desse setor, pois há outras atividades econômicas. Canitar, município com pequena área territorial, cujo cultivo predominante é a cana-de-açúcar, sem qualquer outra atividade tanto nos setores primário, terciário e secundários, apresenta sua economia dependente da cadeia produtiva em questão, porém se mostra o elemento menos favorecido por ela, na medida que desempenha papel de repositório de

mão-de-obra pouco qualificada e mal remunerada. É a cidade do agronegócio da cana-de-açúcar, a qual concentra os vieses negativos dessa cadeia produtiva.

4.4 - O orçamento público municipal em Canitar

Devido a maior diversidade econômica de Santa Cruz do Rio Pardo, cuja economia é pautada no cultivo de cana-de-açúcar e na indústria alimentícia, bem como maior tamanho populacional, compreende-se que esse município gera mais receitas que Canitar, resultando em menor dependência de receitas externas. Por essa razão analisa-se aqui a constituição e aplicação do orçamento público somente em Canitar, considerando os anos de 2015 e 2017 por apresentar mudanças econômicas significativas.

Há uma lacuna no estudo das pequenas cidades no que se refere ao papel do poder público municipal. Como as pequenas cidades podem prover os serviços públicos e serviços urbanos necessários à sua população, se há poucas atividades econômicas capazes de gerar receitas para tal finalidade? Por outro lado, a análise do orçamento público municipal, associado às atividades econômicas predominantes no município pode revelar diferenças socioespaciais que essas cidades apresentam.

É necessário frisar que no caso da pequena cidade atrelada ao agronegócio, há uma gama de diferenciações, pois o agronegócio da cana-de-açúcar demanda distintas atividades econômicas, se comparadas, por exemplo, ao agronegócio da soja, oriundos de suas cadeias produtivas. Por outro lado, parte desses municípios pode ser somente local em que se cultiva a monocultura, sem a presença necessariamente dos agrosserviços (GONÇALVES & SOUZA, 2008). As pequenas cidades ligadas à especialização industrial ou alguma prestação de serviços, por sua vez, apresentam-se fortemente atreladas ao capital local e desempenham atividades econômicas que podem ser maior gerador de receitas municipais.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a emancipação de diversos municípios cujas sedes são pequenas cidades, a discussão sobre a viabilidade da existência das mesmas tornou-se recorrente. Discute-se a aparente totalidade da dependência externa, quanto às receitas orçamentárias, o que revelaria um “sobrepeso”, no âmbito da União e do estado quanto à transferência de recursos.

Tomio (2002) e Brandt (2010) propagam que tais cidades “nada produzem” e que parte irrisória da receita é oriunda das atividades econômicas locais, tornando-se um

peso para a União e Estado quanto ao repasse de verbas. Porém, justamente pelo caráter econômico heterogêneo dessas pequenas cidades, o orçamento público municipal e os elementos oferecidos à população por parte do poder público, são diferentes.

As pequenas cidades, com exceção daquelas que desenvolveram alguma especialização industrial ou de prestação de serviços, apresentariam pouca diversidade de atividades econômicas passíveis da geração de impostos e receitas às cidades.

O orçamento público municipal permanece um tema pouco discutido no âmbito da Geografia, sendo tema recorrente na Administração¹⁰⁵. Quanto às pequenas cidades, patamar que recebe menor interesse dos geógrafos, conforme se apontou ao longo dessa pesquisa, denota-se que o estudo das pequenas cidades associado ao orçamento municipal apresenta poucos registros acadêmicos. Porém, o orçamento público em pequenas cidades propicia um aprofundamento da análise da dinâmica econômica apresentada nesse escalão urbano, sendo ainda um aspecto pouco tratado.

O orçamento público municipal tem por objetivo gerenciar as despesas e as receitas em cada município brasileiro, independentemente do tamanho de sua sede municipal. Para a execução de um orçamento público municipal é necessário que ocorra o planejamento, elaboração, aprovação e execução do orçamento, respeitando o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)¹⁰⁶, trouxe a obrigatoriedade de instrumentos que regulassem as finanças públicas, mediante a elaboração de: 1) Plano Plurianual (PPA), vigente para os quatro anos de mandato dos cargos do executivo e legislativo na esfera federal, estadual e municipal, que regulamenta os objetivos da administração pública; 2) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) cujo conteúdo remete à contingência de gastos e aos investimentos governamentais, sendo válido por um ano; 3) Lei Orçamentária Anual (LOA), que define as metas para o ano subsequente, fixando o teto das despesas; 4) créditos adicionais e/ou suplementares, instituídos a partir de emendas parlamentares.

Esses dispositivos são regulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que regulamenta como devem ser aplicados os recursos econômicos, mediante dispositivos gerais, objetivando um orçamento

¹⁰⁵ Manara et al (2017) apresentam um dos trabalhos sobre o orçamento municipal em pequenas cidades, considerando município de Pinto Bandeira (RS), entre os anos de 2013 a 2016.

¹⁰⁶ Cabe frisar que o orçamento público municipal já era existente no período anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, porém foi através desse dispositivo legal que a participação popular na elaboração do documento orçamentário em tela passou a ser possível.

planejado, sem a criação de despesas cujas fontes de receita não sejam contínuas, entre outras medidas que visem atender aos limites legais do endividamento público.

O orçamento público é a junção dos elementos citados (PPA, LOA e LDO), balizados pelo dispositivo legal da Lei da Responsabilidade Fiscal e regido pela Lei Complementar 4.320 de 17/03/1964 e pela Constituição Federal de 1988, obedecendo os princípios do orçamento público¹⁰⁷. Desse modo, o orçamento público é elaborado pelo executivo das diferentes esferas governamentais (União, Estado e municípios) e fiscalizado pelo legislativo. A execução orçamentária é a efetivação do orçamento público municipal, ou seja, a origem das receitas e o pagamento das despesas públicas.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), estipula que as receitas orçamentárias de um município têm como fonte: 1) Fundo de Participação do Município – FPM; 2) contribuições de melhoria; 3) títulos da dívida pública; 4) empréstimos de bancos públicos ou privados; 5) os tributos, impostos, taxas e contribuições.

O artigo 159 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) estipula que a União repasse para os estados 22,5% do Imposto de Renda arrecadado e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A partir disso, constitui-se o Fundo de Participação dos Municípios. Quanto ao IPVA, a lei nº 13.296 de 23 de dezembro de 2008, estipula que 50% do valor arrecadado é destinado ao estado e a outra metade ao município; portanto, depende da quantidade¹⁰⁸ de veículos e da alíquota cobrada.

O mesmo dispositivo legal estabelece que o ISS (Imposto Sobre Serviços) está a cargo do município e deve ser pago pelos prestadores dos serviços listados na lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Também, a Lei nº 8.847/94 determina que 50% do ITR (Imposto Territorial Rural) deve ser direcionado ao município e 25% do ICMS conforme determina a Lei nº 6.374/1989. O ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) é previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 156, significando a cobrança desse imposto sobre a venda de bens imóveis.

Quanto à distribuição do FPM, esse se divide em 10% dos recursos para capitais estaduais, 86,4% para o interior e 3,6% para reserva. As capitais são Brasília e as demais capitais brasileiras. Os municípios de reserva são aqueles que possuem mais de 156.216 habitantes e os demais são categorizados na categoria interior. Para a faixa

¹⁰⁷ Trata-se: 1- Unidade; 2- Anuidade; 3- Universalidade; 4- Totalidade Orçamentária; 5-Orçamento Bruto; 6- Não afetação das receitas; 7- Equilíbrio; 8- Publicidade; 9- Clareza, (KOHAMA, 2008).

¹⁰⁸ Canitar possui 1.706 veículos, ocupando a 547ª colocação no estado de São Paulo (IBGE (2016). Para a lei nº 13.296 /1998, veículos com mais de 20 anos de fabricação, utilizados para taxi, transporte escolar, trabalhos agrícolas e cujo proprietário tenha alguma deficiência são isentos da cobrança de IPTU.

populacional de município até 10.188 habitantes, o coeficiente usado é de 0,6, aumentando progressivamente de acordo com o tamanho populacional do município (BRASIL, 2013).

O município de Canitar obtém receitas próprias através do IPTU e contribuições de melhoria. Para a cobrança do IPTU é necessário que existam ao menos 2 fatores geradores: I - meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água; III - sistema de esgotos sanitários; IV - rede de iluminação pública com ou sem postes para distribuição domiciliar; V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Na inexistência de um Plano Diretor, Canitar segue a lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, o Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966), sendo cobrada a alíquota de 1,15%. De acordo com art. 41 da lei nº 20.257 de 10 de julho de 2001, o plano diretor é obrigatório apenas para municípios com mais de 20.000 habitantes, desobrigando Canitar quanto a criação desse documento legal.

A contribuição de melhoria é um tributo que pode ser cobrado pelo poder público quando é realizado alguma obra pública que valoriza ou melhora um dado lugar, sendo um tributo amparado pela lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. As receitas patrimoniais são oriundas de juros e multas, arrendamentos, locações de imóveis e alienação, ou seja, venda de imóveis públicos. A dívida ativa refere-se aos débitos que a população tenha quanto ao IPTU, serviços de melhoria, ITBI e serviços prestados pela prefeitura. No caso de Canitar, há a disponibilização do serviço de água e coleta de esgoto, embora o mesmo não seja tratado, sendo uma fonte de receita municipal.

Quanto às despesas municipais, a constituição federal de 1988 (BRASIL, 1988), estipula que o teto de gasto com funcionalismo público é de 60%. Porém devem ser gastos no mínimo 25% da receita com educação e 15% com saúde.

No ano de 2015 conforme se verifica na tabela 49, o funcionalismo público foi o setor que demandou maiores gastos, 40,55%, seguido pela educação 34,15%. Os gastos com serviços urbanos totalizaram 3,06%. Conforme a tabela 50, 93,08% da receita de Canitar no ano de 2015 era oriunda de recursos externos (União e Estado de São Paulo). Os recursos eram obtidos através de repasses do IPVA, FUNDEB, FNDE, transferências de recursos oriundos do SUS, educação e programas sociais em geral. O FPM foi a principal fonte de receita em 2015, pois gerou 40,67% das receitas de Canitar, seguido pela participação em receitas estaduais (20,56%).

TABELA 49: Resumo das Despesas de Canitar no ano de 2015

Despesa	R\$	% da Despesa total
Finanças e Tesouraria	121.080,05	0,70 %
Transporte	451.928,59	2,63%
Educação (infantil, ensino fundamental e médio)	5.867.371,93	34,15%
Obras, Serviços urbanos e Planejamento Urbano	527.253,63	3,06%
Assistência Social	94.854,87	0,55%
Saúde	2.653.137,82	15,44%
Recreação e Esportes	217.747,81	1,26%
Encargos (amortização de dívidas)	260.762,47	1,51%
Funcionalismo público (Incluindo Câmara Municipal e Gabinete do Prefeito)	6.985.760,00	40,66%
Total	17.179.898,17	

Fonte: Prefeitura Municipal de Canitar
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

TABELA 50: Receitas Geradas em Canitar no ano de 2015

Receitas Geradas pelo Município de Canitar	R\$	Municipal/Externas	%
IPTU	144.041,58	municipal	1,22%
ITBI	28.428,97	municipal	0,17%
ISS	182.987,71	municipal	1,11 %
Taxas	29.402,50	municipal	0,17%
Contribuições de melhoria	6.770,20	municipal	0,041%
Indenizações	7.261,31	municipal	0,044%
Alienação de bens	41.500,00	municipal	0,25%
Receita Patrimonial	21.541,40	municipal	0,13%
Multas e Juros de Mora (IPTU, ISS)	26.890,96	municipal	0,16%
Dívida ativa	87.857,88	municipal	0,53%
Serviço de água e esgoto	262.817,08	municipal	1,59%
ICMS	248.747,46	estadual	1,50%
Remuneração depósitos recursos vinculados	105.193,70	federal	0,63%
Transferências do SUS	420.693,53	federal	2,55%
Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social	135.079,43	federal	0,81%
FNDE	759.374,15	federal	4,60%
FPM	6.705.383,71	federal	40,67%
IPVA	320.153,10	estadual	1,94%
ITR	----	federal	----
Convênios da Saúde	420.693,53	federal	2,55%
Outras transferências e convênios da União	149.412,80	federal	0,90%
Participação nas receitas estaduais	2.132.063,81	estadual	20,56%
FUNDEB e convênios na educação	3.897.823,88	federal	18,19%
Total Geral de Recursos municipais	1.149.177,85	municipal	6,92 %
Total Geral de Recursos externos	15.335.615,80	Federal/Estadual	93,08 %
Total Geral Líquido	16.484.793,65		

Fonte: Prefeitura Municipal de Canitar
Org: Ferreira Dias, F., 2019.

Dentre as receitas geradas pelo município, destacava-se o serviço de água, 1,59% e IPTU 1,11%. Contudo, as receitas geradas pelo município foram responsáveis por apenas 6,93% da receita de Canitar em 2015, confirmando assim a dependência de recursos externos na ordem de 93,08%. Conforme a Prefeitura Municipal de Canitar não foram repassados recursos do ITR.

Comparando as tabelas 48 e 49, nota-se que a receita de Canitar foi utilizada principalmente para o pagamento de funcionários, seguido com gastos em educação e saúde, atendendo os 25% e 15% respectivamente, conforme exigência estipulada pela Constituição Federal. Do mesmo modo os 40,66% dos gastos com funcionalismo público estão abaixo daquele percentual (60%) estipulado como teto de gastos pela Constituição Federal. Nota-se que as despesas vinculadas à manutenção das vias públicas e equipamentos urbanos somam 3,06%, pois os setores funcionalismo público, saúde e educação receberam a maior parcela dos recursos (90,25%), denotando a falta de recursos disponíveis para outros setores.

Em 2017 o funcionalismo público permaneceu a principal despesa de Canitar, somando 42,77%, seguido da educação 31,36% e da saúde, 15,38%, sendo que esses setores somaram 89,51% das despesas. Novamente, as despesas com manutenção, obras e serviços urbanos em geral somaram apenas 3,44%.

TABELA 51: Resumo das Despesas de Canitar no ano de 2017.

Despesa	R\$	% da Despesa total
Finanças e Tesouraria	153.500,00	0,87%
Transporte	620.800,00	3,53%
Educação (infantil, ensino fundamental e médio)	5.505.774,55	31,36%
Obras, Serviços urbanos e Planejamento Urbano	598.473,92	3,44%
Assistência Social	103.900,00	0,59%
Saúde	2.700.920,00	15,38%
Recreação e Esportes	54.000,00	0,30%
Encargos (amortização de dívidas)	309.215,00	1,76%
Funcionalismo público (Incluindo Câmara Municipal e Gabinete do Prefeito)	7.510.960,00	42,77%
Total	17.557.543,47	

Fonte: Prefeitura Municipal de Canitar.
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Na tabela 52 nota-se que Canitar permaneceu dependente de recursos externos, pois gerou apenas 5,75% de suas receitas, sendo 94,08% oriundas de fontes externas. A principal fonte de receita para Canitar em 2017 era o FPM (43,11%), seguido pelo

FUNDEB (25,28%). As mudanças significativas ficaram por conta da diminuição dos repasses estaduais, que representavam 20,56% em 2015, passando a ser 12,32% em 2017.

TABELA 52: Receitas Geradas por de Canitar no ano de 2017

Receitas Geradas pelo Município de Canitar	R\$	Municipal/Externas	%
IPTU	181.369,47	municipal	1,08%
ITBI	107.353,73	municipal	0,64%
ISS	155.822,01	municipal	0,93%
Taxas	58.256,86	municipal	0,34%
Contribuições de melhoria	12.609,70	municipal	0,075%
Indenizações	8.119,33	municipal	0,048%
Alienação de bens	12.400,00	municipal	0,074%
Receita Patrimonial	61.760,89	municipal	0,37%
Multas e Juros de Mora (IPTU, ISS)	43.034,29	municipal	0,25%
Dívida ativa	37.608,63	municipal	0,22%
Serviço de água e esgoto	306.955,33	municipal	1,84%
ICMS	361.697,90	federal	2,17%
Remuneração depósitos recursos vinculados	61.760,89	federal	0,37%
Transferências do SUS	661.642,55	federal	3,97%
Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social	17.324,12	federal	0,10%
FNDE	638.612,82	federal	3,83%
FPM	7.184.017,80	federal	43,11%
IPVA	334.693,64	estadual	2,00%
ITR	-	federal	-
Convênios da Saúde	19.109,12	federal	0,11%
Outras transferências e convênios da União	132.090,00	federal	0,79%
Participação nas receitas estaduais	2.053.760,09	estadual	12,32%
FUNDEB e convênios na educação	4.213.708,17	federal	25,28%
Total Geral de Recursos municipais	985.290,24	municipal	5,75%
Total Geral de Recursos externos	15.678.417,10	Federal/Estadual	94,08%
Total Geral Líquido	16.663.707,34		

Fonte: Prefeitura Municipal de Canitar
Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Comparando o ano de 2015 e 2017 notou-se um aumento de R\$ 178.913,69 quanto a receita, sendo R\$ 34.280,13 referentes às receitas externas e 144.635,36 gerados pelo município. Porém, as despesas aumentaram R\$ 377.645,30. Portanto, o orçamento público municipal de Canitar passou por discretas alterações entre o período

analisado e as fontes de receitas externas passaram de 93,08% em 2015 para 94,08% em 2017.

Apesar disso alguns aspectos são revelados a partir dos dados expostos: 1) a melhoria na arrecadação da tarifa de água; 2) a permanência dos pequenos valores arrecadados quanto aos impostos municipais; 3) o problema da falta de verbas para manutenção das vias urbanas e da infraestrutura em geral; 4) apesar do funcionalismo representar a principal despesa pública, parcela da população apresenta dependência de políticas públicas assistenciais, revelando a falta de empregos; 5) a cana-de-açúcar não gera receitas significativas para o município.

Acerca do funcionalismo público municipal, cujas despesas ultrapassam o patamar de 40% das receitas, pondera-se que a prefeitura é um dos principais empregadores municipais, embora conforme apontado no capítulo 4.2, as remunerações não sejam elevadas. Conforme informações prestadas pela prefeitura, há atualmente 294 funcionários concursados em Canitar.

No caso dos empregos públicos de Canitar, a maioria refere-se às funções que exigem pouca qualificação e baixos salários. No caso dos empregos melhor remunerados, que exigem ensino superior ou técnico, os trabalhadores são oriundos de Chavantes e principalmente de Ourinhos. Esses cargos referem-se aos médicos, assistentes sociais, dentistas e professores¹⁰⁹.

A cidade de Canitar disponibiliza somente ensino público no nível fundamental e médio. Ao finalizar os estudos nos estabelecimentos educacionais de Canitar, os estudantes que pretendem continuar¹¹⁰ os estudos, no nível superior, só têm como opção as universidades localizadas em Ourinhos, pois é a única cidade para a qual a Prefeitura Municipal disponibiliza ônibus universitário e somente no período noturno.

Verificou-se forte ação¹¹¹ do poder público quanto à assistência prestada a população de baixa renda. Essas ações referem-se ao transporte gratuito disponibilizado pela prefeitura para deslocamentos até Ourinhos, pagamento de gás, combustível, cestas básicas etc. Também, conforme dados do Portal da Transparência, em 2015 havia 313 pessoas beneficiadas com o Bolsa Família, recebendo um total de R\$ 541.163,00 ou

¹⁰⁹ Na escola de ensino médio E.E. Prof. Aparecido Gonçalves Lemos, todos os professores são residentes em Ourinhos-SP. No caso das escolas de ensino fundamental EMEF Alcino Leite e EMEF Luiz Gimenez, os professores também são majoritariamente de Ourinhos. Dados obtidos nos estabelecimentos educacionais a partir de diálogos informais.

¹¹⁰ Diálogo informal com alunos da terceira série do ensino médio da escola Aparecido Gonçalves Lemos de Canitar.

¹¹¹ Entrevistas realizadas com trabalhadoras da Usina São Luiz e da Frente de Trabalho.

7,16% da população municipal. No ano de 2017, havia 347 pessoas recebendo o recurso, totalizando R\$ 713.113,00.

O abastecimento de água é executado pela prefeitura municipal e, conforme relatado por moradores locais, é comum a inadimplência pois dificilmente resulta no corte da água. Entretanto, no ano de 2016 a prefeitura realizou o desconto das dívidas quanto ao serviço citado, resultado no pagamento das parcelas atrasadas, justificando assim, o aumento da receita arrecadada nesse segmento, em 2017. O serviço de energia elétrica é disponibilizado pela CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e nesse caso, os moradores optam por pagar a conta devido ao risco de corte, pois a empresa não é de Canitar (Levantamento de Campo, junho de 2018).

O mesmo caso ocorre em relação ao IPTU, pois conforme os entrevistados¹¹², a prefeitura não toma providências contra os inadimplentes. Tanto a inadimplência do abastecimento de água quanto o IPTU são oriundos da falta de dinheiro da população local e a conivência por parte do poder público local atrela-se a motivos políticos, na medida que o mesmo grupo governa o município desde a fundação do mesmo.

O ITBI (Imposto de Transmissão entre Bens Imóveis) também gera baixos valores em decorrência da baixa renda da população local. Esse imposto incide sobre negociação de imóveis, porém, em um contexto em que parcela da população sequer tem sua casa própria, está pagando financiamentos oriundos de programas como o “Minha Casa, Minha Vida, ou adquiriu uma unidade residencial proveniente da CDHU¹¹³, o mercado imobiliário desempenha fraca atuação.

O ISS (Imposto Sobre Serviços) também gera valores baixos em Canitar. Dentre os 40 segmentos de serviços listados pela lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, Canitar apresenta conforme informações coletadas na Prefeitura Municipal: 1) serviços de informática; 2) serviços de cuidados pessoais; 3) serviços relativos a construção civil; 4) serviços bancários; 5) serviços de transporte coletivo rodoviário; 6) serviços de apoio jurídico; 7) serviços de produtos de loteria; 8) serviços de chaveiro; 9) serviços de entrega de correspondências; 10) serviços de assistência social; 11) serviços de assistência médica.

Portanto, o setor de serviços é bastante restrito e conseqüentemente gera quantitativamente poucos impostos. O setor secundário, relativo à indústria de

¹¹² Trabalhadores da Frente de Trabalho.

¹¹³ Conforme informações do site da CDHU, há em Canitar o Conjunto Habitacional Mario Covas, entregue em 1995, contando 108 residências e o Conjunto Jardim Primavera, entregue em 2001, sendo 19 residências.

fertilizantes Fertipar e a agroindústria Comanche também não contribuem significativamente com a geração de receitas municipais. São empresas de capital não-local e que não investem em Canitar os lucros obtidos nas atividades econômicas desenvolvidas no mesmo município. Quanto à Usina São Luiz, maior empregador local, a empresa localiza-se em Ourinhos, não gerando impostos para Canitar (Levantamento de Campo, julho de 2018).

A falta do pagamento dos impostos e taxas apresentadas nesse subcapítulo, devido à baixa renda da população e o fato de existir poucas atividades econômicas geradoras de impostos desencadeia a arrecadação de receitas pequenas, insuficientes para a viabilização das atividades elementares do município, tais como manutenção de infraestrutura e serviços, disponibilização de serviços de saúde, educação, investimentos em melhoria urbana, etc. Com isso Canitar é dependente dos recursos econômicos externos, principalmente o FPM, sendo ainda insuficientes para a realização das atividades urbanas citadas.

Desse modo, Canitar prioriza o pagamento do funcionalismo público e os investimentos básicos em saúde e educação, conforme determina a Constituição Federal (BRASIL, 1988). Assim, os problemas urbanos permanecem: 1) inexistência de tratamento de esgoto; 2) dificuldades em expandir oferta de água, coleta de esgotos e iluminação pública; 3) inexistência de pavimentação asfáltica em ruas que não estejam localizadas no centro; 4) falta de investimentos em atividades culturais e espaços de lazer; 5) dificuldades de elaboração de estudos para o solução de problemas ambientais e sociais, pois não há verbas para essa finalidade; 6) inexistência de ações paisagísticas, com o intuito de melhorar os espaços públicos.

Em Canitar não há variedade de atividades econômicas que gerem empregos e impostos suficientes. Por outro lado, a falta de emprego ou a execução de funções mal remuneradas também coíbem o consumo e o pagamento de tributos, prejudicando a arrecadação de receitas municipais e a existência de atividades econômicas mais complexas. Também, os problemas citados inviabilizam os investimentos municipais em qualificação profissional, trazendo nesse aspecto, a dependência quanto à Ourinhos¹¹⁴ e a falta de perspectivas profissionais.

¹¹⁴ Em busca de melhorias do ponto de vista profissional, há a necessidade de que o morador de Canitar mude-se definitivamente para outras cidades, na medida que não existe transporte regular e a cidade não oferece cursos técnicos e faculdades que possam mudar essa condição. Em geral a baixa renda da população local inviabiliza a continuidade dos estudos, existindo assim poucas perspectivas de mudança, do ponto de vista profissional. Os entrevistados, alunos do EJA da escola E.E Aparecido

Em suma, o município de Canitar apresenta: 1) extensa área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar, porém realizada de forma mecanizada, gerando poucos empregos; 2) as agroindústrias Comanche e principalmente a Usina São Luiz, empregam principalmente nas funções atreladas ao processamento da cana-de-açúcar em si, 3) os empregos públicos existentes referem-se principalmente à esfera municipal, com remunerações discretas; 4) devido à baixa renda da população, os setores do comércio e serviços são pouco expressivos.

Canitar é uma pequena cidade inserida na cadeia produtiva da cana-de-açúcar sendo essa a única atividade econômica relevante no município, mas que não gera renda para a população e receitas para a manutenção da cidade, prevalecendo a informalidade, a precariedade das infraestruturas e serviços públicos e a dependência de Ourinhos quanto aos serviços, comércio mais complexos, qualificação profissional e empregos melhor-remunerados.

Em suma a relação de Canitar com a cana-de-açúcar traz ao município problemas de ordem social, econômica e ambiental¹¹⁵. Os problemas sociais relacionam-se à falta de empregos gerados, pois se anteriormente, no período em que havia ampla contratação de boias-frias, os empregos eram precários extenuantes, atualmente, sequer há empregos suficientes para a população local, fato que se manifesta na parcela da população que depende de ações assistencialistas, empregada em trabalhos temporários e que sobrevive fazendo “bicos”.

Portanto, a existência da cana-de-açúcar ocupando praticamente toda a extensão do município de Canitar manifesta-se, do ponto de vista econômico, em um município que, mediante a falta de atividades relevantes no setor secundário e terciário, insere-se na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, porém desempenhando o papel de local para o cultivo dessa monocultura e também disponibilizando mão-de-obra pouco qualificada.

A pobreza encontrada em Canitar atrela-se ao fato de o município estar inserido na cadeia produtiva analisada, na medida que:

Gonçalves Lemos relataram que desejam inserirem-se na Usina São Luiz, pois há alguma possibilidade de ascensão na empresa, sendo a melhor opção de emprego disponível para os moradores de Canitar. A Comanche foi apontada como uma opção pior pois não disponibiliza refeições, não paga bonificação e “manda embora” assim que acaba o período de safra.

¹¹⁵ Embora não tenha sido objetivo dessa pesquisa tal análise, os problemas atrelam-se à poluição do ar em decorrência da queima da despalha, da água e do solo devido à vinhaça, erosão, consumo excessivo de água, entre outros aspectos.

- 1) Praticamente inexistem atividades desempenhadas no âmbito rural que não sejam a cana-de-açúcar, portanto há poucas possibilidades de empregos no campo e também poucas atividades desempenhadas por pequenos produtores rurais.
- 2) Esse fator também aponta a extrema concentração de terras, sendo que o município tinha em 2006, 31 estabelecimentos rurais e o maior deles, ocupava 4.154 hectares ou 80,88% da área municipal (IBGE, 2006). Esse estabelecimento, de propriedade da usina São Luiz é dedicado ao cultivo da cana-de-açúcar. A maioria dos demais estabelecimentos rurais estão arrendados para a usina São Luiz e (Levantamento de Campo, 2018).
- 3) A concentração de terras também se revela na concentração de renda, pois a usina citada, além de proprietária de parte considerável das terras do município de Canitar, também é a principal processadora da cana-de-açúcar, sendo que a riqueza gerada não é investida no município. Processo parecido ocorre em relação a Comanche, que embora não tenha a propriedade da terra em Canitar, também não aplica a riqueza gerada com o processamento e comercialização do açúcar, pois trata-se de uma empresa que inclusive não é de capital local.
- 4) Sendo o setor canavieiro, o único gerador de empregos e considerando que esses são mal remunerados, os poucos habitantes que conseguem empregos no setor, recebem baixos salários, prejudicando o consumo e a arrecadação de impostos, o que se manifesta nos problemas orçamentários discutidos no subcapítulo 4.4 e na prevalência da economia informal (portinhas, estabelecimentos que fazem “de tudo”, pouca complexidade em serviços).
- 5) A arrecadação de impostos é pequena, a dependência de fontes de receitas externas é prevalente o que se demonstra nos baixos salários do funcionalismo público e na impossibilidade de atendimento de demandas que ultrapassam o mínimo e obrigatório.
- 6) Devido à dependência que a população local exprime em relação ao setor canavieiro e os órgãos públicos de maneira geral, notou-se inclusive a dificuldade em disponibilizar informações/dados, sendo um dos motivos que levou a quase totalidade dos entrevistados na presente pesquisa a solicitarem o anonimato, na ocasião da efetuação dos diálogos informais, coleta de dados e entrevistas semiestruturadas.

Posteriormente, discute-se o caso de Santa Cruz do Rio Pardo, cidade inserida na mesma formação socioespacial (SANTOS, 1977) e na mesma rede urbana, mas que diferentemente de Canitar, não apoia sua economia totalmente na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, na medida que apresenta um setor terciário relevante e desenvolveu a especialização produtiva no beneficiamento de arroz.

5 - ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA EM BENEFICIAMENTO DE ARROZ E A PEQUENA CIDADE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO



Vista Área de Santa Cruz do Rio Pardo, agosto de 2017
Fonte: Jornal Debate

O objetivo desse capítulo é compreender como Santa Cruz do Rio Pardo, pequena cidade da rede urbana de Ourinhos, se insere presentemente na rede citada e em outros patamares, considerando a hipótese da especialização produtiva referente a indústria de beneficiamento de arroz. A cidade tem sua economia fortemente atrelada ao setor alimentício destacando-se a indústria de beneficiamento de arroz, ou arrozeiras, elemento mais importante, do ponto de vista econômico, e que representa o maior polo de beneficiamento de arroz excetuando-se o estado do Rio Grande do Sul, líder nacional.

Para tal, discute-se as contribuições teóricas e metodológicas quanto à especialização industrial em pequenas cidades, considerando a hipótese de que Santa Cruz do Rio Pardo apresenta a especialização atrelada à indústria de beneficiamento de arroz, discutindo a gênese e os caminhos que levaram a indústria em destaque a apresentar importância em âmbito nacional. Discute-se ainda os aspectos técnicos associados ao arroz, a fim de compreender o processo de industrialização do mesmo. Por fim, analisa-se o papel dessa pequena cidade, considerando a rede urbana no período hodierno.

Para a efetivação da pesquisa, realizou-se entrevistas com coleta de dados nas empresas: 1) indústrias beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo: Picinin, Valle Branco, Solito, São João, Rosalito e Guacira; 2) indústria de rações para cães e gatos Special Dog; 3) cerealistas Solimã e Sefert; 4) Cidal, indústria de aproveitamento de resíduos do arroz; 5) agente social representante da Máquinas Suzuki, empresa que produzia máquinas e peças para o beneficiamento de arroz; 6) setor hoteleiro, através das empresas hotel San Juan, hotel Thalle e pousada Galeguinhos; 7) faculdade OAPEC, ensino privado; 8) Demais indústrias do setor alimentício: Sorvetes Beguetto, Chocolates Gobeche, Pão de Alho Santa Massa, Iogurte Botelho; 9) outros estabelecimentos do setor de comércio e serviços.

Em Santa Cruz do Rio Pardo não há atualmente nenhum hectare destinado ao plantio de arroz e, por outro lado, no município só ocorreu produção relevante na década de 1950, sendo cultivadas 6.852 toneladas de arroz em 4.251 hectares (IBGE, 1950). A década de 1950 coincide com a origem da indústria de beneficiamento de arroz santa-cruzense.

Após a década citada, o cultivo de arroz diminuiu, mas a participação no beneficiamento de arroz e a consolidação do polo arrozeiro, aumentou paulatinamente. O arroz é oriundo mormente do Rio Grande do Sul, o que confere uma dinâmica de

escoamento, beneficiamento, comercialização e interações que sobressaem a rede urbana de Ourinhos, aspectos discutidos nesse capítulo.

5.1- Especialização produtiva em pequenas cidades: apontamentos teóricos-metodológicos

Na análise do papel que as pequenas cidades desempenham atualmente, do ponto de vista funcional quanto a sua reinserção da rede urbana, alguns caminhos podem ser observados. Para Corrêa (2011) os possíveis padrões funcionais das pequenas cidades quanto ao século XXI seriam: 1) pequenas cidades submetidas à agricultura capitalista; 2) pequenas cidades funcionalmente especializadas em alguma atividade industrial; 3) pequenas cidades transformadas em cidades-dormitórios, cuja contiguidade é atrelada às cidades expressivas, do ponto de vista econômico; 4) pequenas cidades que concentram trabalhadores que atuavam no campo, porém perderam seus empregos em decorrência da modernização agrícola e da concentração fundiária; 5) pequenas cidades esvaziadas do ponto de vista demográfico e que dependem sobretudo de recursos econômicos externos.

No presente capítulo discute-se o caso de Santa Cruz do Rio Pardo, a qual supõe-se vincular ao tipo de pequena cidade especializada em alguma produção industrial. No entanto, a pequena cidade que desempenha alguma especialização produtiva, seja industrial ou em algum tipo de serviço, não se mostra um tema recorrente de estudo, apesar do fato de se tratar do tamanho de cidade predominante no Brasil e da heterogeneidade que manifestam, através de diferenças econômicas e sociais. Ao contrário, em cidades de maior porte populacional, tais discussões são recorrentes.

Ao contrário da discussão acerca da cadeia produtiva da cana-de-açúcar (capítulo 4), cuja temática já foi amplamente tratada, relacionando-a aos diversos escalões urbanos e diferentes vieses que abarcam a esfera social, ambiental e econômica, a especialização seja, funcional ou produtiva em pequenas cidade é uma temática sem grande quantidade de registros acadêmicos o que, em parte, dificulta a discussão do ponto de vista conceitual e metodológico.

As contribuições teóricas sobre a especialização funcional em pequenas cidades perpassam autoras como Fresca (2000), Fresca (2005), Veiga (2014, 2007) e Fresca & Veiga (2011). Um dos trabalhos percussores quanto ao tema em destaque refere-se a

Fresca (2000), cuja análise transcorreu o estudo da formação socioespacial do Norte do Paraná, a fim de compreender os papéis de três pequenas cidades, Cornélio Procópio, Jataizinho e Jacarezinho. Cabe destacar que a forma como se dá a inserção da pequena cidade na rede urbana é o objetivo da análise da especialização funcional em pequenas cidades. Fresca (2005) apontou que as pequenas cidades apresentam diferenças funcionais, inserindo-se ao menos em duas redes urbanas.

A primeira rede urbana refere-se às localidades centrais, apresentando as características do consumo, denotando a estratificação social local, sendo essa rede urbana identificada por órgãos governamentais (REGIC), pesquisadores, considerando os diferentes escalões urbanos. Nesse caso, as pequenas cidades são itens pouco importantes na rede urbana, na medida que ocupam o mais baixo escalão da rede, desempenhando papéis complementares às cidades com maior importância na hierarquia urbana.

Conforme Fresca (2005), a outra rede é menos perceptível e apresenta outros papéis que as cidades podem apresentar, sendo complementares em relação a algum centro maior ou singular em razão de alguma atividade econômica desenvolvida. Nessa perspectiva, a cidade que apresenta alguma especialização funcional, industrial ou de serviços, apresentará esse outro viés de inserção na rede urbana.

Quanto ao caso de Santa Cruz do Rio Pardo, a cidade é apontada pelo REGIC (IBGE, 2008) como um centro de zona subordinado à Ourinhos, entretanto, apresenta importância nacional no beneficiamento de arroz, podendo em tese, realizar interações distintas àquelas apresentadas no âmbito da rede urbana de Ourinhos, a qual a cidade se insere.

A partir do exposto é possível compreender a viabilidade de estudos como de Fresca & Veiga (2011), ao analisarem a especialização em serviços fotográficos desempenhados por Santa Fé (PR). As autoras identificaram que a cidade, centro local conforme o REGIC (IBGE, 2008), apresenta relações com outras redes urbanas na medida que a especialização em serviços fotográficos abrange interações econômicas no nível nacional.

Fresca & Veiga (2011) destacaram a necessidade do estudo da especialização funcional em pequenas cidades dada a heterogeneidade do processo de urbanização brasileiro, implicando em reflexões sobre distintos aspectos como a desconcentração industrial, a diversificação dos complexos agroindustriais, as interações com diferentes redes urbanas e a formulação de novos produtos e/ou atividades econômicas. Assim, a

desconcentração industrial, com o intuito de aumentar os lucros, concretiza-se em algumas pequenas cidades, pois parcela das mesmas apresenta condições locais favoráveis.

A complexificação da divisão territorial do trabalho desencadeou a refuncionalização das cidades e as especializações produtivas através de capital local ou de outros patamares. O resultado da especialização pode ser a geração de empregos locais, impostos, sem necessariamente dar à pequena cidade o papel de controladora de um dado segmento produtivo. Em outras palavras, a pequena cidade pode ser especializada em alguma atividade econômica sem que necessariamente se destaque nacionalmente em tal segmento. Também, o fato de uma pequena cidade tornar-se especializada em uma dada produção industrial ou prestação de determinado serviço não representa a inexistência de outros setores econômicos nessas cidades.

Porém, a atividade econômica em destaque, apresenta conforme Fresca (2005), importância quanto à receita municipal, relevância no âmbito nacional ou estadual devido ao volume de produção, quantidade de empregos gerados ou importância pela presença dos conjuntos dos elementos relativos aquela produção, formando uma cadeia produtiva.

De acordo com Fresca (2000), após a década de 1960, muitas pequenas cidades passaram por uma refuncionalização, atrelada às atividades industriais criadas por agentes sociais, que acabaram por modificar suas atividades econômicas, mediante às mudanças que o processo de urbanização e modernização da agricultura desencadearam.

A especialização produtiva pode ser dar através de ampla produção no âmbito nacional, sendo o caso citado pelas autoras quanto à especialização em serviços fotográficos, desempenhados pela cidade de Santa Fé (PR), (FRESCA & VEIGA, 2011).

A especialização funcional também pode se referir à indústria, caso estudado por Veiga (2010) quanto à cidade de Jaguapitã - PR, especializada na produção de mesas para bilhar. O estudo abrangeu a reinserção dessa cidade na rede urbana norteparanaense, considerando a grande importância econômica que essa atividade apresentava em meados do século XXI. A autora considerou as interações quanto à aquisição de matéria-prima e a locação de mesas para bilhar, em distintas partes do território brasileiro.

Outras diferenciações surgem quanto ao capital empregado no setor. O caso da cidade de Jaguapitã (PR), discutida por Veiga (2010) e da cidade de Santa Fé (PR),

estudada por Fresca & Veiga (2011), apresentam a gênese das empresas atrelada ao capital local e desenvolveram atividades relativas às marcas de origem local. Não é o mesmo caso encontrado em Apucarana (PR), pois conforme apontou Fresca (2005), embora a origem da indústria de bonés da cidade tenha relação com iniciativas de agentes locais, a complexificação da produção e das relações econômicas desencadeada pela desconcentração industrial nas décadas passadas, resultou em um processo de produção pulverizado em distintos locais do território brasileiro, sendo que em Apucarana são produzidos bonés para marcas de capital não local.

A especialização funcional em pequenas cidades pode se referir à indústria ou serviço e pode apresentar distinções quanto ao destino da produção e marcas empregadas nos serviços ou produtos. Contudo, a gênese das empresas que compõem a especialização industrial ou de serviços nas pequenas cidades, foi em geral, atrelada ao capital local de origem agropecuária e apresentou processos semelhantes quanto à construção dessas especializações. De acordo com Fresca (2000) a especialização funcional das pequenas cidades pode estar ligada ao denominado contato próximo.

O contato próximo refere-se à expansão numérica de empresas do mesmo segmento na pequena cidade, através da ação de ex-empregados, sócios ou pessoas de outros ramos produtivos. Ao observar o sucesso de algum proprietário, os demais agentes sociais citados acabam por inserirem-se também na mesma atividade econômica, sem, no entanto, contar com ações políticas¹¹⁶ que administrem essa expansão. A autora aponta que, após a década de 1960, muitas pequenas cidades passaram por uma refuncionalização, atrelada às atividades industriais criadas por agentes sociais que acabaram por modificar suas atividades econômicas, mediante às mudanças que o processo de urbanização e modernização da agricultura desencadearam.

Cabe frisar que os trabalhos de Fresca (2000), Fresca & Veiga (2011) e Veiga (2010) referem-se às especializações funcionais ao norte do estado do Paraná. Alguns aspectos são comuns à área de estudo desse trabalho, a rede urbana de Ourinhos. A formação socioespacial, pautada majoritariamente na pequena propriedade, as mudanças agropecuárias por volta da década de 1960 e a iniciativa de agentes locais, cujo capital

¹¹⁶ Pode-se entender que ação política atrela-se aos denominados APL (Arranjos Produtivos Locais), caracterizados pela ação de atores locais, mobilizando-se de forma coordenada, com o intuito de desenvolver atividades de um dado segmento. O MDIC (Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços) define o APL como uma aglomeração em um mesmo território, cuja especialização produtiva engloba os atores locais e o governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Santa Cruz do Rio Pardo não reúne esses elementos, portanto discute-se a especialização produtiva.

acumulado refere-se às atividades agrícolas que entraram em declínio na década citada são aspectos comuns ao Norte do Paraná e também ao Centro-Oeste Paulista, sendo a bibliografia discutida nesse subcapítulo, pertinente à análise do caso de Santa Cruz do Rio Pardo.

Santa Cruz do Rio Pardo é um município cuja economia foi até a primeira metade do século XX, fortemente relacionada às atividades agrícolas, principalmente o cultivo de café. Após a década de 1960 esse município passou pela paulatina inserção de capitais em atividades econômicas urbanas, no caso, o beneficiamento de arroz e a fabricação de máquinas que possibilitaram por décadas a efetivação da atividade citada e também a concretização do maior polo de beneficiamento de arroz do estado de São Paulo.

Entretanto, não se trata de um processo de desconcentração industrial, conforme discutido, dentre outros autores, por Cano (2007) e Negri (1996), na medida que a atividade industrial da pequena cidade Santa Cruz do Rio Pardo se caracteriza pela existência de empresas de médio e, principalmente, pequeno porte atreladas ao setor alimentício, sobretudo do beneficiamento de arroz e pautadas no capital local de agentes sociais. Do mesmo modo, a gênese das empresas arroseiras não refere-se somente ao contato próximo, uma vez que se trata de um segmento cuja atuação perpassa fortes relações familiares, aspecto discutido no capítulo 5.2, objetivando entender o processo da formação da pequena cidade especializada no beneficiamento de arroz.

Portanto, os elementos atrelados à especialização funcional de Santa Cruz do Rio Pardo apontam especificidades quanto: 1) à origem das empresas; 2) em relação ao setor produtivo, a matéria-prima não é local; 3) a quantidade de empresas é reduzida (apenas 6); 4) as empresas detém parte importante do mercado nacional de arroz beneficiado; 7) as empresas destacam-se quanto ao volume produzido.

5.2 – Santa Cruz do Rio Pardo: a pequena cidade beneficiadora de arroz

Para Ferreira et al (2005), a origem da rizicultura no Brasil, de forma organizada e racional, aconteceu em meados do século XVIII e o país permaneceu até a metade do século XIX, como um grande exportador¹¹⁷ de arroz. De acordo com a CONAB¹¹⁸,

¹¹⁷ Em 1904, no município de Pelotas, surgiu a primeira lavoura empresarial irrigada expandindo posteriormente para outros municípios do Rio Grande do Sul. A atuação da empresa Mernak no estado gaúcho, através da fabricação de bombas de irrigação, facilitou a inundação das lavouras de

presentemente, o Brasil é o nono maior produtor mundial de arroz, sendo que a safra brasileira de 2017/2018 foi de 11,76 milhões de toneladas, porém não há superávits produtivos que permitam a exportação desse grão, ao contrário, ocasionalmente o Brasil importa arroz em casca¹¹⁹ de países como Argentina e, principalmente Paraguai, nos casos de quebra da safra. Entretanto o Brasil é o maior produtor mundial de arroz, desconsiderando os países asiáticos, maiores produtores e consumidores desse grão.

O cultivo de arroz no Brasil ocorre em áreas alagadas e em terras altas, os denominados sequeiros, sendo que o estado do Rio Grande do Sul lidera a produção em áreas alagadas e o Mato Grosso do Sul em terras altas ou sequeiros, constituindo estados superavitários no plantio de arroz e responsáveis por atender as partes deficitárias.

O Nordeste¹²⁰ brasileiro, com exceção do Maranhão e todos os estados do Sudeste não produzem arroz que atendam suas demandas, sendo deficitários. No caso da região Norte, o estado do Roraima e Tocantins atendem à demanda existente, com o arroz cultivados em terras altas. Porém, os estados de Santa Catarina e, principalmente Rio Grande do Sul, abastecem também os estados com produção de arroz em terras altas, uma vez que o arroz irrigado apresenta maior qualidade, do ponto de vista do mercado consumidor. Nos estados do Sudeste, cujo mercado é mais exigente, o arroz irrigado é oriundo dos estados sulistas (FERREIRA & WANDER, 2005).

O mapa 11 apresenta os fluxos de produção e comercialização de arroz no Brasil, polarizado em duas regiões: o arroz irrigado do Sul, que atende Sul, Sudeste, parte do Centro-Oeste, Norte e Nordeste e, por outro lado, o arroz cultivado em terras altas, que atende somente o Nordeste e Norte. Porém, a indústria de beneficiamento do arroz, que consiste no descascamento, polimento, seleção, empacotamento e distribuição do grão não está necessariamente atrelada ao plantio do arroz, pois, embora o estado do Rio Grande do Sul apresente a liderança no âmbito nacional tanto no plantio quanto no beneficiamento, o processo produtivo de beneficiamento pode ocorrer de forma dissociada ao plantio, caso de Santa Cruz do Rio Pardo. Isso porque o arroz não é um grão que se degrada¹²¹ rapidamente, daí a possibilidade de o beneficiamento ocorrer dissociada do cultivo.

arroz e a expansão do cultivo pelo estado, tornando-o posteriormente, o maior produtor de arroz do Brasil (FERREIRA ET AL, 2005).

¹¹⁸ Informações disponíveis no site.

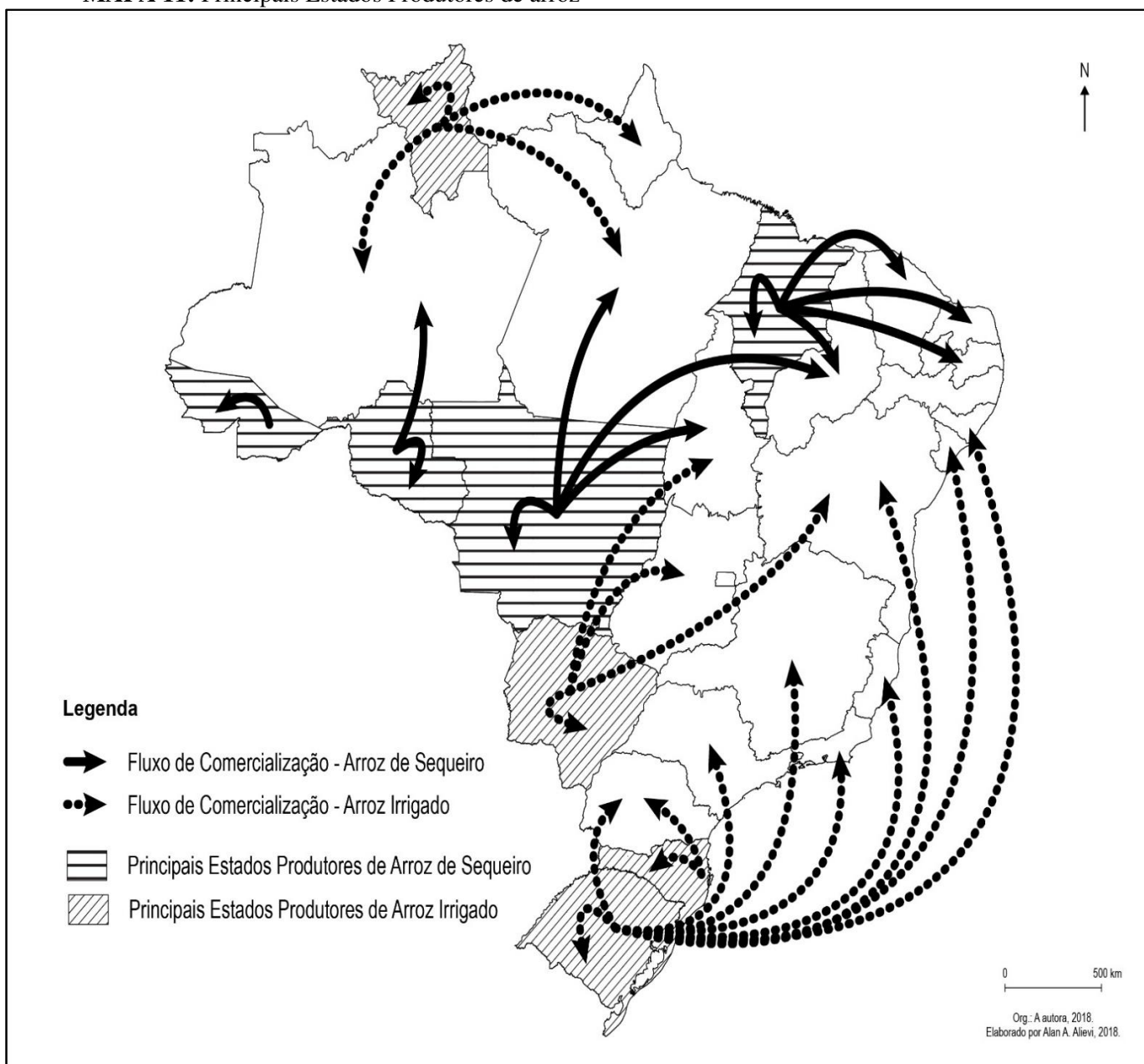
¹¹⁹ Denominação usada para o arroz que ainda que não passou por nenhum processo industrial.

¹²⁰ De acordo com Wander & Ferreira (2005), no semiárido nordestino há a presença do arroz de sequeiro, já beneficiado e, em menor proporção o arroz é cultivado regionalmente não passando pelo beneficiamento convencional.

¹²¹ O processo difere do caso da cana-de-açúcar, pois conforme discutido no capítulo 4, a produção precisa estar atrelada à proximidade da unidade agroindustrial, na medida que essa matéria-prima degrada-se rapidamente.

De tal modo, compreende-se, mediante a observação do mapa 11 que: 1) há estados em que ocorre o superávit de arroz na modalidade irrigado ou terras altas; 2) os estados com produção excedente de arroz beneficiam o arroz e distribuem para os estados deficitários; 3) há casos em que não se produz arroz, porém se beneficia montantes relevantes, sendo o arroz transportando ainda na condição com casca ou sem a mesma, porém sem o beneficiamento em si, caso de Santa Cruz do Rio Pardo.

MAPA 11: Principais Estados Produtores de arroz



Fonte: Ferreira & Wander (2005)
Org: FERREIRA DIAS, F, 2018.

De acordo com o IBGE (2017), na safra de 2017/2018, o estado do Rio Grande do Sul, maior produtor nacional de arroz irrigado, produziu 8.728,6 toneladas de arroz, Santa Catarina 1.125,8 e o estado de São Paulo apenas 32 toneladas. Na modalidade de arroz irrigado, o Brasil produziu o total de 11.097.1 toneladas. Quanto ao arroz de sequeiro, o estado de São Paulo produziu 6,2 toneladas, Rio Grande do Sul e Santa Catarina não tiveram produção, e o maior produtor nacional, foi o Mato Grosso do Sul com 488,4 toneladas, sendo o total brasileiro de 1.230.000 toneladas. A produção paulista desse grão é irrisória e concentra-se apenas em Pindamonhangaba e Guaratinguetá, não sendo direcionada ao consumo humano, na medida que o arroz consumido no estado de São Paulo é do tipo irrigado, oriundo do Rio Grande do Sul.

Conforme Ferreira *et al* (2005), o arroz é um produto amplamente consumido em todas as classes sociais e foi inserido na cesta básica em meados da década de 1960, fixando-se na segurança alimentar do Brasil. Entre a década citada até 1980, pautou-se a busca pela quantidade, garantindo o abastecimento, via CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. De acordo com informações do órgão público CONAB, o objetivo do mesmo é executar a política governamental de garantia de preços mínimos ao produtor, regular o mercado interno e manter estoques para evitar a aumentos de preço na entressafra.

Do ponto de vista industrial, o arroz não demanda complexidade no processo de beneficiamento, embora, após a década de 1980 tenha-se prezado principalmente pela qualidade do arroz, sendo que o mercado consumidor procura translucidez e boa aparência do grão, que não pode conter áreas opacas, manchas ou resquícios de animais. A qualidade citada está associada às condições ambientais e ao manejo da cultura. Portanto, importa bastante a origem do grão, embora se trate de um produto final básico (FERREIRA *et al*, 2005).

Wander & Ferreira (2005) descrevem que o arroz é constituído de amido, polissacarídeo, glicose e amilose, correlacionado com as propriedades como maciez, coesão, cor, brilho e volume de expansão. O grão apresenta em média 1,9 mm de largura e, em geral é classificado em função do seu comprimento: longo fino 6 mm, longo 6 mm ou mais, médio 5 a 6 mm, curto menos de 5 mm. Além disso, o arroz pode apresentar variedades quanto ao tipo da espécie, revelando cores diferentes (branco, vermelho e preto) e distintas texturas.

O quadro 11 demonstra as características dos tipos de arroz consumidos no Brasil. O tipo 1 é o líder do mercado nacional, conforme informaram os agentes sociais

das arrozeiras (Levantamento de Campo, junho de 2018). Também é necessário esclarecer que, quanto ao arroz branco há o processo industrial do descascamento e polimento, fato que não ocorre no caso do arroz integral no qual não há polimento e também não se realiza quanto ao parboilizado, que apresenta um pré-cozimento industrial. Quanto aos tipos de arroz, o tipo 1 apresenta poucos grãos defeituosos, fato que evolui com os tipos 2 e, principalmente 3.

De maneira geral as arrozeiras realizam o beneficiamento do arroz branco, parboilizado e integral. As variedades gourmet (basmati, arbóreo, japonês, vermelho, preto), são importados já beneficiados e devido ao baixo consumo dos mesmos, poucas empresas os comercializam.

QUADRO 11: Características do arroz comercializado no Brasil.

Tipo	Características Principais
Arroz Branco	Tipo mais consumido. Após o descascamento, passa pelo polimento, processo que retira todos elementos, ou seja, a casca, germe e quase todos seus nutrientes, restando apenas o amido e os carboidratos. Durante o polimento, recebe artificialmente ferro e algumas vitaminas. Por fim passa pelo processo de seleção. Divide-se em três tipos: Tipo 1: apresenta no máximo 7,5% de arroz quebrado, melhor qualidade. Tipo 2: Pode apresentar até 12,5% de arroz quebrado ou com defeito. Tipo 3: Pode apresentar até 25% de arroz quebrado ou com defeito, sendo um produto de qualidade inferior.
Arroz Integral	Arroz descascado, porém, não polido, preservando proteínas, sais minerais fósforo, ferro e cálcio, vitaminas do complexo B e fibras.
Arroz Parabolizado	É um arroz pré-cozido, sem a inserção de compostos químicos, apresenta cor amarela. Passa por secagem, polimento e seleção.
Arroz Mix	Mix de arroz parboilizado com arroz tipo 1.
Arroz Basmati	Oriundo da Índia e Paquistão, é um grão encontrado na forma polida ou integral. Pouco consumido no Brasil e usado em comidas indianas.
Arroz Arbóreo	Oriundo da Itália, usado em pratos cremosos (risoto, arroz doce), Gourmet.
Arroz Cateto (asiático)	Comercializado como arroz japonês ou asiático, apresenta grãos curtos, textura cremosa e muito amido.
Arroz Preto	Arroz oriundo da China (tipo curto) e da Tailândia (tipo longo), categorizado como Gourmet.
Arroz Vermelho	Tipo de arroz integral majoritariamente oriundo do sudeste asiático, Gourmet.

Fonte: Levantamento de Campo, 2018.

Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2019.

A indústria de beneficiamento de arroz se mostra um segmento concentrado no Rio Grande do Sul, pois conforme o Instituto Rio Grandense de Arroz - IRGA, há 174 indústrias existentes nesse estado. Os grupos empresariais Camil e Josapar, lideram nacionalmente o beneficiamento de arroz e sua atuação é o território nacional, mediante

presença de centros de distribuição ou mesmo unidades de beneficiamento, bem como abrange países da América do Sul, dentre eles, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

No âmbito do estado de São Paulo, há atualmente as empresas beneficiadoras de arroz Lago Alimentos (Leme-SP), a Cerealista Blue Bom (Ourinhos) e as 6 empresas de Santa Cruz do Rio Pardo: Picinin, Valle Branco, Solito, São João, Guacira e Rosalito (Levantamento de Campo, junho de 2018).

Segundo dados obtidos através de entrevista na arrozeira Guacira com o Sr. Mário Pegorer, Santa Cruz do Rio Pardo apresenta-se como o maior centro brasileiro de beneficiamento de arroz excetuando o estado do Rio Grande do Sul, líder no setor. A cidade é responsável pelo beneficiamento de 10% do arroz consumido no Brasil e cerca de 30% do estado de São Paulo. No tocante ao interior do estado paulista, Santa Cruz do Rio Pardo detém cerca de 55% do mercado consumidor, consistir em sua principal área de atuação. As demais cerealistas do estado de São Paulo detêm cerca de 5% do mercado estadual. Além disso, as indústrias de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo apresentam atuação nos estados do Mato Grosso do Sul, Norte do Paraná e Sul de Minas Gerais.

A indústria de fabricação de máquinas para beneficiamento de arroz (Máquinas Suzuki)

As mudanças na agropecuária do Centro-Oeste Paulista, desencadearam a gênese da produção industrial de Santa Cruz do Rio Pardo, especializada na indústria de beneficiamento de arroz. Na realidade ocorreu a transferência de capital agrário para as atividades urbanas, sendo o beneficiamento de arroz, um dos elementos. Os demais elementos foram a criação da indústria calçadista local, na década de 1970, mas que apresentou falência em meados da década de 2000, sendo um setor atualmente pouco relevante na cidade.

A partir da década de 1970 iniciou-se o processo de transferência de capitais, oriundos dos pequenos proprietários de terras de Santa Cruz do Rio Pardo para atividades urbanas, dentre elas, o beneficiamento do arroz. Os industriais¹²² do segmento do beneficiamento do arroz foram inicialmente ex-agricultores, que haviam

¹²² No tocante à indústria de beneficiamento de arroz destaca-se as famílias de origem italiana Picinin, Pegorer, Zaia, Nardo e Manfrim. Quanto à indústria produtora das máquinas de beneficiamento de arroz, Máquinas Suzuki, a origem da mesma esteve ligada à atuação da família de origem japonesa Suzuki.

adquirido o capital necessário para o investimento em outro segmento da economia, a indústria.

Conforme informações coletadas em Santa Cruz do Rio Pardo, a cidade que chegou a ser um dos maiores polos calçadistas do Brasil e o 4º no estado de São Paulo, passou por recorrentes problemas devido a inserção da China no mercado nacional, pois os calçados produzidos na cidade, com marcas locais passaram a concorrer diretamente com os produtos estrangeiros. Também foi relatado problemas macroeconômicos e o insucesso de vendas no âmbito de Mercosul. As demais indústrias alimentícias locais, com importância no âmbito nacional ou estadual, fábrica de rações Special Dog, pão de alho Santa Massa e Sorvetes Beguetto têm sua gênese¹²³ em meados de 2000, portanto não se inserem diretamente nesse processo inicial de transferência de capitais.

O beneficiamento de soja e café foram atividades inseridas na economia de Santa Cruz do Rio Pardo, durante as décadas de 1960 e 1970. O beneficiamento do café tornou-se pouco relevante após a década de 1980 em razão da diminuição da área ocupada pelos cafeeiros, existindo atualmente somente duas empresas que beneficiam o grão (Café Vigui e Zilli/SA). O processamento industrial da soja foi encerrado com a diminuição das áreas ocupadas por esse cultivo em Santa Cruz do Rio Pardo e adjacências, diferentemente do beneficiamento do arroz, cujo plantio quase inexistente, tornou-se nulo e, no entanto, o beneficiamento desse grão apresentou exponencial crescimento.

De acordo com informações coletadas através de entrevista com o Sr. Munehiro Uchida, o início da indústria de beneficiamento de arroz santa-cruzense refere-se à família de origem japonesa Suzuki, a qual tornou-se proprietária da indústria de fabricação de máquinas de beneficiamento de cereais, notadamente o arroz, Máquinas Suzuki. Desse modo, os elementos técnicos necessários ao beneficiamento do arroz foram criados preteritamente a criação das indústrias de beneficiamento de arroz em atividade atualmente.

Conforme o entrevistado, ex-gerente de vendas da empresa Suzuki, Sr. Munehiro Uchida e informações complementares oriundas do Jornal Debate, Michiyoshi Suzuki e sua família emigraram¹²⁴ para o Brasil em 1932 e dois anos depois,

¹²³ Em levantamento de campo em junho de 2018 nas empresas citadas, foi relatado pela agente social entrevistada da Chocolates Gobeche, Sra. Cristina, que o sucesso do setor arrozeiro impulsionou a criação das outras empresas do ramo alimentício.

¹²⁴ De acordo com informações do Jornal Debate, as primeiras famílias de origem japonesa chegaram em Santa Cruz do Rio Pardo em 1920, sendo que em 1926 já existia no município uma colônia japonesa

os irmãos Shozo, Seiko e Teruichi, estabelecendo-se em Cerqueira César (SP), desenvolvendo o cultivo de algodão. Alguns anos depois, tornaram-se meeiros da fazenda Carretão em Espírito Santo do Turvo, nessa época, distrito pertencente à Santa Cruz do Rio Pardo.

Com a queda dos rendimentos atrelados ao café, em 1944 Michiyoshi Suzuki diversificou suas atividades econômicas através da compra de uma máquina de arroz oriunda do comerciante Apolônio Mardegan, passando a beneficiar o arroz cultivado em Santa Cruz do Rio Pardo. Porém, o beneficiamento do arroz se mostrava pouco rentável devido ao uso do descascamento através de rolete de pedra, única opção disponível naquele período, o que levava a quebra excessiva dos grãos e também à aspereza dos mesmos.

Por essa razão, em 1949, Michiyoshi Suzuki desenvolveu o rolete de borracha, elemento que se mostrava muito eficiente no processo de descascamento de arroz, diminuindo a quebra dos grãos e por consequência aumentando o lucro obtido por meio do beneficiamento do arroz.

Devido ao sucesso dessa invenção patenteada por 15 anos, o pioneiro abandonou o beneficiamento de arroz e passou a se dedicar apenas aos serviços, peças e máquinas usados no setor, fato que ocorreu em conjunto com os irmãos Shozo, Seiko e Teruichi, os quais buscaram qualificar-se do ponto de vista profissional, através de cursos na área de engenharia a fim de desenvolver novas máquinas, peças e serviços. A Máquinas Suzuki/SA desenvolveu-se como uma empresa familiar, vinculada durante toda a sua existência, ao município de Santa Cruz do Rio Pardo.

O rolete de borracha representava uma revolução no setor de beneficiamento de arroz, tornando mais rentável essa atividade e favorecendo o desenvolvimento desse setor no âmbito de Santa Cruz do Rio Pardo, possibilitando o beneficiamento do arroz de sequeiro produzido localmente. Em 1956 foi desenvolvida a primeira máquina de beneficiamento de arroz, a Suzuki Machine, capaz de descascar, separar a casca, brunir, separar e classificar os grãos. O invento foi vendido às várias beneficiadoras de arroz que surgiram na cidade em tela, entre a década de 1950 e 1960.

A existência da Máquinas Suzuki favoreceu o desenvolvimento inicial do setor de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo, embora outras empresas como a Zacharias de Limeira (SP) oferecerem, naquele período, serviços e máquinas

bastante expressiva. Os imigrantes dedicaram-se inicialmente à agricultura, quanto ao plantio de café, porém ao acumularem algum capital, passaram a inserir-se no comércio e indústria.

necessários ao setor. Porém a Máquinas Suzuki apresentava preços competitivos, bem como se localizava também em Santa Cruz do Rio Pardo, diminuindo custos com logística e contribuindo para crescimento do setor de beneficiamento de arroz da cidade.

Considera-se que a atuação inicial da Máquinas Suzuki e a criação do rolete de borracha foram os elementos essenciais para o desenvolvimento da indústria de beneficiamento de arroz santa-cruzense, na medida que dava a assistência técnica necessária ao setor e trazia às arrozeiras, a vantagem de ter seu principal fornecedor de peças e reparos das máquinas na mesma cidade, diminuindo custos.

Pode-se depreender disso que, naquele momento já havia um processo de especialização produtiva em curso e, embora a cidade ainda não apresentasse destaque nacional quanto à quantidade de arroz beneficiado, reunia os elementos necessários a essa cadeia produtiva.

A Máquinas Suzuki/SA atuava na fabricação de máquinas e prestava serviços para outros segmentos de cerealistas, porém os principais clientes eram as beneficiadoras de arroz. As máquinas e peças relacionadas ao beneficiamento do arroz tornaram a Máquinas Suzuki/SA conhecida nacionalmente e também com atuação no mercado exterior. Durante as décadas de 1960 e 1970, a Máquinas Suzuki era a principal indústria de Santa Cruz do Rio Pardo e uma das empresas mais importantes do Brasil no setor de máquinas de beneficiamento de arroz, pois ainda apresentava o domínio quanto aos roletes de borracha e havia desenvolvido máquinas bastante competitivas, quanto ao descascamento e polimentos dos grãos.

No período citado, a Máquinas Suzuki apresentou seu auge econômico, empregando 180 funcionários e atuando em todo o Brasil, com exceção da região Norte, onde ainda não havia empresas que beneficiassem arroz. No âmbito nacional, a atuação concentrava-se nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que eram os líderes nacionais no beneficiamento do arroz. A Máquinas Suzuki apresentou ainda atuação internacional, vendendo máquinas para toda a América do Sul, principalmente Colômbia, Peru e Argentina e também no norte do continente africano, em países como Moçambique e Angola.

A partir da atuação da Máquinas Suzuki, entrevistas com empresários e funcionários do setor arrozeiro e reflexões atreladas à bibliografia usada na pesquisa, compreendeu-se que o sucesso da empresa se deve à: 1) invenção do rolete de borracha, o qual tornou mais rentável o processo de beneficiamento do arroz; 2) criação das primeiras máquinas nacionais de beneficiar arroz (Suzuki Machine); 3) localização

geográfica da empresa, facilitando o escoamento da produção; 4) forte demanda quanto à instalação de máquinas de beneficiamento de arroz no estado de São Paulo, principalmente em decorrência do aumento do consumo desse grão, incluído na lista de alimentos básicos pelos governos militares durante a década de 1960, integrando assim a cesta básica; 5) processo de urbanização e industrialização demandando produtos alimentícios industrializados. O arroz passou a ser beneficiado e empacotado, extinguindo a venda em sacos.

No tocante à gênese do setor arroseiro, o invento do rolete de borracha foi o elemento crucial para a viabilidade do beneficiamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo, na medida que tornou o processo produtivo mais rentável fator extremamente necessário principalmente no caso do município estudado, cuja matéria-prima não é local necessitando reduzir todos os custos possíveis para que a atividade industrial fosse viável.

Na década de 1980, devido ao crescimento do setor arroseiro de Santa Cruz do Rio Pardo, cuja produção de arroz aumentou 300 %, a ampliação das instalações das empresas ocorreu a exemplo da Rosalito, com máquinas de outras empresas como Zacharias e a máquina *Zacharias Super F*. Portanto, a consolidação do setor de beneficiamento de arroz de santa-cruzense já não poderia ser creditada apenas à Máquinas Suzuki.

Atendido a demanda quanto à quantidade de arroz, passou-se a buscar o atendimento da demanda quanto à qualidade, ou seja, a necessidade do beneficiamento e a inserção de distintos tipos e espécies de arroz e o aprimoramento da qualidade do arroz mais consumido, o tipo 1. Desse modo, entre o fim da década de 1990 e primeiros anos da década de 2000, o arroz passou a ser disponibilizado em distintos tipos, qualidades e preços. Para atingir tal conjuntura novos elementos foram adicionados ao processo produtivo, quanto ao beneficiamento.

Conforme o gerente administrativo da empresa Valle Branco, Sr. Valdemar, o mercado passou a exigir qualidade, o que implicava em grãos sem defeitos e resíduos, sendo que do ponto de vista industrial, as empresas beneficiadoras de arroz passaram a inserir máquinas selecionadoras de resíduos.

A máquinas Suzuki, a despeito dos investimentos em tecnologias realizados pelos proprietários não conseguiu desenvolver selecionadoras capazes de concorrer com

os equipamentos da Satake¹²⁵, empresa japonesa que se inseriu no mercado brasileiro de máquinas e peças de beneficiamento de arroz no contexto da abertura econômica da década de 1980.

De tal modo, os entrevistados das arrozeiras relataram que em meados de 2000, o setor de beneficiamento de arroz passou por um forte processo de modernização tecnológica e a Máquinas Suzuki não se mostrava competitiva em relação ao preço dos equipamentos, como a qualidade e eficiência no processo produtivo, sendo comum a contratação de outras empresas para tais finalidades, dentre elas, a Zacarias, Lucatto e, principalmente a filial da empresa japonesa Satake.

O entrevistado Sr. Munehiro Uchida apontou que a Máquinas Suzuki estava atrasada tecnologicamente, do ponto de vista da evolução dos maquinários necessários ao beneficiamento do arroz, uma vez que só o rolete de borracha, capaz de reduzir a quebra dos grãos, não era suficiente para enfrentar as empresas concorrentes que produziam máquinas destinadas ao aperfeiçoamento do beneficiamento do grão. Ainda, havia problemas com o câmbio praticado e, associado à concorrência estrangeira quanto aos roletes de borracha e fabricação de máquinas, principalmente as selecionadoras, decretou concordata em 1990, recuperando-se parcialmente nos anos seguintes.

A discreta recuperação da empresa se deve as parcerias, dentre elas com a empresa LKT tecnologia, a qual desenvolveu na década de 2000 uma máquina que analisava estaticamente o arroz contribuindo para a análise da qualidade dos grãos antes da compra do mesmo, evitando grãos opacos ou muito finos os quais apresentariam desvalorização no mercado, e também quando o grão é vendido, medindo a qualidade do mesmo. A máquina citada, concorrente da selecionadora da japonesa Satake, foi vendida ao mercado nacional e internacional, sendo que as arrozeiras santa-cruzenses Rosalito e São João adquiriram o produto.

Porém, os novos equipamentos da Satake mostravam-se mais eficientes que as máquinas produzidas pela empresa santa-cruzense e, por outro lado, o rolete de borracha, principal peça vendida pela Máquinas Suzuki, tornou-se pouco viável a partir da década de 1990 diante da concorrência chinesa nesse segmento com um produto semelhante, porém mais barato. Esses aspectos, aliados às mudanças no processo produtivo em busca da diminuição de custos e melhoria da qualidade dos grãos,

¹²⁵ A Satake iniciou as atividades em 1999, em Porto Alegre - RS, depois mudou-se para Joinville – SC em 2001, primeiramente produzindo peças e depois de 2005, máquinas, voltadas ao processamento de grãos (informações da empresa, site).

contribuiu para concentração dos serviços e máquinas em poucas empresas e, aquelas menos desenvolvidas do ponto de vista tecnológico, tornaram-se inviáveis.

Assim, se a Máquinas Suzuki foi importante até meados da década de 1980 para a consolidação do setor de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo e até mesmo no âmbito nacional, a partir do fim da década de 1990 e início da década de 2000, quando as empresas arroseiras deixaram de ser cerealistas e se tornam indústrias, a atuação da Máquinas Suzuki tornou-se inviável pois máquinas tornaram-se obsoletas.

No ano de 2017, de acordo com o Sr. Munehiro Uchida, a situação econômica da Máquinas Suzuki tornou-se insustentável, também devido aos desdobramentos da recessão econômica, ocorrendo rescisão de contratos e fim completo das atividades restando apenas serviços de manutenção em máquinas ainda em atividade, adquiridas pelas arroseiras de Santa Cruz do Rio Pardo. Os cortes efetuados quanto ao financiamento, fim das linhas de crédito para máquinas executados pelo BNDES e a descapitalização dos clientes também influenciaram negativamente, acelerando a falência da empresa.

Conforme o entrevistado da arroseira Picinin, Sr. Camilo, com a quebra da Máquinas Suzuki as arroseiras passaram a investir em um setor de manutenção próprio a fim de minimizar custos e também a dependência quanto aos serviços de terceiros, atualmente direcionados principalmente à Satake (Joinville-SC), Castilho (Buritama-SP), Reicol¹²⁶ (Goiânia-GO), quanto às peças e; a Zacharias e Lucato (ambas de Limeira-SP), no tocante à aquisição de máquinas.

As indústrias de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo

A origem das indústrias de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo, remete essencialmente à iniciativa de agentes sociais locais e ao contato próximo entre os mesmos. Inicialmente as famílias de imigrantes italianos Pegorer, Manfrim, Zaia, Nardo e Picinin, residentes no bairro rural Água das Pedras, localizado em Santa Cruz do Rio Pardo, desenvolviam atividades agrícolas em pequenos estabelecimentos rurais, cultivando milho, feijão, café, e, em menor proporção, cana-de-açúcar.

¹²⁶ Empresa fundada em 2008, por Rubens Bernardes, ex-funcionário da Máquinas Suzuki. Atua na fabricação de roletes, breque, brunidor e rebolos, peças utilizadas nas máquinas de beneficiamento do arroz.

A família Pegorer foi a precursora no plantio da cana-de-açúcar dentre os municípios da rede urbana de Ourinhos, sendo que o Sr. Francisco Pegorer construiu um pequeno alambique, no qual se produzia principalmente pinga, utilizando a cana-de-açúcar plantada em seu estabelecimento rural, localizado em Santa Cruz do Rio Pardo. Em 1968, os filhos do Sr. Francisco Pegorer decidiram encerrar as atividades do alambique e também arrendar as terras onde se produzia cana-de-açúcar, sendo as mesmas arrendadas pelo Grupo Quagliato, que no período citado estava expandindo o plantio do produto em tela.

Desse modo, motivados pela expansão do setor arroseiro, a família Pegorer investiu parte do capital acumulado em atividades relativas à cana-de-açúcar, na compra de máquinas de beneficiamento de arroz. De tal forma, ocorreu a origem das empresas Rosalito, São João e Guacira, cujos proprietários são parte da família Pegorer.

A Rosalito, de acordo com o entrevistado, Sr. José Roberto Pegorer, foi fundada durante a década de 1970 pelo Sr. Rosário Pegorer e a exemplo das outras arroseiras localizava-se na área central de Santa Cruz do Rio Pardo. Somente em 1989 a empresa passou a operar em sua atual sede na rodovia Ipaussu-Bauru. No início da década de 2000, a empresa tornou-se totalmente mecanizada e, poucos anos depois inseriu a robotização no processo final do beneficiamento, sendo a arroseira pioneira na modernização do beneficiamento de arroz.

De acordo com o entrevistado, o gerente comercial Sr. Mário Figueira Pegorer, no período anterior à existência da Cerealista Guaíra, atual Guacira Alimentos, parte da família dedicava-se à agricultura de subsistência e também ao comércio relativo ao armazém de secos e molhados existente no bairro rural da Usina São Luiz, localizado no município de Ourinhos-SP.

O armazém foi fechado em 1970 e o capital adquirido com essa atividade foi usado para a compra da primeira máquina de arroz no ano de 1977, sendo um objeto já usado e não oriundo da Máquinas Suzuki, embora, posteriormente, a Guacira tenha adquirido serviços e máquinas da empresa santa-cruzense. O início das atividades do beneficiamento do arroz, a exemplo das demais arroseiras, refere-se à comercialização de arroz com a CONAB, armazenados em sacos de 50 kg. A completa mecanização e modernização do processo de beneficiamento de arroz data do início da década de 2000.

A São João Alimentos, empresa também oriunda da família Pegorer apresenta origem nas atividades agrícolas e na transferência de capitais no ano de 1960, para as atividades de beneficiamento de produtos agrícolas. A São João Alimentos, iniciou o

beneficiamento de arroz em 1960, sendo que sua sede se mantém localizada no mesmo lugar, na Estrada Salto Bonito e dentre as arrozeiras em funcionamento, é a mais antiga. Conforme o Sr. Eduardo Pegorer, alguns anos depois passou a beneficiar café em sociedade com Ângelo Zaia fundador da arrozeira Solito, porém, a sociedade foi desfeita pouco tempo depois e a São João continuou beneficiando apenas arroz até meados da década de 2000, quando passou a beneficiar/empacotar e distribuir outros produtos.

De acordo com o gerente administrativo, Sr. Luiz Cláudio, a origem da Cerealista Brasília, atual Solito Alimentos, se deu em 1961 com o beneficiamento de arroz. No ano de 1964, passou também a beneficiar café, permanecendo até 2003 quando ocorreu o fim dessa atividade e também a mudança do nome social para Solito Alimentos, marca de arroz criada em 1977 pela então Cerealista Brasília. No ano de 1997 foi inaugurado a sede atual da empresa, no distrito industrial Michiyoshi Suzuki.

A Picinin Alimentos foi fundada em 1975 pela família Picinin, que outrora dedicava-se à agricultura e passou a investir, a exemplo de outros ex-agricultores, os capitais acumulados na agricultura em atividades industriais. Em 1991 expandiu suas atividades e instalou sua unidade industrial na Rodovia Ipaussu-Bauru. De origem semelhante à Picinin Alimentos, a Valle Branco Alimentos, foi fundada por Ângelo Nardo em 1970, inicialmente na área central de Santa Cruz do Rio Pardo, e beneficiava originalmente arroz. Na década de 1990, passou a ocupar a atual sede, na Rodovia Ipaussu-Bauru.

A Cerealista Manfrim, fundada em 1967 por membros da família Manfrim, tinha inicialmente o intuito de beneficiar arroz e café, porém seguiu caminhos distintos das demais cerealistas. Conforme informou a gerente de marketing da empresa, Sra. Priscila Manfrim, em meados da década de 1970 a empresa já havia deixado de beneficiar café mantendo-se apenas no segmento arroseiro, naquele momento em franca expansão.

Porém, durante a década de 1990 muitas empresas não conseguiram se manter competitivas no ramo do beneficiamento de arroz, caso da Cerealista Manfrim. A fim de manter-se no mercado, conservou a venda de um tipo de arroz destinado a alimentação animal. Porém, o produto não foi bem aceito pelo mercado e em pouco tempo a atividade foi extinta resultando no encerramento das atividades da empresa.

Pouco depois, os proprietários da empresa citada passaram a investir em um setor que apresentava amplo mercado e possibilidades, os alimentos para cães e gatos. Desse modo, em 2001 foi fundada a Special Dog, atualmente uma das maiores empresas

brasileiras desse segmento e que utiliza como parte da matéria-prima o farelo de arroz, resíduo das arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo.

A Cerealista Solimã, pertencente à família Maitan, trabalha com a compra e comercialização dos grãos de soja e principalmente milho, revendendo no âmbito estadual. O farelo de milho é vendido em sua totalidade para a fábrica de rações Special Dog, embora não seja capaz de suprir a demanda dessa indústria de rações. A empresa emprega 10 pessoas e, em sua gênese operava no beneficiamento de arroz e café, sendo que após a década de 1990, passou a dedicar-se apenas à comercialização dos grãos cultivados localmente. Trata-se, portanto, de uma das empresas que se dedicava originalmente ao beneficiamento do arroz, mas alterou sua atividade devido aos problemas discutidos no decorrer desse capítulo.

Apesar disso, as empresas que permaneceram no setor apresentam forte participação no mercado nacional do beneficiamento do arroz. De acordo com o entrevistado, Sr. Mário Figueira Pegorer, gerente da empresa Guacira, as relações familiares favoreceram o início e consolidação do setor arrozeiro santa-cruzensense. O sucesso de um membro da família estimulava os demais a investirem no beneficiamento de arroz, explicando assim a forte presença, principalmente da família Pegorer, proprietária das arrozeiras Guacira, São João e Rosalito. As demais arrozeiras, Solito, Picinin e Valle Branco, das famílias Zaia, Picinin e Nardo, respectivamente, também apresentam relações com a família Pegorer, envolvendo parentesco, cargos de chefia e gestão.

O Sr. Eduardo Pegorer, da São João Alimentos, apontou que os cargos de gestão são passados “de pai para filho”, com a formação profissional e os conceitos da empresa são trabalhados constantemente. Apesar disso, nas empresas São João, Solito e Picinin há profissionais que não residem em Santa Cruz do Rio Pardo, atuando em funções de gerência de Recursos Humanos, Comercial e Finanças, pois os empresários entrevistados afirmaram que procuram por profissionais qualificados, nem sempre presentes na cidade.

Conforme o Sr. Eduardo Pegorer, as discordâncias são discutidas em reuniões realizadas frequentemente entre os membros gestores das empresas e, por outro lado, as mudanças logísticas e no processo produtivo também são comumente debatidas de modo que não exista discrepâncias entre as mesmas, embora a Solito e Rosalito se destaquem por serem mais modernas e devido às pequenas diferenças no processo produtivo. O representante da Guacira, Sr. Mário Figueira Pegorer afirmou que as

empresas cresceram juntas e fortaleceram suas relações empresariais como forma de consolidar o polo arrozeiro santa-cruzense, a fim de manter-se na concorrência com as empresas gaúchas.

De acordo com Fresca (2005) pode-se denominar esse tipo de relação social citada como contato próximo. Porém identificou-se um diferencial no caso de Santa Cruz do Rio Pardo, quanto ao fato de existir fortes relações familiares no segmento e o predomínio da atuação da família Pegorer. Explica-se que mesmo as arrozeiras não controladas pela família citada apresentam relações entre os proprietários ou cargos de chefia, envolvendo parentesco ou relacionamentos afetivos. Portanto, pode-se creditar o crescimento e solidificação do setor tanto ao contato próximo quanto às relações de parentesco.

É importante frisar que na década de 1980, havia cerca de 200 empresas de beneficiamento de arroz no estado de São Paulo, sendo 28 localizadas em Santa Cruz do Rio Pardo. Sobretudo na década de 2000, a maioria das empresas paulistas encerrou suas atividades, desenrolando uma crescente concentração no mercado, sendo que a maioria das empresas não conseguiram se manter devido aos problemas de logística e falta de investimentos tecnológicos.

Com isso, no estado de São Paulo, as indústrias de beneficiamento de arroz, naquele momento denominadas como cerealistas, pois o processo produtivo ainda não era totalmente mecanizado, tornaram-se menos numerosas e especialmente concentradas sobretudo em Santa Cruz do Rio Pardo.

Os fatores que levaram a essa concentração foram: 1) aumento da exigência do mercado consumidor quanto à qualidade do produto tornando necessário a expansão do arroz em áreas irrigadas, portanto não adequadas ao estado de São Paulo e, com isso, a distância da matéria-prima dificultava o beneficiamento do produto, sendo necessário investimentos em logística; 2) as cerealistas tornaram-se de fato indústrias devido à modernização pautada na completa automatização do processo produtivo, sendo necessários investimentos, o que nem todas as arrozeiras puderam realizar; 3) elevação dos custos com logística, impossibilitando à maioria das arrozeiras, deslocar o arroz ainda em casca do Rio Grande do Sul até o estado de São Paulo; 4) as empresas que, apesar de serem familiares, investiram na profissionalização da gestão inseriram-se melhor competitivamente; 5) havia oferta de máquinas de beneficiamento de arroz e peças, em parte devido à presença da Suzuki.

Porém, as 6 empresas de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo, embora apresentem origem bastante semelhante, denotam perfis distintos. As empresas de beneficiamento de arroz santa-cruzenses são consideradas conforme o Serviço Brasileiro de apoio à pequena empresa - SEBRAE como pequenas (entre 21 a 100 funcionários), no caso da Picinin, que emprega 73 funcionários, Guacira com 60 funcionários (na unidade de Santa Cruz do Rio Pardo) e Vale Branco com 60 funcionários; médias empresas (101 a 500 funcionários), caso da Rosalito com 160 funcionários, Solito com 300 e São João com 330 trabalhadores.

Na figura 9, observa-se a vista parcial de uma das arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo, a Picinin:

FIGURA 9: Vista Parcial de uma arrozeira em Santa Cruz do Rio Pardo, 2018



Fonte: Levantamento de Campo, 2018.

Apesar do arroz representar entre 80% e 90 % do faturamento das arrozeiras, todas apresentam diversificação de produtos. Conforme o entrevistado da Valle Branco Alimentos, Sr. Valdemar, a diversificação se dá em parte pela queda da demanda por arroz, a partir de meados da década de 2000, motivado por mudanças nos hábitos alimentares e aumento da renda per capita, aspectos apontados por Medeiros (2009). Porém, o autor citado pondera que a queda do consumo se deu principalmente entre os estratos populacionais de renda mais elevada, acima de R\$ 1.200 ao passo que ocorreu um paulatino aumento da demanda por carnes.

A intensidade da queda do consumo de arroz branco não foi mensurada pelas outras arrozeiras santa-cruzenses, embora apontem que o Brasil ainda mantém uma média de 40 kg per capita anuais de arroz, bastante distante do patamar asiático, de aproximadamente 100 kg per capita anuais. Medeiros (2009) frisou que o efeito das políticas públicas federais como o Bolsa Família não poderia ser desconsiderado, pois parcelas de menor poder aquisitivo passaram a obter acesso ao alimento industrializado apenas mediante a ajuda governamental, aumentando a demanda pelo mesmo.

De todo modo, as cerealistas santa-cruzenses tornaram-se menos numerosas, mas aumentam em 300% a quantidade de arroz beneficiado nas últimas décadas. Conforme o Sr. Eduardo Pegorer, estima-se que o polo arrozeiro de Santa Cruz do Rio Pardo beneficie mensalmente 60.000 toneladas de arroz, e que a São João Alimentos e a Solito apresentem ainda grande capacidade ociosa, podendo aumentar a produção se houver demanda.

Observando o quadro 12 relativo aos tipos de arroz beneficiados pelas arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo, nota-se que todas apresentam 3 ou 4 variedades do arroz tipo 1. No caso da São João, o arroz Patekó é o mais vendido e antigo da empresa, sendo um dos primeiros produtos embalados do Brasil, a partir de 1975. A empresa Vale Branco, cujo produto mais antigo é o arroz Castelão, tem investido na marca Valle Branco, produto de melhor qualidade. Quanto à Solito alimentos, o arroz Solito Tipo 1 é a variedade mais antiga e famosa da empresa, existente desde 1977 e que dá nome a empresa, devido ao fato de ser, conforme apontou o entrevistado, Sr. Luiz Cláudio, a quarta marca mais conhecida do estado de São Paulo.

A peculiaridade da Guacira, é o fato de o mercado consumidor majoritário ser o estado do Mato Grosso do Sul, pois 55% da produção é vendida nesse estado. O entrevistado, Sr. Mário Pegorer, destacou que o arroz vendido no Mato Grosso do Sul é oriundo do próprio estado e beneficiado na unidade de beneficiamento da Guacira localizada na cidade de Dourados. Quanto à produção santa-cruzense, o arroz é vendido no interior paulista. A Guacira também se diferencia das demais arrozeiras pelo fato de importar e comercializar diversas variedades de arroz Gourmet, caso do tipo basmati, vermelho e preto.

O arroz tipo 2 é vendido por todas as empresas ao passo que o tipo 3 é comercializado pela Valle Branco e Picinin. O entrevistado da Valle Branco, Sr. Valdermar afirmou que esses tipos de arroz têm baixa demanda pois o consumidor busca pelo produto mais branco e menos quebrado possível, o arroz tipo 1 e, por outro lado, o aumento da renda per capita, durante a última década, tornou esse tipo de produto pouco procurado, pois o consumidor tem melhores condições para pagar por um produto de melhor qualidade. O arroz Parboilizado, a despeito de suas qualidades nutricionais, também é um produto secundário, porém comercializado por todas as arrozeiras, caso semelhante ao arroz integral.

QUADRO 12: Tipos de arroz/marcas das beneficiadoras de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo

Tipo de arroz/arrozeira	Guacira	Picinin	Rosalito	São João	Solito	Valle Branco
Arroz tipo 1 longo/fino/beneficiado	Arroz Guacira Speciale Tipo 1	Arroz Picinin Gourmet tipo 1	Arroz Rosalito Extra Premium	Arroz Empório São João Tipo 1	Arroz Solito Premium tipo 1	Arroz Valle Branco tipo 1
	Arroz Guacira tipo 1	Arroz Picinin Série Ouro Tipo 1	Arroz Rosalito Premium Tipo 1	Arroz Patekó Premium tipo 1	Arroz Solito tipo 1	Arroz Aene tipo 1
	Arroz Ara tipo 1	Arroz Picinin tipo 1	Arroz Rosalito Tradicional tipo 1	Arroz Riviera Tipo 1	Arroz Anceli tipo 1	Arroz castelão tipo 1
		Arroz Ramagem tipo 1	Arroz Rosalito Família tipo 1			Arroz Aene tipo 1
Arroz tipo 2- longo/fino/beneficiado	Arroz Guacira tipo 2	Arroz Picinin Tipo 2	Arroz Rosalito Econômico tipo 2	Arroz Patekó tipo 2	Arroz Solito Tipo 2	Arroz Castelão Tipo 2
Arroz tipo 3- longo/fino/beneficiado	_____	Arroz Tio Toni tipo 3	_____	_____	_____	Arroz Castelão Tipo 3
Parboilizado - longo/fino/beneficiado	Arroz Parboilizado Guacira	Arroz Parboilizado Picinin	Arroz Rosalito Parboilizado	Arroz Patekó Parboilizado Arroz	Arroz Parboilizado Solito	Arroz Aene Parboilizado
	Arroz Parboilizado Ara			Arroz Patekó Food Service Parboilizado		
	Arroz Parboilizado Tio Bepy					
Arroz integral – longo/fino	Arroz Integral Guacira	Arroz integral Picinin	Arroz integral Rosalito	Arroz Integral Patekó	Arroz Solito Integral	Arroz Integral Valle Branco
Categoria de arroz Gourmet						
Arroz Arbóreo	Arroz Arbóreo Guacira	Arroz Arbóreo Picinin	Arroz Rosalito Arbóreo	_____	_____	_____
Arroz Mix (parte Parboilizado parte polido)	_____	Arroz Picinin Mix	Arroz Rosalito Mix Food Service	Arroz Patekó Food Service Mix	Arroz Solito Mix Food Service	Arroz Aene Food Service Mix
Arroz tipo oriental - polido/fino/longo	Arroz Koshihikari	_____	_____	Arroz Taiyô-Mai	Arroz Oriental Inari	_____
	Arroz para Culinária Oriental Guacira					
Arroz Basmati	Arroz Basmati Guacira	_____	_____	_____	_____	_____
Arroz Preto	Arroz Preto Guacira	_____	_____	_____	_____	_____
Arroz Vermelho	Arroz Vermelho Guacira	_____	_____	_____	_____	_____
Outros produtos oriundos do arroz	_____	_____	_____	_____	Farinha de Arroz Industrial Solito	Arroz Vita Abaixo do padrão/class e quebrado, polido
	_____	_____	_____	_____	Farinha de Arroz Solito Monsoli	

Fonte: Levantamento de Campo, 2018.

Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Entretanto, parte da capacidade ociosa das empresas têm sido usada no beneficiamento de outros alimentos e entre o fim da década de 1990 e início da década de 2000, as arroseiras passaram a diversificar seus produtos. O representante da Guacira, Sr. Mário Pegorer, apontou que as empresas têm aproveitado a logística e inserindo-se no comércio varejista que já comercializa o arroz, outros gêneros alimentícios. De tal forma, o escoamento do arroz, feito nos caminhões das arroseiras, uma vez que esse serviço não é terceirizado, também transporta, em menor quantidade feijão, açúcar, dentre outros alimentos. Conseqüentemente, se utiliza o espaço existente nas empresas para o beneficiamento de parte desses produtos.

Conforme apontou o entrevistado da Picinin Alimentos, Sr. Camilo, o açúcar produzido pela Usina São Luiz de Ourinhos e Comanche de Canitar, são vendidos às arroseiras de Santa Cruz do Rio Pardo, que realizam um processo de beneficiamento, eliminando impurezas e por fim, empacotando. As empresas Guacira e Rosalito não efetuam o beneficiamento de açúcar. As empresas Picinin, São João, Solito e Valle Branco beneficiam e comercializam açúcar do tipo cristal e extrafino.

O beneficiamento do feijão, cujo processo é menos complexo do que o arroz, uma vez que envolve a limpeza do grão, seleção e o empacotamento, também é realizado em algumas arroseiras, sendo a matéria-prima oriunda principalmente do estado do Paraná, líder nacional na produção de feijão. Com exceção da Guacira, todas as demais arroseiras apresentam o beneficiamento de feijão, inserindo suas marcas. Os tipos comercializados são: carioca, preto, gourmet, fradinho, branco, corda jalo, rosinha e rajado.

As empresas apresentam também a revenda de outros produtos, complementando a logística de escoamento do arroz, atuando também como atacadistas. De acordo com o representante da Valle Branco, Sr. Valdemar, a empresa revende os produtos da marca Ipê na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, embora esses produtos não constem na cartela de produtos da empresa, uma vez que não levam a marca Valle Branco. Situação distinta ocorre com a Guacira, que revende pimentas da empresa americana Tabasco, Molhos e Massas da empresa italiana Granoro e azeites da marca espanhola Priordei nesse caso, o raio de atuação é o mesmo da comercialização do arroz atuando como revendedor oficial desses produtos no Brasil, uma vez que se trata de itens importados.

A Guacira desempenha a função de distribuidor de alguns produtos importados, principalmente azeites, molhos e massas. A Picinin alimentos realiza a revenda de

farinha, porém inserindo sua própria marca, fato comum a Rosalito, a qual revende queijo ralado, batata palha e farofas. A Valle Branco insere sua marca na venda de diversas variedades de palmito e a São João Alimentos revende lentilha, grão de bico, milho de pipoca, sagu e ervilha.

Além dos produtos comercializados, as arrozeiras se diferenciam também pela área de atuação e participação no mercado consumidor. As principais arrozeiras, quanto à participação no mercado paulista, são a Solito com 10% e a São João com 8 % do mercado consumidor. Diferentemente das demais arrozeiras santa-cruzenses, a Solito e a São João, estão inseridas na capital paulista, mediante a existência de centros de distribuição, localizados na cidade de Barueri-SP. Os entrevistados de ambas arrozeiras, Sr. Eduardo Pegorer, da São João Alimentos e o gerente administrativo da Solito Alimentos, Sr. Luís Cláudio estimaram que o interior paulista ainda é o principal mercado de suas empresas, embora a Grande São Paulo seja a área de expansão. Os representantes das empresas São João e Solito apontaram, que, no caso da Grande São Paulo, seus produtos são comercializados principalmente nas grandes redes varejistas, Carrefour, Walmart, Pão de Açúcar, Extra, etc.

Cabe ressaltar que, em 2013, a São João Alimentos inaugurou um centro de distribuição e unidade de beneficiamento¹²⁷ em Uruguaiana (RS) a fim de comercializar arroz, sendo a 18^o maior empresa nesse segmento, empregando 45 pessoas. Recentemente, foi inserido a comercialização do açúcar Patekó, através do “frete de volta”, ou seja, a empresa envia o açúcar para Uruguaiana e recebe na volta, arroz beneficiado na unidade gaúcha ou para beneficiamento na unidade de Santa Cruz do Rio Pardo. Caso semelhante ocorre com a Rosalito, a qual envia o feijão beneficiado em Santa Cruz do Rio Pardo e traz de volta, o arroz beneficiado no Rio Grande do Sul, na sua unidade industrial.

Também, nos últimos anos, a São João Alimentos inseriu-se no Norte Paranaense e Sul de Minas Gerais, e, nesse sentido, embora a Solito tenha maior participação no mercado paulista, a São João tem expandido sua produção também do ponto de vista geográfico, atuando em maiores áreas. Por outro lado, a São João alimentos tem exportado algumas variedades de arroz para países da América do Sul, fato comum também em relação à Guacira.

¹²⁷ Conforme informações do Jornal Debate, confirmadas em entrevistas com as arrozeiras, o aumento das sobretaxas na conta de energia elétrica, sobretudo a partir de 2001 e o denominado “apagão” ocorrido naquele período, foi também um dos fatores que influenciaram na instalação de unidades de beneficiamento em Uruguaiana (RS).

Em linhas gerais, a Solito foi apontada pelas demais arrozeiras como a maior empresa beneficiadora de arroz da América Latina, desconsiderando os grupos econômicos do setor, como a Josapar e a Camil, localizadas no Rio Grande do Sul. A empresa santa-cruzensense produz cerca de 12.000 toneladas de arroz mensais, escoados no âmbito estadual e, embora tenha investido em outros produtos, com o intuito de aproveitar parte da capacidade ociosa da empresa, o arroz representa 86% do faturamento total da empresa.

A Valle Branco alimentos possui 3% do mercado estadual, não atua na Grande São Paulo devido à inexistência de Centro de Distribuição e também não comercializa seus produtos em outros estados, concentrando-se no interior do estado de São Paulo, principalmente o Centro-Oeste paulista.

A Picinin Alimentos, cuja participação no mercado paulista é de 4%, opera no interior de São Paulo e também no Norte do Paraná. Também, devido a inexistência de um centro de distribuição, não comercializa seus produtos na Grande São Paulo. A Rosalito Alimentos, cuja participação na comercialização de arroz, no mercado paulista, também se restringe ao interior, semelhante a São João, inaugurou recentemente um centro de distribuição em Uruguaiana com o objetivo de inserir o arroz da marca nesse estado e, principalmente, comercializar seus outros produtos, nesse caso, o destaque é o feijão da marca.

A Guacira tem menor participação no mercado paulista, apenas 2%. Porém, a empresa apresenta um centro de distribuição e uma unidade de beneficiamento em Dourados (MS) e está inserida nesse estado, com a revenda de produtos importados (azeites, massas, molhos), produtos importados, porém com marca própria (charque, azeite, arroz gourmet) e, por fim com o arroz beneficiado pela empresa, na indústria que possuem nessa cidade.

Porém, como ressaltou o Sr. Mário Pegorer, o arroz comercializado no estado do Mato Grosso do Sul é oriundo de sequeiro, produzido nesse estado, inferior ao arroz beneficiado na unidade de Santa Cruz do Rio Pardo, sendo esse, oriundo de áreas irrigadas do Rio Grande do Sul. Os negócios na filial de Dourados somam cerca de 55% do faturamento da empresa e, nessa unidade, são empregados cerca de 180 pessoas, frente aos 60 funcionários da unidade de Santa Cruz do Rio Pardo. A unidade de Dourados (MS), porém, é menos moderna que aquela de Santa Cruz do Rio Pardo, e, por esse motivo emprega maior número de pessoas, embora esteja em processo de mudança. A participação no mercado do Mato Grosso do Sul, quanto ao arroz é de cerca

de 10%. Também é recente, datado de 2015, a inauguração de um centro de Distribuição na cidade de Fortaleza (CE), nesse caso, para a revenda dos produtos importados comercializados pela Guacira.

É importante frisar que a expansão da comercialização do arroz esbarra em alíquotas estaduais, conforme apontou os entrevistados, porém o motivo principal é a logística de escoamento da produção. A necessidade de centros de distribuição se faz real pois o escoamento, feito por caminhões torna-se inviável em distâncias maiores que 800 km. No caso da existência de Centros de Distribuição na Grande São Paulo, o motivo refere-se, dentre outros, aos deslocamentos, que obedecem às legislações urbanísticas distintas.

Além disso, os representantes da Picinin Alimentos e Valle Branco, citaram que, a comercialização do arroz nas cidades da Grande São Paulo se dá necessariamente em grandes redes de varejo, sendo um negócio nem sempre compensativo, do ponto de vista econômico. Por sua vez, a comercialização do arroz no interior do estado de São Paulo se dá em mercearias e supermercados, sendo a entrega, realizada pelas próprias arrozeiras, na medida que o escoamento da produção, através de caminhões das empresas e os trabalhadores não são elementos terceirizados. Todas as empresas arrozeiras contam ainda com representantes comerciais nas principais cidades do estado de São Paulo.

O processo de beneficiamento do arroz também não é algo homogêneo dentre as arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo. A partir da década de 1990 ocorreu a concentração do beneficiamento do arroz no estado do Rio Grande do Sul e, no caso do estado de São Paulo, em Santa Cruz do Rio Pardo. As empresas que continuaram as atividades passaram por um extensivo processo de mecanização, sobretudo no início da década de 2000, sendo que todo o processo produtivo passou a ser industrializado, deixando de se restringir apenas a descascar, polir e embalar o arroz, uma vez que surgiram diversos novos produtos no mercado, conforme se notou no quadro 11 (p. 241).

A Rosalito foi a primeira arrozeira a tornar todo o processo mecanizado e, no caso da robotização, o início se deu com a São João Alimentos, em 2006. Em realidade a robotização é utilizada mormente na última etapa do beneficiamento do arroz, ou seja, na paletização. A empresa Magnoflux, de Birigui-SP, foi apontada como a principal

prestadora de serviços relativos à robótica¹²⁸ às arrozeiras santa-cruzenses. Cabe frisar que, nem todas as arrozeiras santa-cruzenses utilizam a robotização, porém o entrevistado da Guacira, Sr. Mário Pegorer, apontou que, do ponto de vista tecnológico as empresas de Santa Cruz do Rio Pardo são mais modernas que as gaúchas, pois, devido à distância da fonte de matéria-prima, Uruguaiana (RS) e municípios adjacentes, as arrozeiras santa-cruzenses buscam pela economia do processo produtivo utilizando os mais modernos equipamentos para o beneficiamento do arroz.

Todas as arrozeiras santa-cruzenses possuem laboratório de qualidade e também desenvolvem estudos frequentes para melhorar a qualidade do produto. A automação é completa, entre o descascamento e empacotamento, existindo diferenças no processo de seleção e classificação do arroz, e também no enfardamento, na maioria das empresas, automático, feito por robôs. Quanto à paletização, a Guacira não apresenta na unidade de Santa Cruz do Rio Pardo, embora seja presente na unidade de Uruguaiana. A Solito e São João por sua vez utilizam a paletização automática.

A necessidade de diminuir custos é frequente pois, conforme o representante da São João Alimentos, Sr. Eduardo Pegorer, o percentual de lucro é estimado apenas 2 e 3 %. Santa Cruz do Rio Pardo apresenta competitividade com a indústria gaúcha, devido à proximidade do mercado consumidor e pelo nível tecnológico. Além disso, a São João Alimentos e a Guacira inauguraram filiais das respectivas empresas em Uruguaiana, com o intuito de fazer o descasamento, uma vez que a casca eleva o peso do arroz em 12%, encarecendo o frete. Por outro lado, conforme apontado anteriormente algumas empresas também beneficiam parte da produção e atuam no mercado gaúcho.

Assim, a São João Alimentos e a Guacira Alimentos, ao realizar o descascamento na unidade de Uruguaiana (RS) eliminam o peso extra da casca, quanto ao frete do grão até Santa Cruz do Rio Pardo, porém, não eliminam o problema da destinação desse resíduo. Diversos autores, dentre eles Walter e Rossato (2010) têm apontado os problemas ambientais causados pelo destino inadequado da casca de arroz no Rio Grande do Sul, o que se transforma em um problema devido ao montante produzido, reiterando que esse estado é o principal produtor de arroz do Brasil. A maior parte desse resíduo é lançado em depósitos a céu aberto e geram grandes quantidades de gás metano (CH₄). Por outro lado, parte dos resíduos é abandonado nas margens dos rios, causando danos à água.

¹²⁸ O termo robotização foi utilizado pelos empresários do setor arrozeiro. Trata-se do processo automatizado de enfardamento dos pacotes de arroz, realizado por um robô.

Por sua vez, em Santa Cruz do Rio Pardo há a empresa Cidal, especializada na comercialização e transformação industrial dos resíduos da casca de arroz, material recebido das empresas Solito, Valle Branco, Rosalito e Picinin, ou seja, as arrozeiras que compram arroz em casca do Rio Grande do Sul e o transportam até Santa Cruz do Rio Pardo, para fins de beneficiamento. De acordo com o entrevistado da empresa Cidal, Sr. Juliano, trata-se de uma das poucas empresas brasileiras desse segmento, uma vez que o destino comumente dado a palha do arroz é a deposição em lugares inadequados e, em menor proporção, a doação para agricultores, a fim de ser utilizado como adubo.

A Cidal foi fundada em 2002 momento em que o setor arrozeiro passou por crescimento quanto a quantidade de arroz beneficiado, com a finalidade de atender esse segmento econômico. O entrevistado apontou que a preocupação ambiental existe principalmente em decorrência dos dispositivos ambientais expostos no Plano Diretor de Santa Cruz do Rio Pardo. A empresa gera 15 empregos diretos e realiza transformação industrial na casca, comercializando o produto, o qual serve de matéria-prima para outros elementos industriais e até mesmo geração de energia.

O entrevistado citou que a Raizen Energia, agroindústria de cana-de-açúcar localizada em Ipaussu-SP, é um cliente esporádico, utilizando a casca de arroz para geração de energia, a fim de manter o funcionamento da agroindústria. Os principais clientes são oriundos da região de Marília, principalmente na cidade de Bastos (SP) e também da cidade de Itapetininga (SP), pois a casca de arroz é transformada em palha e utilizada para forrar aviários. Outro destino da casca de arroz, transformada em palha é a cidade de Rezende (RJ), sendo o material, utilizado na indústria siderúrgica, como isolante térmico.

O arroz é oriundo do Rio Grande do Sul, de municípios próximos à Uruguaiana, porém o arroz em casca é comercializado nessa cidade, daí a existência de depósitos/silos das arrozeiras santa-cruzenses. A exceção é a Vale Branco, empresa que compra o arroz diretamente de fornecedores gaúchos e terceiriza o frete até Santa Cruz do Rio Pardo. As demais empresas contam com depósitos/silos, sendo que, no caso da São João e Guacira, também há a unidade de beneficiamento local.

O empacotamento do arroz se dá mormente com as embalagens oriundas da empresa Cristal (Morro da Fumaça-SC), embora existam outros fornecedores esporádicos. A cadeia produtiva do arroz, completa-se com o destino dado aos resíduos do grão. Os quebrados de arroz, sem uso comercial, são moídos e transformados em

farelo de arroz, vendidos à empresa de fabricação de ração para cães e gatos Special Dog. Porém devido ao acelerado crescimento da Special Dog, sobretudo nos últimos 3 anos, as arrozeiras santa-cruzenses não são capazes de suprir a demanda, sendo que parte dos fornecedores, são arrozeiras de outros estados brasileiros.

De acordo com a Sra. Priscila Manfrim, a Special Dog atua em 25.000 pontos de venda, em 8 estados brasileiros e está em processo de expansão. Iniciou recentemente a exportação para países da América do Sul e atende 5 % da demanda nacional por rações para cães e gatos. É a maior indústria de Santa Cruz do Rio Pardo e embora não seja uma arrozeira, sua gênese atrela-se a essa atividade produtiva.

Em suma, a estrutura de funcionamento das arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo é constituída pelos seguintes elementos:

- 1-O arroz é majoritariamente oriundo do Rio Grande do Sul, embora em caso de redução da safra nacional, ocorra a importação de arroz do Uruguai e Argentina.
- 2-As empresas prestadoras de serviços de manutenção de máquinas são oriundas de Santa Cruz do Rio Pardo, no caso de equipamentos de informática.
- 3- Serviços bancários, advocatícios e de contabilidade são oriundos de Santa Cruz do Rio Pardo.
- 4- Serviços de reparo dos equipamentos do beneficiamento do arroz, são realizados pelas próprias arrozeiras, com exceção das máquinas originárias da Suzuki, pois ex-trabalhadores dessa empresa realizam o serviço, de maneira terceirizada.
- 5-A compra de peças, principalmente de roletes, é realizada na empresa Castilho de Buritama-SP.
- 6-As máquinas de beneficiamento de arroz são procedentes da empresa Satake (Joinville –SC), Zacarias e Lucato (Limeira-SP).
- 7-Os robôs paletizadores são oriundos da Magnoflux (Birigui-SP).
- 8-As embalagens são adquiridas majoritariamente da empresa Cristal (Morro da Fumaça-SC).
- 9-O farelo de arroz é vendido para a Special Dog, indústria de alimentos para cães e gatos de Santa Cruz do Rio Pardo.
- 10-A casca do arroz é vendida para a Cidal, empresa que industrializa esse resíduo e comercializa com empresas do setor aviário da região de Marília-SP e empresas de Descalvado-SP, para a fabricação de palha para siderúrgicas de Rezende -RJ.

11-O arroz beneficiado e embalado é transportado através de veículos das próprias arrozeiras.

12-O arroz em casca é transportado entre Uruguaiana e Santa Cruz do Rio Pardo, de forma terceirizada.

13-O arroz beneficiado é comercializado principalmente no estado de São Paulo.

5.3 - Santa Cruz do Rio Pardo na rede urbana

Buscando responder como Santa Cruz do Rio Pardo insere-se presentemente na divisão territorial do trabalho e por consequência na rede urbana, analisou-se ao longo desse capítulo, a especialização produtiva em pequenas cidades, com enfoque na indústria de beneficiamento de arroz da referida cidade. Neste subcapítulo 5.3, objetiva-se compreender o atual papel de Santa Cruz do Rio Pardo, na rede urbana de Ourinhos e em outros patamares da rede urbana nacional, considerando para tal a dinâmica econômica e social, a qual envolve, além da indústria de beneficiamento de arroz, outros elementos da economia da cidade em destaque.

Santa Cruz do Rio Pardo passou, sobretudo nos últimos 50 anos, por transformações econômicas e sociais que, levaram a mudança em seu papel na rede urbana, deixando paulatinamente de ser uma cidade sede de um município fortemente atrelado à agricultura, sobretudo quanto à cafeicultura. A desativação do ramal da E.F. Sorocabana, que perpassava Santa Cruz do Rio Pardo, no ano de 1966, associado aos problemas de ordem econômica enfrentados pelos cafeicultores, contribuíram para a progressiva perda da importância dessa atividade econômica.

Entretanto, o capital acumulado com o café demais gêneros agrícolas associados ao processo de urbanização pelo qual o município passou, foi investido em atividades urbanas, notadamente na indústria de alimentos. Conforme discutido, na década de 1960 ocorreu a gênese da indústria de beneficiamento de arroz santa-cruzense mediante a atuação de agentes sociais locais.

O período hodierno é pautado em uma intensa divisão territorial do trabalho, refletida na heterogeneidade das cidades. Assim, conforme apontou Fresca (2005) algumas áreas passaram pela inserção do complexo agroindustrial relativo à pecuária, agroindústria sucroalcooleira, entre outras, ao passo que outras áreas desenvolveram outras atividades econômicas, gerando singularidades e trazendo por consequência, mudanças na cidade e na rede urbana. A reflexão exposta refere-se ao Norte do Paraná,

porém cabe às cidades estudadas nessa tese. Canitar passou pela inserção dos desdobramentos econômicos do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e Santa Cruz do Rio Pardo, em contrapartida, desenvolveu atividades econômicas que a tornaram singulares: a indústria de beneficiamento de arroz.

Certamente, a melhoria geral na circulação, mediante avanço nos meios de transportes e meios de comunicação, apontada por Fresca (2005), possibilitou maior flexibilidade de mercadorias, ideias e capital, gerando por consequência, maior complexidade funcional dos centros urbanos e a presença das pequenas cidades especializadas. De fato, quanto à Santa Cruz do Rio Pardo, a indústria de beneficiamento de arroz tornou-se viável e competitiva devido aos avanços tecnológicos quanto a mecanização e a logística atrelada ao transporte de grandes volumes de produção, mediante a existência de Centros de Distribuição, Depósitos/Silos, Unidades de beneficiamento presentes em espaços que sobressaem a rede urbana de Ourinhos.

Nesse sentido, as pequenas cidades ganham novos papéis, não atrelados somente à agricultura, deixando de ser meramente “cidades do campo”, conforme apontava Santos (2013). Apesar da importância da indústria de beneficiamento de arroz, a economia de Santa Cruz do Rio Pardo não se restringe a essa atividade. Tal como demonstrou Fresca (2005), Veiga (2010), a pequena cidade que apresenta alguma especialização funcional recebe essa denominação seja pela importância em âmbito nacional ou estadual do serviço ou produto industrializado produzido, quanto ao montante, ou, em decorrência da existência de uma gama de elementos que formariam uma cadeia produtiva, ou seja, a existência de todos os elos necessários aquela produção pela qual a cidade se mostra especializada.

Do ponto de vista da agropecuária, conforme se discutiu ao longo desse trabalho, Santa Cruz do Rio Pardo apresenta o predomínio do plantio de cana-de-açúcar, cujo destino é mormente a Usina São Luiz de Ourinhos. Entretanto, parte considerável do município não apresenta destinação agrícola, sendo denominada como pastagens. Em pesquisa local, verificou-se que parte da pastagem se refere ao gado bovino, o qual atende demanda do frigorífico Itajara, localizado em Santa Cruz do Rio Pardo. O frigorífico, que passou por processo de falência devido a problemas administrativos, foi reaberto em 2017 e emprega 187 pessoas. A carne é comercializada no estado do Paraná e Mato Grosso do Sul, sendo que se encontra em processo de expansão para vendas aos países que compõem o Mercosul.

Outra atividade econômica atrelada à agropecuária é a empresa Iogurte Fazenda Botelho, cuja matéria-prima, ou seja, o leite, é oriundo da fazenda Botelho. Conforme informações coletadas com o proprietário, Sr. Norival Botelho, a empresa iniciou suas atividades em 1984, através da comercialização de leite pasteurizado, e, no ano de 2010, expandiu sua produção, relacionado ao segmento de iogurtes. A atuação da empresa é notadamente regional.

Em relação aos serviços, Santa Cruz do Rio Pardo apresenta consultórios médicos, odontológicos, hospitais, embora determinadas especialidades médicas não sejam encontradas no município, demandando deslocamentos até Ourinhos e demais centros urbanos com maior porte populacional.

Há oferta de ensino infantil, fundamental e médio, na modalidade pública e privada e, no caso do ensino superior, há a faculdade OAPEC. A faculdade, onde há os cursos de Administração (2000), Direito (2006) e Recursos Humanos (2016) conta 300 alunos, sendo que, conforme informações coletadas na mesma, 80 % dos alunos são oriundos de Santa Cruz do Rio Pardo e os demais, de Bernardino de Campos, Espírito Santo do Turvo, São Pedro do Turvo e Ipaussu, municípios limítrofes. A faculdade não atende, portanto, toda a demanda das indústrias arrozeiras e demais indústrias do setor alimentício quanto às funções que exigem nível superior, sendo que, conforme informações coletadas nas arrozeiras, os funcionários que possuem nível superior, são formados, em sua maioria, em faculdades de Ourinhos (UniFio, Estácio de Sá e Fatec), Londrina (UEL) e Marília (Unimar, UNESP).

Do ponto de vista dos transportes, conforme informado, as arrozeiras deslocam sua produção mediante frota própria de veículos, sendo pouco relevante a logística terceirizada. Por sua vez o transporte público de pessoas é feito através algumas empresas de ônibus. Na tabela 53, expõe-se o transporte rodoviário de passageiros, existente em Santa Cruz do Rio Pardo. Analisando os dados, compreende-se que, no tocante a oferta de transporte, há fraca centralidade da cidade, na medida que há pouca oferta de destinos. O acesso a centros urbanos de maior porte é feito principalmente a partir da rodoviária de Ourinhos.

O setor hoteleiro de Santa Cruz do Rio Pardo oferece 369 leitos em 1 hotel e duas pousadas. De acordo com informações coletadas nesses estabelecimentos, expostas na tabela 54, a maior demanda concentra-se em dias úteis e se refere à vendedores, empresários e representantes comerciais. De maneira geral são pessoas que realizam negócios com o setor arrozeiro e as demais empresas do ramo alimentício, uma vez que

a demanda acerca de cursos e eventos é fraca, e, por outro lado não se trata de uma cidade turística, embora alguns eventos culturais atraiam públicos em períodos específicos (Festa de Peão em Janeiro e Festival Rock Rio Pardo, em Julho). Foi relatado que, em alguns casos, os hóspedes trocam a cidade Ourinhos, cuja oferta de hospedagem é maior, por Santa Cruz do Rio Pardo, devido ao preço bastante competitivo.

TABELA 53: Oferta de transporte rodoviário em Santa Cruz do Rio Pardo

Empresa	Destinos/linha	Periodicidade	Sede da Empresa
Manoel Rodrigues/SA	Ourinhos-SP (Ipaussu, Chavantes, Canitar e Ourinhos)	A cada 60 minutos	Avaré-SP
	São Paulo	4 horários diários	
	Avaré-SP	diário	
	Piraju-SP	diário	
	Campinas-SP	diário	
	Piracicaba-SP	diário	
Tietê-SP	diário		
Bauru/Espírito Santo/Agudos/Piratiniga	4 horários diários		
AVOA	Ourinhos - via Usina São Luiz	5 horários diários	Ourinhos-SP
	Ourinhos - via São Pedro do Turvo	5 horários diários	
Rápido Rio Pardo	Manduri-SP/Sodrélia	2 horários diários	Santa Cruz do Rio Pardo

Fonte: Pesquisa de Campo, julho/2018.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

TABELA 54: Setor Hoteleiro de Santa Cruz do Rio Pardo.

	Hotel San Juan	Hotel Thalle	Pousada Galeguinhos
Quantidade de leitos	109	90	170
Preço Médio	Individual R\$ 109,00/R\$ 190,00 casal Superior R\$ 160,00 individual/R\$ 270,00 casal	Apartamento individual sem ar R\$ 55,00/ R\$ 110,00 individual. Apartamento com ar individual R\$ 66,00/ R\$ 120 casal	Quarto sem ar, individual R\$ 60,00 / R\$ 110 casal Quarto com ar R\$ 70,00 individual/ R\$ 120,00 casal
Serviços Oferecidos	Café da manhã/Wi-fi/Estacionamento/Telefone dos quartos/piscina/Serviço de quarto/Recepção 24 h. Lavanderia, Bar e cafeteria (não incluído nas diárias).	Café da manhã/Wi-fi/Estacionamento. Lavanderia (não incluído nas diárias).	Café da manhã/Wi-fi/Estacionamento. Lavanderia, Restaurante, Salão de Festas (não incluído nas diárias).
Público Predominante	Durante a semana empresários, representantes comerciais. Aos fins de semana, visita a parentes ou eventos sociais na cidade	Durante a semana: representantes comerciais, pequenos empresários Aos fins de semana, pouca procura	Durante a semana: representantes comerciais, pequenos empresários Aos fins de semana: visita à parentes ou eventos sociais na cidade e no salão de festas anexo.
Origem dos Hóspedes	Estado de São Paulo e Norte do Paraná, Mato Grosso do Sul.	Estado de São Paulo, Norte do Paraná.	Estado de São Paulo, Norte do Paraná.
Fundação	1988	2003	2003

Fonte: Levantamento de Campo, 2018.

Org: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Conforme o SEADE (2016), 30,52% dos trabalhadores atuam nos Serviços, 24,70% na Indústria, 20,62% no Comércio, 3,28% na Construção Civil e 20,88% na agricultura, pecuária e extrativismo. O PIB do município, conforme o IBGE é de R\$1.493.946,81, sendo R\$ 76.158,45 referente à agropecuária, R\$ 443.610,22 oriundo da Indústria e R\$ 812.853,73, relativo ao Serviços e Comércio.

Os dados sobre a economia de Santa Cruz do Rio Pardo apontam ainda, de acordo com a tabela 55, que a indústria de transformação é o setor que mais emprega, 3.345 trabalhadores ao passo que a indústria extrativa¹²⁹ mineral é menos relevante, com apenas 39 trabalhadores. A indústria de transformação refere-se principalmente ao beneficiamento de arroz, que, embora seja totalmente mecanizado, emprega diretamente cerca de 900 pessoas e à indústria de rações para cães e gatos, a qual emprega 1.200 pessoas.

TABELA 55: Quantidade de Empregos Formais por setor em Santa Cruz do Rio Pardo

Setor	Total de Trabalhadores	Remuneração média
Indústria Extrativa Mineral	39	2.569,20
Industria de Transformação	3.345	2.833,63
Serviços Industriais de Utilidade Pública	46	5.383,63
Construção Civil	442	1.893,05
Comércio	2.849	1.832,92
Serviços	3.000	2.115,09
Administração Pública	1.177	2.966,04
Agropecuária	2.878	1.610,13
Total de Trabalhadores	13.776	

Fonte: RAIS/MTPS – 2016.

Elaborado por: FERREIRA DIAS, F., 2019.

Cabe frisar que, os dados relativos ao PIB e população empregada não revelam necessariamente a importância da indústria de beneficiamento de arroz. Desse modo, alguns pontos devem ser discutidos: 1) o município de Santa Cruz do Rio Pardo, cuja extensão de 1.114, 984 km², o torna o 26º maior município paulista e o mais extenso dentre aqueles pertencentes a rede urbana de Ourinhos, apresentando por consequência vastas áreas destinadas às atividades agropecuárias, o que contribui para a construção do PIB do setor; 2) no tocante ao setor do comércio e serviços, determinadas atividades especializadas não são oferecidas no município, sendo recorrente a necessidade do deslocamento às outras cidades, as quais exercem papéis mais elevados na rede urbana;

¹²⁹ A indústria de extração refere-se às Marmorarias Nossa Senhora Aparecida e Granimar.

3) a indústria de alimentos não se restringe apenas ao beneficiamento de arroz, havendo outros segmentos importantes.

As demais indústrias do setor alimentício tiveram origem na década de 2000. O período coincide com a melhoria da economia e aumento da renda média da população brasileira, demandando produtos outrora menos consumidos, conforme apontou Medeiros (2009).

Dentre as empresas destacadas na tabela 56, verifica-se que a Santa Massa pão de alho representa a maior importância, pois atua em âmbito nacional e detém 60% do setor, atuando em 22 estados brasileiros em todas as grandes redes de varejo, com exceção do Hipermercado Carrefour. No ano de 2017, iniciou as exportações para o Paraguai.

Conforme o entrevistado, o gerente de marketing Sr. Nicanor, o escoamento da produção, no caso do Paraná e Santa Catarina se dá através da modalidade de “frete de volta”, ou seja, o veículo com câmara fria transporta o pão de alho até os estados citados e volta com os insumos necessário à produção. A frota própria é empregada até 300 Km de distância, sendo que em distâncias maiores, há a presença dos distribuidores, os quais devem apresentar capacidade de armazenamento em câmaras frias. Também se trata de uma empresa familiar, cuja origem, entretanto, refere-se ao comércio.

Acerca da empresa Sorvetes Beguetto, tem-se o raio de atuação referente ao interior paulista e norte do Paraná. A empresa utiliza matéria-prima majoritariamente oriunda de empresas de Santa Cruz do Rio Pardo (leite, açúcar da Picinin) e Ourinhos (casquinhas e cremes oriundos da Marvi). Conforme informações coletadas no local, a empresa encontra-se em expansão sendo que a nova sede está em processo de construção, também no Bairro da Estação. Foi informado ainda que os concorrentes diretos se referem as marcas Jundiá e Sávio. A distribuição também se dá por meio de transporte próprio, em um raio de 400 Km.

Por sua vez, a Chocolates Gobeche está atrelada ao segmento de chocolates Gourmet, atuando no interior de São Paulo e Norte do Paraná. Percebe-se assim, que, o setor alimentício desempenha interações econômicas com outros patamares da rede urbana, os quais sobressaem Ourinhos.

Por fim, a maior empresa de Santa Cruz do Rio Pardo, a Special Dog, embora não categorizada como alimentícia, também tem origem no setor arroseiro, tal como se discutiu nesse capítulo. Conforme a entrevistada, a gerente de marketing Sra. Priscila Manfrim, presentemente são empregadas 1.200 pessoas, sendo a maioria oriundos de

Santa Cruz do Rio Pardo, com exceção de alguns cargos administrativos e do laboratório de pesquisa e qualidade, cujos trabalhadores são em parte originários de Ourinhos.

TABELA 56: Outras empresas do setor alimentício de Santa Cruz do Rio Pardo

Empresa	Ano de fundação	Mercado Consumidor/Participação do Mercado	Quantidade de Funcionários	Origem da matéria-prima	Principais produtos
Sorvetes Beguetto	1984, fábrica e sorveteria. A partir de 2010, apenas fábrica, pois a sorveteria foi fechada.	Os produtos são vendidos em 400 cidades localizadas no Norte do Paraná e interior de São Paulo. Transporte próprio. Não souberam precisar a participação no mercado.	130	Açúcar Picinin (Santa Cruz do Rio Pardo), Chocolate Garoto Vila Velha-ES), Leite (Santa Cruz do Rio Pardo) casquinhas e cremes Marvi (Ourinhos-SP).	Linha gourmet, potes e picolés.
Gobeche	2008 fábrica e loja; a partir de 2013, apenas fábrica.	Raio de atuação de 350 Km, norte do Paraná e interior de São Paulo. Transporte Próprio/internet -Não souberam precisar a participação no mercado.	15	Cacau tipo exportação – Amazônia.	Chocolates Gourmet, Chocolate em Pó.
Iogurte Fazenda Botelho	1984, fabricação de leite pasteurizado; 2010, produção de iogurte	100 Km, região de Ourinhos e arredores. Transporte próprio.	23	Fazenda Botelho – Santa Cruz do Rio Pardo e insumos químicos, São Paulo	Iogurte (sabores)
Frigorífico Itajara	Reaberto em dezembro de 2017.	Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo.	200	Santa Cruz do Rio Pardo	Carne bovina
Santa Massa Pão de Alho	1987, apenas padaria. 2006, criação da indústria.	22 estados brasileiros. 60% do mercado nacional de pão de alho.	380	Farinha (Arapongas-PR), Margarina (Castro-PR), Mostarda (Blumenau-SC), Alho (Joaquim Tavorá-PR).	Pão de alho, pão de torresmo, pão doce

Fonte: Levantamentos de Campo/julho de 2018.
Elaborado por FERREIRA DIAS, F., 2019.

O início da atuação da Special Dog refere-se ao ano de 2001, quando foi lançado a ração para cães adultos Special Dog. Em 2013, a empresa atingiu 13 produtos e passou a atender a demanda de alimentos para gatos. Presentemente há 50 produtos diferentes, produzidos em duas unidades industriais, na própria Special Dog, sendo que a terceira unidade industrial, destinada à fabricação de alimentos úmidos está prevista para ser inaugurada em 2019¹³⁰. Embora a atuação se refira principalmente ao estado de São Paulo, a empresa comercializa seus produtos no Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso Paraná e Minas Gerais. Há ainda a exportação para o Chile Uruguai Paraguai Colômbia, Cabo Verde, Angola, Seicheles e ilhas Maurício.

A empresa, atingiu recentemente o posto de 4ª maior no segmento de rações para cães e gatos, quanto ao volume de ração vendida. As primeiras colocadas nesse segmento são as empresas multinacionais Mars-Royal Canin com as marcas de ração para cães e gatos (Pedigree, Frolic, Champ, Whiskas e Royal Canin), a Purina, divisão da Nestlé, proprietária das marcas DogChow, Pro-Plan, Kanina, Alpo, Deli-Dog, Beneful, Friskies e Cat Chow e, a terceira maior empresa do setor é a Guabi, localizada em Orlandia-SP. A empresa santa-cruzense produz atualmente 14 mil toneladas mensais de ração, escoadas através de logística própria.

Portanto, Santa Cruz do Rio Pardo apresenta-se como uma pequena cidade especializada na indústria de beneficiamento de arroz, não necessariamente por apresentar todos os elos da cadeia produtiva, porém, por denotar grande importância quantitativa no mercado paulista. Dentre as demais atividades econômicas do município se destaca a atuação da Special Dog, quanto ao papel desempenhado no setor e, por empregar, relativamente, grande quantidade de trabalhadores. Porém, embora seja a quarta maior empresa do setor, conforme informou a entrevistada Sra. Priscila Manfrim, a participação, no âmbito nacional, ainda é discreta devido ao predomínio da atuação das empresas multinacionais do setor em tela.

A existência das outras empresas no setor alimentício, fortalece o setor secundário de Santa Cruz do Rio Pardo que, conforme se notou, não restringe-se apenas ao setor arrozeiro e a indústria de ração, perpassando a produção de outros alimentos,

¹³⁰ Conforme a entrevistada, Sra. Priscila Manfrim, a nova fábrica se justifica devido ao crescimento da demanda, motivado pelo aumento da renda da população, diminuição da taxa de natalidade e aumento da quantidade de animais de estimação. Para os próximos anos, estima-se que o mercado crescerá em torno de 20% a fim de atender o aumento da quantidade de gatos por residência, uma vez que, o fato de a população residir cada vez mais em apartamentos, inviabiliza a existência de cães de grande e médio porte, prevalecendo os cães de pequeno porte e os gatos.

distanciando-se da configuração apresentada por Canitar, que pauta sua economia somente no setor sucroalcooleiro.

A especialização industrial no beneficiamento do arroz, apresentada por Santa Cruz do Rio Pardo aponta presentemente interações espaciais com a rede urbana a qual se insere, ou seja, de Ourinhos e também com outros patamares não identificados pelo REGIC de 2008 (IBGE, 2008). As relações referem-se à origem da matéria-prima beneficiada, isto é, o arroz, oriundo majoritariamente do estado do Rio Grande do Sul como também quanto à venda dos produtos beneficiados e a atuação das empresas em outras atividades como revenda de outros produtos e, por fim, as empresas prestadoras de serviços de manutenção.

O fato exposto condiz com as discussões de Fresca (2005), a qual apontou que as pequenas cidades inserem-se em duas ou mais redes urbanas, aquela das localidades centrais e uma outra menos perceptível e que se refere diretamente as especificidades que a pequena cidade apresenta em sua especialização funcional. Quanto ao REGIC (IBGE, 2008), Santa Cruz do Rio Pardo é presentemente um centro de zona B, subordinado à Ourinhos e que exerce influência em relação às cidades de Espírito Santo do Turvo e São Pedro do Turvo. A outra rede em que Santa Cruz do Rio Pardo se insere é decorrente da singularidade da especialização produtiva na indústria de beneficiamento de arroz.

Apesar de ser uma pequena cidade, com discreta centralidade, se considerarmos somente o REGIC (IBGE, 2008), essa cidade é singular quanto ao beneficiamento de arroz, devido ao montante produzido, que é capaz de abastecer parte do maior mercado brasileiro, o estado de São Paulo e as interações espaciais que envolvem diversos elementos que abrangem desde a compra e transporte da matéria-prima oriunda de Uruguaiana, o beneficiamento do produto, a destinação dos resíduos e por fim, a comercialização e o escoamento do produto.

De tal forma, as relações que envolvem o processo descrito alcançam cidades que não são parte da rede urbana de Ourinhos. Portanto, Santa Cruz do Rio Pardo, ao desenvolver a especialização produtiva na indústria de beneficiamento de arroz, insere-se em outras redes urbanas e não somente da rede urbana de Ourinhos e por outro lado, demonstra que apesar de ser uma pequena cidade, apresenta certa complexidade econômica não verificável ao considerar apenas os apontamentos do REGIC de 2008 (IBGE, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou compreender a gênese das pequenas cidades da rede urbana de Ourinhos, centrando a análise nas cidades de Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo. A partir da estruturação dessa rede urbana, durante a primeira metade do século XX, buscou-se entender como as transformações econômicas as quais alteraram a dinâmica rural-urbana, resultaram em singularidades quanto ao papel das pequenas cidades.

A gênese das pequenas cidades da rede urbana de Ourinhos foi marcada pela formação socioespacial da grande propriedade, com pequeno número de núcleos urbanos e atividades agrícolas vinculadas à produção cafeeira. Apesar de inseridos na mesma formação socioespacial, as cidades analisadas desenvolveram papéis distintos na rede urbana, mediante transformações econômicas que incidiram sobre os municípios da rede urbana a partir da década de 1960.

Até a metade do século XX, as pequenas cidades não apresentavam diferenças significativas do ponto de vista de suas atividades urbanas, concentrando-se na oferta de bens e serviços de atendimento de demandas básicas da população e das atividades agrícolas.

Nesse sentido há que se destacar: 1) o maior tamanho territorial de Santa Cruz do Rio Pardo possibilitou maior gama de atividades rurais comparativa à Chavantes (Canitar era distrito do mesmo); 2) Santa Cruz do Rio Pardo desempenhou historicamente papel mais relevante na rede urbana, sendo centro de zona e Chavantes (depois Canitar), permanecendo como centros locais, indicando menor centralidade dos últimos no âmbito da rede urbana; 3) Santa Cruz do Rio Pardo apresentou desde a sua gênese maior complexidade da dinâmica rural com maior quantidade de proprietários rurais, que reinvestiram capital acumulado em atividades urbanas.

A modernização agrícola promovida a partir da década de 1960, resultou na inserção da tecnologia nos processos produtivos, na melhoria dos transportes, na mudança quanto às atividades agrícolas, na paulatina concentração de terras e na diminuição da quantidade pequenos proprietários rurais.

No âmbito dos municípios da rede urbana de Ourinhos, o café deu lugar as pastagens e a partir da década de 1980, à cana-de-açúcar. As transformações verificadas na rede urbana de Ourinhos atrelaram-se às mudanças no contexto agrário,

populacional, industrial, terciário e melhorias quanto aos meios de transporte. As cidades passaram a desempenhar outras funções na medida que a economia dos municípios deixou essencialmente agrícola.

As pequenas cidades, que conforme Fresca (2000) ofertavam serviços e comercializavam a produção rural passaram a ser lugares onde se fez presente algumas produções industriais, tornando complexa a sua compreensão. De acordo com Corrêa (2011), as cidades tornaram-se: 1) reservatórios de força de trabalho em áreas onde a concentração fundiária é expressiva; 2) núcleos urbanos que se mantem com recursos econômicos externos, sendo áreas agrícolas estagnadas ou decadentes; 3) subúrbios dormitórios, caso das pequenas cidades localizadas próximas a grandes centros urbanos; 4) as localidades centrais, presentes em áreas incorporadas pela industrialização do campo, que atendem as demandas do mundo agrário; 5) os centros especializados em alguma atividade econômica específica, em geral oriundos da refuncionalização e investimentos principalmente de origem local.

Canitar é caracterizado como a cidade reservatório da força de trabalho, na medida que o município apresenta forte concentração fundiária e a atividade agrícola desenvolvida é o cultivo de cana-de-açúcar, que emprega cada vez menos trabalhadores, devido a mecanização dos processos produtivos. Frente a falta de opções de empregos nos municípios da rede urbana de Ourinhos, os ex-boias-frias esperam trabalhos ocasionais no campo ou atuam no período da safra da cana-de-açúcar em atividades vinculadas às agroindústrias locais.

Mas Canitar também é uma cidade que vive de recursos externos seja em relação ao orçamento público municipal, amplamente dependente de receitas externas pois o município não obtém impostos suficientes para manutenção das atividades elementares, seja porque a população apresenta em geral, baixas remunerações e parcela sequer tem um emprego, dependendo de recursos de programas assistenciais, sobretudo o Bolsa Família.

Canitar também é, em parte, uma cidade dormitório, pois a proximidade física de Ourinhos (7km) a falta de empregos melhor remunerados, serviços e comércio mais complexos, influenciam nos deslocamentos diários da população em direção a principal cidade da rede urbana.

Os motivos para que Canitar apresente os papeis são: 1) pequena extensão territorial e expressiva concentração fundiária, sendo os estabelecimentos rurais ocupados amplamente pelo cultivo de cana-de-açúcar, que não é capaz de gerar

empregos suficientes para a população local mediante a mecanização empregada nos processos produtivos; 2) Não há outra atividade econômica relevante no município, tornando Canitar parte da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, porém sem a presença de agrosserviços inerentes a mesma, pois o município desempenha somente o papel de local para o cultivo e oferta de mão-de-obra pouco qualificada para funções mal remuneradas; 3) Durante o processo de modernização agrícola, Canitar não apresentou um processo de transferência de capitais agrários para atividades urbanas, não desenvolvendo assim outras atividades econômicas.

Canitar apresenta sua economia dependente da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, porém é o elemento menos favorecido por desempenhar o papel de reserva de mão-de-obra pouco qualificada. Na atual divisão territorial do trabalho, cujas atividades agrícolas desenvolvem-se a partir da inserção do agronegócio, pode-se afirmar que Canitar é a cidade do agronegócio da cana-de-açúcar.

Canitar representa até certo ponto, aquelas pequenas cidades que além do tamanho populacional diminuto, manifesta uma evidente pobreza econômica, decorrente de sua restrita participação na cadeia produtiva da cana-de-açúcar (apenas local de cultivo e a disponibilização da mão-de-obra). De outro modo, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar por si, gera grandes volumes de capital e os produtos, o açúcar e o álcool, são importantes para a economia brasileira, porém o lugar em que produz e processa a cana-de-açúcar não recebe os lucros desse processo, resultando assim na debilidade da economia local.

Santa Cruz do Rio Pardo tornou-se um centro especializado em produção industrial, é a segunda cidade em termos de centralidade na rede urbana de Ourinhos, ofertando alguns serviços e comércios não encontrados nas cidades com menor centralidade. A existência de um setor terciário relevante é reflexo da maior complexidade da economia local, que não se pauta apenas em uma atividade econômica, evidenciando-se assim a presença de hotéis, ensino privado, restaurantes, filiais de redes nacionais, universidade privada, maior quantidade de bancos, etc.

Apesar de o município produzir o maior montante de cana-de-açúcar, dentre os municípios da rede urbana de Ourinhos, sua economia não se baseia apenas nessa atividade econômica. Santa Cruz do Rio Pardo participa da cadeia produtiva da cana-de-açúcar como local em que ocorre o cultivo e a cidade oferece alguns serviços e mão-de-obra que atendem em parte, essa atividade agrícola.

Entretanto, Santa Cruz do Rio Pardo tornou-se um centro especializado na indústria de beneficiamento de arroz. A especialização se manifesta devido a: 1) a cidade é responsável pelo processamento de 10% do arroz consumido no Brasil, cerca de 30% de São Paulo e 55% do interior paulista; 2) gera cerca de 800 empregos (diretos e indiretos) ; 3) trata-se do maior polo de beneficiamento de arroz do Brasil, com exceção do estado do Rio Grande do Sul, líder no setor; 4) essa atividade envolve o deslocamento da matéria-prima oriunda do Sul, o beneficiamento e comercialização nas unidades industriais da cidade e relações comerciais com outras empresas de Santa Cruz do Rio Pardo, quanto ao descarte dos resíduos, sendo o farelo do arroz vendido à Special Dog e a casca vendida para a Cidal; 5) durante o processo de criação das indústrias de beneficiamento de arroz e expansão do setor, havia também a empresa Máquinas Suzuki, responsável pela modernização das máquinas de beneficiamento.

Santa Cruz do Rio Pardo é uma pequena cidade que controla parte de um segmento produtivo muito grande, cuja demanda pelo produto é ampla por se tratar de um produto da cesta básica brasileira. Trata-se, portanto de uma situação distinta daquelas analisadas por Fresca (2000), Veiga (2007), Fresca & Veiga (2011), dentre outros.

Santa Cruz do Rio Pardo tornou-se uma cidade especializada no beneficiamento de arroz porque parte dos proprietários rurais de Santa Cruz do Rio Pardo passaram a transferir capital acumulado com as atividades agrícolas para atividades desenvolvidas no âmbito urbano, dentre elas a indústria de beneficiamento de arroz.

A origem de todas as arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo é semelhante, pois as famílias de origem italiana Pegorer, Nardo, Picinin, Zaia e Manfrim já possuíam algum conhecimento do ramo de beneficiamento de gêneros alimentícios, principalmente quanto ao café. Soma-se também os fatores contatos próximos apontado por Fresca (2000), o qual atrela-se a expansão numérica das empresas de um mesmo segmento, porém no caso de Santa Cruz do Rio Pardo, refere-se apenas ao contato próximo entre familiares, excetuando casos de ex-sócios, ex-empregados e outros ramos produtivos.

O diferencial das arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo é o fato de que todas são originárias dessas famílias de origem italiana, destacando-se a família Pegorer, e, permanecem com poucas alterações na composição de cargos de gestão e chefia, apesar do evidente crescimento do setor. Embora tenha ocorrido a redução numérica de arrozeiras, durante a década de 1980, cresceu a capacidade de beneficiamento dentre

aquelas que permaneceram no setor, sendo que atualmente há apenas 6 em funcionamento, porém a quantidade de arroz beneficiado na cidade cresceu 300% entre 1980 e meados de 2018.

A indústria alimentícia em geral revelou-se um importante setor em Santa Cruz do Rio Pardo, existindo relações com o setor arroseiro pois os proprietários de arroseiras que deixaram o setor na década de 1980 passaram a investir na indústria alimentícia.

A partir da especialização funcional desempenhada por Santa Cruz do Rio Pardo entende-se que a cidade mantém relações que sobressaem a rede urbana de Ourinhos devido a: 1) a origem do arroz beneficiado é gaúcha; 2) há centros de distribuição em São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul; 3) a origem das embalagens usadas no empacotamento do arroz não é local; 4) os equipamentos e peças usadas nas máquinas de beneficiamento são oriundas de cidades como Limeira-SP, Birigui-SP e Joinville-SC; 5) o mercado consumidor extrapola a rede urbana de Ourinhos e consiste no estado de São Paulo, Norte do Paraná e parte do Mato Grosso do Sul. Essas relações ocorrem sem a intermediação de outras cidades da rede urbana, existindo complexas interações estabelecidas entre cidades de distintas redes urbanas regionais.

Canitar apresenta relações somente com a rede urbana de Ourinhos, exercendo fraca centralidade. A produção de cana-de-açúcar local é processada nas agroindústrias e os produtos gerados são inclusive exportados.

A hipótese apontada nesse trabalho acerca da especialização funcional de Santa Cruz do Rio Pardo relativa à indústria do beneficiamento do arroz e as relações econômicas que ultrapassariam o âmbito da rede urbana de Ourinhos foram ratificadas, pois conforme apontado a cidade adquiriu importância nesse segmento produtivo, pois os elementos que envolvem essa produção atrelam-se matéria-prima, serviços, equipamentos não presentes em Santa Cruz do Rio Pardo e por outro lado, a escala de atuação das empresas sobressai o local.

A hipótese de que o cultivo de cana-de-açúcar na quase totalidade da área rural de Canitar, associada a concentração fundiária e a inexistência de outras atividades econômicas relevantes, não seriam capazes de gerar renda e empregos suficientes para a população local, bem como geraria a dependência externa de Canitar quanto aos repasses de receitas foram também ratificadas.

Considerando as transformações pelas quais as pequenas cidades da rede urbana de Ourinhos passaram, principalmente em decorrência das mudanças na dinâmica rural-

urbana após a década de 1960, tem-se uma rede urbana cujas atividades econômicas mais complexas permaneceram concentradas em Ourinhos, que exerce a mais forte centralidade na rede urbana. Entretanto, Santa Cruz do Rio Pardo em decorrência da especialização funcional desenvolvida, exerce relações econômicas que sobressaem a escala local, ou seja, tem relações com a rede urbana de Ourinhos e outras redes. Canitar permanece como a pequena cidade ligada ao agronegócio da cana-de-açúcar e fraca centralidade na rede urbana de Ourinhos.

Apesar na análise centrada em Canitar ter revelado os problemas econômicos da cidade, aponta-se a necessidade de outros estudos sobre pequenas cidades que englobem o orçamento público municipal. A falta de bibliografia no âmbito da Geografia, dificultou o caminho conceitual para esse estudo, sendo um dos desafios travados no trabalho. Assim, é necessário pesquisas sobre pequenas cidades relacionadas à cana-de-açúcar, a especialização funcional, aquelas que não desempenham atividades e sobrevivem de rendas externas associadas ao tema orçamento público municipal, a fim de aprofundar o debate exposto.

Essa discussão atrela-se ainda aos questionamentos feitos por alguns pesquisadores sobre a viabilidade da existência das pequenas cidades que supostamente nada produzem e se mantem através de recursos externos, sendo que a análise do orçamento público municipal auxiliaria na compreensão dessa problemática.

Ora Canitar necessita de ajuda externa para manter as atividades elementares de uma cidade, parcela de seus moradores sobrevive mediante políticas assistencialistas, mas é um município que produz riquezas, mediante ao cultivo e processamento industrial da cana-de-açúcar, porém não são traduzidas em benefícios à população.

A guisa de conclusão, embora Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo sejam duas pequenas cidades inseridas na mesma rede urbana e formação socioespacial, apresentam diferentes funcionalidades, reforçando que as pequenas cidades não podem ser generalizadas quanto os aspectos econômicos e sociais, sendo necessário compreender o papel que exercem na atual divisão territorial do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. **Política comercial brasileira: limites e oportunidades.** In: CASTELAR, A; MARWALD, A; PEREIRA, V (Org). O desafio das exportações brasileiras. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, p. 27-49.
- ABIAP. **Associação brasileira das indústrias de arroz parboilizado.** Associados e produção estadual de arroz.
Disponível em: <http://www.abiap.com.br/site-pt/content/home/>
Acesso em 05/05/2018.
- A FORÇA JAPONESA. **Jornal Debate.** Edição de 15/06/2018.
Disponível em: <<http://www.debatenews.com.br/2018/06/15/a-forca-japonesa/>> Acesso em 24/04/2018.
- AVARENGA, R. P; QUEIROZ, T. R. **Produção mais Limpa e Aspectos Ambientais na Indústria Sucroalcooleira.** In: International workshop advances in cleaner production, v.2, 2009, São Paulo.
- ALEIXO, N. C. R. A fumaça dos canaviais nos ares do campo e da cidade. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente-SP, nº69, 2013.
- ALEIXO, N. C. R; SANT'ANNA NETO, J. L. Efeitos da queima da cana-de-açúcar sobre a qualidade do ar e a saúde da população de Ourinhos. In: VIII Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, 2008, Alto Caparaó-MG. **Anais...** Universidade Federal de Uberlândia, 2008, CD-ROOM.
- AMORIM FILHO, O. SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.) **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 1-34.
- APEX. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. As exportações brasileiras e os ciclos de commodities: tendências recentes e perspectivas. In: **Análise Apex-Brasil: conjuntura e estratégias.** Brasília, 2011.
- APOLINÁRIO, F. **A rede urbana da Mesorregião do Vale do Mucuri: uma proposta de hierarquização por meio de estatísticas de técnicas multivariadas.** 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- ARAÚJO, M. M. S. **A cidade de Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional urbana da região litoral norte da Bahia.** 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- ASALIN, G. A. **Gênese e dinâmica de três cidades na rede urbana de Maringá: Paranaíba, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí.** 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

ASSIS, L. F. et al. **A terceirização na cidade média de Sobral e suas influências nas cidades pequenas de Cariré e Varjota - CE.** Revista da Casa da Geografia de Sobral, v. 8-9, nº 1, p. 123-140, 2006/2007.

BACCARIN, J. G. & PEREIRA, R. L. Avanço canavieiro e a estrutura agrária do estado de São Paulo, Brasil, no período 1975 a 2006. In: 54º. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2016, Maceió - AL. **Anais...** Universidade Federal de Alagoas, 2016.

BACELAR, W. K. de A. Pequena cidade: uma caracterização. In: Encontro de grupos de pesquisa: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, 5., 2009, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009. p. 01-19.

BACHA, E. **Bonança externa e desindustrialização:** uma análise do período 2005-2011. In: BACHA, E., BALLE, M. B. (Org). O futuro da indústria no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório anual.** Brasília, 2015.

BARBOSA, Nelson. **Dez anos de políticas econômicas.** In: SADER, E. (Org). Dez anos de governos pós neoliberais: Lula e Dilma. Rio de Janeiro: Flasco Brasil, 2013.

BARRETO, M. J; THOMAZ, A. As incertezas do trabalho nos canaviais da região do Pontal do Paranapanema-SP. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. 16, 2015, p. 16-28.

BERRY, Brian. **Geografia de los centros de mercado y distribución al por menor.** Barcelona, Espanha: Vivers-Vives, 1971.

_____. Tamanho de Cidades e Desenvolvimento Econômico: Síntese Conceito e Problemas de Política com especial referência ao Sul e Sudeste Asiático. In: **Urbanização e Regionalização:** relações com o desenvolvimento econômico. Org: FAISSOL, S, Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

BESSA, K. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro:** convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

_____. Estudos sobre a rede urbana: os percursores da teoria das Localidades Centrais. **GeoTextos**, v.8, n.1, 2012, p.147-156.

BEZ, L. **Inserção econômica das cidades do Alto Vale do Rio do Peixe na rede urbana de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Geografia). 2009. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BIANCHINI, V; MEDAES, J. P. P. **Da revolução verde à agroecologia: Plano Brasil do Agronegócio.** Brasília, MDA, 2013.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Agribusiness cooperativo: Economia, doutrina, e estratégias de gestão**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1994.

BLACK, C. Eventos relacionados ao super ciclo de preços de commodities no século XXI. In: **Indicadores Econômicos**, v. 40, nº 2, 2013.

Blog **Estações Ferroviárias**. Consulta às estações ferroviárias paulistas, 2016.

Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>> Acesso em 23/09/2016.

BOMFIM, M. V. P. **A rede urbana do recôncavo baiano e seu funcionamento técnico**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2006. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BRANDT, C. T. A criação de municípios após a constituição de 1988: O impacto da repartição do FPM e Emenda Constitucional nº 15, de 1996. Brasília: **Revista Senado**, ano 47, nº 187 jul/set de 2010.

BRAY, C. S., FERREIRA, E. R., RUAS, D. G. G. **As políticas da Agroindústria Canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: UNESP Marília Publicações, 2000.

BRAGUETO, C., R. O Comportamento Territorial do Norte do Paraná como Frente de Expansão e Frente Pioneira. In: FRESCA, T. M; CARVALHO, M. S. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, v. 2, p. 141-200, 2007.

BRASIL. **Cartilha FPM**. 2017.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/190777/CartilhaFPM.pdf>

Acesso em 12/09/2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

Acesso em 12/06/2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.186, 27 de agosto de 1976**. Concede estímulos à fusão, incorporação e realocização de unidades industriais açucareiras e dá outras providências.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1186.htm> Acesso em 23/06/2018.

BRASIL. **Lei nº 8.723, 28 de outubro de 1993**. Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8723.htm> Acesso em 23/08/2017.

BRASIL. **Lei complementar nº 101 de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm

BRASIL. **Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966** - Código Tributário Nacional. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm

BRASIL. **Lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003**. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp116.htm

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - **Extinção das Ferrovias**. 2017.

http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070122_extincao_RFFSA.pdf > Acesso em 25/09/2017

CAMACHO, J. F. **Do Povoado ao Aglomerado: Uma Análise Sócio/Econômica da Rede Urbana de Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2004. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: São Paulo: Livraria duas cidades, 1979.

CANITAR tem o menor índice de desenvolvimento humano no estado de São Paulo. **Jornal o Globo**. Edição de 02/02/2012.

<g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/02/canitar-sp-tem-o-menor-indice-de-desenvolvimento-humano-no-estado.html> Acesso em 22/02/2016.

CANO, W. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1998.

CARVALHO, U. M. **Reestruturação econômica e urbana no estado de São Paulo: o papel de Mogi Guaçu e Mogi Mirim na complexa rede urbana paulista**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2013. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CASARIL, C. C. **A dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão**. Tese (Doutorado em Geografia). 2014. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2000.

CASTILLO, R. et al. Regiões do Agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Anpege**, v.12, p. 259-282, 2016.

CHAVES, M. L. G. **Agronegócio e urbanização: rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura**. Tese (Doutorado em Geografia). 2016. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

CEPEA. **Relatório de 2017 PIB do agronegócio do estado de São Paulo**. CEPEA-ESALQ

Disponível em:

<https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Sao%20Paulo_2017_final1.pdf> Acesso em 20/09/2018

CEREALISTA ganha certificado inédito em Santa Cruz. **Jornal Debate**. Edição de 24/12/2006.

<http://www.debatenews.com.br/2006/12/24/cerealista-ganha-certificado-inedito-em-santa-cruz/>

CEREALISTA de Santa Cruz do Rio Pardo testa robô exclusivo. **Jornal Debate**. Edição de 17/12/2006.

Disponível em: <<http://www.debatenews.com.br/2006/12/17/cerealista-de-santa-cruz-teste-robo-exclusivo/>> Acesso em 16/05/2018

Cerealista **Guacira**. Consulta às informações básicas da empresa. 2018

Disponível em: <http://www.guacira.com.br/> Consulta em 13/06/2018.

Cerealista **Picinin**. Consulta às informações básicas da empresa. 2018

Disponível em: <http://www.picinin.com.br/> Consulta em 11/06/2018.

Cerealista **Rosalito**. Consulta às informações básicas da empresa. 2018

Disponível em: <http://www.rosalito.com.br/index.php> Consulta em 09/06/2018.

Cerealista **São João**. Consulta às informações básicas da empresa. 2018

Disponível em: <https://www.pateko.com.br/> Consulta em 12/06/2018.

Cerealista **Solito Alimentos** Consulta às informações básicas da empresa. 2018

Disponível em: <http://www.solito.com.br/site/> Consulta em 13/06/2018.

Cerealista **Valle Branco** Consulta às informações básicas da empresa. 2018

Disponível em: <http://www.vallebranco.com.br/index.php> Consulta em 14/06/2018.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos (part. 1). **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n.179, p. 139-145. 1964a.

Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1964_v22_n179_mar_abr.pdf> Acesso em 05/02/2017.

_____. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos (part. 2). **Boletim Geográfico**. RJ: IBGE, n.180, p. 267-276. 1964 b.

Disponível em:

<https://seminariosgeografiaufsc.files.wordpress.com/2013/05/boletim_geografico_1964_v22_n180_-_texto_cholley_2.pdf> Acesso em 15/08/2017.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. Prentice-Hall, INC. Englewood Cliffs, 1996.

CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

CLARK. D. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo, Difel, 1982

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra de grãos – Safra 2017/2018**– v.5, n.10. Brasília: Conab, 2018.

CONTE, C. H. **Foz do Iguaçu - PR na rede de cidades**. Dissertação (Mestrado em Geografia) 2012. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

CORNELLI. V. M. **A praça no contexto de pequenas cidades da microrregião de Campo Mourão-PR**. Tese (Doutorado em Geografia). 2013. Universidade Estadual de Maringá, 2013.

CORRÊA, R., L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 30, pp. 05-12, São Paulo, 2011.

_____. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 50, nº 1, p 61-83 jan-mar de 1988.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1994, 96 p.

_____. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53, jan/jun. 1999.

_____. **Interações espaciais**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 2 p. 107-124, abr./jun., 1998.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78. Jan./Jun. 2004.

_____. Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil. **Território**, Rio de Janeiro, a. 5, n.8, p.121-129, jan. / jun, 2000.

_____. Redes geográficas: **reflexões sobre um tema persistente**. Revista Cidades. Presidente Prudente: vol. 9, nº 16, p. 199-218, 2012.

_____. Repensando a teoria das localidades centrais. In: Santos, Milton, org. **Novos Rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R. L (Org). **Explorações geográficas: Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, F. R. **A noção de municípios periféricos: Contradições e desigualdades no estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) 2013. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

COSTA JUNIOR, W., R. **Cidade, cultura e rede urbana: a influência do trabalho criativo dos artistas-artesãos de Parintins-AM na configuração multiescalar da rede urbana brasileira**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2011. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. In: GERAIGES, A. I. L.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo, CLACSO, 2006.

DAVIS, J., H; GOLDBERG, R. **A concept of agrobusiness**. Division of Research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades. **Boletim Geográfico**, v.2, n. 14, p. 141-148, maio, 1944.

Disponível em:

_____. Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades II. **Boletim Geográfico**, v.2, n. 15, p. 299-308, maio, 1945.

DELFIN NETTO, A. (1966). **O Problema do Café no Brasil**. USP-FEA, São Paulo.

DEL RIOS, J. **Ourinhos: Memórias de uma cidade paulista**. São Paulo: IMESP, 1992.

DE NEGRI, F. Conteúdo Tecnológico do Comércio Exterior Brasileiro: O papel das empresas estrangeiras. In: **Texto para discussão** n. 24. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, G. Reestruturação econômica do agronegócio. In: João Pedro Stédile e Douglas Estevam. (Org.). **A questão Agrária no Brasil - o debate na década de 2000**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2000, v. 7.

DIAS, L C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. (Org.). et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DINIZ FILHO, L. L. **A geografia crítica brasileira**: reflexões sobre um debate recente. Geografia (Rio Claro), SP, v.28, n.3, p 307-321, dez. 2003.

EGLER, C. G. **Urbanização Mundial e no Brasil**: Mudanças Recentes e Perspectivas. In: IPEA, IBGE, UNICAMP. Estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília: (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil). IPEA, 2001.

ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p.279-303.

ENDLICH, A, M. **Maringá e o tecer da rede urbana regional**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente - SP, 228.

_____. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais. In: **Huellas**, Revista da Universidade Nacional de la Pampa, Argentina. Nº 15, pp. 149 – 155, 2011.

_____. Papeis e Dinâmicas das pequenas cidades e a construção de uma temática de pesquisa. In: ENDLICH A.M & MENDES C.M. (org.). **10 anos de PGE/UEM**: Construindo o Saber Geográfico. Maringá: EdUEM, 2011, 150 p.

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente - SP, 505 p.

ENDLICH, A, M. & ROCHA, M. M. (Orgs). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil**: O caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999, 263p.

_____. **Mudança técnica na cadeia mercantil de carne suína no Brasil**. IN: Cadernau, v.5, nº1, Rio Grande, 2011-2012a.

_____. **Trajetórias do Progresso Técnico na Cadeia Produtiva da Carne no Brasil**. Geosul, Florianópolis, v. 27, p. 88-113, jan/jun 2012 b.

ESPÍNDOLA, C. J; SILVA, M. A. da. **Formação Sócio-Espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas)**. Experimental, São Paulo, n. 3, p. 61-67, setembro, 1997.

ESPÍNDOLA, C, J; MEDEIROS, M. Agroindústria, desenvolvimento de projeto nacional. **Revista Princípios**, ed.84, abril/maio de 2006, p. 53-57.

ESPÍNDOLA, C. J; CUNHA, R. C. **A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo**. Revista Geotextos, v.11, nº 1, p. 217-238, 2015.

EQUIPAMENTO inventado em Santa Cruz analisa qualidade do arroz. **Jornal Debate**. Edição de 05/11/2006.

Disponível em: <<http://www.debatenews.com.br/2006/11/05/equipamento-inventado-em-s-cruz-analisa-qualidade-do-arroz/>> Acesso em 23/04/2018.

ERTHAL, R. Os complexos agroindustriais no Brasil: seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista Geo-paisagem**, ano 5, nº 9, 2006.

FAISSOL, S (org). **Urbanização e regionalização**: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

FARIAS, L. A. C. de. **Interações espaciais na rede urbana fluminense**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

FERNANDES, P. H. C. **Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades**: O norte do Paraná. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FERREIRA, E.A. et al. Manejo de plantas daninhas em cana-crua. **Planta Daninha**, Viçosa, v. 28, n. 4, p. 915-925, 2010.

FERREIRA, S. C. **Rede urbana, cidade de porte médio e cidade média**: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná. Tese (Doutorado em Geografia). 2010. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2010.

FERREIRA, C; M. *et al.* **Qualidade do arroz no Brasil: evolução e padronização**. Santo Antônio de Goiás: Embrapa arroz e feijão, 2005.

FERREIRA, C. M; WANDER A. E. Mudanças na distribuição geográfica da produção e consumo do arroz no Brasil. São Paulo: **Informações Econômicas**, v.35, nº11, 2005.

FREDERICH, O. e DAVIDOVICH, F. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão do território da divisão social do trabalho. **Revista Brasileira de Geografia** (44), 4, 1982.

FRESCA, T. M. **A dinâmica funcional da rede urbana do centro-oeste paulista: Oswaldo Cruz e Inúbia Paulista**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 1990. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

_____. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Editora Eduel, 2004.

_____. A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Araçongas, Apucarana e Cianorte. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005, p. 5554-74.

_____. A estruturação da rede urbana do norte do Paraná. In: FRESCA, T. M; CARVALHO, M. S. (Orgs). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. Londrina: Edições humanidades, v. 2, p.201-250, 2007.

_____. **Centros Locais e Pequenas Cidades: Diferenças Necessárias.** Revista Mercator. Fortaleza, número especial, p. 75-81 dez. /2010.

_____. **Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia.** Revista Geografia. Londrina, v.10, n. 01, p. 27-34, jan/jun. 2001.

_____. O papel das pequenas cidades na rede urbana do Oeste Paulista. In: **IV Encuentro de Geografos de America Latina**, 1993, Merida. Ambiente y sociedad: la geografia hacia el siglo XXI. Merida - Venezuela, 1993. v. 5. p. 181-190.

_____. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná. In: E, A. M; ROCHA, M. M. (Org). **Pequenas cidades e desenvolvimento local.** Maringá: PGE, 2009.

_____. **Rede urbana e divisão territorial do trabalho.** Revista Geografia. Londrina: v. 19 n. 2, 2010.

_____. **Transformações na rede urbana do Norte do Paraná:** Estudo comparativo de três centros. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FRESCA, T. M; VEIGA, L. A. Pequenas Cidades e Especializações Funcionais: O caso de Santa Fé (PR). **Revista Sociedade e Natureza**, ano 23, p. 387-396, 2011.

FRIGORÍFICO pode reabrir na terça com novos empregos. **Jornal Debate.** Edição de 11/06/2017.

Disponível em: <<http://www.debatenews.com.br/2017/06/11/frigorifico-pode-reabrir-na-terca-com-novos-empregos/>> Acesso em 29/05/2018.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1968.

GEIGER, P. P. **Evolução da Rede Urbana Brasileira.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.

GEORGE, P. **Geografia Urbana.** São Paulo: Difel, 1983.

GRAZIANO, J. S. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982. 192 p.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996. 217 p.

GOMES, P. C. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: Passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Revista Informações Econômicas SP:** v.35, nº4, 2005, p.7-36.

_____. Avanço da mecanização da colheita e da exclusão social na produção canavieira paulista nos anos 90. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v.16, n.1, p.67-86, 1999.

_____. **Reprimerização ou desindustrialização da economia brasileira**: Uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. In: Análises e Indicadores do Agronegócio. V.6, nº 12, São Paulo IEA, 2011.

_____. **Crise Agrária no desenvolvimento capitalista**: fugindo da aparência na busca da essência. São Paulo: Revista Informações Econômicas, v. 33, nº 11, 2003.

GONÇALVES, J. S; SOUZA, S. A. M. Agricultura continental brasileira. São Paulo: **Revista Tecnologia e Inovação Agropecuária**, v.1, nº 2, 2008.

GONÇALVES, J. S; ÂNGELO, J. A; SOUZA, S.M. Economias Regionais Paulistas no período 2005-2007: desconcentração na agropecuária com concentração na agricultura revelando diferenças estruturais. São Paulo: Revista Informações Econômicas, v. 39, nº 2, 2009.

_____. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP /IE, 1996. p.1-40.

HOBSBAWN, E. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 138 p.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GRAZIANO, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982, 192 p.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

IBGE. **A geografia da cana-de-açúcar: dinâmica territorial da divisão territorial do trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, 172 p.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística - Gráfica IBGE, ano V, 1939-1940.

IBGE. **Censo comercial de São Paulo**. Censos Econômicos de 1975. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística série regional, volume 3 - tomo 17, 1981.

IBGE. **Censo comercial de São Paulo**. IX Recenseamento Geral do Brasil-1980. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1984.

IBGE. **Censo dos serviços de São Paulo**. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vol. 5, número 19, 1984.

IBGE. **Censo comercial e dos serviços de São Paulo**. VII Recenseamento geral do Brasil, Série Regional - 1960. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, volume 4, tomo 8, 1960.

IBGE. **Censo industrial de São Paulo**. VII Recenseamento Geral do Brasil – 1960. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, volume 3, tomo 6, 1960.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Obra conjunta dos Conselhos Nacional de Geografia e Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vol. 29, 1957.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil - 1970**. Estado de São Paulo - Censo Industrial Comercial e dos Serviços – 1970. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, série regional, volume 3, tomo 1, 1970.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil - 1980**. Estado de São Paulo - Censo Industrial Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, série regional, volume 2, tomo 3, 1984.

IBGE. **Recenseamento geral do Brasil - 1960**. Estado de São Paulo - Sinopse preliminar do censo agrícola. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1960.

IBGE. **Dados censitários 1940 A 2000**. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em 19 outubro de 2015.

IBGE. **IBGE Cidades**.

Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=35&search=saopaulo>>

Acesso em 25/02/2015.

IBGE. **Contagem da população 20**. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado 12 em abril de 2016.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 1992.

IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13622.pdf>>

Acesso em 23/04/2015.

IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000684181210201118380911960.pdf>> Acesso em 24/04/2015.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2012**.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/>>

Acesso em 05/04/2015.

IBGE. **Regiões de Funcionais Urbanas de 1972**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

Disponível em

<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=213622>

Acesso em 17/03/2016.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 1987**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencia/Regioes%20de%20influencia%20das%20cidades_1987.pdf)

[%20RJ/regioesdeinfluencia/Regioes%20de%20influencia%20das%20cidades_1987.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencia/Regioes%20de%20influencia%20das%20cidades_1987.pdf)

Acesso em 23/04/2015.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencias1993.pdf)

[%20RJ/regioesdeinfluencias1993.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencias1993.pdf)

Acesso em 23/04/2015.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>

Acesso em 10/04/2015.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**.

Disponível em:

<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=35&dados=1>>

Acesso em 20/04/2015.

IBGE. Estimativas demográficas, 2018.

Disponível em:

<[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html)

[populacao.html](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html)> Acesso em 23/09/2018

IMETRO. Informações sobre os Arranjos produtivos locais, 2018.

Disponível em:< <http://www.inmetro.gov.br/apls/participacaoInmetro.asp>> Acesso em

16/08/2018

INDÚSTRIA Suzuki pode fechar. **Jornal Debate**. Edição de 28/05/2017

Disponível em <[http://www.debatenews.com.br/2017/05/28/industria-suzuki-pode-](http://www.debatenews.com.br/2017/05/28/industria-suzuki-pode-fechar/)

[fechar/](http://www.debatenews.com.br/2017/05/28/industria-suzuki-pode-fechar/)> Acesso em 30/05/2018.

INDÚSTRIA, um forte potencial. **Jornal Debate**. Edição de 15/02/2004.

Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/debate/1193/cidade/cidade19b.htm>> Acesso

em 23/04/2018.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. (Coleção Pesquisa, 3v), Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE Campinas: UNICAMP-IE/NESUR; IPEA; IBGE, 2000.

IPT. **Mapa geológico do Estado de São Paulo - Escala 1:500.000**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 1981.

IRGA. Instituto Rio Grandense do Arroz, Informações sobre as arrozeiras gaúchas. Disponível em: <http://irga.rs.gov.br/inicial>
Acesso em 23/06/2018.

JACINTO, J. M. **O processo de urbanização e o desenvolvimento geoeconômico da cidade de Medianeira-PR.** 2013. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 252 p.

JANK, M. **Entendendo a queda de preços das commodities.** Jornal Estadão, 21/08/2013. Acesso em 23/04/2018.

JUNQUEIRA, M. F. **Santa Cruz do Rio Pardo:** Memórias-subsídios para a história de uma cidade paulista. São Paulo: Editora Viena, 1994, 342 p.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública:** teoria e Prática. 5ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2001.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no norte do Paraná.** Maringá: EdUEM, 2014, 310 p.

LAZZARINI, S, G et al. Commodities no Brasil: Maldição ou Benção? In: BACHA, F, BALLE, M.B (Org). **O futuro da indústria no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LEÃO. C. de S. **A inserção das pequenas cidades na rede urbana:** o caso das cidades da região de governo de Dracena-SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 140 f, 2011.

LENCIONE, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 24, pp. 109 - 123, 2008.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985, 402 p.

LOPES, D. M. F. **Revista Bahia Análise & Dados** (Cidades: Conceitos, Processos e História, p.395-412), Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 19, n. 2, jul. / set. 2009.

MAGALHÃES, N. S. B. **O processo de urbanização no sul da Bahia (1970-2010): o município de Canavieiras na rede urbana regional.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas, 2012.

MAGNANI, R. L.C. As cidades de Santa Catarina: base econômica e classificação funcional. **Revista Brasileira de Geografia**, 33(1), 1971.

MAKAHODO, S.N; JANK, M.S. A falácia da doença holandesa no Brasil. IN: **Documento de Pesquisa**, São Paulo: Ícone, 2006.

MAMIGONIAN, A. A Geografia e “A Formação Social como Teoria e como Método”. In: SOUZA, M. A. A. de. (Org.) **Mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, p. 198-206, 1996.

_____. A Escola Francesa de Geografia e o Papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos (UFSC)**, Florianópolis - SC, n. 6, 2003.

_____. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, n 50, p.85-102, 1976.

MANÇANO, B. O Golpe Neoliberal e a Questão Agrária. **Relatório DATALUTA Brasil**, v. 18, p. 6-6, 2017.

MANARA, M. E. *et al.* A Importância do Orçamento Público: Estudo de Caso do Município de Pinto Bandeira. In: **XII Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão**, 2017. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul.

Máquinas Castilho. Consulta aos equipamentos disponíveis, 2018.

Disponível em: <http://castilhomaquinas.com.br/pt/empresa>

Acesso em 06/06/2018.

MARCONI, N; BARBI, F. Taxa de Câmbio e Composição Setorial da Produção: Sintomas e doença holandesa. In: **Anais do Encontro Nacional da Associação Keynesiana Brasileira**, 2002.

MARQUES, F. A. **As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana (1870-1940)**. Dissertação (Mestrado) 1974. Universidade de São Paulo, São Paulo; 1974.

MASSEI, R. C. **As inovações tecnológicas e o caso dos oleiros: A mecanização das olarias em Ourinhos 1950-1990**. 2001. Dissertação (Mestrado em História). 2001. PUC-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTOS, R. B. **A rede de localidades centrais no estado de Minas Gerais**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

MATOS, P. F; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Revista Geo UERG**, ano 13, nº 22, p. 290-322, 2011.

MEDEIROS, M. C. **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990 – 2007)**. Tese (Doutorado em Geografia). 2009. Universidade Estadual de São Paulo, 2009.

MENDES, C.M; TOWS, R.L. A questão da localização nas pequenas cidades paranaenses. In: BOVO, M. C.; TOWS, R. L.; COSTA, F. R. Orgs. **Estudos urbanos em perspectivas: Reflexões, Escalas e Desafios**. Campo Mourão: FECILCAM, 2013.

MESQUITA, F. **Evolução da agricultura e transformações da técnica e das relações territoriais no cerrado goiano: a dimensão endógena da expansão da agroindústria canavieira.** Tese (Doutorado em Geografia). 2015. Universidade Estadual de Campinas, 245f, 2015.

MILANI, P. H. **Dinâmica territorial da rede urbana na mesorregião leste de Mato Grosso do Sul.** Dissertação (Mestrado em Geografia). 2012. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

MIOTO, B. T. **Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005).** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MIRANDA NETO, J. Q. **Os nexos de reestruturação da cidade e da rede urbana O papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência.** Tese (Doutorado em Geografia). 2016. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2016.

MIYAZAKI, V. K. **Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista.** Tese (Doutorado em Geografia). 2013. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

MORAES, A. C. R. **Geografia Pequena História Crítica.** São Paulo: Annablume, 2007, 48 p.

Morre Suzuki, símbolo da industrialização. **Jornal Debate.** - edição 1460 07/06/2009 a 14/06/2009
Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/debate/1470/cidade/cidade05.htm>> Acesso em 30/05/2018.

MONBEIG, P. A zona pioneira do norte do Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria & CARVALHO, Márcia Siqueira de; (Orgs.). **Geografia e norte do Paraná: um resgate histórico.** Londrina: Humanidades, v.2, p.1-19, 2007.

_____. O estudo geográfico das cidades. **Boletim Geográfico**, a.1, n. 7, p. 7-29, maio, 1943.

_____. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Editora Pólis Editora Hucitec, 1984, 392 p.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

_____. O urbano e as redes. **Boletim de Geografia**, Maringá, n.1, p. 25-34, 1997.

_____. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento. In: ENDLICH, A. M; ROCHA, M. M. (Orgs). **Pequenas cidades e desenvolvimento local.** Maringá: UEM, p.15-40, 2009.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998, 700 p.

NEGRI, B. **Concentração e Desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas: Editora Unicamp, 1996.

NETTO, A. D. **Crescer ou Crescer.** Revista Carta Capital, edição de 5/11/2014. Acesso em 19/03/2018.

OLANDA, E. R. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO v. 2, n. 4, ago/2008, p.183-191.

OLIVEIRA, A, U. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira.** IN: Geosp: Espaço e Tempo, v. 19, nº 22, p. 229-245, 2015.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STÉDILE, J.P & ESTEVAM, D. (Org.). **A questão Agrária no Brasil - o debate na década de 2000.** 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 7, p. 103-172.

OLIVEIRA, B. S; SOARES, B. R. Cidades locais do triângulo mineiro e Alto Parnaíba/MG. **In Revista Caminhos da Geografia**, v.3, nº 5, p.52 - 72, 2002.

OLIVEIRA, E; ARAÚJO, W. E. **Avaliação do consumo de água no processo de produção em uma usina sucroalcooleira situada no município de Edéia-GO.** Artigo (Monografia) bacharelado em Engenharia Ambiental. 2012. Universidade de Rio Verde, 2012.

OLIVEIRA, J.B. et al. **Mapa pedológico do Estado de São Paulo.** Instituto Agrônomo, Embrapa Solos: Campinas, Rio de Janeiro, 1999.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Manual de vigilância da saúde de populações expostas a agrotóxicos.** Brasília, 1997.
Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro2.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

OREIRO, J. L; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. IN: **Revista de economia política**, v. 30, nº 2, São Paulo, 2010.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de desindustrialização e um conceito de doença holandesa.** FIESP, 2005.

PEREIRA, S. R. N. **Guanambi: centralidade, rede urbana e dinâmica regional no centro-sul baiano.** Dissertação (Mestrado em Geografia). 2013. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

PESSOA, C. V. G; GOMES, H. de P. R. Pau dos Ferros/RN: uma cidade pequena com características de cidade média. IN: **Conidis - Congresso Internacional da diversidade do semiárido.** Campina Grande, 2016

PETISCO, A. C. A. **Estruturação da cidade e morfologia urbana**: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista. Tese (Doutorado em Geografia). 2011. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2011.

PESQUISA aponta queda no consumo do arroz. **Jornal Debate**. Edição de 14/08/2005. Disponível em
<<http://www.debatenews.com.br/2005/08/14/pesquisa-aponta-queda-no-consumo-de-arroz/>> Acesso em 13/08/2018

PICCHIA, M. 1927. **São Paulo e o café**: São Paulo e a sua evolução. Rio de Janeiro: Centro Paulista. P. 45-56.

PORTAL BIOCANA. **Cana incentiva aumento da renda do produtor rural**, 10/01/2012. Disponível em:
<<http://www.biocana.com.br/index.php/noticia/visualizar/cana-incentiva-aumento-de-renda-do-produtor-rural>> Acesso em 18/03/2018.

PORTO, C. S. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX**: permanências, complexidades e amadurecimento. Tese (Doutorado em Geografia). 2014. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PRADO, Caio Junior. **Formação Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO, C. & PRADO, J. S. **Santa Cruz do Rio Pardo**: historiografia para o século XIX. Santa Cruz do Rio Pardo: Edição dos autores, 2012, 457 p.

_____. **Historiografia para Santa Cruz do Rio Pardo**. Não publicado.

Disponível em: <<http://www.satoprado.com/>> Acesso em 26/08/2015

PRATES, D. M. **A alta recente do preço das commodities**. In: Revista de Economia Política, v.27, nº 3, São Paulo, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANITAR. **Plano de desenvolvimento Sustentável**. Canitar, 2009. Disponível em <<http://www.canitar.sp.gov.br/>> Acesso em 26/05/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANITAR. **Plano Simplificado de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Município de Canitar-SP**. Elaborado por Bework-Consultoria de Sistemas de Gestão Ltda. 2013.

PRODUÇÃO de arrozeiras santa-cruzenses foge da sobretaxa de energia. **Jornal Debate**. edição de 29/07/2001. Disponível em
<<http://www.debatenews.com.br/2001/07/29/producao-de-arrozeiras-santa-cruzenses-foge-da-sobretaxa-de-energia/>> Acesso em 23/04/2018

QUANI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 160 p.

RIBEIRO, A. B. **A Rede Urbana Pan-Amazônica e a Copa do Mundo de 2014: os impactos nas cidades de Tabatinga (BR) e Leticia (COL)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2015. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

RIBEIRO, M. A. **Complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise**. Tese (Doutorado em Geografia). 1988. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

RIBEIRO, R. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiência de marabá no sudeste paraense**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2010. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROCHEFORT, M. Determination des types de villes d'un reseau urbain – méthode d'analyse de la population active. In UGI (Union Géographique Internationale). **Les comptes rendus du XVIIIe Congrès International de Géographie**. Rio de Janeiro: UGI, Comité du Brésil, 1959, III, p.426-431.

_____. **Redes e Sistemas: Ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo. Hucitec, 1998, p.19-20.

RODRIGUES, E. R. **As interações urbanas pelo turismo: uma análise da evolução espacial da rede urbana do turismo no litoral da Bahia entre 1970 a 2000**. Tese (Doutorado em Geografia) 2013. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

RODRIGUES, E. A. **Rede urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2011. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

ROMÃO, M. Considerações sobre o conceito de pobreza. In: **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, p.355-370, 1982.

ROSSETO, R. A cultura da cana: da degradação à conservação. Piracicaba: **Revista Visão Agrícola**, p.80 - 85, 2004.

ROSSETO, R; SANTIAGO, A. D. **Adução: Resíduos Alternativos**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2007.

ROSSO, G. S. **Influência da cidade de Rondonópolis na rede urbana da mesorregião sudeste mato-grossense**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 1999. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 1999.

RUFO, T. F. **A inserção dos Cerrados Piauienses na dinâmica da agricultura moderna no Brasil Central: Transformações na rede urbana do Sudoeste do Piauí**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2015. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTA CRUZ chega aos 136 anos em declínio. **Jornal Debate**. Edição de 22/01/2006 Disponível em <<http://www.debatenews.com.br/2006/01/22/santa-cruz-chega-aos-136-anos-em-declinio/>> Acesso em 23/03/2018.

SANTA CRUZ não cresceu nos últimos 7 anos. **Jornal Debate**. Edição de 16 de setembro de 2007.

Disponível em: <<http://www.debatenews.com.br/2007/09/16/santa-cruz-nao-cresceu-nos-ultimos-7-anos/>> Acesso em 13/08/2018.

SANTIAGO, A. D & ROSSETTO, R. **Plantio da cana-de-açúcar**. Ageitec - Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Acesso em: 11 abr. 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2014, 384 p.

_____. A Geografia e “A Formação social como Teoria e como Método”. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. (Org.) **Mundo do cidadão**, um cidadão do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996, p.198-206.

_____. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

_____. **A rede urbana do recôncavo**. Salvador: Imprensa Oficial, 1959, 38 p.

_____. **A economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2011, p.125-136.

_____. As cidades locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina. In: SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979. p.69-75.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2013, 176 p.

_____. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes, 1982, 128 p.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora Edusp, 2014, 176p.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982, 152 p.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Edusp, 1989, 225 p.

_____. **O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Editora Edusp, 2013, 146p.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2012a, 96 p.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2012b, 285 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: **Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001. 471 p.

SÃO JOÃO chega aos 50 anos. **Jornal Debate**. Edição de 13/03/2018

Disponível em: <<http://www.debatenews.com.br/2018/03/13/sao-joao-chega-aos-50-anos/>> Acesso em 23/07/2018.

SÃO PAULO. **Lei estadual nº 651, de 31 de julho de 1990.** Dispõe sobre a criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios e criação, organização e supressão de Distritos.

Disponível em:

<<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/184233/lei-complementar-651-90>>

Acesso em 23/07/2016.

SÃO PAULO. **Lei estadual nº 11.241 de 19 de setembro de 2002.** Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11241-19.09.2002.html>>

Acesso em 29/09/2017

SEADE. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo.** São Paulo: Emplasa, 2011.

Disponível em:

<http://www.seade.gov.br/produtos/publicacoes/pub_RedemunicipalRegionalizacaoESP_2011.pdf> Acesso em 12/08/2015.

SELANI, R. **A evolução da cana-de-açúcar no escritório de desenvolvimento rural (EDR) de Ourinhos e o papel das esferas públicas e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço.** 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2005.

SERENI, E. De Marx a Lenin: la categoría de “formación económica - social”. **Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 13, p. 5-53, 1971.

SERIGATI, F. Eram picos históricos? **Revista Agronalyzes**, agosto de 2013.

SILVA, A. C. da. **O espaço fora do lugar.** São Paulo: Editora Hucitec, 1978, 128 p.

SILVA, M. P. **As transformações socioespaciais do Médio Vale do Paraíba Fluminense:** a inserção do município de Valença no contexto da rede urbana regional. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1985, 120 p.

SILVA, F. S; SILVA, M. A. Uma leitura de Milton Santos. **Geosul**, Florianópolis, n.37, p.157-189, 2004.

SILVEIRA, M. R. da. **A importância da geoeconomia das estradas de ferro no Brasil.** 2003. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2003.

SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** São Paulo: Nacional, 1968.

SOARES, B. B. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais-MG. In: **Cidades médias: espaços de transição**. Org: Maria Encarnação Beltrão Spósito). Expressão popular, São Paulo, 2007, p.461-494.

SOUZA, F. A. S. **Formação, movimento e descompasso da rede urbana de Sergipe**. Tese (Doutorado em Geografia) 2008. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SOUZA, M. A. **Agroindústria Canavieira e Dinâmica Territorial do Norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2010. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SPECIAL DOG deixa de patrocinar o Corinthians quase dois anos depois. **Jornal Debate**. Edição de 27/12/2017.

Disponível em: <<http://www.debatenews.com.br/2016/12/27/special-dog-deixa-de-patrocinar-o-corinthians-quase-dois-anos-depois/>> Acesso em 14/04/2018.

SPECIAL DOG está no topo do Ranking. **Jornal Debate**. Edição de 22/08/2018.

Disponível em: <<http://www.debatenews.com.br/2018/08/22/special-dog-esta-no-topo-de-ranking/>> Acesso em 23/04/2018.

SCHWARTZ, S. **Segredos internos: engenheiros e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 480 p.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuição para Pensamento Geográfico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004, 1999 p.

THOMAZ, A. **Por trás dos canaviais, os "Nós" da cana a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores da agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002.

_____. Trabalho e saúde no ambiente destrutivo do Agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) – Brasil. **Revista Pegada Eletrônica**, v.15, nº 2, 2014.

TOMIO, F. R. de L. A criação de municípios após a Constituição de 1988. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, nº 48, p. 61-89.

TRINDADE, G. A. **Aglomerado Itabuna-Ilhéus: cidade, região e rede urbana**. Tese (Doutorado em Geografia). 2011. Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2011.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002, 304 f.

VEIGA, L. A. **A Gênese e a Dinâmica das Fábricas de Mesa para Biliar no Centro-Sul do Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

_____. A Re-inserção de Jaguapitã - PR na Rede Urbana Norte Paranaense: A produção industrial de mesas para bilhar e as interações espaciais. In: **revista Londrina**, v.19, nº 1, 2010.

_____. **Jaguapitã-PR**: Pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas de bilhar. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

VEIGA, P da M. O viés exportador: mais além da política cambial. In: **O desafio das exportações brasileiras**. PINHEIRO, A. C. et al (org). Brasília: BNDES, 2002.

VERÇOZA, L. V; SILVA, M. A. M. Cana, labor e adoecimento: a afirmação do nexo causal como uma forma de resistência. **Século XXI - revista de ciências sociais**, v. 1, p. 216-256, 2017.

VIEIRA, C. E. **Rede bancária e rede de cidades**: O processo de reestruturação ocorrido no período de 1970 a 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2009. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

WAIBEL, L. As zonas pioneiras do Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geografia**, v. 18, n. 4, p.389-422, 1955.

WALTER, J. P. & ROSSATO, M. V. Destino do resíduo casca de arroz na microrregião de Restinga Seca - RS: um enfoque à responsabilidade sócio ambiental. In: **VI Congresso Nacional de Excelência de Gestão**, Niterói, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. **Recife: UFPE**, 2001.

Disponível em:

<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf> Acesso em 21/02/2016.

WACHOWICZ, R. C. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: [s.n.], 1987. 178 p.

ZORZO, F. A. **Ferrovia e rede urbana na Bahia doze cidades conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudeste Baiano (1870-1930)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2001. Universidade Estadual da Feira de Santana, Feira de Santana, 2001.